

ANA LÍDIA NAUAR PANTOJA



Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém.

Belém-Pa
novembro/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANTROPOLOGIA

Ana Lúcia Nauar Pantoja

Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre
adolescentes de grupos populares em Belém.

Belém/Pará
novembro/2007

**Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade
entre adolescentes de grupos populares em Belém.**

Ana Lúcia Nauar Pantoja

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais – Antropologia – como exigência à
obtenção do grau de Doutor em Antropologia.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Angelica Motta-Maués.

Belém/Pará
novembro/2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Pantoja, Ana Lídia Nauar

Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém / Ana Lídia Nauar Pantoja; orientadora, Maria Angélica Motta-Maués. - Belém, 2007

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

1. Adolescentes (meninas) - Comportamento sexual. 2. Adolescentes (rapazes) - Comportamento sexual. 3. Gravidez na adolescência. I. Título.

CDD - 22. ed. 362.796

Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém.

Ana Lídia Nauar Pantoja

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Antropologia – como exigência à obtenção do grau de Doutor em Antropologia.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Angelica Motta-Maués.

DATA DE APROVAÇÃO: 23/11/2007

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª MariaAngelica Motta-Maués (Orientadora- UFPA)

Prof^ª Dr^ª Simone Monteiro (Membro - FIOCRUZ)

Prof^ª Dr^ª Cristina Donza Cancela (Membro - UFPA)

Prof^ª Dr^ª Mônica Prates Conrado (Membro - UFPA)

Prof^º Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Membro - UFPA)

Prof^º Dr. Raymundo Heraldo Maués (Suplente - UFPA)

Belém/Pará
novembro/2007

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento de alegria e de prazer pelo significado que este gesto tem tanto para quem o faz quanto para quem o recebe. Por isso, não é uma tarefa das mais fáceis. Há sempre o risco de esquecermos de registrar algum nome ou de continuarmos com a sensação de não termos conseguido agradecer à altura a ajuda recebida.

Foram mais de cinco anos de dedicação a um trabalho que, entre outras coisas, me proporcionou muita emoção, satisfação e prazer em realizá-lo, sobretudo por ter tido a chance de conhecer e conviver com pessoas que de outra forma talvez não fosse possível. Com o mesmo cuidado com que fiz em outros momentos, quero aqui dizer da minha gratidão para com essas (muitas) pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para que a tarefa de realização deste trabalho fosse cumprida.

Agradeço primeiramente a Deus por essa força magnífica que me guiou e conduziu até o final deste longo, tortuoso (e muitas vezes, pantanoso) percurso.

Sou profundamente grata a todas as “meninas” e “rapazes” que deram “vida”, “carne” e “sangue” e este estudo; que abriram as suas vidas e experiências, se emocionando e me emocionando também ao emprestarem-me suas histórias de amor, drama e afetividade, fornecendo, enfim, a rica e fundamental “matéria-prima” para esta reflexão.

Ao Marcos, meu companheiro e amigo que, apesar de, por vezes, reclamar das minhas constantes ausências (algo próprio mesmo de quem ama o outro) sempre me apoiou e incentivou nesta caminhada. A ele sou muito grata pela compreensão, carinho e paciência nos meus momentos de “crise” e inevitável instabilidade de humor. E que, além de tudo isso, ainda teve de assumir (e o fez com muita maestria e dedicação) o duplo papel de pai e de mãe durante a maior parte do tempo em que estive envolvida com o trabalho.

Aos meus filhos Saulo e Tainah, (os meus adolescentes “de casa”), primeiro por existirem, e depois por terem sido minhas fontes preciosas de inspiração para esta reflexão em todos os momentos ao longo deste período; aqui os agradecimentos se estendem também à sua “turma” – Giovanni (o meu “filhote”), Dael, Raíssa Adrya, Marina, Carla, Juliane, Macarena, Junior, Jorginho e Igor, o “caçulinha” do grupo – que compuseram o universo mais amplo de classes médias e altas que tanto me ajudou a refletir e relativizar as diferenças entre “nós” e “eles”.

A Angelica Motta-Maués, minha orientadora, que me acolheu também em vários outros momentos anteriores a este com sua experiência e seu extremo profissionalismo, e que sempre acreditou que eu já tinha “uma tese pronta” e me fez crer também que isso era possível. Pela paciente, serena, refinada (e até bem humorada) forma com que conduziu a orientação, me ensinando o quanto o aprendizado pode se tornar tranquilo e prazeroso. Pela amizade, carinho e compreensão das minhas ausências em decorrência dos meus novos compromissos profissionais surgidos no curso desse período, sem nunca ter deixado de incentivar. Obrigada por tudo o que em todas estas linhas não consigo agradecer.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS – e a todo o corpo docente, em especial ao professor Heraldo Maués e a professora Mônica Conrado, pelo grande incentivo e contribuição; aos meus colegas do doutorado: Romero Ximenes, Sônia Magalhães, Edma Moreira, Cibele Miranda, Helio Moreira e Ana Cristina Salgado pelos ricos momentos de troca de conhecimentos na sala de aula e pelas contribuições oferecidas durante os Seminários de Tese.

A Professora Dra. Lígia Simonian pelas sugestões ao projeto e pela ajuda providencial com as fotos e bibliografia pertinente ao tema desta pesquisa.

A Dra. Sandra Lobato pela ajuda prestada quanto às informações sobre registros de atendimento a gestantes adolescentes na Santa Casa de Misericórdia do Pará.

No DEAN, pude contar com a ajuda e compreensão da amiga, Prof^a Telma Amaral que durante o tempo em que estive na chefia do Departamento dispensou-me atenção especial quanto à carga horária e as disciplinas por mim ministradas na graduação. A ela meu muito obrigada ainda pelo rico e muito próximo diálogo a respeito do tema de nossas pesquisas.

Ao Eloy, do DEAN, ao Paulo e a Rosangela da Secretaria do PPGCS, pela atenção, ajuda e compreensão das minhas dificuldades em relação ao cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Programa.

A minha amiga de longas datas Gysele Amanajás Soares a quem sou muito grata pela amizade sincera, pela ajuda fundamental com a tradução do resumo para o inglês e pelo apoio que sempre me deu nesta caminhada Enfim, amiga, agora vamos poder marcar o nosso café!

A minha “mana”, antropóloga Kátia Santos com quem sempre tive a certeza de poder contar em todas as horas; pela companhia em campo no Guamá, pelos ricos diálogos sobre o tema que pesquisamos, pela amizade sincera, pela alegria, força e apoio constantes.

Aos meus ex-alunos do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, em especial ao Jeremias e a Ana Luíza que me auxiliaram na pesquisa.

A professora Raquel, minha informante principal, por ter me apresentado o grupo da primeira fase da pesquisa e, assim facilitado o meu contato com as meninas, além de ter gentilmente se disposto a acompanhar boa parte da pesquisa de campo.

Ao Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva (UFBA, UERJ, UNICAMP, FIOCRUZ), pela oportunidade de participação no curso em 2001 e a FAPESP, pelo financiamento de parte da pesquisa da qual se originou o trabalho.

Como bolsista nesse Programa de Pesquisa, agradeço a contribuição valiosa de Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Fabíola Rodhen (IMS/UERJ), Estela Aquino (MUSA/UFBA), bem como das colegas pesquisadoras nesse mesmo Programa, em especial aquelas que se tornaram grandes amigas, Madge Porto e Jucélia Bispo.

Aos meus amigos de trabalho e companheiros de luta no INCRA, em especial ao Denival Gonçalves, pela ajuda incondicional prestada, pela compreensão e apoio nas horas difíceis de conciliação entre o trabalho e a tese.

Aos amigos que se encontram em outras cidades mais distantes e que mesmo assim, não hesitaram em prestar ajuda, apoio e carinho. Aqui deixo um agradecimento muito especial para: Dora e Tonha em Recife, Zélia em Manaus, para Ângela e Gerson em São Paulo, para minha prima e amiga Emília em Natal, para meu querido primo Paulinho e a minha amada tia Nina que estão em São Paulo, pelas palavras de conforto e pelas tantas preces em meu nome.

Um agradecimento muito especial ao Geraldo que, embora distante, viveu junto comigo a preocupação com a construção deste trabalho dentro dos prazos estabelecidos dando apoio, força e incentivo nas horas difíceis. A ele devo agradecer também a ajuda com os cálculos dos dados quantitativos da tese, suprimindo a minha crônica deficiência com relação aos números.

A minha família (mãe, irmãs, irmãos, sobrinhos, afilhados) que esteve o tempo todo na “torcida”; a todos os amigos fica aqui registrado antes de tudo o meu pedido de desculpas pelas minhas inúmeras ausências e um agradecimento muito especial pela compreensão das minhas limitações em função deste trabalho. Depois da defesa, prometo tentar recuperar esse tempo todo em que não pude estar ao lado de todos.

Para todos os “meus” adolescentes que deram vida a este estudo emprestando as suas histórias de amor e seus dramas familiares; para Saulo e Tainah, os meus adolescentes “de casa” que tanto me inspiraram nesta reflexão, pela rica participação, pela alegria contagiante, amor e companheirismo acima de tudo.

“Dez anos”

*Assim se passaram dez anos
Sem eu ver teu rosto
Sem olhar teus olhos
Sem beijar teus lábios
Assim, foi tão grande a pena
Que sentiu a minh'alma
Ao recordar que tu
Foste meu primeiro amor*

*Recordo junto a uma fonte
Nos encontramos
E alegre foi aquela tarde
Para nós dois
Recordo quando a noite
Abriu seu manto
E o canto daquela fonte
Nos envolveu*

*O sono fechou meus olhos
Me adormecendo
Senti tua boca linda
A murmurar
Abraça-me por favor
Minha vida
E o resto deste romance
Só sabe Deus.*

Autoria: Rafael Hernandez
Versão: Lourival Faissal/gravado por Emilinha Borba

RESUMO

Este estudo focaliza os eventos relacionados às trajetórias afetivo-sexuais de jovens (homens e mulheres) de camadas populares, em sua maioria, estudantes de uma escola da rede pública (estadual) de ensino. Orientada por um olhar antropológico, a pesquisa contemplou além dos 36 adolescentes (24 mulheres e 12 homens), interlocutores principais, pessoas pertencentes às suas redes de relações na família e na escola, tais como: mães, tias, irmãs, avós, madrinhas, professoras e amigos. A observação direta nos contextos de sociabilidade do grupo foi acrescida de conversas informais e da utilização do diário de campo, tendo sido realizadas entrevistas individuais aprofundadas com os 36 participantes. No interior das diferentes trajetórias aqui analisadas, são pontuados os contextos e desdobramentos da gravidez durante a adolescência, a maternidade e a paternidade, os conflitos, os impasses, os arranjos, re-arranjos e as redes de relações estabelecidas em torno dos mencionados eventos, no âmbito da família e da escola. São postas em relevo as lógicas culturais que presidem as experiências afetivo-sexuais, informadas, sobretudo, pelas diferenciações de gênero. O objetivo foi formular uma compreensão, o mais próxima possível traduzida numa interpretação textualizada dos significados culturais atribuídos aos eventos por aqueles que os vivenciam.

Palavras-chave: adolescência, sexualidade, reprodução, afetividade.

ABSTRACT

This study it focuses the events related to the affective-sexual trajectories of young people (men and women) of popular layers, in its majority, students of a public school. Guided for an antropological look, the research contemplated beyond the 36 adolescents (24 women and 12 men), main interlocutors, pertaining people to its nets of relations in the family and the school, such as: mothers, aunts, sisters, grandmothers, godmothers, teachers and friends. The direct comment in the contexts of sociability of the group was increased of informal colloquies and the use of the field's diary, having been carried through deepened individual interviews with the 36 participants. In the interior of the different trajectories analyzed here, the contexts and unfoldings of the pregnancy during the adolescence, the maternity and the paternity, the conflicts, the impasses, the arrangements, rearrangements and the nets of relations established around the mentioned events are pointed, in the scope of the family and the school. The cultural logics that preside over the affective-sexual experiences, informed, over all, for the sort gender differentiations are detached. The objective was to formulate the understanding, as next as possible translated in a interpretation to the cultural meanings attributed to the events for that they live deeply them.

Key-Words: adolescence, sexuality, reproduction, affectivity.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	16
LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – DE “GRAVIDEZ E MULHER” A “TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS DE MENINAS E RAPAZES”: OS PERCURSOS DE UMA PESQUISA	27
Discutindo o “problema”.	45
Gravidez, coisa de mulher? Os homens em cena	57
No terreno da Sexualidade e da Afetividade	62
CAPÍTULO II - ONDE, COMO E COM QUEM FALEI SOBRE SEXUALIDADE, REPRODUÇÃO E AFETIVIDADE	77
“Andando pelo Guamá”: conhecendo um pouco a história do bairro e seus moradores	77
De um retrato do grupo e suas andanças	90
Perfil de “menina graúda”, perfil de mulher	97
Perfil de “rapaz”, perfil de homem	107
As dinâmicas familiares	113
As relações na escola	124
CAPÍTULO III – “CRESCENDO NO GUAMÁ”: LUGARES DE GÊNERO NAS DIFERENTES TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS DE “MENINAS” E “RAPAZES”	130
Descobrimo, inventando e vivendo o amor...	134
“Fazendo”(amor) por amor: a primeira experiência sexual	150
A lógica do (não) uso do preservativo entre o grupo	165
CAPÍTULO IV – FICANDO “GRAÚDA” E “VIRANDO” MÃE... “ASSUMINDO” E “VIRANDO” PAI (E HOMEM?): IDENTIFICAÇÕES, ATRIBUIÇÕES DE GÊNERO	173
Sendo mãe, sendo pai na família e na escola: entre sonhos, projetos e “chás-de-bebê”.	173
Gravidez não planejada?	178
Sendo pai, sendo homem...deixando de ser “muleque”	196
Quando ao invés de assumir, eles somem...	208
Gravidez, maternidade e conjugalidade	211
O “baby chá”	217
Sendo mãe...sendo “alguém na vida”	220
Sendo jovem, mãe e pai: tecendo algumas considerações finais	224
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Propaganda de grife de roupas juvenis.....	22
FIGURA 2: Família de adolescentes.....	35
FIGURA 3: Grupo de adolescentes de camada média.....	44
FIGURA 4: Casal de adolescentes e filho.....	59
FIGURA 5: Rua pavimentada no centro do bairro.....	81
FIGURA 6: Rua não pavimentada na periferia do bairro.....	82
FIGURA 7: Cruzamento da Av. Barão de Igarapé Miri.....	83
FIGURA 8: O comércio em uma das principais avenidas.....	84
FIGURA 9: Crianças e adolescentes na “passagem”.....	103
FIGURA 10: Local de realização de festas dançantes.....	104
FIGURA 11: Exemplo de vendas realizadas pelas famílias.....	115
FIGURA 12: Menina de camada popular.....	192
FIGURA 13: Menina de camada média.....	193

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1: formatos de relacionamentos afetivos....	92
QUADRO 2: entrevistados da 1ª fase.....	94
QUADRO 3: entrevistados da 2ª fase.....	95
QUADRO 4: ocupações das meninas.....	101
QUADRO 5: ocupações dos rapazes.....	108
QUADRO 6: projetos de vida.....	120
QUADRO 7: contexto da primeira “transa”.....	153
QUADRO 8: justificativas para a primeira “transa”....	160

GRÁFICO 1: formatos de relacionamentos em percentuais....	96
---	----

LISTA DE SIGLAS

AIDS ou SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

DST: Doença Sexualmente Transmitida

DAGUA: Distrito Administrativo do Guamá

FAPESP: Fundação de Amparo em Pesquisa e Pós-Graduação

FAPEX: Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão

FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMS: Instituto de Medicina Social

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISC: Instituto de Saúde Coletiva

GRAVAD: Gravidez na Adolescência

MS: Ministério da Saúde

NEPO: Núcleo de Estudos Populacionais

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONGs: Organizações Não Governamentais

PROSAD: Programa de Saúde para o Adolescente

SEGEP: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

INTRODUÇÃO

Era uma tarde ensolarada (e quente) do mês de outubro do ano de 1999. O final daquele ano letivo se aproximava. Na escola o vai-e-vem de meninas e rapazes no início da tarde, como de costume, se acelerava. Uns apressados para chegar a tempo do início da primeira aula; outros mais descontraídos aproveitavam os últimos minutos que restavam para o início das atividades para “levarem uma idéia” nos corredores ou no interior da própria sala de aula.

Em uma pequena sala, em meio ao burburinho habitual dos alunos, a professora tentava dar início à sua faina diária, comentando alguns trabalhos realizados por eles no dia anterior. De repente, como já era costume, formou-se um círculo de meninas e rapazes em volta da mesa dela, e em meio ao pequeno e animado grupo, duas meninas grávidas, enquanto aguardavam os comentários escritos que ela fazia em seus trabalhos, travavam uma animada conversa paralela, cujo tema não poderia deixar de despertar a sua curiosidade. O assunto que as meninas discutiam dizia respeito a intimidade de suas relações afetivas com seus respectivos namorados/parceiros, tema, aliás, corriqueiro nas rodas de conversa formadas pelas adolescentes naquele espaço. Apesar da espontaneidade com que o assunto era tratado pelas meninas, tomavam o cuidado para não chamar muita atenção dos demais, utilizando-se de códigos verbais (“dentro”, “fora”, “cuspir”) e gestuais (dedo indicador apontando para a genitália) para traduzir as práticas sexuais. A serena professora de História, por sua vez, “afinava os ouvidos” na direção daquela conversa, tomando o cuidado para que as meninas não percebessem que ela estava “ligada” naquele assunto.

Bastante entusiasmadas, as duas meninas falavam que a barriga (já bem crescida de ambas) não “atrapalhava” nada nas suas vidas. Sobretudo a vida sexual com seus parceiros. Diziam que isso não as impedia de “fazer amor” ou “transar” com bastante frequência. Muito pelo contrário, falavam com alegria que “agora é melhor do que antes (de engravidarem) porque a relação é completa”, querendo com isso dizer que não precisavam se preocupar com contraceptivos e podiam “fazer” sem a utilização da “camisinha” masculina, assim permitindo a ejaculação no interior da vagina, como elas mesmas dizem, “deixar ele cuspir dentro”, já que neste caso, não haveria mais a preocupação de engravidarem. Neste item relacionado à gravidez, em particular, enquanto uma delas dizia

que “fazia amor” todos os dias e que estava achando até melhor do que antes de ficar grávida, a outra complementava afirmando que: “deixar ele...(apontando com o dedo indicador para o órgão sexual, gesto indicativo de depositar algo em algum lugar) ‘dentro’ é muito bom também porque faz bem pro neném, ele (o neném) vai nascer forte, bonito e sadio”¹.

Esta plácida e, ao mesmo tempo, entusiasmada conversa entre duas adolescentes (estudantes) ouvida por mim há oito anos atrás, pois, era eu a professora de História da história que estou contando, demonstra a maneira mais ou menos tranqüila como a maioria das meninas no grupo que acompanhei, observei e entrevistei, lida com a gravidez e com a maternidade, não as tomando como acontecimentos excepcionais, muito embora possam ocasionar certos transtornos em suas vidas; nem se mostram muito preocupadas com a repercussão social, leia-se, preconceituosa, com que muitas vezes os referidos eventos são vistos e tratados no âmbito da sociedade mais ampla.

Obviamente não estou com isso querendo dizer que a gravidez e a maternidade sejam sempre vistas, vividas e consideradas de uma perspectiva inteiramente positiva por parte delas e de suas famílias neste grupo; pois, na mesma escola em que lecionava àquela época, também não chegava a ser segredo da maioria, os casos em que a menina havia “tirado”, ou seja, praticado aborto, fato este indicativo de que nem sempre uma gravidez é bem aceita por elas, seus parceiros/namorados e/ou suas famílias.

Mas é claro que naquela época eu não poderia nem vislumbrar os significados dos códigos daquela conversa e nem imaginaria que um dia pudesse utilizá-la como uma primeira e importante referência para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema da sexualidade, afetividade e da reprodução e, através dessa história, interpretar outras que a mim foram dadas a conhecer no universo social mais inclusivo o qual tomo como referência nesta análise. Menos ainda, poderia eu imaginar que essa mesma história fosse um dia me levar a um tema tão fascinante pela sua complexidade, cujo repertório nos conduz à reflexão de muitos outros temas correlatos, fundamentais à compreensão dos rumos que tem tomado a nossa sociedade.

¹ A respeito dessa importância do sêmen masculino como alimento para o bebê que está na barriga da sua mãe, ver Bozon (2001). Também Motta-Maués (1883) mostra como em Itapuá, localidade de pescadores e agricultores do litoral paraense, as pessoas acreditam que para a formação da criança (no ventre da mãe) é necessária a repetida deposição do sêmen (“pingo”) do homem na mulher, através do intercurso sexual repetido.

O tema, obviamente, não é novo. Entretanto, há pelo menos duas décadas para cá tem sido debatido com mais ênfase e adquirido foro de “problema” social. Do ponto de vista da demografia e da saúde pública há uma preocupação com freqüência externada, sobre o que se considera, desse ângulo, um significativo aumento do número de adolescentes grávidas nas últimas décadas². Tema de intensos debates na esfera da saúde reprodutiva, a gravidez/maternidade na adolescência também tem sido nos últimos anos (pelo menos nos últimos oito anos), bastante popularizada pelos meios de comunicação, o que em muito tem contribuído para uma maior visibilidade social da questão no país.

Entretanto, esta visibilidade tem se pautado em um discurso vitimizador, padronizador e alarmista, atribuindo ao evento um caráter sempre negativo, instaurador de mudanças radicais na vida das adolescentes e de suas famílias³. No âmbito desse discurso, o abandono dos estudos tem sido referido como um dos principais prejuízos sociais causados por este evento durante a adolescência. Ainda, no discurso, o foco recai nas mulheres, enquanto os homens, em geral, apenas de forma superficial, são referidos como agentes no processo que desencadeia uma gestação. Quero dizer que a ênfase nas meninas é importante e devo inicialmente lembrar que neste trabalho também é mantida, apesar da visibilidade que procurarei dar à participação dos rapazes no contexto do evento mencionado, já que, não é possível desconsiderar que há uma nítida diferenciação de gênero entre eles e elas em termos dos desdobramentos que acompanham uma gravidez.

A expressão (referida no discurso) gravidez na adolescência, tem por base a definição atribuída pela Organização Mundial de Saúde como sendo a gravidez que ocorre entre os 10 e os 20 anos incompletos (WHO, 2001). É com base nessa definição, que o evento tem sido tratado como “problema social” ou de saúde pública. A caracterização do fenômeno do ponto de vista médico-epidemiológico mostra-se comumente acompanhada de qualificativos como “precoce” ou “indesejada” sendo, dessa perspectiva, associada a transtornos para a vida dos jovens, principalmente para as meninas. Sobretudo a noção de

² Essa ênfase tem como pressuposto a idéia de “risco” tanto médico quanto social, postulado pela medicina e pela epidemiologia o qual é reiterado pela saúde pública encontrando-se o mesmo associado à suposta imaturidade psicossocial e anátomo-fisiológica das adolescentes. Aponta, por considerar a gravidez como precoce ou indesejada, para a tendência por parte das mesmas, à prática do aborto e mesmo a dificuldades durante o parto, portanto, como um “problema”. Essa linha de raciocínio é defendida por Camarano, 1998; Carneiro & Mattos, 1999; Rees et al., 1997, sendo estes alguns dos estudos demográficos a esse respeito.

³ Aliás, esse é o teor da atual campanha do Governo Federal sobre a relação gravidez adolescente & abandono dos estudos/prejuízo no curso da vida das jovens veiculada pelos canais de televisão no país.

“riscos biopsicossociais” tanto para a mãe quanto para o filho, tem direcionado os esforços das políticas públicas no sentido da “prevenção” da gravidez “precoce” (Santos Jr., 1999), sendo menosprezadas, ou simplesmente desconsideradas, as diferenciações de gênero e as escolhas, sobretudo afetivas, dos casais nela envolvidos⁴.

Alinhada a essa representação, a mídia também tem dado a sua parcela de contribuição para o aumento da visibilidade negativa do evento. Atualmente, bastante popularizado pelos meios de comunicação de massa, o mesmo vem assumindo lugar de destaque em programas de entrevistas, reportagens e até novelas⁵. Pautado em um discurso miserabilista, o evento tem sido mostrado ao público mais amplo, como um dos maiores problemas atuais para a sociedade brasileira, recaindo evidentemente, o maior peso sobre as mulheres.

Ao ser “demonizada”⁶ a experiência desse ponto de vista, as mulheres passam a ser responsabilizadas pelo aumento da pobreza e pela perpetuação da miséria no país⁷. Um

⁴ Estas idéias de “problema social” e “prevenção” reverberam no discurso popular chegando-se a falar nesse evento como uma das questões que “assolam” o país, no dizer de um professor da chamada “periferia” em entrevista recente para um canal de televisão de Belém.

⁵ Essa massificação do tema pode ser percebida através dos inúmeros programas e reportagens televisivas exibidos pelos principais canais de comunicação entre os anos 2005 e 2007. A Rede Globo de Televisão, emissora considerada de maior alcance publicitário no país, tem evidenciado o tema na quase totalidade de sua programação, inclusive naquelas que vão ao ar diariamente, como no caso da novela intitulada “Senhora do Destino” exibida em horário nobre em 2005, e o Programa “Malhação”, que é direcionado ao público jovem e exibido todas as tardes durante a semana. Ainda em 2005 o assunto foi tema de uma série de reportagens exibida aos domingos no programa “Fantástico”, sob o título “Filhos deste Solo”, em que um famoso e bem cotado médico ginecologista traçava um diagnóstico (“sombrio”) da situação das meninas (de camadas populares) que engravidam durante a adolescência, destacando a “precocidade” e a falta de acesso aos anticoncepcionais como problemas que precisam ser resolvidos no nosso país, enfatizando que “nenhuma criança deveria ficar grávida nessa idade”. No ano de 2006 o tema continuou na pauta das reportagens com o mesmo tom alarmista. Ao longo desse ano foram mais de dez reportagens exibidas nos programas jornalísticos considerados de maior audiência em rede nacional, com destaque para uma série de reportagens exibida no “Jornal Hoje” da Rede Globo de Televisão, sob o título “Gravidez na Adolescência: o que fazer?”. Em 2007 esse mesmo programa jornalístico levou ao ar uma outra série de reportagens sobre o tema, da mesma forma associando o evento a um problema para a sociedade brasileira, culpabilizando as meninas pela falta de informação sobre métodos contraceptivos e ausência de projetos profissionais.

⁶ Essa “demonização” das mulheres, aliás, é bom não esquecermos, data de longo tempo. Como bem mostra Jean Delumeau (1989), na Europa Ocidental do fim da Idade Média e início da Idade Moderna, as mulheres, tanto quanto os judeus, foram identificadas (e acusadas como) “agentes de satã”, entre outros motivos, por serem elas consideradas “juízes de sua sexualidade”. Essa percepção da mulher como um ser “perigoso”, no entanto, está longe de ser uma invenção dos cristãos. Sua origem encontra-se entre os gregos antigos através da figura mítica de Pandora, e, entre os judeus, representada pela imagem da Eva judaica, responsabilizada pelo sofrimento da humanidade e o desaparecimento do “paraíso terrestre”.

⁷ Aliás, em recente programa exibido pela TV Câmara (abril/2007), uma deputada federal pelo estado de Rondônia, acrescentou mais duas “pérolas” ao repertório que vem sendo construído, afirmando tratar-se a gravidez na adolescência, já de uma “epidemia”, ligando-a também à produção e reprodução, não só da pobreza, mas, também, da violência no país.

exemplo nesse sentido é o próprio retrato pintado na programação televisiva diária referida, em que a imagem recorrente é a da menina pertencente a camadas populares da sociedade, sem uma “família estruturada” (obviamente com base no modelo de família nuclear), supostamente inserida em um contexto de moralidade frouxa e desprotegida da qual decorreria uma gravidez “precoce e indesejada”⁸.

Particularmente em Belém, em maio de 2003, uma propaganda nacional (referente ao Dia das Mães) de uma famosa grife de roupas juvenis, atualizou esse discurso e tal lugar comum da gravidez/maternidade na adolescência em forma de *outdoors* que foram espalhados pelos quatro cantos da cidade.

Figura 1: Propaganda de grife de roupas juvenis.



Foto: Simonian, L.; 05/2003

A propaganda deixa explícita, uma certa idéia de maternidade na adolescência como precoce, portanto como um “problema”, compreensão que encontra referência no paradigma biomédico, o qual não leva em consideração, como deveria, os determinantes sócio-culturais de estruturação das subjetividades e da constante re-produção de sentidos do imaginário

⁸ Essa imagem estereotipada/culpabilizadora das meninas (e sempre elas!) foi também mostrada, com muita nitidez, aos domingos (em 2006), em uma série de reportagens produzida pelo *Programa Fantástico*, da Rede Globo de Televisão. Em uma dessas reportagens intitulada “Adolescente e mãe: o drama brasileiro”, o mesmo médico ginecologista anteriormente citado, ignorando totalmente a riqueza das imagens das meninas (de camadas populares) com seus parceiros e suas famílias, mostradas durante as entrevistas com elas, insistia em uma pergunta para a qual ele mesmo antecipara a resposta: “será que vão conseguir voltar aos estudos, criar os filhos, romper o círculo da pobreza?”.

social, sobretudo considerados a partir da perspectiva de gênero⁹. Pois, como sabemos, o lento e complexo processo de aprendizagem sócio-cultural nas sociedades ocidentais encontra-se permeado pelos marcadores de gênero, que têm modelado, historicamente, as representações e práticas em torno da sexualidade, ou das práticas afetivo-sexuais, já que não é possível ignorar que a sexualidade, ou as práticas a ela associadas, como defende Duarte (1999), não se encontram deslocadas da sensibilidade e da afetividade.

Uma outra proposta, um outro olhar...

O presente estudo trata dos eventos relacionados às trajetórias afetivo-sexuais de jovens (homens e mulheres) pertencentes a camadas populares, em sua maioria, estudantes de uma escola da rede pública (estadual) de ensino¹⁰. No interior das diferentes trajetórias aqui focalizadas, são pontuados os contextos e desdobramentos da gravidez durante a adolescência, o desejo de “ter filho”, a alegria/festejo e encantamento diante da chegada de uma criança, os conflitos, os impasses, os arranjos, re-arranjos e as redes de relações estabelecidas em torno desse evento, no âmbito da família e da escola. São postas em relevo as lógicas culturais que presidem essas experiências, informadas, sobretudo, pelas diferenciações de gênero. O objetivo é formular uma compreensão, o mais próxima possível, traduzida numa interpretação textualizada dos significados culturais atribuídos aos eventos por aqueles que os vivenciam.

Orientada por um olhar antropológico, esta pesquisa contemplou um grupo de 36 adolescentes (24 mulheres e 12 homens), moradores em um bairro popular (Fonseca, 2000)

⁹ Gênero aqui é entendido como uma categoria que encontra fundamentação nas diferentes maneiras como a experiência afetivo-sexual é vivenciada pelos indivíduos, na medida em que se considera que as trajetórias masculinas e femininas mantêm diferenças significativas. Tais diferenças não necessariamente encontram-se perceptíveis em seus corpos, mas, sim, estão relacionadas às maneiras como as expectativas e as aspirações em relação à experimentação sexual são tradicionalmente marcadas pelo gênero na sociedade ocidental (Heilborn, 1999).

¹⁰ Este universo principal da pesquisa se estendeu também para um outro grupo de adolescentes pertencentes a camadas médias e altas, tendo, no entanto, a pesquisa com este grupo se dado em circunstâncias diferenciadas, não tendo sido realizadas entrevistas formais com estes adolescentes; por se tratar de um grupo de jovens (homens e mulheres) pertencentes às redes de relações do meu casal de filhos, posso dizer que foi feita uma incursão a partir do olhar que lanço nesse grupo, movida pelas falas ao redor de mim, nas festas de aniversário de 15 anos, na “carona” de ida ou de volta ao colégio e/ou das festinhas no fim de semana, nos grupos de estudos na minha casa. Ao longo do texto estas falas serão entremeadas, aproximadas e/ou contrastadas às dos meus interlocutores principais.

de Belém – o bairro do Guamá – tendo sido realizada (com intervalos de tempo, como mostrarei adiante), durante o período compreendido entre abril do ano de 2001 a junho do ano de 2007¹¹. Além da observação direta nos contextos de sociabilidade do grupo, acrescida de conversas informais e da utilização do diário de campo, foram realizadas entrevistas individuais aprofundadas com os 36 participantes.

Analisar os eventos mencionados tendo como referência as histórias de vida dos próprios sujeitos, certamente foi algo fundamental à compreensão do universo sócio-cultural específico do grupo, da realidade em que vivem, dos valores e das experiências diferenciadas, relacionadas às suas diferentes trajetórias afetivo-sexuais. A ênfase nesse aspecto é importante, pois possibilita, além disso, subsídios para apontar um caminho e outras possibilidades na formulação e implementação de políticas no âmbito da saúde reprodutiva já que, como assinala Parker (2000), as políticas nessa área em geral são implementadas à revelia dos interesses dos sujeitos envolvidos, sem que haja um conhecimento prévio das realidades e experiências múltiplas e distintas relacionadas a cada contexto em que vivem os adolescentes. Na verdade, através do discurso da “prevenção”, há uma imposição de valores implícita nessas políticas, portanto, sem o devido respeito à cultura sexual e reprodutiva e mesmo afetiva e dos projetos de vida inerentes a todo grupo social.

Um diálogo necessário...

O diálogo com os discursos da esfera da saúde pública se faz necessário aqui, ainda que não seja este o fio condutor da análise, uma vez que, como já ressaltado, é desse âmbito, principalmente, que o tema tem adquirido foro de “problema”. Um problema que, historicamente, na sociedade brasileira, tem sido comumente identificado – embora não da mesma maneira e nem sob o mesmo rótulo – como pertencente a (quase “próprio” de) um dado segmento, qual seja, as classes populares, julgadas, a partir dessa ótica, como compostas por indivíduos sem instrução, sem família estruturada, moradores nas periferias das grandes cidades, que estariam supostamente mergulhados na promiscuidade. (Esteves,

¹¹ Na delimitação deste período (e do grupo), estou levando em consideração as duas etapas da investigação, conforme a descrição detalhada que farei mais adiante acerca do percurso da construção da problemática aqui delimitada.

1989; Cancela, 1997; Caufield, 2000; Del Priore, 1993, entre outros, chamam a atenção sobre isso).

É, quase sempre, de uma perspectiva dramática e moralizadora que o discurso sobre e as ações voltadas para a questão, têm sido enfatizados em nosso país. No ano de 1997, por exemplo, a “Coordenação de Saúde do Adolescente”, ligada ao Ministério da Saúde, realizou uma reunião nacional com profissionais de saúde e ONGs (Organizações Não Governamentais), em que foram traçadas diretrizes gerais para o desenvolvimento de ações intersetoriais objetivando a *redução do problema da gravidez na adolescência*. Esse “problema” foi considerado grave e prioritário para o Ministério da Saúde. No entanto, de acordo com Arilha e Calazans (1998), a única medida executada por esse órgão foi a elaboração de um documento em que as referidas ações foram sugeridas, tais como: divulgação, na mídia, da gravidez na adolescência como um “problema” a ser prevenido, necessidade de trabalhos de educação em sexualidade e saúde reprodutiva nas escolas e nas comunidades.

A atuação do PROSAD – Programa de Saúde para o Adolescente – ao adotar a perspectiva preventiva, tem-se dirigido aos grupos e à sociedade de forma a poder criar mecanismos de participação e de criação de consciência de cidadania para a população adolescente. Há, no entanto, evidências de que o atendimento, mesmo sendo voltado para os adolescentes, além de não ter por base um conhecimento prévio das múltiplas realidades vividas pelos próprios adolescentes, também não tem seus efeitos avaliados e/ou discutidos. Aires (1996, p. 660), levanta uma importante questão sobre os programas de saúde para os adolescentes, enfatizando que, “mesmo entre posições autodenominadas programas de saúde do adolescente, a dimensão coletiva e a determinação social da adolescência e de suas demandas de saúde restringem-se, na maioria das vezes, a preocupações marginais ao trabalho efetivamente realizado”.

No caso da chamada gravidez na adolescência, já se sabe que nem todas as meninas se encontram nessa situação por falta de conhecimento ou informação quanto à sexualidade e reprodução. Pelo contrário, investigações têm demonstrado que a gestação entre adolescentes pode significar a oportunidade de realização de projetos individuais e muitas vezes, “conjugais”, de conquista de status e de busca de autonomia, mas, sobretudo, pode também ser fruto de escolhas individuais ou partilhadas como mostram Ondina Fachel

(1998) para Porto Alegre, Simone Monteiro (1999) para o Rio de Janeiro, Terezinha Costa (2001) para Belo Horizonte, Cristiane Cabral (2001; 2005) para um grupo de rapazes no Rio de Janeiro, assim como também apontam os resultados recentes da pesquisa GRAVAD¹²; e que, portanto, tal evento inscreve significados sócio-culturais múltiplos e distintos que inclusive têm por base valores também afetivos, posto que situados em contextos de relações pautadas em emoção e sensibilidade.

É, portanto, no debate produzido no Brasil sobre o tema, no campo da antropologia, que este estudo se insere. Através da valorização do imenso e variado repertório de elementos que compõem as diferentes trajetórias afetivo-sexuais dos adolescentes (homens e mulheres), interlocutores neste trabalho, intento formular uma compreensão mais ou menos próxima dos eventos, aqui focalizados a partir “de dentro”. Para chegar a uma compreensão possível dos desdobramentos da gravidez neste grupo em específico, procuro situar as relações e os eventos que compõem essas trajetórias, considerando como quadro de referência a vida familiar e escolar do grupo entrevistado.

A importância das redes de relações tecidas nesses domínios da vida social, aponta para significados sócio-culturais mais profundos – ligados às escolhas afetivas e projetos de vida – que esses eventos adquirem neste contexto. Tal compreensão, no entanto, embora se distancie da idéia de gravidez “precoce” e como “problema social”, está longe de ser traduzida por meio de um quadro “cor-de-rosa”, como espero poder mostrar na análise que construo ao longo das páginas que se seguem.

¹² Termo abreviado pelo qual ficou conhecida a pesquisa “Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil”, realizada por três grandes centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde (IMS/UERJ), Programa de Estudos em Gênero e Saúde (ISC/UFBA) e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (UFRGS). A pesquisa foi coordenada por Maria Luiza Heilborn, Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres Victora, Fabíola Rohden, Cecília MacCallum, Tânia Salem e Elaine Reis Brandão. Os resultados mais recentes dessa ampla investigação se encontram na coletânea de textos intitulada *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, organizada por M. Luiza Heilborn (et al.); Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

CAPITULO I –

DE “GRAVIDEZ E MULHER” A “TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS DE MENINAS E RAPAZES”: OS PERCURSOS DE UMA PESQUISA.

A idéia inicial de desenvolver uma investigação sobre as trajetórias afetivo-sexuais de adolescentes tem origem, como sinalizei na introdução deste trabalho, na minha vivência como professora de História em uma escola da rede pública estadual de ensino, na qual lidava diariamente com um grupo de estudantes do ensino fundamental. Apesar de naquela ocasião me encontrar envolvida com outro tema de pesquisa¹³, não pude deixar de me interessar e, até certo ponto, me envolver também, com as histórias e experiências daqueles adolescentes, ligadas à sexualidade e afetividade, que chegavam até mim de forma espontânea. O que mais me chamava a atenção no cotidiano da escola não era exatamente o número expressivo de adolescentes grávidas¹⁴, mas sim, como já disse, a forma aparentemente tranqüila como lidavam com a experiência da gravidez e da maternidade, ou seja, as relações e as redes que as adolescentes construía em torno desses eventos naquele espaço.

Por diversas vezes, inclusive na própria sala de aula, enquanto realizava minhas atividades docentes, fui surpreendida, como disse antes, por conversas, troca de experiências e “confidências” das alunas sobre gravidez e relacionamento afetivo-sexual¹⁵. Durante os intervalos das aulas, nas “rodas de conversa”, eu observava que o tema também era sempre central. Reunidas pelos corredores da escola, elas (e por vezes, eles também), discutiam acerca das repercussões da experiência da gravidez na vida das estudantes “graúdas”¹⁶, sobre a reação e apoio (ou não) da família e também sobre o parceiro, pai da criança em

¹³ No ano de 1999, quando ministrei aulas de História na referida escola, encontrava-me cursando o mestrado, no qual desenvolvia pesquisa de dissertação dentro da temática de gênero e relações raciais, tendo por base fontes primárias. Muito embora a análise de tais documentos estivesse centrada em um contexto histórico específico – final do século XIX e início do XX – muitos aspectos do cotidiano das relações sociais que eu analisava através dos documentos, tinham correlação com os que eu observava no contexto atual do bairro e das relações entre as pessoas, me permitindo assim, aproximar os dois tempos: passado e presente.

¹⁴ Em 1999, havia pelo menos duas (02) estudantes grávidas e/ou mães por cada turma de 35 a 40 alunos, de 5ª a 8ª série, nessa escola, o que representava no total, mais ou menos 40 meninas nessa situação na escola nos dois turnos mencionados.

¹⁵ Comumente esse tema é objeto de discussão nesse espaço, cujo exemplo foi citado na introdução deste estudo em que não pude deixar de ouvir as conversas animadas, faladas em códigos que sempre me despertavam a atenção, como eu disse.

¹⁶ Deslizeamento semântico utilizado pelas estudantes para se referir ao estado de gravidez, no sentido de uma “barriga grande” e/ou em crescimento.

gestação, particularmente se este havia assumido a paternidade e, ainda, sobre a mudança (positiva ou não) na relação do casal. Muito me instigava o fato de a maioria dessas experiências contrariarem aquela idéia que mais comumente a mídia tem se encarregado de divulgar: a gravidez na adolescência como “precoce”, portanto como um “problema” para as mulheres e para a sociedade.

Meu primeiro questionamento partiu exatamente desse ponto, pois, para mim, parecia muito difícil identificar o tão propalado “problema”, já que uma das justificativas postas, sobretudo naquela instância, como já referi antes, estaria no suposto fato de as meninas abandonarem os estudos e os projetos de carreira profissional em decorrência de uma gravidez vista, do mesmo modo, quase sempre como “não planejada”. Desconfiada de que essa idéia podia não corresponder sempre à forma como a maioria das adolescentes vivenciava tal episódio, foi que, mesmo sem me dar conta, naquele momento, da complexidade que envolvia esse universo de experiências, tentei seguir alguns fios que pudessem me conduzir ao entendimento dos possíveis significados que eles e elas atribuíam a essas práticas.

Devo ressaltar também que, embora eu não estivesse pensando na possibilidade de realizar uma pesquisa sistemática sobre o tema da sexualidade e da reprodução – sobretudo por que naquele momento eu me encontrava redigindo uma dissertação de mestrado sobre relações raciais e de gênero – as experiências que observava, cotidianamente, provavelmente não teriam sido por mim questionadas do modo como o foram, se eu não estivesse ali justamente em tal situação. Melhor dizendo, se não fosse pelo fato de eu estar naquela escola como uma professora que detinha uma relativa experiência em pesquisa sobre questões de gênero, certamente aquela realidade não teria sido por mim problematizada da forma como o foi. Assim, foi a minha experiência como pesquisadora que me possibilitou lançar um olhar em torno das situações referidas, para além do que a simples atuação como professora certamente me permitiria fazer.

Entretanto, posso dizer que comecei de fato a me familiarizar com o tema deste trabalho só posteriormente, quando tive a oportunidade de participar como aluna, no ano de 2001, de um curso promovido pelo Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, na ocasião, desenvolvido no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, em

Salvador¹⁷. Esse curso exigia que os participantes (homens e mulheres¹⁸) detivessem uma certa experiência em pesquisa envolvendo relações de gênero impondo como critério de seleção, a apresentação de uma proposta de investigação que correlacionasse os temas da sexualidade e da reprodução, para que fosse apreciada e desenvolvida como parte das atividades referentes ao curso. Meio sem saber em que terreno, exatamente, estava pisando e, por isso mesmo, sem grandes pretensões, achei que seria uma excelente oportunidade para, pelo menos, conhecer parte da literatura que pudesse auxiliar a reflexão sobre a realidade com a qual eu mantinha contato e com o tema que, para mim, ainda era muito desconhecido.

Lembro de ter chegado para participar do curso levando comigo não exatamente uma proposta de investigação, mas, sim, uma idéia apenas, relacionada de forma ampla, à sexualidade do grupo com o qual eu lidava. Na verdade, nesse material escrito eu me limitei à elaboração de uma breve descrição de algumas das situações que me inquietavam no cotidiano da escola, acrescida de alguns questionamentos. Ao final do curso, após várias semanas de orientação e em meio aos inúmeros debates com os demais participantes, já conseguia, no entanto, esboçar algumas questões para investigação as quais me possibilitaram dar os primeiros contornos daquilo que um pouco mais adiante viria a se constituir em um projeto de pesquisa propriamente dito.

Ao fim da elaboração do projeto, fui contemplada com uma bolsa de pesquisa pela FAPEX/UFBA, a qual me possibilitou “adotar” definitivamente o tema para análise. O projeto que desenvolvi com o apoio financeiro dessa instituição e sob a orientação de profissionais da área de antropologia¹⁹, teve que ser limitado em função do tempo estipulado

¹⁷ Esse Programa de Pesquisa – cuja atualização se dá anualmente através da realização de dois cursos regionalizados sobre o tema referido, estando o mesmo já na sua oitava edição – possui um caráter interdisciplinar e conta com o esforço coletivo de docentes e pesquisadores do Instituto de Medicina Social (UERJ), da Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ), do Núcleo de Estudos de População (UNICAMP), do Instituto de Saúde (SES, de São Paulo) e do Instituto de Saúde Coletiva (UFBA), e com o apoio financeiro da Fundação Ford. A coordenação encontra-se sob a responsabilidade de Elza Berquó (Núcleo de Estudos da População/Universidade Estadual de Campinas – NEPO/UNICAMP), Estela Aquino (Instituto de Saúde Coletiva/Mulher e Saúde/Universidade Federal da Bahia – ISC/MUSA/UFBA), Maria Luiza Heilborn (Instituto de Medicina Social/Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IMS/UERJ) e Regina Maria Barbosa (Núcleo de Estudos da População/Universidade Estadual de Campinas – NEPO/UNICAMP e Instituto de Saúde/Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo – IS/SES/SP).

¹⁸ Na verdade o curso contou com apenas um homem dentre as 40 pessoas que participaram do mesmo nesse ano.

¹⁹ A pesquisa contou com a orientação de Maria Luiza Heilborn em um primeiro momento e, posteriormente, de Fabíola Rohden, ambas pesquisadoras do Instituto de Medicina Social, da Universidade Estadual do Rio de

para a execução da pesquisa e assim, estabeleci um recorte no qual privilegiei a relação entre o evento da gravidez na adolescência e a continuidade ou não dos estudos, mantendo o foco nas mulheres, muito embora não tenha desprezado os dados relacionados aos homens, seus parceiros, o que significava fazer uma reflexão futura que envolvesse também as suas trajetórias afetivo-sexuais.

Essa reflexão inicial foi muito valiosa, pois se apresentou como uma espécie de “janela aberta” que me apontava um amplo leque de questões que mereciam ser analisadas mais detidamente. Via-me, assim, diante de um novo desafio o qual impunha a necessidade de aprofundar meu olhar e minha escuta em torno de questões que surgiram no decorrer dessa primeira fase da investigação. A essa altura, já imersa no tema e instigada pelas novas inquietações que surgiram no curso dessa primeira fase da pesquisa, participei, em 2002, como aluna especial de uma disciplina oferecida aos alunos de mestrado em Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – PPGCS/UFPA²⁰.

A ênfase do tema discutido no curso dessa disciplina – gênero e/na antropologia – me levou a pensar na possibilidade de dar um novo formato ao projeto, no sentido de ampliar os horizontes da discussão. O objeto de análise foi aos poucos reformulado, impondo a necessidade de o universo masculino no estudo deixar de ter uma importância secundária. Assim, diferentemente do momento anterior em que meu foco estava direcionado na relação gravidez/mulher, passei a olhar a questão em um contexto mais amplo das relações afetivo-sexuais e suas trajetórias (Duarte, 1999; Bozon, 2001; Heilborn, 1999), momento em que incluí as relações no contexto das famílias das meninas e também os rapazes, seus namorados/parceiros.

A valorização das experiências masculinas nesse “novo” estudo tinha, no entanto, uma relação com a percepção que eu tive em campo, da forte influência que as injunções de gênero assumem nas interações entre os envolvidos e pela importância que as mesmas injunções adquirem nos processos que conduzem, por exemplo, ao uso ou não de uma forma

Janeiro e integrantes da coordenação do Programa, que, na ocasião, também desenvolviam pesquisa sobre o tema da gravidez na adolescência em algumas capitais brasileiras das regiões sul, sudeste e nordeste.

²⁰ Essa disciplina foi ministrada pela Prof^a. Dr^a. Maria Angelica Maués, do PPGCS/UFPA, cuja ênfase na questão de gênero, sexualidade e família, valorizava as especificidades da região amazônica no que diz respeito aos costumes em relação a essas práticas historicamente documentadas pelos relatos de viajantes e pela literatura regional.

de contracepção, à aceitação ou à rejeição de uma gravidez, à constituição ou não de um casal, inclusive chamando a atenção para a presença do tipo de “casal grávido²¹”, só referido na literatura especializada, para as camadas médias urbanas. Como desdobramento dessa questão, incluí no escopo da proposta, o questionamento sobre a importância da gravidez, da maternidade e da assunção da paternidade na construção que os jovens fazem de si mesmos e da relação.

Mais recentemente, já no doutorado, o contato mais aprofundado com a literatura especializada sobre sexualidade, que me foi sugerida pela atual orientadora da pesquisa, foi fundamental para a aproximação do tema deste estudo com outros mais amplos, que até então me escapavam. Isso implicou em considerar, que os eventos ligados a sexualidade e a reprodução não só não se esgotam em si mesmos como remetem a escolhas individuais e/ou partilhadas, que também são afetivas, portanto constituem parte de um projeto de vida que pode ser do casal. A partir dessas inquietações, não podia deixar também de incluir na análise, junto a uma reflexão sobre a gravidez, o “tirar²²” (o filho) como o seu contrário e a correlação entre tais eventos com a atitude de “assumir” ou de “não assumir” (a paternidade de uma criança).

A partir daí, cada vez mais acreditava que todo esse repertório de elementos entrelaçados que considero essenciais à compreensão das trajetórias que aqui focalizo, não teria sentido sem a percepção da centralidade que (seja lá como isso possa se dar) a família ocupa nessas trajetórias, pois, além de ser o espaço privilegiado da socialização (que inclusive precede e acompanha o da escola), é também o lugar da construção de uma intrincada rede de apoio. Essa rede é fundamental, não só para que a decisão (da adolescente) pela continuidade da gravidez se atualize na maternidade e na paternidade, mas, sobretudo, para que esse projeto possa ser conciliado com outros, como a continuidade dos estudos ou o trabalho. Ainda que, muitas vezes isso possa gerar, e gere mesmo, conflitos e tensões entre mães (e os pais também) e filhos.

²¹ Obviamente, não assumindo os valores igualitários e individualistas como no caso dos modelos atualizados pelos grupos de camadas médias urbanas, analisados por Salem (1989).

²² Deslizamento semântico utilizado pelo grupo para designar a interrupção da gravidez através do aborto induzido, em geral através do uso de chás feitos a partir da combinação de ervas medicinais ou medicação comprada em farmácias conhecidas no bairro. Nos anos 40/50 os termos usados para substituir aqueles técnicos ou médicos (aborto, hoje abortamento, aliás) era “extração” para o ato em si e “extrair” para a ação atualizada – isso quando envolvia um processo mecânico de intervenção (geralmente com a participação de outra pessoa).

Nesse sentido, objetivando contemplar a diversidade de situações que perpassam essas experiências, considerando tanto a relação afetiva do casal nelas envolvidos quanto as relações familiares que influenciam as decisões, tomo aqui também como fundamentais aquelas situações em que a gravidez não chegou a concretizar a maternidade e a paternidade.

De *locus* exclusivo de investigação, portanto, a escola se tornou, para a finalidade deste estudo, a “porta de entrada” privilegiada que me conduziu ao universo mais amplo e mais complexo das relações que envolvem as experiências ligadas a sexualidade nesse grupo, no âmbito da família. Posso afirmar que a maioria dos adolescentes interlocutores nesta pesquisa são filhos de mães que também engravidaram na adolescência (cerca de 70% do total), refletindo assim suas práticas, ao que parece, uma certa “cultura” sexual e reprodutiva que por sua vez, se reproduz – embora possa não se restringir a isso – ao longo de várias gerações. Práticas, aliás, historicamente observadas e referidas de maneira preconceituosa (referências, por sua vez, não tão distantes de certas avaliações correntes hoje) por intérpretes de nossa vida social como o casal Agassiz (1938/1865) e Veríssimo (1970/1886) no século XIX.

Um outro aspecto que considero relevante é a persistência, até certo ponto, do padrão tradicional de organização dessas famílias, o qual se evidencia a partir de uma cultura interiorana mesclada com a urbana que se atualiza, por exemplo, nos padrões assimétricos e hierárquicos que assumem as relações de gênero e nas relações de reciprocidade e ajuda mútua entre os membros do grupo de parentesco. E, no caso mais especificamente pertinente a este estudo, a gravidez/maternidade/paternidade entre adolescentes, secularmente e até hoje registrada entre nós (Wagley, 1974 [1975]; Motta-Maués, 1993 [1977]; Esteves, 1989; Cancela, 2000; Pantoja, 2001).

Nos relatos das mulheres pertencentes a outras (três) gerações que compõem o grupo mais inclusivo no qual se encontram os adolescentes deste estudo – professoras, mães, tias, avós, bisavós, madrinhas, vizinhas, irmãs e primas mais velhas – há referência comum à maneira como foram, desde tenra idade, socializadas por suas mães e avós para a vida materna e “doméstica”. Reproduzindo essas relações no âmbito da família, elas contam que aprenderam, e ajudaram, desde cedo, a cuidar dos irmãos menores e também da casa, diferentemente dos meninos que eram socializados para as atividades distantes desse domínio. Em seu estudo sobre sexualidade e juventude numa favela carioca, Monteiro

(1999), destaca essa presença feminina no espaço da casa, ligada às atividades do cotidiano, no qual as mulheres assumem sozinhas ou parcialmente as tarefas do lar como lavar, cozinhar, arrumar e os cuidados com irmãos e/ou filhos. Segundo a autora, esse aspecto assume relevância quando relacionado ao valor atribuído por elas ao casamento e a maternidade.

“Tais fatos ganham relevância quando articulados com a recorrência do casamento e da maternidade em idade precoce. A vida conjugal e os filhos parecem viabilizar o projeto de (re) constituição de uma vida familiar harmoniosa e feliz, capaz de fornecer apoio, segurança e companhia. Casamento e maternidade aparecem como centrais em seus projetos de vida”. Monteiro (1999, p. 121).

Esse aspecto da valorização das funções de esposa, mãe e “dona de casa” também é ressaltado por Lago (2002), entre o grupo de adolescentes que entrevistou, moradores no mesmo bairro do Guamá, embora em local diferente do de meu estudo, no qual esse dado encontra-se relacionado ao aprendizado do papel da mulher ligado a tais funções. Esse aspecto segundo a autora, é suscitado, por exemplo, por meio da expressão da mãe de uma adolescente de que esta teria “que carregar as botas” (do parceiro), sugerindo com isso a idéia de a mesma ter que assumir certas obrigações ligadas ao estágio preliminar do papel da mulher que tem que cuidar do marido, o que inclui cuidar de suas vestimentas, da alimentação, além dos cuidados com a casa e com os filhos.

A percepção da manutenção, até certo ponto, desses padrões tradicionais de gênero no âmbito das relações familiares entre o grupo por mim entrevistado, implicou considerar a importância que esse domínio assume na socialização dos adolescentes, tendo por base os elementos que compõem as diferenciações e as hierarquias tradicionais de gênero pautadas na tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres. Por outro lado, a repercussão (positiva ou não) que a gravidez, a maternidade e a paternidade assumem no âmbito das relações familiares, constituiu um importante elemento para a compreensão dos re-arranjos que são construídos e que se tornam fundamentais à garantia da continuidade dos estudos e a manutenção de projetos de mobilidade social em longo prazo. Algo que transparece nas falas dos pais dos casais entrevistados, como no relato a seguir.

“O Bernardo queria assumir a família dele totalmente [a namorada e o filho do casal], só que a realidade dele não dava pra isso, foi aí que eu ajetei pra eles morarem aí em cima, pois quando ele trouxe ela pra cá, a casa só era baixa, aí fizemos alto e baixo e demos um pedaço pra eles morarem”. (Seu Antonio²³, pai de Bernardo).

Esses re-arranjos no contexto da família são muito presentes no cotidiano do grupo entrevistado e aqui inclui também o recurso (bastante comum, inclusive) de expandir ou “esticar” a casa, com objetivo não só de abrigar, mas, sobretudo, de acolher a nova família. Se for o caso (como sempre acontece) de não haver mais espaço no chão para fazer um “quarto” ou um “puxado²⁴”, utiliza-se da estratégia de “subir” com as casas, construindo, como disse seu Antonio, “um pedaço lá em cima pra eles morarem²⁵”. Cabe lembrar que este tipo de estratégia é fundamental à organização das próprias famílias, à medida que, pode proporcionar a manutenção do vínculo com a família da menina ou do rapaz, facilitando o dia a dia do novo casal, sobretudo com a chegada de uma criança. As novas mães sempre dividem os cuidados com a criança, contando com ajuda de pessoas da família sempre que necessitam.

²³ O termo “Seu” está sendo aqui empregado segundo o costume local, o qual utilizam sempre para referirem-se (respeitosamente) a um homem mais velho, pertencente (ou não) a uma rede particular de relação social. O termo “Dona” é usado para designar a mulher na mesma situação.

²⁴ Há diversos tipos de estratégias criadas pelas próprias famílias para acolher as novas famílias que se formam a partir da união conjugal dos filhos e/ou filhas. A questão do espaço e as dificuldades de aquisição de um local de moradia “independente” no caso de união de jovens casais, sobretudo após o nascimento de uma criança, são resolvidas com a construção do “puxado”, ou seja, de um pequeno quarto onde dorme ou passa a residir o casal. Este é assim denominado por se tratar de um espaço que permanece, de certa forma, como uma extensão da casa. Recorrentemente, quando a casa possui um quintal maior, pode se construir uma “puxada” que, embora também seja considerada uma extensão da casa, neste caso trata-se de um espaço maior, significando dizer “uma casa”, do ponto de vista da composição de seus cômodos, geralmente com sala, quarto e cozinha.

²⁵ Esse tipo de recurso coloca com clareza o problema do espaço/das áreas disponíveis no espaço urbano, impondo a essas famílias um tipo de moradia em espaços cada vez mais exíguos e abrigando um número cada vez maior de pessoas. No Guamá, como mostrarei mais adiante, multiplicam-se as “vilas” de pequenas casas ou “passagens”, em geral onde residem pessoas pertencentes a uma mesma família, tendo inclusive este nome pelo fato de serem espaços bastante estreitos para passarem ou entrarem em suas casas.

Figura 02: Uma família resultante de gravidez e paternidade assumidas pelo rapaz em seu “puxado” erguido no quintal da casa da mãe dele (no detalhe, as duas meninas, irmãs da menina-mãe, que ajudam a “reparar” o bebê).



Foto: PANTOJA, A. L. N. (junho de 2005)

A questão dos arranjos familiares²⁶ é, portanto, de extrema relevância, pois como demonstra Fonseca (2000) para uma vila popular de Porto Alegre, os vínculos familiares são fundamentais ao tipo de organização social estabelecido pelos grupos populares. Tal aspecto, fora observado antes no estudo realizado por Sarti (1998) para a cidade de São Paulo, no qual a autora argumenta que as relações entre as famílias pobres tendem a ser sustentadas pelo princípio da reciprocidade mútua, fundamentando-se num código de obrigações partilhadas e recíprocas²⁷.

²⁶ A dificuldade de nominar formas de organização familiares alternativas ao modelo nuclear tem levado autores a buscar neste termo uma maneira de referir os diferentes padrões de relações assumidas entre as camadas populares (Sarti, 1998; Fonseca, 2000).

²⁷ A existência de tal princípio baseado na reciprocidade entre as pessoas tem sido comprovado no âmbito das relações familiares no contexto das camadas populares em Belém. Esse aspecto pode ser observado através de pesquisas antropológicas recentes. Ver, por exemplo, Lago (2002), Quintela (2002), Saraiva (2002), Pinto (2005).

“A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social” (Sarti, 1998, p.33).

Entretanto, esse significado moral inscrito nas relações familiares não pode ser entendido como uma característica particular dos grupos populares. Como mostra Lins de Barros (1987), esse valor se encontra presente entre as classes médias, em nada se identificando esta família com o modelo patriarcal multifuncional descrito por autores como Freyre (1971) ou Cândido (1951) em seus clássicos estudos sobre a família brasileira. Entendida para além de um plano meramente multifuncional, a família identificada pela autora entre grupos de camadas médias, inscreve-se em um plano em que são criadas linhas de reciprocidade entre as gerações. Dessa perspectiva, essa família pode ser vista como um grupo de pessoas que, ao encontrarem-se unidas pelos laços de parentesco e de afinidade, estabelecem entre si códigos particulares capazes de atualizar variados formatos de relacionamentos, a medida que:

“A comunhão de uma linguagem reafirma a presença de uma história não só de laços de sangue mas de laços morais que diz (sic) respeito a todos os elementos do grupo. Através dessa história, são alinhavados os laços de parentesco, ao mesmo tempo em que se delinea uma unidade moral familiar.” (Lins de Barros, 1987, p. 20).

No bairro do Guamá, e creio poder dizer-se também para Belém, esses vínculos familiares assumem características peculiares devido ser constante – e inclusive, histórica – a migração de famílias (ou de seus membros) de cidades do interior para a capital, além do contínuo e permanente trânsito entre os dois espaços (que também é histórico), referido em estudos antropológicos recentes (Cancela, 2002; Beltrão, 2002; Saraiva, 2002; Rodrigues, 2003) em pesquisas realizadas em outro bairro de Belém.

Esse aspecto pode ser também inferido da análise de Wagley ([1956],1977) em seu clássico estudo sobre comunidade na Amazônia. Ao focalizar a constituição da família em uma dessas “comunidades” amazônicas, o autor chama a atenção para o fluxo intenso e contínuo de pessoas de regiões e localidades interioranas para capitais como Belém, ressaltando a interdependência entre os dois espaços, expressa na manutenção das redes de relações familiares e de vizinhança. Aspecto que, aliás, é do mesmo modo, destacado por Ridley-Leich (1980) em seu referencial artigo, para outra região do Brasil, contexto em que:

“...o funcionamento das redes é concebido como incorporando uma série de fluxos de benefícios recíprocos entre o lugar de origem e o lugar de destino, os quais contribuem de modo significativo para a adaptação física e psicológica do migrante de baixa renda a um novo ambiente”. (Ridley-Leich, 1980: 210).

Tomando por base os dados presentes no estudo de Wagley para o contexto amazônico, e que pesquisas recentes parecem mesmo confirmar, inclusive para outras regiões do país, posso inferir que, entre o grupo que investigo, há uma “tendência” em reproduzir certos padrões de sociabilidade no interior da família, que se encontram muito próximos daqueles identificados pelos autores. Um exemplo disso é a forma como as pessoas costumam partilhar o espaço de moradia, onde se observa ser muito comum, dividirem a casa com parentes ou mesmo amigos e conhecidos recém-chegados do interior²⁸.

Em seu estudo, Wagley identificou certas vantagens nessa forma de organização das famílias. Via de regra, esse padrão comporta laços profundos de ajuda mútua entre os parentes afins ou consangüíneos, como por exemplo, a ajuda prestada entre eles com relação aos afazeres domésticos, com os cuidados das crianças e até mesmo com ajuda no que diz respeito a assuntos de foro mais íntimo da relação entre casais. De fato, isso pode ser inferido da observação feita pelo mesmo autor, no caso de uma jovem mãe que afirmou preferir morar na casa da sua sogra pelo fato de que a mesma além de ser boa parteira, ainda poderia ajudá-la aconselhando seu marido quando “este não estivesse se portando direito”.

Em pesquisa antropológica realizada recentemente no bairro do Jurunas, em Belém, onde focalizou as famílias de mulheres prostitutas, Saraiva (2002), chama atenção para esse padrão de organização das mesmas famílias e para o intenso trânsito entre o interior e a capital atualizado nesse tipo de relação. O entrelaçamento das relações entre familiares e amigos na cidade e no interior é reconhecido pelo autor através da constatação da manutenção desses vínculos e a necessidade do contato, mesmo nos casos em que a separação (da família de origem) foi conflituosa. Persiste o desejo (e a necessidade) de

²⁸ Essa relação (secular) referida nos estudos antropológicos (para ficar apenas neles) pode ser vista também no registro feito em romances cuja ação se passa na região, como nas obras: *Hortênsia* de Marques de Carvalho (escrito em 1888); *Marajó, Belém do Grão-Pará, Primeira Manhã*, de Dalcídio Jurandir; *O Cacauleta, Coronel Sangrado*, de Inglês de Souza; *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum; *Menina que vem de Itaiara, Estradas do Tempo-foi*, de Lindanor Celina; *Verdevagomundo, Maria dos três Rios* de Benedito Monteiro; *Barracão*, de Sultona de Levi Rosenblat.

manter os laços familiares, no caso das mulheres prostitutas analisadas pelo autor, enviando, por exemplo, ajuda em dinheiro para os pais que ficaram nas cidades do interior.

Todavia, acrescenta que essa relação de apoio e ajuda mútua se estabelece não só entre os parentes, mas também entre os não parentes, ou seja, entre amigos e vizinhos. No caso das famílias das prostitutas, o fato de nem sempre possuírem parentes na cidade ou mesmo no bairro onde moram, faz com que busquem recriar esses laços com amigas e vizinhas, sobretudo diante das dificuldades do dia a dia. Recorrem sempre à ajuda delas, seja em casos de doença ou quando necessitam de ajuda em relação aos cuidados dos filhos, umas das outras.

É importante, nesse sentido, refletir sobre como as necessidades são resolvidas pela população urbana a partir do fortalecimento dos vínculos e redes de apoio mútuo construídos também fora do âmbito da família. Por isso, considero pertinente pensar a questão do ajustamento da população migrante na cidade tendo por base a instituição histórica do mutirão e suas possibilidades de continuidade – evidentemente, em versões diferentes – no contexto urbano. Esta prática, freqüente, até hoje, no meio rural, como mostra Franco (1997), se refere a um processo de trabalho baseado na cooperação e ajuda mútua, que se encontra calcado na troca de favores, em compromissos familiares e obrigações recíprocas, ao contrário do processo capitalista de compra e venda da força de trabalho²⁹. Por isso mesmo, para a autora,

“O mutirão difere fundamentalmente da cooperação que aparece nas formas modernas de organização do trabalho, as quais trazem implícitos o controle e a disciplina. Em sua forma pura, o mutirão é baseado na prestação voluntária e gratuita de serviços entre pares. Seus membros reúnem-se de modo espontâneo e independente de uma direção expressa e de uma estrutura formal.” (Franco, 1997).

Tal fundamento serve como contraponto à boa parte da literatura sobre urbanização que aponta como conseqüência da vida em cidades a criação de uma cultura urbana supostamente caracterizada pela desorganização social e cultural e responsável pelo surgimento e/ou predomínio de atitudes individualistas e competitivas, afrouxamento dos

²⁹ Esse mesmo dado pode ser inferido das recentes dissertações de mestrado em Antropologia do PPGCS/UFPA, baseadas em pesquisa nos diferentes contextos rurais do estado do Pará: Ver, por exemplo, Costa (2004). Do mesmo modo, tenho registrado através de incursões também recentes em diversas comunidades rurais auto-denominadas “quilombolas” neste estado (Pantoja, 2006; /INCRA:Parecer Técnico; Pantoja, 2006/2007, INCRA: Laudos Periciais Antropológicos em Comunidades Remanescentes de Quilombos).

laços familiares, etc (Oliven, 1995). E do mesmo modo, à teoria da modernização que prevê o surgimento de novos comportamentos e orientações culturais nas elites e nas massas como pré-condição e como decorrência do desenvolvimento econômico, encarando este processo como ocorrendo de modo relativamente linear no *continuum* tradicional-moderno. Sem querer afirmar, obviamente, que nada disso ocorre, há que se atentar também para a permanência na cidade, e servindo a outros fins, ainda que com outros contornos, de formas de organização apenas identificadas com o chamado mundo rural.

Particularmente no universo investigado, tenho registro de que a grande maioria das famílias dos entrevistados é composta de migrantes (de segunda ou terceira geração), das áreas rurais (o que significa dizer que quase todos os adolescentes deste estudo possuem “um pé no interior” como se diz aqui), realidade, portanto, que se mantém, pelo menos para tais grupos populares muito semelhante à conformação que assumiam as famílias em Belém no final do século XIX para o XX (Cancela, 1997; Pantoja, 2001), em que, em sua maioria, eram constituídas a partir de uma intensa migração de pessoas, sobretudo mulheres, de cidades e regiões do interior do Pará. Eram mulheres que deixavam suas cidades de origem, muitas vezes quando ainda crianças, vindo morar e trabalhar em Belém exercendo funções de “empregadas domésticas³⁰”, mas que mantinham, no entanto, a ligação com os familiares do interior, tal como também ressalta Wagley (1977), referindo-se a intensa mobilidade de pessoas para Belém e a manutenção dos laços com os que ficaram.

No contexto atual, tomando o bairro e o grupo aqui mencionado, este aponta para a permanência desse intercâmbio e entrelaçamento da cultura interiorana e urbana, com as mulheres exercendo uma forte presença nesse processo, na qual o papel da mãe, esta em

³⁰ É importante ressaltar que sob o termo, “empregada doméstica”, historicamente em Belém se escondeu e continua a se esconder a exploração do trabalho de mulheres e crianças. Para o final do século XIX e início do XX, em trabalho anterior (Pantoja, 2001), documentei a trajetória de mulheres que deixaram suas cidades de origem no interior do Pará, quando ainda crianças, vindo morar em Belém, não raro se expondo a todo tipo de exploração, inclusive sexual, no interior dessas casas. Wagley (1997), aludindo acerca da intensa mobilidade de pessoas de cidades do interior para Belém, refere-se às chamadas “filhas de criação” que na realidade também ficavam sujeitas a esse mesmo tipo de exploração. Em recente e instigante estudo sobre as diferentes modalidades de “circulação de crianças” entre camadas médias urbanas em Belém, Motta-Maués (2004), destaca o caráter histórico desse tipo de prática, atualizada, entre outras formas, tanto na criação de meninos e meninas advindos das obrigações do parentesco, os “filhos de criação”, quanto na forma como eram encaminhadas as crianças por seus pais ou responsáveis, vindo a tornarem-se “crias de casa de família”, as quais, quando conhecidas suas qualidades de “bons serviçais”, tornavam-se inclusive, motivo de disputas entre as “famílias”. Ainda a autora, ressalta como a mesma experiência de vir para a cidade e trabalhar como “doméstica” pode ser entendida (por aquelas que ficaram no interior), e vista como sinônimo de *status* pelo fato de se “trabalhar na sombra” em oposição ao trabalho na roça.

geral, chefe de sua família, assume destaque na sua reprodução. Por em relevo tais aspectos das relações no presente e relacioná-los ao passado, (porém tomando o cuidado para não idealizá-lo) é importante, pois como sabemos, aponta o caráter inacabado do passado e com isso recupera a dinâmica do processo histórico baseada nas experiências cotidianas dos indivíduos. Essas experiências, no caso do grupo focalizado, apesar de encontrarem-se profundamente influenciadas pelo ideário moderno, não foram suplantadas pelo mesmo, pois, o passado com base na experiência coletiva, por exemplo, não foi de todo alterado pela experiência do indivíduo em meio à vida urbana, supostamente isolado em sua história pessoal.

Além dos aspectos ligados à própria maneira como o grupo compartilha experiências sexuais e reprodutivas no interior da família, tendo como marcadores diferenciais, as (tradicionais) hierarquias de gênero, os relatos de experiências dos entrevistados apontam também, para a existência de um repertório difundido entre eles, de crenças – do mesmo modo tradicionais – acerca dos significados das alterações corporais, tomados, tanto a partir da transformação que se opera no corpo e aponta os indicativos de uma suposta gravidez, quanto ao formato da barriga, como indício do sexo do bebê.

Essa suposição encontra forte apoio no fato de ter sido por mim observado durante a realização de um “baby chá³¹” ocorrido nas dependências da escola, a demonstração por parte das outras adolescentes, de uma admiração pelo corpo da colega grávida. Esta, ao contrário do que recorrentemente é mostrado nas reportagens escritas e televisivas, não se mostrou nem um pouco envergonhada de sua barriga, mas, sim a exibia, com visível orgulho³², usando na ocasião, peças de vestuário feminino que deixavam totalmente à mostra essa região do seu corpo. A isso devo acrescentar também, a insistência por parte das outras meninas naquela ocasião, em tocarem a barriga dela, objetivando verificar, por meio

³¹O “baby chá”, termo comumente utilizado no Brasil pelas diferentes camadas sociais, para designar o original em inglês *baby shower*, faz parte do conjunto de pequenos eventos festivos que são organizados por alunos (homens e mulheres) e professoras no espaço da escola, estando o mesmo incorporado ao cotidiano das relações construídas nesse ambiente. A diferença deste em relação aos demais eventos se encontra no fato de o mesmo ser organizado em sigilo para que tome forma de surpresa para a adolescente (grávida). Na ocasião são rendidas homenagens à mesma, oferecendo-se presentes para a criança que vai nascer. O momento mais esperado do evento é quando se inicia a brincadeira de adivinhação dos presentes recebidos, pois, a cada presente não adivinhado pela homenageada, o grupo decide a “prenda” que ela deverá pagar.

³² Isso em muito contraria interpretações recorrentes, tal qual a que foi externada pela deputada de Rondônia – já referida aqui anteriormente – que afirmou isso como elemento do quadro desorganizador e marcadamente negativo, que se instaura para as adolescentes com a “indesejada” e “indesejável” gravidez.

do formato, o sexo do bebê³³. Quando inquiridos por mim sobre como haviam aprendido a estabelecer tais distinções, a maioria respondeu que uma pessoa pertencente a outras gerações de suas famílias (avó, mãe ou tia), as havia ensinado³⁴.

Isso parece reiterar o que dizia antes aqui, ou seja, muito embora estejam estas famílias atualizando suas relações no contexto de uma sociedade moderna, não se encontram totalmente imersas no ideário próprio deste tipo de sociedade.

A percepção do corpo grávido neste contexto é um forte indicativo do valor que é atribuído à maternidade pelo grupo, sendo este valor passado de geração a geração pelas mulheres. Por outro lado, tal como no grupo investigado por Monteiro (1999), no Rio de Janeiro, a maneira como homens e mulheres vestem-se, confirma a existência de uma cultura de exibição do corpo nesse universo, nos moldes modernos. Inclusive no caso das meninas, se estende também para aquelas que se encontram grávidas, cujos trajes em tecidos sempre muito coloridos, são compostos por exíguas peças como shorts, mini-saias, vestidos curtíssimos e blusas do tipo “tomara que caia”.

O valor (tradicional) que a maternidade assume nesse universo, me parece estar relacionado também com a simbologia do corpo (grávido) construída pelo grupo não como um corpo disforme, do qual possam sentir algum tipo de vergonha, mas pelo contrário, como um corpo belo que por isso mesmo deve ser mostrado, exposto à admiração de todos. Esse aspecto parece apontar para a tênue linha entre valores tradicionais e modernos em que costumes tradicionais, como o valor da maternidade, convivem simultaneamente com uma cultura de exibição do corpo nos moldes modernos, característica das sociedades complexas da atualidade (Goldenberg & Ramos, 2002; Goldenberg, 2004), como algo que tem lugar nesta percepção que se tem do corpo, o que faz com que não se esconda, mas, se mostre a barriga. Assim, embora seja possível dizer que as crenças, costumes e valores tradicionais ligados a reprodução (assim como as redes de parentesco, vizinhança e compadrio) de certa forma se atualizam no contexto urbano, essas práticas encontram-se mescladas com o

³³ A “leitura” que fazem do formato da barriga assume também uma diferenciação por gênero. Afirmam que quando a barriga adquire o formato mais arredondado é sinal de que a criança será menina; quando adquire formato mais pontiagudo ou oval, é sinal que a criança nascerá menino.

³⁴ Ao se referir as “técnicas corporais” como sendo “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos”, Mauss (1974;211) nos ensina que a apreensão da natureza dessas técnicas requer um ponto de vista que inclua não só os aspectos anatômicos e fisiológicos, mas, também os aspectos psicológicos e sociais.

ideário moderno. Trata-se, no entanto, de uma espécie de “adaptação” ou, talvez melhor, imbricação, desse estilo moderno ao local.

Ainda sobre a presença de traços culturais tradicionais e modernos, neste grupo esse aspecto também pode ser percebido através das redes de parentesco, vizinhança e compadrio, que são acionadas nos momentos de dificuldades com os quais se deparam ou podem se deparar as mães adolescentes, buscando, inclusive, apoio entre os familiares que se encontram nas cidades do interior do estado (Quintella, 2002; Pantoja, 2001.). O caso de uma estudante que engravidou durante o ano letivo e, temendo a reação de seu pai diante do fato, contou com o apoio de parentes de sua mãe, seguindo para uma cidade do interior, onde estes moram, só retornando após o nascimento da criança, é emblemático nesse sentido (Pantoja, 2001, anotações de campo)³⁵.

Reitero assim, os argumentos de Sarti (1996), particularmente no que se refere a importância desses laços familiares para que o próprio processo de migração se viabilize e se sustente pois,

“Embora o trabalho seja o instrumento de integração ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres – por razões que lhes escapam inteiramente – não se viabiliza, nem se sustenta como processo social sem esta rede de relações com base na família e na localidade. A migração constitui, neste sentido, um processo privado, assegurado por um sistema de lealdades pessoais e familiares”. (Sarti, 1996, p.32)

Esses laços pessoais e/ou familiares me levaram a pensar na relevância que os mesmos assumem no processo de reprodução das próprias famílias influenciando nas escolhas e decisões tomadas pelos adolescentes em relação à aceitação ou à rejeição da gravidez/maternidade/paternidade de maneira a contribuir para que esses eventos não incidam em abandono de projetos profissionais futuros, embora possam gerar conflitos dentro da família. Esse ponto é importante, sobretudo porque aponta para padrões diferenciados de sociabilidade que podem, inclusive, ser acionados nos momentos de dificuldades, assumindo aqueles eventos novos contornos, como por exemplo, a partir da

³⁵ Para pensar nesse não estranhamento (do nosso ponto de vista, de camadas médias e sua idéia/relação com os filhos) ou nesse encaixamento de uma ausência temporária, mas, ao mesmo tempo, imprevista e demorada dessa adolescente, invoco aqui a etnografia referencial de Cláudia Fonseca (1985), registrando o mesmo fenômeno para as crianças em circulação entre os grupos populares que estudou (inclusive com dados históricos) em Porto Alegre.

incorporação de netos(as) como filhos(as), tal qual se fazia no Pará, ainda no século XIX. A permanência de tais padrões, inclusive, tem sido destacada em estudos antropológicos recentes (Vaz Silva, 2003; Motta-Maués, 2004; Estumano, 2004; Lages, 2006) e aparece também entre os dados populacionais mais recentes do IBGE.

A valorização dos aspectos que marcam a permanência de valores e atitudes tradicionais no interior dessas famílias permite considerar também os conflitos e tensões que perpassam os eventos da trajetória afetivo-sexual dos adolescentes, tomando por base as atitudes dos pais em relação a essas experiências dos filhos. Tal aspecto foi observado por Brandão (2003), para o universo pertencente as classes médias no Rio de Janeiro, no qual aponta a existência de uma complexa negociação sobre o exercício da sexualidade dos filhos que, embora haja o reconhecimento da autonomia juvenil, não significa a exclusão da regulação por parte dos pais.

No caso do grupo analisado, um aspecto marcante é a manutenção (pelo menos) da consideração da autoridade paterna nessas famílias, (mesmo naquelas em que esse pai encontra-se fisicamente ausente), podendo interferir na decisão da continuidade ou não da gravidez. Um traço igualmente identificado em outros estudos realizados com grupos de camadas populares (Sarti, 1996; Lago, 2002; Pinto, 2005).

Convém registrar também, um outro fato que muito me influenciou a buscar uma compreensão das experiências dos adolescentes em relação a sua sexualidade. Refiro-me ao meu convívio intenso e permanente com um outro grupo deles dentro de minha própria casa, pois data desse momento também, a “entrada” de meus dois filhos no “mundo da adolescência”. O contato com o grupo de amigos e amigas de meus filhos foi inevitável, pois, além da “carona” diária na volta do colégio para casa³⁶, tornou-se também quase uma rotina (e ainda continua), reunirem-se em casa para “um lanchinho”, um almoço ou um fim de semana, quando alguma “programação” noturna estava (ou está) prevista³⁷. Quero ressaltar, com isso, que, ao valorizar esses momentos, através das conversas com esse grupo próximo a mim, ocasiões em que o tema deste estudo passou a ser privilegiado, pude

³⁶ Lembro que nesse trajeto entre o colégio e minha casa, retornava (e retorno) sempre com o carro “lotado” de meninos e meninas, colegas de minha filha, ocasião em que participava (e participo) também das animadas conversas entre eles.

³⁷ Essa “programação” diz respeito às (muitas) festinhas de aniversário das quais eles sempre participam nos finais de semana. A minha casa acabou se tornando uma espécie de “ponto de encontro” pelo fato de eles me considerarem “uma tia muito gente boa” e por me dispor a levá-los e apanhá-los de volta nesses eventos.

entender melhor as idéias e experiências vividas pelo meu grupo de pesquisa propriamente dito, o que me permitiu estabelecer um certo grau de contrastes e de aproximações entre os dois universos – camadas médias e camadas populares.

Figura 03: Grupo de adolescentes de classe média pertencente a rede de relações de meus filhos.



Foto: PANTOJA, J. N. (28/10/2006).

Esse contato constante entre universos “tão diferentes” e, ao mesmo tempo, “tão iguais” tornou-se um exercício muito rico no sentido da possibilidade de reflexão permanente sobre a noção de “diferença” entre “nós” e “eles” que me ofereceu. A experiência da sexualidade permite, portanto, uma aproximação entre as diferentes camadas sociais, o que significa questionar a idéia de gravidez na adolescência como um problema com lugar e endereço bem definidos, ou seja, como se só ocorresse entre adolescentes de segmentos populares. Não podemos esquecer que o fenômeno também se faz presente nas camadas médias e altas como indicam estudos recentes (Lhomond, 1999; Bozon, 2001; Brandão, 2003), e nossas observações confirmam, porém, nestas, não o temos registrado nem problematizado, antropológicamente. No entanto, não nos faltam dados

“impressionísticos” que permitam falar da frequência com que ocorre nessas outras camadas³⁸.

Obviamente que a visibilidade do evento não poderia deixar de ser maior entre as camadas populares, pois, como sabemos, os “pobres” são sempre a maioria. E, além disso, entre as camadas médias, dada sua própria situação (de classe/de status), o fato não será traduzido como “problema”. No entanto, é necessário considerar que nas sociedades complexas a coexistência de diferentes mundos constitui a sua própria dinâmica (Velho, 1994), o que faz com que essa “diferença” seja apenas de um certo grau³⁹. Convém, neste sentido, indagar a respeito de como se construiu essa idéia de “gravidez precoce”, que para este grupo específico que entrevistei não é vista assim.

Discutindo o “problema”

A assim chamada “gravidez na adolescência” mesmo não sendo novidade no Brasil (embora não com este rótulo), foi somente há algumas décadas que tal evento foi tomado como um problema social, posto que situado (a partir de um olhar “de fora”), dentro de um quadro de “gravidade” e “risco” que por si só demandaria a tomada de ações efetivas. No entanto, como salienta Bozon (2001, p.3), este “problema social” necessita ser analisado sob o prisma das questões antropológicas a ele subjacentes, buscando-se acrescentar ao mesmo debate, uma abordagem também cultural do evento⁴⁰, pois,

³⁸ Durante este tempo de convívio mais próximo no sentido do meu envolvimento maior com estas experiências relacionadas à sexualidade na adolescência, fui surpreendida com um caso de gravidez neste grupo de classe média de que falo. Esse fato me ofereceu elementos muito ricos para uma reflexão comparativa em relação à repercussão social do evento nestas classes e o desenrolar do processo que leva a aceitação do fato tanto pelo rapaz (neste caso, também adolescente) quanto pelas famílias envolvidas diretamente na situação citada. Mais adiante no capítulo sobre os significados da gravidez, da maternidade e da paternidade, retomarei este caso.

³⁹ A noção de “circularidade” de idéias e práticas culturais proposta por Darnton (1986), é particularmente apropriada aqui. Para o contexto do Antigo Regime na Europa, ao argumentar que não existem fronteiras que possam separar os diferentes universos mentais, este autor assinala que as correntes culturais se mesclaram, movimentando-se “para o alto e para o baixo”, passando através de veículos e grupos de ligação diferentes, tão afastados entre si quanto estavam os camponeses dos salões sofisticados dessa época.

⁴⁰ Michel Bozon é sociólogo francês que tem sua trajetória científica nessa área, marcada pela dedicação a pesquisas sobre a formação de casais e a sexualidade na França. Ligado ao Institut National d’Etudes Démographiques (Paris), publicou vários trabalhos sobre o tema na Europa e no Brasil, inclusive em co-autoria com M. Luiza Heilborn, dentre os quais destaca-se o estudo comparativo “As carícias e as palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris”, onde analisa as diferentes trajetórias afetivo-sexuais de homens e

“...no Brasil, é impossível negar o fato de que os *contextos sociais* definem universos de possibilidades e de significações radicalmente diferentes entre os jovens de origem diversas: os valores familiares transmitidos, as condições de existência, a duração da escolaridade e as perspectivas de mobilidade social que diferem tanto em função das classes sociais, como dos contextos regionais; aqui como em outros países, postula-se a existência de vários tipos de juventude para os quais potenciais eventos reprodutivos precoces têm sentidos totalmente diferentes”. (Bozon, 2001: 2).

No contexto da emergência do fenômeno enquanto problema, uma perspectiva radicalmente dramática e moralizadora assumiu relevo. Cálculos da OMS – Organização Mundial de Saúde – enfatizam que anualmente, em todo o mundo, cerca de 13 milhões de crianças nascem de mães adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos, o que é visto como alarmante. Para os países da América Latina esses indicadores têm apontado um aumento progressivo do número de adolescentes grávidas. No Brasil, pesquisas quantitativas têm apontado o crescimento do fenômeno nos últimos anos. Segundo dados do Ministério da Saúde, com base no número de partos realizados pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, de um total de 2.718.265 partos ocorridos no ano de 1997, 720.340 dos casos estavam situados na faixa etária de 10 a 19 anos, o que revela diferenças significativas em termos de idade (abaixo de 15 anos) da iniciação da vida reprodutiva das adolescentes. A região norte aparece na frente, concentrando nesse mesmo período, 33,13% dos casos, sendo seguida da região centro-oeste com 29,91% dos casos⁴¹. O nordeste apresentou 27,67%, o sudeste 24,19% e o sul, 23,9% do total em todo o Brasil (Folha de São Paulo, 11.12.1998).

A generalização desses percentuais faz com que alguns questionamentos sejam inevitáveis. O que, ou quem estaria por trás dos mesmos? O que eles dizem, querem dizer, escondem ou tentam esconder? Penso que, se os números podem dizer alguma coisa, eles também omitem muita coisa, por isso, é necessário que os mesmos sejam relativizados, uma

mulheres de diferentes universos sociais presentes nas duas cidades. Atualmente integra o projeto GRAVAD (Gravidez na Adolescência), que tem como coordenadora M.Luiza Heilborn (IMS/UERJ), juntamente com uma equipe de pesquisadores dentre os quais encontram-se, Estela Aquino (ISC/UFBA), Daniela Knauth (UFRGS), Ceres Victora (UFRGS), Fabíola Rodhen (IMS/UERJ), Cecília McCalum (ISC/UFBA) e Tânia Salem (UERJ).

⁴¹ Estes números em relação à região Norte e particularmente ao estado do Pará, são de fato confirmados na pesquisa realizada por Lago (2000), cujo percentual de atendimentos por complicações de parto nos hospitais públicos foi maior entre meninas adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos.

vez que, neste caso, não é possível ignorar outros acontecimentos paralelos ao crescimento do mesmo fenômeno.

De acordo com Bozon (2001, p. 4), no caso brasileiro, essa visibilidade decorre da redefinição de, pelo menos, três elementos importantes nesse contexto. O primeiro está ligado à redução da taxa de fecundidade que ocorreu por volta de 1965 a 1995 – fenômeno ligado ao “boom” das laqueaduras, como demonstra Serruya (1995) para Belém – a qual proporcionou uma diminuição em termos de seis filhos para um pouco mais de dois por cada mulher – o que fez sobressair muito mais os casos de gravidez em mulheres na fase da adolescência.

O segundo elemento que contribuiu para o aumento significativo dessa visibilidade está relacionado ao expressivo aumento da gravidez e de nascimentos na adolescência que ocorreram fora de uma união estável ou “legitimada”. O autor sugere ainda que o fato de a ocorrência da mesma se dar dentro de um quadro dessa considerada “ilegitimidade”, tanto no Brasil quanto em outros países, em muito contribuiu para essa visão alarmista da questão, e para sua transformação em um “problema social”. A meu ver, esse aspecto referido pelo autor, pressupõe a permanência de um olhar sobre essas experiências que, (a exemplo de como ocorria em outros momentos, como mostra Caufield, para as décadas de 30 e 40 do século XX e Cancela, para Belém do final do XIX e início do XX) se pauta em um modelo de comportamento sexual e configuração de família que é sancionado pelas elites e que fundamenta as políticas sociais intervencionistas nessa área.

Por último, como um terceiro elemento, ressalta Bozon que esses aspectos têm ligação com o aparecimento de novas expectativas sociais em relação à juventude, sobretudo nas classes médias, juntamente com o aumento da taxa e da duração da escolaridade. No universo juvenil de camadas médias e altas do Rio de Janeiro, Brandão (2004), identificou tal “prolongamento” do grau/do tempo de escolaridade, e até, da adolescência /juventude como parte das expectativas das camadas médias. Para a autora,

“...parece haver cada vez mais uma defasagem entre uma iniciação sexual mais precoce e os processos de entrada no curso superior e de conclusão dos estudos, com a subsequente inserção no mercado de trabalho. O percurso de formação escolar e profissional se vem alongando e a independência juvenil - tomada como auto-suficiência econômica e residencial – se efetiva cada vez mais tardiamente”. (Brandão, 2004; 70).

Nessa direção, penso que, embora uma “gravidez precoce” nem sempre interfira no desenvolvimento visto como normal da juventude, de um modo geral e, sobretudo, no que diz respeito aos “estudos”, ela incide, na maioria dos casos, em aumento das dificuldades – tanto para as mulheres quanto para os homens – algo que também pode ser considerado da mesma forma, pelo menos em relação aos projetos que constroem, para os grupos pertencentes às camadas populares.

Posso nesse sentido acrescentar ao argumento dos autores que essa interpretação da gravidez na adolescência como “problema”, encontra-se freqüentemente relacionada a um contexto urbano e, antes de tudo, com a atualização do conceito de adolescência (do que é próprio dela, de cada contexto) e com a idéia de uma idade considerada própria, mais à frente, para ter filhos, e tê-los no casamento; o que não valia (não vale), por exemplo, para as sociedades tradicionais, em um contexto rural ou (até pela sua ligação com estas), entre as camadas populares nas cidades, como é o caso do grupo que entrevistei. Embora isso não signifique dizer que elas não partilhem de algum modo, das mesmas idéias e valores vinculados a um ideal de vida a ser atualizado pelos jovens das camadas médias.

Assim, antecedentes históricos são importantes para a compreensão dos processos sociais mais amplos que envolvem os eventos aqui focalizados, pois, como sabemos, a maioria das práticas que hoje são consideradas pela sociedade civil e, particularmente, pelos poderes públicos como “problema”, já existiam antes de serem “descobertos” como tal. Esse fato impõe a necessidade de reflexão sobre como e por que certas práticas e eventos em determinados momentos e em contextos específicos passam a ser vistos e tratados como “problemas sociais”.

Particularmente, a gravidez em mulheres a partir dos 13 anos, por exemplo, não era vista há, pelo menos algumas gerações anteriores a esta atual, como “problema”. Embora existisse e fosse tratada de diferente maneira a depender do contexto e das classes envolvidas, o evento preocupava autoridades e juristas, mas sem contudo adquirir foro de “problema” para a sociedade. E não o era, entre outras razões, pelo fato de haver um forte incentivo e mesmo a obrigatoriedade do casamento. Assim, historicamente, a idade considerada “apropriada” para as mulheres terem filhos encontra-se relacionada também aos mecanismos políticos gerados pela própria sociedade, como bem mostra Macfarlane (1990) para a Inglaterra vitoriana, contexto em que o controle preventivo do crescimento da

população era feito através do casamento tardio e do não-casamento. Adiar o casamento significava adiar o momento (a idade) de se ter filhos, o que era válido para grande parte da Europa nesse período, sendo, porém, a Inglaterra, o caso mais extremo nesse sentido.

“O padrão de casamento compunha-se de uma série de fatores interligados, o mais importante dos quais era a idade flutuante de casamento. Isso fazia com que a idade de casamento aumentasse nos períodos em que o crescimento populacional teria sido um obstáculo à acumulação de capital, e diminuísse quando havia necessidade de mão-de-obra”. (Macfarlane, 1990: 325).

No contexto brasileiro, desde os tempos coloniais, a valorização da maternidade sempre esteve associada ao casamento, proposta legitimada pelo Estado e pela Igreja Católica (Del Priore, 1993). Uma vez identificada a sexualidade com a reprodução, o sexo antes do casamento era, obviamente, condenado – como mostram Esteves (1989) para o Rio de Janeiro das primeiras décadas da República e Cancela (1999) para Belém da virada do XIX para o XX – pois estariam em jogo não apenas a saúde mas, sobretudo, a moral da descendência das mulheres (Caulfield, 2000).

Caulfield (2000) assinala que a partir de 1937, durante a ditadura de Vargas, a preocupação (e intervenção) do Estado foi crescente no sentido da manutenção de uma dada ordem social baseada nas diferenças (de gênero, classe e raça). Nesse período, o Estado insistiu na idéia de “honra” nacional ligada à moralidade pública e familiar. Em tal contexto, cada vez mais o comportamento de mulheres tidas como modernas, liberais ou emancipadas, tornou-se objeto de preocupação de médicos e juristas que passavam a se deter sobre o controle da moral sexual. A autora ressalta que a defesa da moralidade feminina pelo Estado atualizado na construção médico-jurídica da “himenolatria”, correspondeu ao entendimento de que “no hímen das mulheres repousa a honra do Estado brasileiro”. Esse aspecto remete à existência dos valores ideológicos que estavam em jogo e pode ser relacionado ao contexto atual de que estou aqui falando, com o fato ambíguo do extenso (e recorrente) intercuro sexual (das meninas) desde muito cedo, juntamente com (senão uma valorização, pelo menos) uma consideração da virgindade, que pode ser revelada, por exemplo, na dificuldade (para não falar em impossibilidade) que elas encontram de negociação de uso do preservativo masculino (junto aos parceiros/namorados), na figura, ainda posta, da (menina) “galinha”, da não assunção da paternidade pelo rapaz quando a gravidez ocorre durante um

“fica” ou mesmo da rejeição da família quando a gravidez acontece fora de uma união “legitimada” incidindo, não raro, em expulsão (pelo pai) da menina ou fuga de sua casa, como veremos no decorrer desta reflexão.

Rodhen (2003), em instigante estudo das representações e dos diversos embates morais travados por médicos, juristas e políticos acerca do controle da natalidade, práticas contraceptivas e do aborto durante a primeira metade do século XX, mostra de que maneira a sexualidade e a reprodução deixaram de ser assunto (apenas) da intimidade das mulheres e das famílias, e se tornaram temas de domínio público (do Estado). No contexto de uma sociedade em que este se mostrava extremamente preocupado com o tamanho e a “qualidade” de sua população, a medicina assumiu importância primordial. Cabia aos médicos um papel importante nesse cenário. Segundo a autora:

“A preocupação com o casamento aparece com destaque nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a partir da década de 1870. Desde essa época, os médicos demonstram um interesse grande pelo casamento, na medida em que esse tema se associa com sexo e procriação e a manutenção da ordem social (a família, a nação) e mesmo natural (a sobrevivência da espécie)”. (Rohden, 2003: 180).

Lançando mão de fontes históricas preciosas como as teses médicas desse período, a autora refere a questão da idade como um dos aspectos em torno do qual os médicos também travavam seus debates. A preocupação com o tamanho e com a “qualidade” da população (baseada em princípios eugênicos), fazia com que eles discutissem sobre a idade mais apropriada para casar e gerar filhos e o “problema” que resultaria das uniões precoces ou tardias. O mais conveniente (considerando os propósitos do Estado e a “seleção” médica), era que esses eventos ocorressem entre 24 e 25 anos (para os homens), e 19 e 20 anos (para as mulheres). Segundo Rohden, a preocupação médica com a idade, reflete também um interesse na saúde da reprodução, na medida em que, “os cônjuges muito moços, por exemplo, não têm condições ainda de produzir filhos com uma constituição vigorosa” (p. 182). Como a preocupação era com a melhora da “espécie humana”, também, segundo a autora, se chegou a condenar as uniões ou reproduções distantes (para mais e/ou para menos) em termos etários, deste considerado o mais adequado.

Esse ponto pode ser relacionado aos debates atuais travados no contexto da medicina como algo que também possui um viés ideológico ligado a uma preocupação do Estado

brasileiro com o aumento da sua população (leia-se, com o aumento da parcela “pobre” da sociedade), como venho dizendo, traduzindo a gravidez (na adolescência) como um evento “precoce” e conseqüentemente, como “problema” social, como ficou nitidamente marcado no discurso da deputada do estado de Roraima, citado anteriormente.

Não por acaso, atualmente, a visão de gravidez “precoce” (na adolescência) e enquanto “problema” tendeu a sobressair no contexto da medicina, nas últimas décadas, quando se evidencia um aumento significativo do número de partos medicalizados (realizados em hospitais), o que fez com que, segundo Bozon (2001, p. 6), tanto no Brasil como em outros países, a questão do risco médico acabasse por ser evidenciada. No âmbito da medicina, assume destaque o risco da prática do aborto, o qual estaria ligado à rejeição à gravidez pela adolescente. Entretanto, o reconhecimento de que o aborto constitui uma prática freqüente também entre mulheres em idade acima de 19 anos oferece um importante contraponto a essa visão. O risco durante o parto também é apontado pela medicina, que o associa à suposta imaturidade anátomo-fisiológica da mulher jovem, desta decorrendo outros problemas de saúde, como uma maior incidência de baixo peso da criança ao nascer e/ou sua prematuridade.

Especificamente em relação a esse ponto, no âmbito da antropologia, novos debates vêm sendo suscitados, apontando outras possibilidades de interpretação para essa questão e de análises mais finas da mesma. Terezinha Costa (2001), em seu estudo realizado com adolescentes grávidas e mães em Belo Horizonte, enfatiza que tomar a idade (da mãe) como fator isolado para analisar os indicadores materno-infantis é cair no reducionismo de um fenômeno que é bem mais complexo. Apoiada em dados empíricos bastante sólidos em que tomou os indicadores de mortalidade perinatal, BPN (Baixo Peso ao Nascer) e prematuridade, a autora defende ser entre os filhos de mulheres na faixa de 10 a 14 anos que o risco pode recair com maior ênfase e não entre **todas** as mães adolescentes.

Ao ser difundido amplamente, o discurso médico do “risco” ganhou corpo passando a ser utilizado entre jornalistas, políticos e demógrafos entre outros. A partir de uma visão generalizante, Camarano (1998), por exemplo, afirma que a “gravidez precoce”, ou seja, segundo o autor, aquela em mulheres abaixo de 16 anos é “de risco duplo” – para a mãe e para o filho – por estar a mesma relacionada a problemas de saúde provenientes da “incompleta formação do aparelho reprodutivo” das meninas nessa idade.

“Além da mortalidade infantil, a gravidez precoce também implica em mortalidade materna relativamente elevada (...) a gravidez em mulheres abaixo de 16 anos deve ser considerada como ‘gravidez de risco’, pois tem maiores chances de estar associada a problemas como hipertensão, formação incompleta do aparelho reprodutivo e nutrição”. (Camarano, 1998:127).

Para Bozon (id., p.5), é no âmbito da psicologia tradicional que o discurso do risco *tout court* – cujo diagnóstico seria a imaturidade psicológica dos jovens –, adquire ênfase. A gravidez, também vista como precoce nesse discurso, aparece como causadora de problemas psíquicos e sociais variados para as adolescentes e conseqüentemente, para seus filhos. Ainda de acordo com esse autor, ao resvalar para o campo da moral, muitas vezes até para o moralismo, o discurso assume “uma oscilação que vai da condenação ao apoio moral aos adolescentes” (Bozon, id., p. 5).

Não restam dúvidas, assim, de que é/foi sempre e somente para **as mulheres** a exortação médica. Acrescento ao argumento do autor que, de certo modo, estamos diante de uma percepção que tem uma longa duração na história, pois, além de os eventos não serem reconhecidos como dotados de amplos significados sociais/culturais, insiste-se na concepção de gravidez/maternidade como um evento que só diz respeito às mulheres, menosprezando-se nesse processo, a importante e fundamental participação masculina⁴².

Pelo menos a partir das duas últimas décadas para cá, na esfera da saúde pública, tem tido destaque o discurso que considera o evento como um risco social. Nesse, o fenômeno resultaria da pobreza, da precariedade, da falta de acesso aos serviços de saúde (sobretudo orientação médica no sentido da prevenção através do uso de contraceptivos) e ainda, da suposta falta de informação das meninas. De maneira análoga, considera-se a gravidez na adolescência como um reforço à pobreza e marginalidade, pois segundo essa perspectiva, a

⁴² Isso não significa dizer que todos os homens participam ou possam participar do mesmo modo do processo que envolve uma gravidez e/ou nascimento de uma criança. Pelo menos no que diz respeito a este grupo em específico, embora seja importante considerar essa “presença” masculina no âmbito de uma gravidez, a relativização vem dos casos em que a paternidade não foi assumida pelos rapazes e por meio de histórias de outros, que chegaram até mim através deste mesmo grupo, em que esse apoio e participação masculina não ocorreram. Ademais, é preciso lembrar que essa participação, quando ocorre, possui, digamos assim, um certo “grau”, ou seja, me pareceu que entre os que “assumiram” a gravidez e a paternidade, o fizeram como provedores, ficando os cuidados práticos com a criança sob a responsabilidade das meninas. Apenas alguns dentre os que assumiram, disseram-me “ajudar” nos cuidados, porém esta “ajuda” não incluía, por exemplo, “dar banho”, “limpar o bumbum”, “lavar as roupinhas” do bebê.

gravidez resultaria para as adolescentes, em abandono dos estudos, dificuldade em encontrar emprego, contando as mesmas apenas com uma ajuda limitada da família.

Esse quadro pintado com cores sombrias pode ser percebido, por exemplo, através da fala de uma médica, chefe de serviço de atendimento materno-infantil da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que em entrevista a um programa matinal diário de emissora de televisão local, invocava sua própria e distinta experiência de mulher proveniente de uma família “bem constituída” que lhe deu toda a assistência e orientação, diferentemente daquelas meninas que do seu ponto de vista “não têm quem as oriente e ampare”. Do mesmo modo, nos jornais locais, onde o tema tem sido amplamente divulgado, sempre tomado da perspectiva médica, na qual a gravidez é vista como uma ameaça ao futuro na vida das meninas.

É claro que não estou querendo com isso dizer que engravidar e ser mãe é sempre bom para todas as mulheres (sejam elas adolescentes ou não). O mais importante aqui é pensar no fenômeno antropológicamente/sociologicamente tal como vem se apresentando, ou seja, a partir de uma interpretação daquilo que pensam e vivem os próprios sujeitos nela envolvidos. Como espero mostrar ao longo deste estudo, se a gravidez e a maternidade entre as adolescentes é um fato comum e, de certa forma, previsível, isso não significa dizer que sejam sempre estes eventos “naturalizados” ou não estranhados por elas e suas famílias. Essa dimensão relativizadora do evento é desprezada nos discursos provenientes das esferas da saúde pública.

Assim, pautados num discurso miserabilista, os defensores da idéia de que a gravidez na adolescência resulta sempre em um reforço do aumento da pobreza e da miséria no país (Camarano, 1998; Carneiro, 1998; Ministério de Saúde, 1996, 1997), como eu vinha dizendo, estabelecem uma correlação entre baixo nível de escolaridade e maior fecundidade, defendendo a tese da “desvantagem social da maternidade adolescente”, por interferir na vida escolar e impor dificuldades de inserção das meninas no mercado de trabalho. Uma vez excluídas do universo da escola e do trabalho, o futuro delas estaria predestinado ao fracasso, este, traduzido em abandono pelo parceiro/namorado, pouca ou nenhuma oportunidade no mercado de trabalho, dificuldades para criar (sozinhas e/ou no máximo, com uma ajuda mínima das suas famílias) a criança que nasceu, e falta de perspectivas de “melhorar de vida”, algo que não encontra correspondência nas práticas de grupos populares

do bairro do Guamá em que o projeto de “ser alguém na vida” por meio dos estudos é algo presente entre as meninas e suas famílias, mesmo diante das maiores dificuldades impostas pela condição de mãe (Pantoja, 2001).

Para Stern e Garcia (1999), o argumento da “desvantagem social”, presente na maior parte das investigações sobre o tema no campo da saúde pública, tem por base o pressuposto, de que a adolescência, vista a partir de determinados parâmetros como os que sustentam a discussão no campo citado, é uma etapa universal do desenvolvimento humano, sendo o adolescente visto a partir de características supostamente generalizáveis para todos eles. Ao privilegiar o fator idade como elemento fundamental de análise, esses estudos desconsideram as diferenças sociais/culturais que marcam, de forma distinta, as etapas da vida humana e as múltiplas e variadas implicações que o evento produz sobre as trajetórias de homens e mulheres e suas redes familiares. Ademais, a utilização do critério etário na definição da adolescência, tende a obscurecer a assimetria nas injunções de gênero, característica das sociedades ditas ocidentais. Do mesmo modo, são menosprezadas as possibilidades concretas de “escolha” (inclusive afetivas – de, por exemplo, só se engravidar de quem, de fato, se desejar), dos adolescentes tanto homens quanto mulheres. Parece haver sempre a pressuposição da prática do intercuro sexual por todos com todos (desde jovens até velhos), o tempo todo, o que se pode presumir, por exemplo, do teor das campanhas para uso do preservativo masculino. Também aí não se admite (ou parece não se admitir) escolhas, ritmos, diferenças, autonomia, enfim.

É importante assinalar, nesse sentido, que, ao se conceituar a adolescência enquanto uma fase – e por isso mesmo repleta de singularidades – na história de vida do ser humano, é imprescindível levar em consideração que “não existe uma adolescência, mas sim adolescências, em função do político, do social, do momento e do contexto em que está inserido o adolescente” (Castellar; 1969). Áriés (1978), o primeiro a construir a idéia das “idades da vida” para os séculos XIV a XVIII assinala que nos diferentes cenários dos países europeus nesse período, essas fases ou “idades da vida”, não correspondiam apenas às etapas biológicas, mas às funções sociais dos indivíduos. Trata-se de etapas ou fases assim definidas, mas que nunca foram, do mesmo modo, as mesmas para cada época e cada contexto. Nas palavras dele:

“Tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX”. (Áries, 1978: 48).

Nessa perspectiva, Bourdieu (1983), ao comentar sobre a ‘juventude’, faz referência, por exemplo, à transformação do sistema escolar e o conseqüente prolongamento dos anos de estudo, enquanto fatores que possibilitariam o acesso de muitos jovens à fase compreendida como adolescência; antes disso, os seus pares (homens) começavam cedo a exercer o ofício de uma profissão, provavelmente a mesma exercida pelo pai, e, desse modo, eram reconhecidos ou se reconheciam como adultos. Nessa direção e considerando o contexto da sociedade brasileira atual, Heilborn (1997, p.335), a partir de dados de pesquisa de campo realizada com crianças e adolescentes de camadas populares do Rio de Janeiro, sublinha que o tempo é marcado de forma desigual nas sociedades de classe e que em decorrência dessa desigualdade, a infância e a adolescência passam a ser pensadas e vividas de maneiras diferenciadas. Para a região do Alentejo em Portugal, Vale de Almeida (2000) em seu estudo sobre as masculinidades, também aponta nessa mesma direção.

Assim, se a vida é socialmente periodizada e sendo as trajetórias dos indivíduos marcadas por expectativas que são, da mesma forma, socialmente construídas, há de se lembrar que essas experiências não são, e não podem ser, de modo algum, homogêneas, pois são atravessadas por diferenças várias a depender dos conteúdos distintos que as mesmas trazem. Destarte, o fenômeno denominado gravidez na adolescência necessita ser analisado levando em consideração as experiências vividas em um contexto específico e que por isso mesmo tende a refletir um conjunto de valores socialmente construídos e aceitos em algum nível de consenso.

Em pesquisa realizada na comunidade pesqueira de Itapuá (Vigia-Pa), Motta-Maués (1993 [1977]), embora sem desconsiderar os homens, focaliza especialmente o que se chamaria hoje, de processo de adultez feminino, ligado às etapas do ciclo biológico ou estados fisiológicos, os quais assumem significado de mudança também social. Um exemplo disso é a menarca, que, nessa comunidade (tal como também acontece em outras), representa uma mudança não somente biológica, mas também social, pois, antes dela, a mulher, tida como menina, é portadora de um *status* mais ou menos indefinido e

indiferenciado, que de certa forma a credencia a circular em domínios considerados não próprios de seu sexo, passando os mesmos a lhe serem interditados quando se torna “moça”, quando assume um novo *status* na sociedade.

No caso da análise que desenvolvo aqui, importa, desse modo, considerar certos eventos das trajetórias afetivo-sexuais, como marcadores sociais que sinalizam mudança de status etário. Esclareço, nesse sentido que, ao referir aqui os termos “adolescente” e “adulto”, estou identificando-os no interior dos processos, considerando os marcadores sociais/culturais a partir das experiências de cada um (e de todos de um modo geral), dos entrevistados homens e mulheres; esses processos podem se encontrar, ou não, ligados às suas trajetórias afetivo-sexuais, tais como: “fica”, namoro, iniciação sexual, gravidez, maternidade, paternidade, casamento/ “se amigar”, entrada no mercado de trabalho, saída da casa da família de origem, constituição de uma família própria.

Interessa, assim, por em relêvo a relação que os eventos ligados à sexualidade e à reprodução, mantém com as mudanças dos ciclos ou etapas de vida neste universo, considerando as diferenciações por gênero. Para o universo feminino deste estudo, por exemplo, a gravidez tende a sinalizar para a mudança que virá posteriormente com o nascimento da criança. Deste ponto de vista, é a maternidade, como evento instaurador de uma “real” mudança – já que a gravidez parece ter (e tem mesmo, a cada vez que se instaura), de algum modo, um caráter de provisoriedade – que inaugura a mudança no sentido da transição a uma outra fase da vida na qual a menina assume status de mulher adulta, tal como foi o caso de Amanda, uma estudante de 17 anos de idade, que na ocasião da entrevista, havia se tornado mãe de uma menina há poucos dias e que me dizia que “ser mãe é o início de uma nova fase da vida da gente...hoje eu sou mais adulta, mais responsável”. Não quero, contudo, com isso, (e nem devo), desconsiderar a possibilidade de narrativas como esta, traduzirem uma espécie de “discurso ritualizado” que “repete” idéias consagradas em relação aos eventos da vida individual e social.

Tal como no universo de classes populares do Rio de Janeiro estudado por Monteiro (1999), neste grupo, como já referido, a maternidade aparece como um valor central na vida das jovens. Não há, nesse sentido, uma dissociação clara e direta desse ideal tradicional de identidade feminina em relação às perspectivas de construção, por exemplo, de uma carreira profissional que possibilite a ascensão social, muito embora as possibilidades concretas de

realização de tal projeto como sabemos todos, encontrem barreiras e limitações mesmo quando não há um episódio de gravidez/maternidade ou paternidade nele interferindo. Lembro neste particular, os dados referidos por Julião (2001), a respeito do projeto de realização profissional através dos estudos, entre as famílias que analisou em Belém, nas quais, dadas as circunstâncias materiais desfavoráveis à sua realização, tal projeto teve de ser “adiado” por até duas gerações.

A idéia de responsabilidade, embora esteja associada ao estado de adultez que é atribuído à maternidade neste grupo, se estende para outras situações da vida em geral, onde cabe (também) o projeto de ascensão social através dos estudos. Contudo, embora esteja eu considerando a existência de tal sentimento, não posso ignorar a possibilidade de essas declarações fazerem parte, como já disse, de um discurso construído socialmente diante de certo evento ou situação, o qual a sociedade como que põe à disposição de seus membros, o que implica na percepção da distância existente entre o discurso e a prática efetiva. Nesse sentido, obviamente, nenhuma mãe seria capaz de afirmar não ser responsável pelo seu filho.

Nessa direção, não posso deixar de registrar aqui o que ouvi de uma mãe de classe média que na ocasião da festa de aniversário de quinze anos de um amigo de minha filha, falava-me a respeito da gravidez de sua filha (de 15 anos de idade), e que também se encontrava presente no evento; a mesma senhora lamentava a gravidez da menina e, ao mesmo tempo, a fazia lembrar que, “ela vai ter que se virar porque eu trabalho e não vou poder cuidar do bebê quando nascer...agora as coisas vão ficar mais difíceis se ela quiser continuar a estudar”. (Pantoja, 2005; Diário de campo).

Gravidez, coisa de mulher? Os homens em cena...

Tal sentimento de responsabilidade (ou o discurso sobre) em relação ao filho como elemento indicativo da passagem à vida adulta, encontra-se presente também entre o universo masculino. Pesquisas têm apontado para grupos em outras capitais brasileiras em que, muitas vezes, a “recusa” em exercer ou assumir a função de pai, pode estar associada ao desejo de postergar a passagem para uma identidade adulta, em muitos casos associada à atitude de assumir um filho e de estabelecer “responsabilidades” (Arihla e Calazans, 1998)

como pai/provedor da criança. Entretanto, pode-se ponderar que no caso específico do comportamento masculino diante das experiências que envolvem a sexualidade, com destaque para a paternidade, também não é uma atitude homogênea, pois há que se considerar o contexto específico do grupo e da trajetória individual em que o evento ocorre. Nesses diferentes cenários, é fundamental que sejam considerados os marcadores de gênero, de classe, os vínculos familiares e, fundamentalmente, o contexto da relação afetiva em que ocorre a gravidez.

Embora, muitas vezes, a paternidade esteja de fato ligada ao processo de transição a uma outra fase da vida, a situação não pode ser generalizada para todos os grupos e nem mesmo para todos os indivíduos em um dado grupo. Cabral (2003), em etnografia sobre a relação entre contracepção e gravidez na adolescência, na perspectiva de jovens pais no Rio de Janeiro, aponta para os diversos sentidos que a assunção da paternidade pode assumir em um mesmo grupo:

“...o nascimento e a assunção de um filho parecem incrementar o processo de transição para a vida adulta. ‘Ter responsabilidade’, consequência direta da paternidade, implica a incorporação de novos papéis caracterizados pelos atributos da ‘seriedade’ e da ‘maturidade’. (...) a assunção da paternidade efetua a transição de uma condição à outra; para alguns ela representa a consolidação do processo de passagem à vida adulta; para outros, ela acirra essa transição” (Cabral, 2003, p.290).

Em seu estudo no mesmo bairro do Guamá, com um grupo de adolescentes também de camadas populares, mas vinculados a uma instituição filantrópica, Quintella (2002), ao se deter sobre aspectos do imaginário do corpo e da sexualidade desse grupo, tomados da perspectiva de gênero, aponta uma tendência por parte dos rapazes em não “assumir” a gravidez de sua namorada e a paternidade. No universo que tomo como referência para este estudo, parece haver uma tendência no sentido contrário, ou seja, os rapazes em sua grande maioria assumem, junto com a parceira, a responsabilidade total ou parcial, ou ao menos, o cuidado e a preocupação com o filho que vai nascer. Isso, aliás, é algo que pode ser percebido através da cena tão comum para quem transita pela rua mais central do bairro, no início da manhã, de jovens casais “grávidos” ou já conduzindo seu bebê, ao que parece, em busca de algum atendimento, nos serviços, que para esse fim, existem no bairro, como na imagem abaixo, por mim registrada nesse local.

Figura 4: Casal de adolescentes conduzindo seu bebê recém-nascido ao posto de atendimento médico do bairro.



Foto: PANTOJA, A. L.N. (abril/2007)

A cena a que me refiro é a de uma jovem mãe (como na imagem), com o bebê no colo, acompanhada do (também), jovem pai, cobrindo-os cuidadosamente do sol já forte, com uma “sombriinha” (nome atribuído, na região Norte, ao guarda-chuva). Isso não quer dizer que não possa ocorrer depois de algum tempo do bebê ter nascido, ou mais tarde, que o casal venha a se separar, quando geralmente, neste caso, é o rapaz que deixa o lar (Pinto, 2004)⁴³. Não podemos esquecer que o “abandono” pode estar ligado também a outro dado, como por exemplo, a impossibilidade do exercício do papel ou da função (tradicionalmente exigida) de provedor, já analisada em estudos sobre a família de grupos populares (Woortmam, 1987; Sarti, 1996; Fonseca, 1995).

Isso aponta para a importância que a paternidade assume na construção que os jovens fazem de si mesmos e diante de si e de seus pares, à medida que o acontecimento, tal como aqui ocorre, não apenas instaura um momento de transição à vida adulta, mas, constitui um elemento de reafirmação desse estado de adultez em outro momento de sua trajetória. Isso tende a ocorrer mediante a re-incorporação/re-significação dos papéis caracterizados por

⁴³ Embora no mesmo cenário também se veja, no mesmo horário matinal, famílias inteiras (pai, mãe e filhos, estes já mais crescidos), seguindo para o trabalho e à escola, utilizando para isso, o “veículo” mais comum e numeroso no bairro, a bicicleta. O que significa, ou pode significar, uma estabilidade uniões instauradas (talvez) pela “gravidez na adolescência”.

atributos de “seriedade” e de “maturidade” muitas vezes já existentes antes do momento da paternidade; neste caso, associados ao trabalho. O que se aproxima, neste aspecto, do universo estudado por Lago (2002), na área de ocupação do Riacho Doce – também no Guamá – em que o trabalho assume tal valor. O depoimento de Bruno, meu informante, bem expressa esse aspecto:

“Eu acho que [a paternidade] não mudou muito, por que compromisso eu já tinha lá em casa pois lá quem assume tudo sou eu, o meu pai se separou da minha mãe e tal...e quando ele se separou eu falei que eu não ia pedir mais nada pra ele, nem lá pra casa, eu tô batalhando desde quando ele saiu, faz dois anos e compromisso eu sempre tive...” (Bruno, 19 anos).

A idéia de responsabilidades também ligadas a assunção da paternidade me levou a considerar certos eventos sociais como marcadores de mudanças de etapas da vida entre o grupo que analisei. Esse aspecto permite refletir sobre a diversidade de formas com que esses marcadores se atualizam nos mais diferentes grupos, levando em consideração os gêneros e as classes. No estudo realizado por Malcher (2002), com um grupo de jovens de camadas médias e altas em Belém, esses mesmos marcadores de mudança social, embora se encontrem relacionados à idéia de responsabilidade, localizam-se também em outros eventos sociais.

“Tornar-se adulto significa que um conjunto de responsabilidades passa a existir. Responsabilidades que se espera que sejam assumidas em relação à sua própria pessoa, quanto as obrigações referentes aos seus estudos, responsabilidades em relação aos seus relacionamentos e, por exemplo, a uma possível gravidez da namorada, suas atitudes fora de casa, só para citar alguns exemplos” (Malcher, 2002).

Desse modo, analisar a gravidez/maternidade/paternidade neste grupo específico como “pontos” dentro das suas trajetórias afetivo-sexuais, inclui também a valorização das experiências que antecedem esses eventos, como o ficar/namorar e a iniciação sexual com todos os elementos que as compõem. Todos esses aspectos, submetidos aos contrastes de gênero e estudados no contexto das relações familiares e das redes de relações construídas no âmbito da escola, são tomados aqui como essenciais à compreensão do processo que leva ao desfecho de uma gravidez.

Penso ser nesse sentido que a chamada “gravidez na adolescência” envolve dimensões bastante complexas, o que torna a contextualização da questão aqui tratada, sinônimo do reconhecimento de uma abordagem em que esse evento possa ser visto/estudado, senão como parte importante, pelo menos como possibilidade a ser considerada dentro das experiências que definem o processo de transição juvenil (Bozon, 2001); para além, portanto, das noções de “risco”, “queda” ou “ruptura” em geral associadas ao mesmo, muito embora se reconheça que, em muitos casos, pode implicar também em dificuldades tanto para as moças quanto para os rapazes (sem esquecer suas famílias), sobretudo quando considerada a trajetória escolar, e o próprio ritmo, por vezes, de sua vida⁴⁴.

Por outro lado, focalizar essas diferentes trajetórias considerando as relações na escola é importante, pois, esta se constitui, neste universo de investigação, um dos *loci* privilegiados da intensificação das relações afetivo-sexuais, a partir da constituição das redes (em sua maioria mistas) de amizades. Esse aspecto é importante, pois tal como mostra Lhomond (1999) para Paris, as primeiras experiências afetivo-sexuais no universo aqui apresentado, ocorrem, em geral, quando os jovens encontram-se inseridos em uma rede de vínculos de amizade, na qual a escola constitui um espaço fundamental nesse tipo de socialização. Para o universo estudado por Lhomond, um dos aspectos que concorrem para o estabelecimento dessa rede, ainda que considerando as diferenciações por gênero, é o fato de os jovens se conhecerem há muito tempo, terem a mesma idade e estudarem e freqüentarem a mesma instituição escolar.

Observo, nesse sentido, no grupo investigado, a manutenção de vínculos de amizade duradouros, estando estes ligados, entre outros, ao fato de encontrarem-se estudando na mesma instituição de ensino⁴⁵. Apesar disso, não podemos menosprezar a distância significativa que separa este universo, do parisiense estudado por Lhomond. Aqui, as redes de encontro/sociabilidade juvenis vão muito além dos muros da escola. Incluem os passeios e encontros pelo bairro, o ir e vir constante e intenso das meninas fazendo tarefas externas

⁴⁴ Este “por vezes” aqui, é apenas para lembrar (mais uma vez), aquelas obrigações impostas às mulheres, desde meninas, que incluem “reparar”/cuidar/ajudar a criar crianças (irmãos, sobrinhos, primos e vizinhos) já referidas antes, neste estudo, e do mesmo modo, tão bem ilustrado por Lago (2002). E que Cláudia Fonseca (1995) tão pontualmente registra em seu estudo sobre a circulação de crianças em Porto Alegre, particularmente no capítulo intitulado “Somando Mães”.

⁴⁵ Dentre os entrevistados (que se encontram vinculados à escola), a maioria estuda na mesma há pelo menos 5 anos.

(compras, recados, mandados), as festas nos finais de semana e, principalmente, as quadrilhas juninas, contexto em que a possibilidade de formação dos pares tende a ser maior. Aliás, este dado foi observado também por Lago (2002), entre o grupo que investigou neste bairro.

No terreno da sexualidade e da afetividade...

Localizados no âmbito das experiências sexuais e vinculados a contextos específicos de socialização, a gravidez, a maternidade e a paternidade assumem caráter de um tema antropológicamente relevante, entre outras razões, por não se esgotarem em fatos estritamente biológicos, mas constituírem dimensões que são construídas, como sabemos, cultural, social, histórica e afetivamente. Ao fazer uma releitura dos clássicos da antropologia, desta vez direcionando o olhar para o tema da afetividade no contexto das práticas sexuais, pude perceber que o tema não chega a ser “novo” na literatura. Os estudos apontam a diversidade de significados culturais que esses eventos podem assumir em uma sociedade ou em sociedades distintas, como mostrou Mead (1979) para os diferentes grupos que estudou na Nova Guiné; também Leach (1936), quando se referiu à crença no nascimento virgem tanto em sociedades ditas “primitivas”, quanto no mundo ocidental cristão; assim como Malinowsky (1922), no estudo realizado nas tribos da Nova Guiné e, mais recentemente, Strathern (1988) para grupos investigados na Melanésia.

A compreensão da sexualidade como social e afetivamente construída tem merecido atenção da pesquisa antropológica e sociológica, não apenas para os sistemas sociais e culturais que modelam as experiências sexuais, mas também para as formas pelas quais interpretamos e compreendemos essas experiências. Direcionar o foco de atenção da pesquisa para a natureza intersubjetiva dos significados sexuais – seu caráter compartilhado, coletivo, considerado não como propriedade de indivíduos isolados ou atomizados, mas de seres sociais integrados no contexto de culturas sexuais distintas e diversas⁴⁶, pode ser um

⁴⁶ Existe uma vasta bibliografia que tem se preocupado com a discussão acerca da sexualidade seguindo a linha de raciocínio que passa pela compreensão da experiência subjetiva da vida sexual como um produto dos símbolos e significados intersubjetivos associados com a sexualidade em diferentes contextos sócio-culturais. Nesta linha se inserem os estudos de Gagnon e Simon, 1973; Weeks, 1985; Stein, 1990; Connell e Dowsett, 1992; Vance, 1995. No Brasil os mais representativos da área antropológica são, Parker e Barbosa, 1996; Heilborn, 1999; Duarte, 1999; Loyola, 1999; Bozon, 2001.

caminho possível para a compreensão do campo complexo (ele mesmo em construção) que caracteriza a sexualidade.

Na literatura brasileira, particularmente na esfera dos estudos antropológicos, questões ligadas a esse tema têm-se constituído em importante objeto de reflexão em todo o país como são exemplos os estudos realizados por Heilborn (1999), Cabral (2003), Monteiro (1999; 2002) e Brandão (2005) para o Rio de Janeiro, os de Paim (1998), Fachel (1998), Victora (2001), Leal & Lewgoy (2001) para Porto Alegre, o de Costa (2001) para Minas Gerais, só para citar alguns dos que fazem eco ao ponto de vista da diversidade de cenários culturais em que esses eventos acontecem tendo por base distintas teias de significados que os inscrevem. Do mesmo modo, os estudos realizados por Motta-Maués (1993), Cancela (1997), Quintella (2002) e Lago (2002), sobre relações amorosas e sexualidade de jovens em Belém e no interior do Pará, e também o de Malcher (2002) sobre as representações do amor e a construção de masculinidades no universo juvenil masculino, e ainda o estudo feito por Pantoja (2003), podem ser, hoje, localmente, considerados referências nessa área.

Particularmente os estudos citados acima, compõem uma literatura bastante atual que, embora não esteja tratando especificamente a questão desta pesquisa, ou seja, a gravidez/maternidade/paternidade têm, entretanto, seu foco voltado para a compreensão das práticas e representações de jovens sobre questões ligadas à sexualidade. E, de qualquer modo, trata também desses eventos. Emergem assim, nesses trabalhos – de maneiras diferenciadas, considerando a opção metodológica de cada um desses autores e o grupo investigado em contextos distintos espacial e temporalmente – elementos importantes acerca do tema deste estudo, que muito inspiram esta reflexão, considerando a complexidade das práticas que este universo específico apresenta.

Partindo do pressuposto de que práticas e representações inserem-se num intrincado universo de possibilidades, há que se considerar, sobretudo, no caso deste estudo, o contexto das relações afetivas em que elas ocorrem. A incorporação dessas relações ganha relevância nesta investigação o que significa acrescentar, como já ressaltado, além dos acontecimentos que antecedem os principais eventos aqui analisados como o “fica”, o namoro, a iniciação sexual, o imenso e variado repertório de elementos que abrigam como, o tempo entre a iniciação sexual e a primeira gestação, o tempo entre o início da relação amorosa e a experiência sexual, assim como os indicativos da consolidação da relação afetiva, que no

contexto investigado, tendem a expressar-se através do “amigar”, ou seja, quando o casal passa a “morar junto”, sem a formalização da união através do casamento civil e/ou religioso, o que não significa, no entanto, que não se considerem “casados”.

Bastante recorrente neste grupo que entrevistei, o “amigar” aponta para significados muito próximos daquele identificado por Quintella (2002), em trabalho anteriormente referido, realizado, como tenho dito, com um outro grupo de adolescentes do bairro do Guamá⁴⁷. No universo analisado por esta autora, o casamento formal (religioso ou civil), embora seja vislumbrado como uma possibilidade de acontecer entre meninos e meninas, enquanto uma etapa posterior ao que o grupo denomina de “namoro firme”, raramente se concretiza, sendo até mesmo muito corriqueiro, passarem do namoro firme ao “morar juntos”. Como refere a autora:

“Primeiramente se ‘fica’, depois esse ficar pode se transformar em ‘namoro firme’, caso não acabe o namoro, há muita possibilidade da namorada ir morar na casa do namorado” (Quintela, 2003).

Outro dado bastante interessante presente neste mesmo estudo, refere-se ao caráter, nem sempre de um relacionamento passageiro e fortuito assumido pelo “ficar” entre os jovens, apontando que, entre as mulheres, há uma tendência em manter expectativas de que a relação possa evoluir para um namoro “firme”. Confirma, dessa forma, os dados apontados por Rieth (1998), para a cidade de Porto Alegre, no sentido de que, apesar de remeter a um código de relacionamento entre os jovens, que é utilizado para estabelecer distinções entre suas experiências sentimentais e/ou sexuais, nem sempre o “ficar” constitui-se em um envolvimento tão “passageiro”, algo, portanto, muito próximo daquilo que também foi referido pelos meus entrevistados.

“Eu toco numa banda de música, ela já tinha ouvido falar nessa banda, e quando nós fomos tocar no Pará-Folia⁴⁸, ela estava lá e acabamos nos conhecendo, aí eu peguei o telefone dela e ela o meu, no outro dia ela me ligou e a gente marcou um encontro, e depois desse encontro vieram outros encontros e só depois é que passamos a namorar firme” (Bruno, 19 anos).

⁴⁷ Este mesmo dado pode ser inferido das análises feitas por Lago (2002), Malcher (2002) e Estumano (2004) em universos sociais diferenciados em Belém.

⁴⁸ Uma espécie de “carnaval fora de época” (como também é conhecido tal festival), que ocorre anualmente; de origem nordestina, mas, que atualmente ocorre em várias capitais brasileiras, caracterizando-se pela apresentação de blocos puxados por sons de enormes trios elétricos.

Embora durante o “fica” possa ocorrer a relação sexual, há uma diferença em relação ao que eles e elas chamam de “namoro firme” ou “namoro de porta” na medida em que este pressupõe um “compromisso mais sério” entre o casal, o que implica no reconhecimento da relação, primeiro pelo casal e, a seguir, pelas famílias.

“Essa história foi ‘bacana’, começou numa brincadeira...a gente tinha acabado de sair do colégio, eu e meu primo, isso era numa quinta feira, no dia 21 de abril de 2003. Naquele tempo eu chamava ela de gordinha, aí eu disse (pro primo), vamos beber pra li... a gente comprou uma ‘buchudinha’(bebida). Nesse dia eu nem tava com vontade de ‘ficar’ com ela, mas ela tava querendo ‘ficar’ comigo. Fomos embora, ela comprou uma menta que tinha uma frase que dizia o seguinte: ‘quero provar o seu beijo’, aí eu disse: tá firme, e foi aí que começou o nosso namoro por que no outro dia ela foi lá em casa pra me perguntar se eu queria namorar firme com ela ou se eu queria só ficar curtindo, aí eu disse: ‘é né, vamos ter um relacionamento mais sério...eu sei que tô feliz com ela, graças à Deus”. (Bernardo, 18 anos).

Um “relacionamento mais sério” – que no caso de Bernardo, à época da entrevista já tinha a duração de um pouco mais de um ano – por outro lado, remete também à idéia de compromisso de um em relação ao outro, o que implica na exigência de fidelidade de ambas as partes. Mais ou menos no sentido expresso na fala de Bianca:

“Namoro é mais sério, tem compromisso,eu não posso está namorando com um cara e ficá com outro, pois eu já vô tá chifrando ele”. (Bianca, 17 anos).

Relatos como esse, sugerem que os relacionamentos afetivos neste grupo podem assumir uma certa configuração de relação “moderna”, em que a menina é quem toma a iniciativa na relação. Mas pode também assumir contornos de namoro *à moda antiga*, podendo ser este aspecto, evidenciado através da fala de Bernardo, quando se refere ao início da experiência sexual entre ele e a namorada que, apesar de ter acontecido um mês após iniciarem o namoro, não teria sido muito fácil, pois, segundo ele, teve que, *rebolar pra ela liberar isso* (Bernardo,18 anos), sugerindo com isso a existência de um processo que envolveu negociação entre o casal .

Foi diante de referências verbalizadas como essa, que passei a refletir sobre os eventos que aqui analiso, considerando o ponto de vista do casal, pensando em obter um panorama do processo que envolve as experiências sexuais, comportando também conflitos,

impasses e tensões entre eles e suas famílias, tal como aponta Brandão (2004), para adolescentes de camadas médias, no Rio de Janeiro.

A importância de tomar os rapazes junto com as meninas, como interlocutores privilegiados, também encontra justificativa no fato de que a chamada gravidez na adolescência, como aponta Costa (2001), para Belo Horizonte, tende a ocorrer no contexto de relações afetivas em que o parceiro não é (ou pode não ser) adolescente, como observo também no contexto deste universo específico.

É importante destacar que, em geral, as relações afetivas neste grupo compõem um quadro em que se evidencia uma diferença etária entre os pares (Pantoja, 2003), sendo os rapazes em média cinco ou dez anos mais velhos do que as meninas. De acordo com D’Incao (1995), em áreas que a autora denomina “de fronteira amazônica” esse fenômeno é observado com bastante frequência, encontrando-se o mesmo ligado a uma relação de natureza econômica, na medida em que a escolha por um homem mais velho implica a consideração de que o mesmo possua uma vida de certa forma estabilizada em termos econômicos. Assim, para esta autora, como no passado, a consolidação de uma relação afetiva para a mulher – seja a mesma atualizada mediante o casamento legal ou o “amigar-se” com homens mais velhos – permanece enquanto um ato de expressão política e econômica. Em Belém, no universo investigado, o que a escolha por um parceiro com mais idade pode significar do ponto de vista social, político e econômico para as mulheres jovens, me levou a uma reflexão acerca desses possíveis significados de tal tipo de escolha.

Desde as primeiras observações feitas na escola e, particularmente nos turnos nos quais a pesquisa foi realizada – tarde e noite⁴⁹ – eu percebia serem frequentes os relacionamentos afetivos entre os estudantes, bem como uma certa disputa entre as adolescentes por um mesmo rapaz, sobretudo quando este possui um emprego remunerado fixo (Pantoja, 2003). Esse aspecto parece guardar relação com a distinção que o grupo estabelece entre “ter emprego” e “trabalhar”, pois, ouvi com certa frequência, referências como a de Adriano:

“trabalhar, todo mundo trabalha, mas, nem todo mundo têm emprego” (Adriano, 16 anos).

⁴⁹ A escolha destes dois turnos se deu em função de nestes, ter sido encontrada uma maior frequência de gravidez e maternidade na faixa etária definida como adolescência.

O significado de “trabalhar” aqui, aparece associado a manter-se ocupado “fazendo qualquer coisa” que possa garantir algum rendimento, mas, sem possuir o registro e o vínculo empregatício, em oposição a “ter emprego” que significa estar vinculado formalmente no mercado de trabalho e possuir o referido registro. Essas afirmações sugerem a existência de uma certa preocupação dos rapazes em relação a esse aspecto, como foi também identificado por Lago (2002) para o grupo investigado na comunidade Riacho Doce, no mesmo bairro. Penso que essa valorização do emprego guarda relação com *status*, e se constitui em um dos elementos que influi na “escolha” das moças por aquele parceiro que consideram “um bom partido”, já que tanto para os homens quanto para as mulheres e suas famílias, a assunção da paternidade é vista como uma obrigação moral associada ao papel de provedor que os homens têm de assumir perante seus pares. Entre o grupo que investigou em uma favela do Rio de Janeiro, Monteiro (1999) também identificou aspecto semelhante. Segundo a autora, essa diferença etária na formação do par mantém relação com a expectativa social por parte das mulheres, de que o homem mais velho usufrua de uma posição mais estabilizada como provedor.

Neste universo, como já apontado anteriormente, apesar da influência do ideário moderno, um certo caráter holista se mantém na construção que fazem de si mesmos. Em suas falas a atualização deste traço pode ser observada, como já referido, na divisão tradicional dos papéis feminino e masculino (a mulher como a que cuida e o homem como o que provê o lar), e nas redes de parentesco e vizinhança. Entretanto, quero chamar atenção para o predomínio desses traços na construção das identidades sociais, tomando por base o universo masculino, particularmente no que se refere a existência e/ou permanência de uma valorização da virgindade e de um elo entre sexo e vínculo amoroso. Este ponto é muito importante, pois, a existência desse vínculo é condição fundamental para que o rapaz assuma a gravidez e a paternidade.

“Eu assumi a paternidade porque eu gostava dela em primeiro lugar e também porque eu tinha assim uma idéia...eu tinha assim comigo, quando eu ‘mexesse’, tirei a virgindade de uma menina eu ficaria com ela...a Adriane era virgem quando eu fiquei com ela, e por isso eu tô com ela” (Breno, 23 anos).

Para o grupo observado por Monteiro (1999), tomando por base a visão masculina, esta mostra que a existência de um vínculo amoroso entre o casal é condição fundamental para que a gestação seja mantida e, conseqüentemente, para que o parceiro assuma a paternidade da criança.

“Quando a gestação é mantida e não há vínculo amoroso, na visão masculina a mulher tenderá a assumir sozinha a criação do(a) filho(a)” (Monteiro, 1999, p.129).

Esses dados apontam também para a manutenção da importância do homem no papel tradicional de provedor. No entanto, para que ele assuma esse papel é necessário a existência de um vínculo afetivo. Isso fica patente no caso de Adria (um dos raros) em que o rapaz não reconheceu a paternidade da criança. O contexto da ocorrência de sua gravidez foi diferente do das demais do grupo, tendo acontecido no quadro de uma relação afetiva que não chegou ao “estágio” de “namoro firme”, pois ocorreu durante um “fôca”. Bastante interessante foi também a repercussão do seu caso na escola e a mudança nas relações com os colegas no mesmo ambiente. Foi nítida a manifestação de surpresa ao saberem que ela havia “tido filho” no decorrer das férias escolares, pois esse foi um caso raro de não ter havido qualquer suspeita da gravidez na escola.

Na entrevista, Adria afirmou que manteve sigilo sobre sua gravidez por supor que as outras meninas não fossem tão solidárias a ela pelo fato de terem conhecimento que não estava “namorando firme” e pelo fato de o ex-parceiro não ter assumido a paternidade de seu filho. Um indicativo, portanto, da existência de valores morais que perpassam as experiências sexuais no ambiente das relações que eles e elas estabelecem entre si. Não posso deixar de referir também o fato de, neste caso particular de Adria, ela ser negra⁵⁰, um componente de diferenciação que, como sabemos, na sociedade brasileira, acarreta (ou pode acarretar) desvantagens no mercado conjugal/matrimonial. Desse modo, importa por em relevo no contexto desta problemática aqui delineada, a compreensão da sexualidade como constitutiva da subjetividade e/ou da identidade individual e social, objeto em torno do qual a Antropologia vem, há muito, delineando seu campo de investigação.

⁵⁰ Penso que no caso desta menina, a atribuição de “cor” (negra) adquire um certo peso na leitura do rapaz com quem ela “ficou” e engravidou e dos seus circundantes. Do grupo das que foram entrevistadas, ela é a que guarda mais fortemente as características socialmente definidoras de mulheres negras em nossa sociedade e, por isso, na consideração estética das outras meninas na escola, é qualificada como “feia”

Para além, portanto, das interpretações médicas e psicológicas e de representações midiáticas – às quais muitas vezes beiram a patologia – a sexualidade humana é construída socialmente no contexto cultural, assumindo papel importante na legitimação da ordem entre os sexos e na constituição de identidades. Loyola (1999), chamando atenção para este aspecto, problematiza o caráter marginal que a sexualidade historicamente tem assumido no contexto de outras disciplinas, particularmente, da medicina e da psicologia. Afirma que, sobretudo a primeira, ao ocupar-se da sexualidade com objetivos até muito mais normativos do que propriamente terapêuticos – e com isso transformando em postulados científicos uma série de interditos e normas sexuais segundo as quais o erotismo deveria ser regulado pela exigência da reprodução – terminou por unificar a sexualidade como instinto biológico voltado para o fim reprodutivo. No domínio dessa interpretação, todos os demais atributos ligados ao erotismo e que desde sempre foram tidos como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial. Por sua vez, os limites da identificação da sexualidade passaram a se restringir à genitalidade e à heterossexualidade. Tal postura, de acordo com a autora, em muito contribuiu para que, mesmo na psicanálise em Freud, e com o surgimento de novas teorias posteriormente, a sexualidade fosse tomada como um pressuposto ou um *a priori* não problematizado.

Heilborn & Brandão (1999), acrescentam que a dissociação entre sexualidade e reprodução biológica humana a partir do desenvolvimento dos métodos contraceptivos hormonais durante os anos 1960, juntamente com o advento da epidemia do HIV/Aids, na década de 1980, geraram novo impulso às investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais vinculados à sexualidade, o que a tornou um campo de investigação portador de uma certa legitimidade. No entanto, como mostram Gay (2002) e Giddens (1992), e como também é reconhecido pelas autoras mencionadas, para se compreender essa especificidade da qual se reveste o campo da sexualidade, se faz necessário considerar o contexto de emergência daquilo que este último chama de “sexualidade plástica”, ou seja, da sexualidade liberta das necessidades de reprodução, que ocorre na sociedade ocidental no final do século XIX; assim colocando questões ligadas à intimidade, à vida privada e à sexualidade no contexto do debate a respeito da construção da pessoa/indivíduo moderno, de que também fala Foucault (1977).

De acordo com Foucault (1977) – o primeiro a construir uma crítica sistemática sobre uma “história da sexualidade” –, até os primórdios do século XVII, as práticas ligadas à sexualidade “não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade” (p. 9). É particularmente a partir do século XIX, com o advento do capitalismo moderno e industrial (e com isso, a emergência do indivíduo moderno), que “a sexualidade é, então cuidadosamente encerrada” no domínio da casa e da família, passando a cumprir a função de reprodução. Ainda que caracterizada pela imposição de interdições várias, essa suposta “repressão” moderna da sexualidade, na visão do autor, foi o que teria provocado uma “necessidade” de se falar sobre sexo e sexualidade, de se descobrir a “sua verdade”. Vale a pena lembrar que é nesse contexto que a psicanálise tem origem e lugar, enquanto representante do discurso médico-científico sobre sexo. Em relação a esse aspecto, Matos (2000) considera que, nesse momento específico dos acontecimentos que marcaram a emergência da sociedade moderna, a psicanálise (junto com a psicologia) – enquanto porta-voz do discurso normativo sobre o sexo – assumiu um lugar antes ocupado pela religião.

Giddens (1993), embora concordando com a idéia de “seqüestro da experiência sexual” referida por Foucault (1977), no âmbito da intimidade da família, acrescenta que não podemos esquecer que essa intimidade também passou por uma transformação. O autor localiza no final do século XVIII, o surgimento da “sexualidade plástica”, cuja origem tem lugar, mesmo na “limitação rigorosa da família” nessa época, e que mais à frente se desenvolve como resultado da expansão da contracepção moderna e das novas tecnologias reprodutivas modernas.

Isso tem a ver com o fato de que, quanto mais a auto-identidade é assumida como um esforço reflexivamente organizado, mais a sexualidade se converte em uma propriedade **do indivíduo**. Nesse sentido, um dos elementos que compõem a personagem desse indivíduo moderno é, justamente, seu caráter subjetivo/reflexivo (Giddens, 1993; Gay, 2002), onde as experiências do gênero e da sexualidade assumem capital importância na constituição das identidades (Heilborn & Brandão, 1999; Matos, 2000; Heilborn, 2004). Por essa razão é que considero relevante refletir sobre a problemática como pertencente ao domínio da subjetividade dos meus interlocutores nesta pesquisa, pois penso ser esse um

caminho possível para a compreensão das escolhas que perpassam as suas diferentes trajetórias afetivo-sexuais e na constituição de suas identidades sexual e de gênero.

Neste sentido, Duarte (1999), ao examinar as relações instituintes entre a sexualidade e a sensibilidade na construção da pessoa na cultura ocidental moderna, propõe que o sentido e o papel da sexualidade entre nós devam ser compreendidos num universo maior de significação situado no domínio de nossa subjetividade.

“Esse enquadramento, esse âmbito mais abrangente, deve ser compreendido exatamente – segundo a minha proposta – numa articulação entre os fenômenos ligados à *sexualidade*, à *sensualidade* e a *sensibilidade*, em seu estilo mais amplo”.(Duarte, 1999: 23)

Para falar dessa relação da sexualidade com a sensibilidade, ligada, portanto, ao domínio do afeto e das emoções (Simmel, 1979; Duarte, 1999), nada mais justo do que iniciar por aqueles que por primeiro abordaram o assunto no âmbito da Antropologia. O tema foi contemplado por Malinowski (1983), em seu clássico e conhecido estudo *A Vida Sexual dos Selvagens*, ao mostrar que o amor é algo presente na vida do melanésio tanto quanto na do europeu. Assim, ele diz:

“O sexo não era para os trobriandeses como para nós tampouco, uma simples questão filosófica; ele implica o amor e o namoro, torna-se o núcleo das instituições tão veneráveis como o casamento e a família” (Malinowski, 1986).

Em ambas as sociedades, o amor ao mesmo tempo em que “inunda o coração de uma alegria transbordante” também gera conflitos, impasses, tragédias. Com isso o autor quer mostrar que a experiência amorosa encontra-se na base das relações sociais nas mais diferentes culturas. Uma vez pertencente ao domínio da sexualidade, esse tipo de sentimento não chega a se separar da paixão e da sedução, como sugere Giddens (1993), quando estabelece diferenciações entre o amor apaixonado e o amor romântico para um outro contexto. De todo modo, o que importa aqui é considerar que a sensibilidade e a afetividade são elementos constituintes da sexualidade, sujeitos a variações culturais. Assim, me interessa por em relêvo o lugar que tais sentimentos ocupam nas trajetórias sexuais do grupo investigado e de que maneiras orientam suas escolhas e projetos.

Loyola (1999), também considera a relação entre a sexualidade e os sentimentos particularmente crucial. Segundo essa autora:

“A relação entre sexo e amor, desde sempre constitutiva da sexualidade, torna-se especialmente problemática – por um lado porque, ao ser marcada pela hierarquia que perpassa a relação entre os gêneros, é também definidora de uma sexualidade masculina e feminina; e por outro porque, a partir do romantismo, quando o erotismo se imiscui ao[no] amor conjugal, essa nova forma de amor-paixão passa a orientar, ainda que em parte apenas idealmente, as escolhas amorosas e matrimoniais em nossa sociedade”.(Loyola, 1999, p.35).

Os dados de pesquisa realizada por Heilborn (1999), permitem estabelecer um paralelo com a afirmação de Loyola. Investigando as práticas sexuais iniciais de um grupo de jovens no Rio de Janeiro, a autora constata serem unânimes as representações sobre o lugar do amor nos relacionamentos. No entanto, esse tipo de sentimento é localizado ou expressado com maior nitidez no universo feminino. Para o conjunto de mulheres o amor apresenta-se como imprescindível, é o que valida o sexo, sendo este o marco da entrada na vida adulta para as mesmas. Já no universo masculino, não ocorre da mesma forma. Os relatos dos homens, independentemente de classe, mostraram que o sexo apresenta-se como uma “necessidade”, urgência do corpo relacionado ao desejo de dar satisfação às demandas sociais de mostrar-se homem, portanto, não envolve afetividade e se opõe às representações das mulheres.

Também o estudo realizado por Monteiro (2002), com um grupo de jovens de uma favela carioca, aponta para as diferenciações hierárquicas de gênero no contexto dos valores e das práticas afetivo-sexuais. A sexualidade no contexto masculino encontra-se vinculada à virilidade. Marca diferença, portanto, em relação à percepção do universo feminino no sentido de que a experiência sexual para as mulheres, prende-se a um vínculo amoroso.

“Nas percepções sobre o universo masculino, prevalecem associações entre a experimentação sexual e a afirmação da virilidade, manifesta na tomada de iniciativa, na sedução e dominação, assim como na distinção entre relações amorosas e experiência sexual. As visões sobre a conduta sexual feminina, por sua vez, revelam mecanismos de controle, indicados na maior vigilância familiar e da comunidade e no valor da virgindade no mercado conjugal. Para as mulheres, a importância dos elos entre sexo e vínculo amoroso, somada ao menor número de parceiros e da variação do repertório sexual (quando comparada aos rapazes), complementa as diferenciações de gênero”. (Monteiro, 2002: 30-31).

A diferença de percepção em relação à experiência sexual entre homens e mulheres também aparece nos dados de pesquisa realizada por Malcher (2002) entre um grupo de jovens de camadas médias e altas de Belém. Diferentemente do que foi encontrado pelas autoras acima citadas, Malcher constata ser o amor um sentimento presente na vida dos rapazes, sendo a fidelidade, considerada condição primordial para a manutenção de um relacionamento amoroso. O estudo aponta que o amor é recorrentemente esperado/buscado pelos rapazes, porém nem sempre encontrado, traduzindo o sentimento de indignação de alguns pelo fato de as moças não estarem muito, “interessadas em compromisso sério” como é pensado por eles o namoro (em oposição ao “fica”). Tal dado põe em questionamento o ditado bastante popularizado pelo senso comum, que inclusive deu título ao trabalho do autor: “mulheres querem amor e homens querem sexo”?

O tema do amor/afetividade ligado à sexualidade mostra-se desse modo, um aspecto importante a ser considerado na compreensão das escolhas, projetos e decisões diferenciadas por gênero, que são formulados no contexto e a partir dessas experiências. Entre os meninos que encontrei no Guamá, o amor aparece como uma referência constante nas suas trajetórias, algo muito próximo do ideal de amor romântico referido por Azevedo (1996) em seu estudo clássico sobre o “namoro a antiga”. E que tem sido também objeto de análise de tantos autores (cf. entre muitos outros, Rougemont, 1939; Macfarlane, 1990; Giddens, 1993; Lobato, 1997; Matos, 2000; Costa, 1999; Gay, 2002; Del Priore, 2005).

Aproveito, assim, para retomar brevemente o aspecto relacionado ao predomínio dos traços do ideário tradicional no comportamento afetivo-sexual deste grupo. O predomínio desses traços não nega a existência de influências e repercussões do ideário moderno entre os entrevistados. Pelo contrário, levando em consideração o contexto da cidade e o contato com a mídia, as práticas do grupo revelam um convívio entre lógicas culturais diversas; e nem podia ser diferente, uma vez que as idéias e os espaços sociais são, até certo ponto, compartilhados pelos diferentes grupos e segmentos sociais. É possível pensar naquilo que Vaitsman (1997), chamou de “interpenetração de lógicas culturais diversas⁵¹”, o que significa a apropriação, seja lá como se dê, pelos segmentos populares, do ideário moderno,

⁵¹ Sem esquecer, é claro, daqueles que antes nos ensinaram sobre isso, Bakhtin, (1993); Darnton (1986); Burke (1989);

alterando relações e modos como os grupos e os indivíduos se relacionam, porém, não chegando a modificar de todo os costumes e os valores tradicionais.

É pertinente falar, então, em re-significações de costumes e valores, a exemplo do que mostram Fachel & Leal (1999) no caso da gravidez para um grupo de jovens de regiões periféricas da cidade de Porto Alegre, em que o evento constitui um tipo de estratégia para se constituir alianças matrimoniais. A gravidez nesse universo considerado pelas autoras, se reveste de um imenso valor cultural assumindo a proporção de valor de mercado matrimonial que chega, segundo elas, a se sobrepor à virgindade. Esse dado aponta assim, o quanto grupos populares podem se encontrar imersas no contexto da modernidade, uma vez que a valorização da gravidez é re-significada distanciando-se de uma essencialidade identitária do feminino para se definir enquanto um elemento fundamental na composição de uma rede de arranjos domésticos, de consangüinidade, de afinidades, papéis e prestígio social.

Ao estabelecer um paralelo deste achado das autoras com o universo que analisei, é possível identificar uma certa diferença no que diz respeito à idéia de gravidez como estratégia de aliança matrimonial/conjugal. Pelo menos no que se refere ao universo feminino desta pesquisa, percebo que o evento nem sempre instaura uma união entre o casal, mesmo do tipo consensual traduzido no termo “amigar”, não ocasionando desse modo, uma nova família (o que não quer dizer que não seja estratégia). Parece que aqui o mais freqüente, sendo inclusive muito valorizado pelas meninas e suas famílias, é o fato de o parceiro “assumir” mesmo que parcialmente, a gravidez e o filho que vai nascer, como já referido em momento anterior.

Isso significa que há uma tendência de as meninas valorizarem sua individualidade e, muito embora elas não refiram nesses termos, isso é algo que fica implícito na escolha ou preferência em não “se amigar” com o pai de seu filho. Aqui mais uma vez os componentes ligados aos valores modernos e tradicionais se confundem na medida em que essa valorização da individualidade se encontra ligada à família (que é quem garante, a seu modo, o seu sustento). Muito embora a construção da experiência da relação afetivo-sexual se atualize no processo de individualização, este processo tende a se consolidar junto à família, tal como também foi identificado por Brandão (2004) em um grupo de adolescentes de camadas médias no Rio de Janeiro.

Por outro lado, isso aponta também, para diferenças fundamentais (do ponto de vista do rapaz) entre ser “pai” e ser “pai de família⁵²” como um elemento fundamental para a compreensão das trajetórias e dos projetos de vida dos rapazes.

Monteiro (1999), aludindo aos projetos de vida de rapazes da favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, identificou a paternidade e a “criação de um núcleo familiar harmônico” como um projeto de vida dos rapazes, sendo este, no entanto, mais tardio quando comparado com o projeto de reconstituição de uma vida familiar harmônica das meninas, através do casamento e da maternidade. No entanto, o convívio conjugal só ocorre quando a gravidez é somada à existência de um vínculo amoroso e o compromisso com a criança, nem sempre é mantido quando a relação não obedece esse critério.

Para finalizar esta longa “conversa” com a literatura sobre o tema deste estudo, quero ressaltar que, embora os argumentos aqui apresentados contestem a visão reducionista de gravidez na adolescência como “precoce” e como “problema social”, adianto que meu intuito é procurar demonstrar, ao longo das páginas que se seguem, que isso não significa ver a experiência como um “mar de rosas” para todas as meninas neste grupo, ou seja, que sempre seja considerada em seus aspectos positivos e nunca “estranhada” por elas e suas famílias.

Penso que existem diferenças na maneira como a experiência é vista/pensada e vivida em uma classe e em outra – grupos populares e camadas médias. Posso adiantar, nesse sentido (tomando como referência o universo específico de minha análise), que o fato de, nem sempre, o evento ser visto e tratado como “problema” – pelo menos não da maneira como as esferas de “saber/poder” (parafraseando Foucault) o tem visto/tratado – isso tem relação, entre outras referências, com o fato de este grupo de jovens e suas famílias terem “um pé” no interior, mantendo traços muito fortes do ideário tradicional, “casando” e engravidando “cedo”. Essa cultura que eles atualizam no terreno da sexualidade encontra-se próxima do tipo de comportamento sexual que não é visto por eles mesmos e seus pares, como “precoce”.

⁵² O primeiro termo é utilizado pelo grupo para definir uma situação em que a gravidez/maternidade/paternidade não implica necessariamente em união, mesmo consensual, do casal. Neste caso, o rapaz se considera “pai” por ter assumido (como provedor) o filho, mas não se considera “pai de família” porque “não mora junto com ela” e com o filho, o que, do ponto de vista dele, não constituiu uma nova família.

Entretanto, como sabemos, uma família, um grupo ou um indivíduo que tem, como se diz comumente, “um pé lá” (no interior) e outro “aqui” (na cidade), possibilita a percepção dos dois lados (o tradicional e o moderno), convivendo conflitivamente também, o que pode influenciar, por exemplo, a menina, em alguns casos, a esconder a gravidez e até mesmo a fazer um aborto. Desse ponto de vista, considerando as diferentes trajetórias que envolvem os acontecimentos e as relações afetivas e familiares, é que a gravidez pode ser vista também como “problema” neste grupo. A questão, entretanto, para este estudo, não é tratar como problema ou não, mas ver como a experiência é vivida e pensada **por eles** e, neste sentido, então, pode traduzir-se em problema ou não; lembrando sempre que isso também pode ocorrer, como de fato ocorre, entre grupos pertencentes a outras camadas sociais.

No que se refere ao que foi objeto desta análise, espero poder mostrar ao longo desta tese (até onde me foi possível fazê-lo), o universo complexo e rico das interpretações e enfrentamentos mais amplos e mais particulares dos eventos aqui estudados, e das “soluções”, por vezes, provisórias que são construídas. Por ora, convido o leitor a ir comigo até o Guamá, cenário onde acontecem os eventos de que falo, para conhecer um pouco o espaço em que vivem as personagens – os jovens, suas famílias e sua escola – que dão vida a este estudo. Espero poder mostrar-lhe, ou melhor, fazer jus, à riqueza do universo que me foi dado perceber estando entre essas pessoas.

CAPITULO II.

ONDE, COMO E COM QUEM FALEI SOBRE SEXUALIDADE, REPRODUÇÃO E AFETIVIDADE

“Andando pelo Guamá”: conhecendo um pouco de sua história e seus moradores

Como (des) escrever o “mundo” que é o bairro do Guamá e o grupo entrevistado? Ao iniciar este capítulo com essa questão de caráter epistemológico, estou assumindo aqui uma (entre as muitas) das minhas maiores dificuldades: a de empreender uma descrição do grupo investigado e do bairro, cenário onde vivem as meninas e os rapazes. Velho (1994), chamando atenção para este ponto, reconhece que é nesse processo de textualização do trabalho de campo – o fazer etnográfico – que reside uma das mais difíceis tarefas do antropólogo, uma vez que, ao fazermos isso, nos deparamos sempre com a dificuldade (diria mesmo, com a impossibilidade) de transmitir o clima e o tom dos acontecimentos em nossa narrativa textual. Desse modo, por maior que seja o nosso esforço nesse sentido, permanecerá a sensação de que algo crucial continua faltando na descrição produzida.

Preocupada com esse aspecto, mas, consciente de tais limitações e, por isso mesmo, sem pretender uma descrição exata do local e do grupo analisado, aqui tento “familiarizar” o leitor com o “mundo” que é este bairro, seus diferentes espaços/“pedaços” (Magnani, 1984), e a partir desta descrição mais ou menos detalhada, procuro situar o grupo investigado dentro desse “mundo” e ao mesmo tempo, como um “mundo à parte”, posto que definido por redes de relações que, embora se assemelhem a outras, guardam muito de suas especificidades.

É pertinente desse modo, começar esclarecendo que o bairro atualmente, é marcado por uma alta densidade demográfica, tendo sido o mesmo constituído por meio de um processo de ocupação intenso, causado, sobretudo pelo grande fluxo imigratório de pessoas de diferentes cidades do interior do estado do Pará. Isso faz com que o Guamá seja considerado hoje o bairro mais populoso de Belém, apresentando uma população estimada em torno de 98.876 habitantes e um número de domicílios correspondente a 21.046, aproximadamente. Ele aparece nas estatísticas apresentadas pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP – como o de maior incidência de crimes, furtos, prostituição, consumo de drogas e, como não poderia deixar de ser, de incidência de gravidez na adolescência (SEGEPE, 1997).

Esse quadro negativo associado ao bairro é reforçado pelos meios de comunicação escrita e televisiva, nos quais o mesmo assume destaque nas manchetes das páginas policiais, associado sempre a um lugar perigoso. Evidentemente, tal avaliação, além de não relativizar os dados estatísticos, não leva em consideração a opinião dos seus próprios moradores. Nesse sentido, o fato de o mesmo bairro ser o de maior densidade demográfica, faz com que os números e os fatos listados nas estatísticas municipais mantenham a mesma proporção. Além disso, certamente essa representação do bairro como um lugar perigoso é/foi construída “de fora para dentro”, em nada se comparando, por exemplo, ao tipo de representação que dele têm os seus moradores como sendo, um lugar “como qualquer outro”, pois, como se sabe, a positividade e/ou a negatividade com que determinados lugares, grupos ou pessoas passam a ser vistos, depende de quem os olha e do lugar de onde se olha.

Nesse sentido, das conversas que tive com os moradores, ouvi referências ao bairro como um lugar “muito bom de se viver”. E, mesmo os ex-moradores, (como é o caso de um conhecido de minha família), guardam sempre boas lembranças do tempo em que moraram no local e procuram manter contato com parentes e grupos de amigos. Nessa direção também, o pai de um dos meus entrevistados, referindo-se ao fato de as pessoas comentarem que o Guamá é “perigoso”, afirmou em tom de quase indignação: “lugar perigoso não existe, a pessoa tem é que ter cuidado e não sair por aí exibindo o que tem”, querendo com isso dizer que, se é verdade que o perigo existe, ele pode estar em qualquer lugar e não apenas “neste” ou “naquele”. A mãe de outro entrevistado também fez referência ao bairro de maneira positiva: “é um lugar muito bom de se morar, eu moro aqui há quase 20 anos e nunca fui assaltada”. Certamente trata-se de representações muito diferentes daquelas que ouvi de outras pessoas conhecidas (que moram em outros bairros), como por exemplo, uma vizinha que, ao tomar conhecimento da minha pesquisa no bairro, chegou a confessar-me que se sentia muito preocupada comigo, pelo fato de eu estar “andando pelo Guamá”, aproveitando para aconselhar-me sempre a “ter cuidado” quando eu fosse para “aquele lado”.

Apesar de nunca ter morado no bairro, não posso dizer que o mesmo fosse, à época em que estabeleci o primeiro contato com o grupo pesquisado, um local de todo estranho para mim. Pela sua proximidade geográfica com outras áreas da cidade (hoje consideradas

centrais) e pelo fato de a Universidade Federal do Pará encontrar-se localizada neste bairro, pelo menos já há alguns anos, acostumei-me a transitar pelas suas principais ruas quase que diariamente ao fazer o percurso de casa até a referida instituição e vice versa. Na minha própria opção em assumir a função de professora em uma escola do bairro, creio que já estava implícita essa sensação de relativa familiaridade que eu tinha com o bairro. Entretanto, já no início de tal função, aos poucos me dava conta de que na verdade tal familiaridade era apenas superficial, pois “estar lá” era muito diferente de apenas “passar” de carro todos os dias.

Era diferente por que durante o tempo de minha convivência no local (mais especificamente na escola) e com as pessoas, a cada dia eu tinha acesso (através dos alunos) a um mundo de relações sociais que os moradores constroem no seu dia a dia que, somente “sendo de lá” ou, no mínimo, “estando lá” e “ouvindo” atentamente, é possível conhecer. Por isso, me deparava constantemente com situações e experiências que, da maneira como aconteciam e como eram vivenciadas por elas e eles, vindo à tona no cotidiano da escola, de certa forma guardava uma diferença em relação ao que eu estava acostumada a ver e ouvir ao meu redor, no meu universo de sociabilidade. Me refiro não apenas à rede de relações que aqueles adolescentes constroem em torno da gravidez/maternidade na escola – o que me pareceu, desde o início, um pouco diferente em relação, por exemplo, ao universo de sociabilidade de meus filhos, onde, além de não existir tal rede, por vezes, pude ouvir referências preconceituosas em relação aos mesmos eventos – mas ao “mundo” particularizado que a sociabilidade de um grupo, no caso deste em específico, engendra e que, só nos é possível conhecer, “estando próximo”, ainda que esta proximidade seja relativa. E, dessa perspectiva, tanto o bairro, quanto aquele universo em específico, se mostravam ao mesmo tempo, estranhos ou distantes de mim, instigando-me, como já disse antes, a conhece-los mais profundamente.

Assim, ao falar do bairro e da minha ilusão de familiaridade em relação ao mesmo antes da pesquisa, quero ressaltar que, no estudo realizado por Quintela (2002), e já referido anteriormente, a autora se refere ao Guamá como sendo-lhe extremamente familiar pelo fato de ter ali vivido toda sua infância e adolescência. Com isso, a percepção do local que ela deixa explícita em sua análise, é de alguém que de fato tem uma relação de familiaridade que foi construída ao longo de sua vivência e no interior das relações sociais, o que a

credencia a falar do bairro com uma certa espontaneidade característica de quem mantém um sentimento de pertencimento àquele local. É interessante o fato de a mesma se reportar às brincadeiras de infância, os modos e os costumes das famílias no bairro, com uma certa nostalgia do tempo em que morou no local. Tal percepção da autora é, portanto, muito diferente da que eu tive, pelo fato de não ter tido as mesmas experiências que ela, as mesmas relações com o bairro e com os seus moradores. Desse modo, hoje, refletindo sobre os percursos das nossas pesquisas, percebo que os caminhos metodológicos que empreendemos se realizaram em sentidos inversamente opostos, contudo, revelando dados que se entrecruzaram nesses percursos. Quero dizer que – conforme a velha e sempre atual lição de Da Matta (1978) – enquanto o percurso de Quintela tomou a direção no sentido do esforço de estranhar aquilo que lhe era “familiar”, o meu se deslocou inversamente, no intuito de tornar familiar o que era “estranho” a mim em relação ao bairro e seus moradores.

Embora no momento desse meu primeiro contato eu não tivesse essas questões como preocupação central –, talvez pelo fato de me encontrar no local menos como pesquisadora e mais como professora – não posso dizer que tivesse sido de alguma forma ingênua em relação a esse aspecto, pela mesma razão que não o fui em relação às práticas e as relações que me instigaram a problematizar o comportamento afetivo-sexual dos adolescentes na escola. Desse modo, o esforço da busca de familiarização com esse mundo que é o bairro (e em particular com o grupo investigado), era realizado a cada dia que eu tinha de estar ali para ministrar as aulas. Uma das estratégias que utilizei nesse processo foi fazer parte do percurso entre minha casa e o bairro, de ônibus e a pé, o que me possibilitava conhecer e, de certa forma, me aproximar dos lugares mais freqüentados e que fazem parte do cotidiano dos moradores (aqui incluindo os adolescentes que entrevistei), como a feira (onde inclusive passei a comprar frutas), a padaria em frente à escola⁵³ (onde acostumei-me a tomar suco de frutas ou guaraná todas as tardes), a farmácia, e o comércio que se estende por toda a avenida onde está situada a escola⁵⁴. Mas os limites sócio-espaciais do bairro vão muito mais além disso.

⁵³ Descobri que essa padaria é a mesma referida com nostalgia por Quintela (2002), lembrando e sentindo o mesmo “cheirinho de pão” do tempo de sua infância vivida no bairro.

⁵⁴ Por meio de nossas conversas sobre as pesquisas que empreendemos no mesmo bairro, fiquei sabendo que esta escola, do mesmo modo, lhe é muito familiar, pelo fato de ter sido aluna da mesma, a qual também em seu estudo referido, ela se reporta com saudade daquele tempo.

Posteriormente, na condição efetivamente de pesquisadora, fiz muitas caminhadas pelo bairro, principalmente quando tive de ir até as casas dos adolescentes. Esses momentos para mim foram de novas descobertas na medida em que me permitiram, por exemplo, ter uma noção da dimensão do bairro e da quantidade de sua população (embora eu tenha de fato conhecido apenas uma pequena parte). Isso porque é necessário esclarecer que há diferenças entre o local do bairro onde se encontra a escola, as principais feiras, o posto médico, as farmácias, enfim, o comércio de um modo geral, que, posso dizer, localizam-se nas principais ruas e avenidas, e os locais de moradia dos/das entrevistados (as), que encontram-se mais distantes desse ponto, digamos, na “periferia” do bairro.

Figura 5: Uma rua pavimentada no “centro” do bairro.



Foto: Pantoja, A. L. N. (novembro/2006).

À medida que me deslocava de um ponto para outro, precisamente do “centro” para a “periferia”, algumas diferenças eram notáveis. Além da diferença entre o tipo de construção das habitações – as quais no centro (ruas e avenidas principais) são formadas por alguns prédios de apartamentos e casas de alvenaria (de um ou dois pavimentos) maiores e mais “modernas”, contrastando com a periferia onde predominam as pequenas habitações de madeira, geralmente compostas de no máximo, dois cômodos – é visível também um aglomerado maior de pessoas nas ruas e em frente e/ou nas soleiras das casas.

Figura 6: Uma rua não pavimentada na “periferia” do bairro



Foto: Pantoja, A. L. N. (novembro/2006)

As ruas são tomadas constantemente pelas pessoas, homens, mulheres, adolescentes, crianças, que estão sempre indo ou vindo, conversando, brincando ou simplesmente, transitando ou passeando à pé ou de bicicletas. Nas “passagens” (ruas mais curtas e estreitas que impedem a entrada de veículos), onde mora a maioria dos entrevistados (e no bairro como um todo), a bicicleta é um tipo de transporte indispensável no dia a dia das pessoas. Utilizam-na em quase tudo: para fazer as compras nas feiras ou nos mercados, para ir ao trabalho, à escola, para comprar o gás de cozinha, levar ou buscar uma encomenda e os filhos ou netos na escola ou simplesmente para passear. Para o transporte de objetos maiores e mais pesados como mercadorias, móveis e material de construção, os moradores costumam fazer uso do “carro de mão” ou “burros falantes⁵⁵” (como são mais conhecidos por todos no bairro) e da carroça; este último, como se sabe, trata-se de um veículo mecânico, puxado por animais – cavalos ou burros, como pode ser visto na imagem a seguir. Aliás, é neste bairro que se encontra localizada a sede da Associação dos Carroceiros de Belém.

⁵⁵ Estes são assim denominados por serem conduzidos por homens ao invés de animais com este nome, como no caso das carroças.

Figura 7: Um dos cruzamentos da Avenida Barão de Igarapé Miri, no centro do bairro.



Foto: Pantoja, A. L. N.(outubro 2006).

A enorme frequência da utilização desses tipos de transportes alternativos, aliada à ausência de sinalização adequada, faz com que as ruas principais do bairro tornem-se também espaços muito disputados, exigindo mais cautela por parte daqueles que percorrem de carro ou de ônibus esses locais, uma vez que as bicicletas e as carroças estão por todos os lados, indo ou vindo pela avenida principal, entrando ou saindo das (e pelas) ruas transversais. Esse, portanto, é um aspecto que não pode escapar à atenção de quem transita no bairro dirigindo seu próprio carro, pois o risco de se cometer acidentes como atropelamentos de pessoas e animais é sempre muito grande.

Figura 8: O comércio em uma das principais avenidas do bairro (Avenida Barão de Igarapé Miri).



Foto: Pantoja, A. L. N.(maio/2005)

A avenida acima, por ser uma das principais do bairro, possui um tráfego intenso de pessoas, carros, carroças, animais e bicicletas. Isso se deve principalmente ao fato de esta fazer parte do centro comercial do bairro, onde estão situadas as farmácias, os bares, lanchonetes, pizzarias, a feira, com as suas várias “casas de carne” (como podemos ver na imagem); aqui também está localizado o principal posto de saúde, várias escolas (inclusive a escola onde estudam as adolescentes entrevistadas), a delegacia, o mercado principal, os frigoríficos, as lojas de ferragens e materiais de construção, os magazines, as lojas de roupas, sapatos e acessórios, salões de beleza, estúdios fotográficos, agências bancárias, consultórios médicos, odontológicos, laboratórios de exames clínicos e as muitas lojinhas de produtos para bebês, enfim, pode-se inferir que no bairro “tem de tudo” – como me disse Dona Socorro, mãe de uma das meninas – e que por essa razão as pessoas costumam dizer que não precisam sair de lá para comprarem o que precisam ou para resolverem qualquer negócio.

Influenciada pela minha formação (como não poderia deixar de ser), uma das características do bairro que sempre me chamou a atenção durante as minhas incontáveis caminhadas pelo “centro”, diz respeito ao seu aspecto histórico. Tal aspecto, é bom dizer, não se mostra tão perceptível a um observador menos atento a esse ponto. As reminiscências de seu passado histórico podem ser vistas em algumas poucas construções que sobreviveram

ao processo de reestruturação dos prédios e residências ao longo de várias décadas. Desde minhas primeiras incursões pelo bairro, como professora, eu notei, por exemplo, que o prédio da escola possui características de construção que predominou na virada do século XIX para o XX, guardando ainda (apesar das modificações), traços da arquitetura *art nouveau* que foi predominante nessa época em Belém. Na mesma rua, quase em frente à escola, particularmente, uma casa sempre despertou minha curiosidade pela preservação quase total do mesmo estilo e o contraste em relação às demais, me levando a tentar imaginar como teria sido o bairro em outros tempos, instigando-me a conhecer um pouco de sua história, sobretudo para compreender melhor como foi construída a imagem negativa atribuída ao mesmo.

Assim, como todo lugar, o Guamá tem também a sua história. E, para fazer esta breve “viagem” pela história do bairro, tomo como referência o recente e interessante estudo realizado por Ramos (2002), um historiador que nasceu, cresceu e continua morador no bairro. Segundo ele, embora não seja possível precisar a partir de que momento teve início o processo de ocupação do atual bairro, consta que a sua origem encontra-se ligada à área do igarapé Tucunduba. De acordo com sua pesquisa, a primeira ocupação do bairro constituiu de uma fazenda localizada às proximidades do referido igarapé, cuja doação, em forma de sesmaria, fora feita pelo rei português no ano de 1728, ao senhor Theodoro Soares Pereira. O objetivo era de explorar as riquezas da região, desenvolver a prática da agricultura e outros serviços necessários ao projeto de desenvolvimento da área, como a construção de pontes, portos e caminhos que pudessem facilitar o desenvolvimento do comércio. Presume-se, no entanto, que, mesmo antes da colonização européia na Amazônia, as margens desse igarapé teriam sido ocupadas por indígenas, já que, conforme levantamento de fontes documentais realizado em outro momento⁵⁶, há referências da presença indígena em Belém antes da chegada dos portugueses, sobretudo às proximidades dos igarapés, de onde teriam sido expulsos.

⁵⁶ A pesquisa documental referida (e da qual participei) foi realizada no ano de 2002 e inseriu-se no contexto de investigação histórica mais ampla, coordenada pela Prof^a D^a Ligia Simonian (NAEA/UFPA), cujo objetivo foi mapear a presença indígena em Belém durante o período colonial. Consta em diversos documentos que, em 1737 já havia uma preocupação das autoridades locais com a falta de trabalhadores indígenas, apontando esse aspecto como causa principal da “miséria da população e da cidade”, o que aponta indícios claros da forte presença indígena em Belém em tal contexto.

Ainda de acordo com esse autor, no ano de 1755 a fazenda, que tinha o nome do mesmo igarapé (Tucunduba), foi adquirida pelos padres mercedários e, posteriormente, por volta de 1784, com a expulsão dos padres – como consequência da reforma política empreendida pelo Marquês de Pombal – em meio a outros bens, a fazenda foi confiscada e doada à Santa Casa de Misericórdia do Pará. O crescente interesse pelo local certamente encontrava-se ligado ao seu posicionamento geográfico, pela sua proximidade do igarapé. Tanto que, no final do século XVIII, nessa mesma área que compreendia a fazenda, foi construída uma olaria para a fabricação de telhas e tijolos utilizados em grande quantidade na reconstrução de Belém.

A partir das primeiras décadas do século XIX, como parte das reformas políticas de então, no espaço onde funcionava a olaria foi construído o Leprosário do Tucunduba⁵⁷. Tal feito, marcava o início de uma outra forma de ocupação dessa área, desta vez como um espaço de reclusão (ou exclusão) social (Ramos, 2002). Na verdade tratava-se de um abrigo improvisado, para onde eram enviados os doentes para que ficassem isolados do restante da sociedade. É possível presumir então que o local fosse distante do centro da cidade e de difícil acesso, já que, o objetivo era isolar os “doentes” e impedir que contaminassem os “sadios”. No entanto, é no mínimo curioso que, para esse local, segundo Ramos (2002), não tenham sido enviados apenas os hansenianos, mas também os loucos, os mendigos, os escravos, enfim, os indesejados da sociedade.

Tal política veio a se consolidar mais tarde, no final do século XIX e início do XX, mediante os projetos de “civilização” da cidade de Belém, empreendidos por Antonio Lemos⁵⁸. Coube desse modo, em tal proposta, a determinação de espaços diferenciados segundo os grupos sociais. Nessa delimitação de fronteiras espaciais, o centro urbano, desenvolvido, requintado e “civilizado” dos ricos, deveria ficar separado e bem distante da periferia, o mundo feio, atrasado e miserável dos pobres. Assim, a intenção de fazer do local uma espécie de “depósito de lixo social” (Ramos, 2002), é algo marcante nesses projetos, tendo se estendido para outros bairros da Belém, como é o caso dos bairros Cremação e

⁵⁷ O *Hospício dos Lázaros do Tucunduba* foi o primeiro leprosário da Amazônia, e, assim como os leprosários medievais europeus e os demais que foram criados no Brasil nessa mesma época, essa instituição tinha como finalidade não só cuidar/tratar as pessoas portadoras de hanseníase, mas, principalmente, manter os corpos contaminados pela doença (sem cura nessa época), isolados do restante da sociedade e sob vigilância. (Cf. Ramos, 2002:19).

⁵⁸ Para uma leitura mais específica sobre esse assunto, consultar Sarges (2002).

Jurunas. No caso do Guamá, além do referido hospital, o qual sobreviveu até por volta de 1938, mais três hospitais de isolamento de pessoas portadoras de doenças consideradas infecto-contagiosas, foram construídos no início do século XX⁵⁹.

Considerando esses fatos, até meados do século XX, a área era pouco habitada, sendo em sua maior parte ocupada por florestas de onde seus poucos moradores retiravam sua sobrevivência através da caça e da coleta de frutos. Ao entrevistar pessoas de sua família que viveram no local durante esse período, Ramos (2002), chama atenção para a existência de poucas residências nessa época, as quais guardavam a configuração de sítios e/ou fazendas por causa de seus imensos quintais. No local, segundo o autor, eram instaladas também, por volta desse período, “vacarias e hortas que alimentavam as famílias e abasteciam as casas, feiras e mercados da cidade” (p. 34). O igarapé do Tucunduba continuava (como, aliás, ainda continua) servindo intensamente para a navegação de pequenos barcos e ao lazer dos moradores. Consta no referido estudo que, entre as primeiras ruas do bairro, espécies de “caminhos (ou estradas) de terra batida”, muitas teriam sido abertas pelos próprios moradores como é o exemplo da Estrada do Tucunduba (atual avenida Barão de Igarapé Miri, uma das principais do bairro). Essas características do bairro emergem também das lembranças dos antigos moradores entrevistados no estudo realizado por Quintela (2002), nas quais as referências ao matagal, ao igarapé, às roças e ao tempo em que “colhia-se o que se comia” são do mesmo modo, marcantes.

Essa configuração da área sofreu profundas alterações a partir da desativação do leprosário, após o ano 1938. Data desse momento, o início do gradativo aumento populacional, tendo ocorrido sob forte influência da reabilitação do comércio da borracha no estado do Pará, vindo a se consolidar nas décadas de 60-70, com a implantação dos conhecidos “grandes projetos econômicos na Amazônia”⁶⁰. O grande êxodo rural que

⁵⁹ Estes hospitais foram: Domingos Freire, São Sebastião e São Roque, criados para tratar pessoas com doenças infecto-contagiosas como varíola, febre amarela e tuberculose. Esses três hospitais foram transformados no Hospital Universitário Barros Barreto, mantido no mesmo local e permanecendo como referência no tratamento de doenças infecto-contagiosas, inclusive sendo o único em Belém que recebe/trata pessoas portadoras do vírus HIV. Somado a isso, nessa área que compreende o bairro, também estavam localizados três cemitérios: o cemitério do Leprosário, local onde eram enterrados os hansenianos, o qual foi desativado no ano de 1878, o Cemitério Santa Izabel e o Cemitério da Ordem Terceira. Os outros dois, que ainda realizam enterramentos, ainda se permanecem no mesmo local, e, de certa forma, assim como no passado, esse fato concorre para que a imagem negativa do bairro mantenha-se forte na visão das pessoas “de fora”.

⁶⁰ A reabilitação do comércio da borracha na Amazônia ocorreu por volta da década de 1930/40, tendo sido provocado pelo aumento da exportação do produto para os Estados Unidos, o qual ocasionou um aumento

marcou essas décadas, acrescido da supervalorização das áreas centrais da cidade, ocasionou o deslocamento forçado de pessoas de baixa renda para áreas periféricas como o Guamá, localizando-se em terrenos alagadiços e sem títulos de propriedade.

Não é difícil se presumir que, dessa época para cá, esse fluxo migratório tenha se intensificado. Além dos números que apontam a densidade demográfica do bairro, sobretudo as pesquisas realizadas com grupos sociais residentes nessa área, apontam indícios de que grande parte de sua população atualmente é composta de migrantes de cidades do interior do estado (Quintela, 2002, Lago, 2002), muitos dos quais pertencentes a segunda ou terceira geração, como é o caso dos meus interlocutores, que, em sua maioria são filhos ou netos de migrantes, conforme será melhor especificado mais adiante.

Importa pensar, e aqui ressaltar, que o processo de ocupação do espaço urbano, neste caso, considerando a forte migração mencionada, não é (e nem pode ser), entendido como monolítico ou homogêneo, já que, qualquer indivíduo se depara constantemente com uma variedade de situações nas quais diferentes aspectos estão envolvidos e mesmo os motivos, as expectativas e os projetos que orientam tal migração são diferenciados (Oliven, 1996). O que faz com que assumam atitudes diferentes diante das mesmas situações.

Desse modo, embora a geografia e a história do bairro sejam importantes para a compreensão da configuração do local como bairro, este, no entanto, se define a partir das vivências que cada morador tem e/ou constrói com o mesmo, o que lhe confere sentido próprio, único, estabelecendo distinções em relação a outros lugares. O sentido de bairro que tomo como referência neste estudo, portanto, encontra-se relacionado à idéia de um espaço que circunscreve-se pela relação com o outro e que tem por base os vínculos sociais e individuais, o que remete à compreensão de espaço numa perspectiva antropológica que é defendida por Certeau (1996), como sendo fundamentalmente, inscrito numa relação existencial que as pessoas atualizam no seu cotidiano.

significativo da população na cidade, oriunda de vários estados do Brasil e também de cidade do interior do Pará. Essa migração da população rural para a periferia de Belém se intensificou com a implantação dos “grandes projetos para a Amazônia” como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto ALBRAS, e o Projeto Carajás, os quais provocaram a expulsão de grande contingente populacional das áreas rurais para a capital do estado.

Sair de casa, andar pela rua, é efetuar antes de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc.). A relação entrada/saída, dentro/fora, penetra outras relações (casa/trabalho, conhecido/desconhecido, calor/frio, tempo úmido/tempo seco, (...)). É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. É organizadora de uma estrutura inaugurável e mesmo arcaica do 'sujeito público' urbano pelo pisar incansável porque cotidiano, que afunda em um solo determinado os germes elementares (decomponíveis em atitudes discretas) de uma dialética constitutiva da autoconsciência que vai haurir, nesse movimento de ir-e-vir, de mistura social e de recolhimento íntimo, a certeza em si mesma enquanto imediatamente social". (Certeau, 1996, p. 43).

O espaço, portanto, é dinâmico, um espaço da sociabilidade cotidiana por excelência, da construção de relações que inscrevem múltiplos sentidos. Nesse cenário de relações fluídas, os indivíduos assumem posições diferenciadas como atores sociais e, nesse sentido, são também produtores de cultura.

Tomado da perspectiva de tal complexidade das redes de relações tecidas no cotidiano da vida social, é possível dizer, de outro modo, que o Guamá é formado por "pedaços", tal como sugere Magnani (1984), cujo sentido do termo tem por base a idéia de territórios que delimitam a locomoção e influem na identificação de seus moradores. Assim, embora o "pedaço" possua um núcleo formado por alguns pontos de referência que fazem dele local de encontro e passagem obrigatórios, como por exemplo, a escola, a feira, a taberna, a padaria, a igreja e o posto de saúde, o que caracteriza cada "pedaço" é antes de tudo a necessidade de se estar situado numa rede particular de relações que combina laços de parentesco, amizade, vizinhança, procedências. Assim, uma possível "leitura" da cultura que se atualiza na diversidade de relações sociais construídas no cotidiano da vida em tais espaços e, principalmente nas redes diferenciadas que se originam de tais relações, passa pela noção de "pedaços". Desse ponto de vista, então, é pertinente dizer que o Guamá (assim como outros locais) constitui um "mundo" composto de múltiplos "pedaços", expressos nas várias e distintas maneiras de ser e de estar das pessoas, nesse universo maior de relações.

Nesse sentido, os estudos antropológicos já realizados nesse bairro e com os quais aqui venho procurando dialogar constantemente, dão bem a idéia dos "pedaços" que conformam o Guamá. Tanto o estudo de Quintela (2002), quanto o de Lago (2002), e, acrescentando agora este, muito embora tenham como foco de análise grupos de

adolescentes que se inserem dentro de um mesmo perfil etário e sócio-econômico, se distinguem em muitos aspectos em função das diferentes redes de sociabilidade a que pertencem, o que certamente faz com que possam se ver e serem vistos (inclusive por nós pesquisadores), de forma diferente também.

No caso aqui, ao me referir ao grupo investigado a partir da noção de “pedaço” tomada emprestada de Magnani (1984), estou delimitando os seus contornos às redes de relações construídas pelo grupo entrevistado em determinados espaços sócio-culturais, como a família e a escola, sem menosprezar, contudo, que as bordas de tal pedaço, são fluídas, ou seja, podem se estender para além desses dois domínios.

De um retrato do grupo e suas “andanças”

Como já adiantei, a pesquisa teve como foco privilegiado, um grupo composto de adolescentes – que se encontram na situação de gravidez ou de maternidade (no caso das mulheres) e que continuaram ou não os estudos – e seus referidos parceiros e/ou pais de seus filhos. Na delimitação do estudo considerei inicialmente as mulheres em tais situações, que se encontravam na escola. Evidentemente, essa “escolha” do caminho que me levou à composição do grupo, foi feita primeiramente a partir das meninas grávidas, pelo fato óbvio ligado à própria inscrição corporal que a gravidez encerra. No entanto, não tive muitas dificuldades em encontrar aquelas que já haviam “tido filho”, tanto pelo fato de ser isso do conhecimento de quase todos na escola, quanto pela própria rede de relações mais intensa que é construída pelas adolescentes grávidas e mães nesse espaço.

Através do grupo de mulheres (grávidas e mães), foi que consegui chegar até seus parceiros e/ou pais de seus filhos, já que, estes, além de dificilmente serem encontrados na escola⁶¹ –, o que concorre para a inexistência de redes de relações masculinas em torno

⁶¹ Há uma tendência neste grupo, de os rapazes abandonarem os estudos quando do nascimento dos filhos, em razão de maiores dificuldades de conciliação do tempo entre os estudos e o trabalho que surgem nesse contexto. No caso dos que se encontram na faixa etária de 18 a 22 anos, a interrupção dos estudos se deu na medida em que a paternidade passou a impor-lhes a responsabilidade maior no papel de provedores. O trabalho, então, passa a ser priorizado em detrimento dos estudos. No entanto, encontrei casos em que essa dificuldade já havia ocorrido antes de o rapaz assumir a paternidade do filho; nesses casos, as dificuldades que

desses eventos nesse espaço –, a paternidade, por razões biológicas, não se inscreve em seus corpos, tal como ocorre no caso da gravidez/maternidade nos corpos femininos⁶², o que também tornou, de certa forma, mais difícil identificá-los em um primeiro momento. Além disso, deparei-me com a impossibilidade de entrevistar os homens/pais, cujo relacionamento afetivo-sexual com a mãe de seus filhos, havia terminado de forma conflituosa. Como o meu acesso a eles se deu por intermédio delas, respeitei as limitações impostas por esse tipo de situação, pois percebi que poderiam sentir-se constrangidas ou até mesmo indignadas, caso eu tentasse uma aproximação com os ex- parceiros, sem ter sido “autorizada” por elas para tanto. Esse aspecto, somado a uma maior resistência em falar sobre o assunto por parte dos rapazes, concorreu, portanto, para que o grupo masculino no estudo fosse menor que o grupo feminino.

Nesse sentido, devo dizer também que, apesar da pesquisa contemplar homens e mulheres nas situações descritas, nem todos do grupo constituem casais no sentido da união (formal ou informal), definida pela existência de vínculos afetivo-sexuais entre o rapaz e a menina. A estratégia de escolha desses informantes (homens) acabou sendo por meio da identificação da existência de uma gravidez e/ou de uma criança cuja paternidade havia ou não sido assumida pelo rapaz.

Para facilitar e possibilitar mais clareza à análise dos dados de pesquisa, achei pertinente dividir o universo em dois grupos. O primeiro grupo é definido com base nos dados de pesquisa de campo realizada no período 1999/2001 – quando do meu primeiro contato através da experiência docente na referida escola – que aqui chamarei de primeira fase da pesquisa, enquanto no segundo grupo, tomo como referência os dados do período 2004/2005, contexto em que estabeleci um contato mais intenso e prolongado (embora intermitente), com um outro grupo, o qual corresponde ao que eu chamo de segunda fase da pesquisa.

É necessário aqui esclarecer de que maneira estou utilizando algumas categorias para identificar os diferentes tipos de relacionamentos afetivo-sexuais mantidos pelos

ocasionam o abandono dos estudos encontram-se ligadas à responsabilidade do sustento da família de origem (mãe e irmãos), na ausência do pai.

⁶² Apesar dessa diferença de caráter biológico, o fenômeno sócio-cultural do “casal grávido”, o qual inclusive só se tem problematizado para as camadas médias (Salem, 1989), também é algo passível de observação (e até com muita frequência), neste universo. Embora, evidentemente, não obedecendo os mesmos contornos de consideração de valores (individualistas, igualitários) do modelo construído pela autora.

entrevistados. Assim, tendo por base a tradução que eles próprios formulam, os termos “casado” ou “casada” – formalmente ou não, – são utilizados quando há existência de vínculo afetivo-sexual reconhecido de ambas as partes, acrescido, ou não, de co-habitação, o que sugere um compromisso moral mais ou menos ligado a certas “obrigações” associadas ao papel tradicional de “mulher” e “marido”, sobretudo quando o rapaz “banca a menina” ou seja, quando a sustenta (mesmo que parcialmente) economicamente .

No caso do tipo de união consensual marcado por co-habitação, eles costumam utilizar com mais recorrência os termos “amigada” ou “amigado”, o que do mesmo modo sugere a existência de um compromisso moral dessa mesma ordem entre o casal. As categorias “solteira” ou “solteiro”, ao contrário, tendem a ser utilizadas quando da não co-habitação e da não existência e/ou término de uma relação baseada em um compromisso “mais sério” (que pode ser de namoro), sugerindo, “estar sozinho” (ou “sozinha”) ou, apenas “ficando”, portanto, “sem compromisso” com alguém. Difere, portanto, de uma outra, a categoria “solteira com companheiro”, a qual meninas e rapazes empregam para definir a relação em que não há co-habitação, mas, no entanto, mantém-se uma relação afetivo-sexual pautada em um compromisso “mais sério” podendo ser definido também como namoro. Recorrentemente este tipo de relação também recebe a denominação de “namorido” pelas mulheres, o que revela a ambigüidade da relação, significando dizer que o rapaz é um pouco namorado e marido ou nem totalmente uma coisa ou outra. A seguir um quadro desses vários tipos de relacionamentos:

Quadro 1: Formatos de relacionamentos afetivos

Relacionamento	meninas	rapazes
“Amigados”	06	06
Casados	02	02
Solteiros com companheiros ou “namoridos”	10	02
Solteiros	06	02
TOTAL	24	12

Fonte: 36 entrevistados (meninas e rapazes).

Como podemos ver, dentre os entrevistados, homens e mulheres, identifiquei uma maioria inserida na categoria “amigados” (12), e “solteiros com companheiros”, num total de 12 também; os solteiros somam um total de oito (08) e apenas quatro (04) são casados, sendo que destes, apenas dois oficializaram a união. Somente em um caso, aparece como indefinida a situação civil. Daniele não soube definir sua situação, pois, à época da entrevista, havia se separado recentemente do parceiro, com quem co-habitava há alguns meses na casa da mãe dele. Com a separação, voltou a morar com sua mãe e os irmãos, porém, pelo que pude perceber, ainda tinha esperanças de reatar a relação e, assim, talvez não pôde ou não quis se enquadrar em nenhuma das categorias referidas pelos demais.

É importante assinalar aqui também que, apesar de ter entrevistado um total de 24 mulheres e doze (12) homens, procurei estender o olhar para além e ao redor desse grupo, tentando seguir pistas de como as experiências são vistas e pensadas também por outras pessoas tanto no ambiente da escola quanto no da família das meninas e rapazes entrevistados. Considerando esse olhar que se “estendeu” para além do grupo em específico, neste item acrescento também alguns dados referentes às suas famílias de origem bem como as outras pessoas com quem se relacionam no seu dia a dia na escola, na rua onde moram e nos momentos e espaços de lazer, enfim, pessoas que compõem suas redes de relações sociais e, nesse sentido, constituem, de certo modo, parte do grupo também⁶³.

Devo esclarecer ainda que, com o intuito de preservar suas verdadeiras identidades, os nomes atribuídos a todos eles são fictícios. Os quadros descritivos a seguir, possibilitam uma visualização do grupo entrevistado nas duas fases da pesquisa.

⁶³ Considerar este “olhar ampliado” significa dizer que este grupo composto de 36 entrevistados de certa forma se multiplicou por pelo menos oito ou dez vezes. Isso porque, a partir de cada entrevistado cheguei até pessoas (mais ou menos na quantidade referida) pertencentes a sua rede de amizades e parentesco.

Quadro 2: Entrevistados (mulheres e homens) – 1ª fase

	Nome	Idade	Sit. Civil	Características
Grupo 1A	Ariane	15 anos	Solteira	Gravidez e paternidade assumidas pelo ex-namorado, mora com a mãe dela, terminou a relação afetivo-sexual após o nascimento do filho.
	Adria	16 anos	Solteira	Gravidez e paternidade do filho n/assumida pelo ex-namorado; mora com seus pais; terminou relação afetivo-sexual após três meses do nascimento do filho.
	Andréia	15 anos	Solteira	Gravidez e paternidade do filho n/ assumida pelo ex-namorado mora com a mãe dela.
	Aline	14 anos	Solteira	“Tirou”(aborto); conflitos na família e com o namorado.
Grupo 1B	Brenda	13 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez não confirmada ⁶⁴ ; mora com seus pais; mantém relação afetivo sexual com seu namorado.
	Bruna	17 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez assumida pelo namorado ⁶⁵ , mora com a mãe dela, pretende se “amigar”(“morar junto”) com ele.
	Beatriz	14 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez assumida pelo namorado, mora com a mãe dela; mantém relação afetivo-sexual.
	Bianca	15 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez e paternidade do filho assumida, mora com a mãe, planeja se “amigar” com o namorado.
Grupo 1C	Camila	17 anos	“Amigada”	Gravidez e paternidade do filho assumida pelo “marido”, mora (com ele e o filho) na casa da mãe dele.
	Carla	17 anos	“Amigada”	Gravidez e paternidade assumida pelo “marido”; mora (com ele e dois filhos) na casa da mãe dela.
	Carolina	16 anos	“Amigada”	Gravidez e paternidade do filho assumida pelo “marido”, mora com ele e o filho na casa da mãe dele.
	César	16 anos	“Amigado”	Paternidade do filho assumida; mora (com a mulher) na casa dos pais dele.
	Cláudio	27 anos	“Amigado”	Paternidade do filho assumida; mora (com a mulher) na casa da mãe dele.
	Cássio	22 anos	“Amigado”	Paternidade do filho assumida; mora (com a mulher) na casa da mãe dela.
Grupo 1D	Daniele	13 anos	Indefinida	Gravidez assumida pelo ex-“marido”; “amigou-se” quando engravidou, mas terminou a relação afetiva e voltou a morar com a mãe e os irmãos.

⁶⁴ Este caso se trata de uma gravidez que na época da entrevista não chegou a ser confirmada pela própria menina apesar de a mesma ter afirmado desejar muito “ter um filho”.

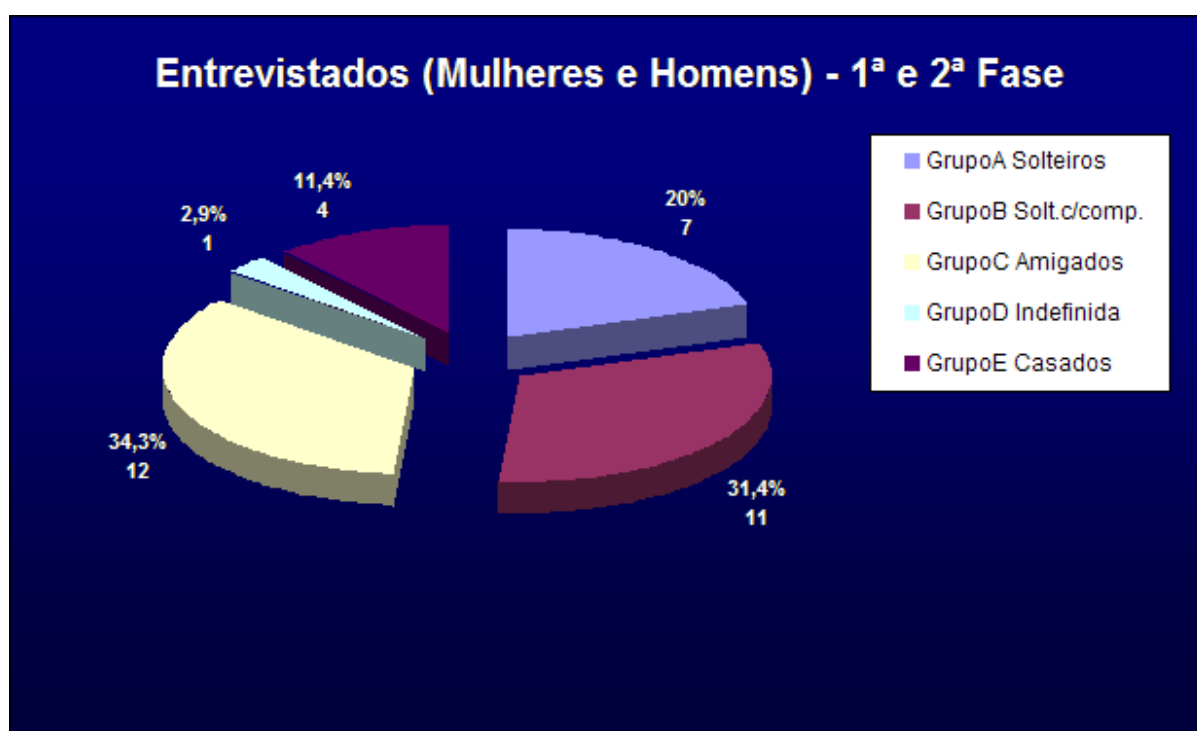
⁶⁵ A referência à gravidez aqui (e não gravidez e paternidade) está sendo feita pelo fato de a menina ainda se encontrar grávida; neste caso eles dizem que o rapaz “assumiu a gravidez” da menina. Quando a criança nasce, diz-se que o rapaz “assumiu o filho”.

Quadro 3: Entrevistados (mulheres e homens) – 2ª fase

	Nome	Idade	Situação Civil	Características
Grupo 2A	Ana	17 anos	Solteira	Paternidade do filho assumida pelo namorado; “amigou-se” quando engravidou, mas terminou a relação afetiva e voltou a morar com a mãe e os irmãos.
	Amanda	17 anos	Solteira	Paternidade dos filhos não assumidas pelo rapaz; engravidou dele durante o “fica” por duas vezes.
	Adriano	23 anos	Solteiro	Paternidade do filho assumida pelo ex namorado; mora com a mãe dela; terminou relação afetivo-sexual.
Grupo 2B	Berenice	17 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez e paternidade do filho assumidas pelo namorado. Mora com a mãe dela; mantém relação afetivo-sexual.
	Beth	17 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez assumida pelo namorado, mora com seus pais; mantém relação afetivo-sexual.
	Betânia	19 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez assumida (está grávida) pelo namorado; mora com a mãe dela; mantém relação afetivo-sexual.
	Bárbara	18 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez assumida pelo namorado (está grávida); mora com a mãe dela; mantém relação afetivo-sexual.
	Brigite	16 anos	Solt. C/Comp.	Gravidez assumida pelo namorado; mora com a mãe (dela) e irmãos; mantém relação afetiva com ele.
	Bruno	18 anos	Solt. C/Comp.	Paternidade do filho assumida; mora com seus pais e irmãos; mantém relação afetiva com a menina (mãe de seu filho).
	Bento	23 anos	Solt. C/Comp.	Paternidade do filho assumida; mora com a mãe e irmãos; mantém relação afetiva com a menina.
Grupo 2C	Cíntia	17 anos	“Amigada”	Gravidez e paternidade assumidas pelo “marido”. Mora (com ele e filhos) na casa dos pais dele.
	Cristina	15 anos	“Amigada”	Gravidez assumida pelo “marido”, moram juntos na casa da mãe dele.
	Carolina	17 anos	“Amigada”	Gravidez e paternidade assumidas pelo “marido”; moram juntos na casa dos pais dele.
	Carlos	26 anos	“Amigado”	Paternidade do filho assumida; moram juntos, na casa dos pais dele.
	Celso	18 anos	“Amigado”	Gravidez da menina assumida (está grávida), moram juntos na casa da mãe dele.
	Cristiano	18 anos	“Amigado”	Paternidade assumida; moram juntos em um quarto na casa dos pais dele.
Grupo 2D	Denise	17 anos	Casada	Paternidade do filho assumida pelo marido; moram juntos e a criança, na casa dos pais dele.
	Débora	17 anos	Casada	Paternidade do filho assumida pelo marido; moram juntos na casa da mãe dele.
	Daniel	22 anos	Casado	Paternidade do filho assumida; mora com a menina e o filho na casa dos pais dele.
	Danilo	18 anos	Casado	Paternidade do filho assumida; mora com a menina e o filho na casa dos pais dele.

Deparei-me, assim, com diversas modalidades de situações conjugais que essas meninas e esses rapazes atualizam em suas relações afetivo-sexuais. Essas formas tão “flexíveis e plurais” que assumem seus relacionamentos traduzem “soluções” por vezes provisórias que eles encontram em face dos eventos mencionados. O gráfico a seguir ilustra essas situações conjugais em termos percentuais neste grupo.

GRÁFICO 01: ENTREVISTADOS (MULHERES E HOMENS) - 1ª e 2ª FASE				
GRUPOS	IDADE	SIT.CIV.	QUANT.	PERC.%
GrupoA		Solteiros	7	20
GrupoB		Solt.c/comp.	11	31,4
GrupoC		Amigados	12	34,3
GrupoD		Indefinida	1	2,9
GrupoE		Casados	4	11,4
TOTAL				100



Fonte: 36 entrevistados (meninas e rapazes)

O gráfico confirma a predominância neste grupo, de casais que escolheram “se amigar”, sendo seguidos pelos que se dizem “solteiros”, mas, têm companheiros, o que significa, de qualquer modo, a existência de um vínculo afetivo entre os casais, apesar da elasticidade que caracteriza essas relações amorosas.

Perfil de menina “graúda”, perfil de mulher: o universo feminino da pesquisa.

No que se refere ao universo feminino deste estudo, a faixa etária em que se encontram as meninas é de 13 a 17 anos, predominando aquelas entre 13 a 16 anos. Do total de 24 mulheres entrevistadas, 10 estavam grávidas, 11 já tinham se tornado mães, e três tinham interrompido a gravidez ainda no seu início. Decidi incluir estas últimas na pesquisa pelo fato de as mesmas possuírem uma trajetória de vida muito similar a das demais, pelo desejo manifestado em suas narrativas, de tornarem-se mães e dar continuidade aos estudos, mas, sobretudo, porque essas duas biografias apontam para questões que são cruciais nesta análise.

Trazem para debate, por exemplo, questões como as que dizem respeito à prática do aborto como uma alternativa à continuidade da gravidez, e como algo que também perpassa a realidade dessas meninas; a questão ligada aos valores e a moral vigentes no contexto das famílias; e apontam também dados importantes para uma reflexão sobre o papel do pai e a autoridade paterna expressos no temor que a figura do pai exerce sobre os filhos, inclusive sobre as mães das meninas.

As narrativas referentes aos dois casos são, portanto, bastante instigantes e vale a pena registrá-las. Inicialmente fui informada durante uma entrevista com uma das grávidas, a respeito da gravidez de uma outra menina (de 13 anos), o que me levou a procurá-la na escola. Para minha surpresa, no entanto, ela revelou-me, após algumas conversas, que havia “tirado⁶⁶”, pois, temia que seu pai “descobrisse” e a expulsasse de casa. Contou com o apoio da mãe e da irmã “mais velha” assumindo esta a responsabilidade “de providenciar tudo”, enquanto a mãe viajava para o interior do estado com o pai, obviamente para que o mesmo não desconfiasse de nada. O namorado não concordou com a decisão e por esse motivo o

⁶⁶ Este termo é constantemente utilizado por elas para se referirem, de forma indireta, à prática do aborto. Em pesquisa recente, Bozon (op. cit, p.13), identificou a existência de situações em que a aceitação do aborto é evidenciada, onde uma tolerância maior se revela especialmente em relação as adolescentes que “não tem condições materiais para criar uma criança”. Uma atitude pragmática nesse sentido, leva-as a enfrentar diretamente a ocorrência de uma gravidez mal aceita. Nesse contexto, a palavra aborto, segundo o autor, tende a ser substituída pelo termo “tirar”, prática na qual coexistem métodos tradicionais como chás abortivos, “aborto artesanal”, remédios abortivos, com os métodos medicalizados. Nos anos 40/50 do século XX, um termo corrente era “extrair” (pelo menos nas camadas médias), usado para descrever o ato em si e “extração” para o próprio aborto, por exemplo, “ela fez uma extração (aborto)”, ou “ela mandou extrair” (Motta-Maués, 2007, informações pessoais).

relacionamento entre o casal entrou em crise. Segundo a menina, seu “sonho de ser mãe” teve de ser adiado e agora que está trabalhando pretende se “amigar” com o atual namorado para poder realizá-lo.

A outra adolescente (de 13 anos) que inclusive é amiga de classe daquela anteriormente citada, tendo sido referida por esta durante a entrevista a respeito da sua suposta gravidez, foi apontada pelas outras grávidas na escola como mais uma que estaria “gráuda”. Quando conversei com ela pela primeira vez, dizia-me que desconfiava de que estaria grávida, parecendo-me muito feliz com tal possibilidade. Passaram-se duas semanas e voltei a procurá-la para saber do resultado do teste de gravidez, encontrando-a entristecida com a sua não confirmação. Surpreendi-me com a sua revelação imediata de que continua tentando engravidar, um desejo do qual o parceiro/namorado também compartilha. Embora em nenhum momento da conversa ela tenha feito referência a ter “tirado”, permaneceu minha dúvida a respeito do aborto, pois ao longo de outras conversas, revelou que seu pai jamais aceitaria a gravidez fora de uma união, ou sem que ela antes tivesse sua relação afetivo-sexual consolidada, ou seja, “se amigado” com o namorado.

O terceiro caso de aborto diz respeito a uma menina de 14 anos que engravidou do namorado, porém, este não chegou a conhecer sua família, o que significa que o “namoro” não se transformou em “namoro de porta” ou “namoro firme”. Na escola, as amigas da menina me disseram que tinham dúvidas quanto a esse “namoro”, pois, nunca a haviam visto na companhia dele, sugerindo com esse comentário que, talvez ela estivesse apenas “ficando” com ele. Na primeira conversa que tive com ela (depois de muitas tentativas de encontrá-la na escola), ela me disse que havia planejado engravidar porque gostava muito do rapaz e se mostrava muito feliz com a gravidez. No entanto, quando voltei a procurá-la em sua casa, encontrei sua “mãe” (que na verdade é sua avó – mãe de sua mãe que faleceu aos 16 anos, quando a menina nasceu – e, portanto, sua “mãe de criação⁶⁷”), muito aflita com o

⁶⁷ Esta categoria, usual neste grupo, se insere no contexto da chamada “circulação de crianças” identificada por Cláudia Fonseca (1995) em sua referencial análise de famílias de camadas populares em Porto Alegre. De acordo com a autora, a organização da rotina doméstica já leva à circulação “voluntária” de crianças, sobretudo quando a menina tem seu primeiro filho estando ainda morando na casa dos pais. Após um tempo, geralmente quando a menina se muda para morar com um novo parceiro, é comum o bebê ficar com os avós, os quais se tornam assim, “mãe (e/ou pai) de criação” da criança. No caso dessa menina a quem me refiro, a (sua) jovem mãe não se mudou para morar com outro marido, mas, foi levada pelo destino (pois veio a falecer logo após o seu nascimento), tendo ficado a criança com sua avó, que se tornou sua “mãe de criação”; Através desta mesma história, inclusive, pude constatar que a maternidade é algo que se apresenta cedo nessas famílias, sendo a gravidez de certa forma esperada, a partir da primeira menstruação das meninas, ou seja, em geral, a

sumiço dela de casa dizendo-me que já há alguns dias não sabia do seu paradeiro. Perguntei se havia algum motivo aparente que pudesse ter causado a fuga da menina e ela me disse que não, que ela sempre foi muito rebelde e que estava “metida com umas amizades muito estranhas de um tempo pra cá”. Voltei à escola para saber se as colegas tinham outras notícias que indicassem o seu paradeiro e os motivos que a levaram a tomar tal atitude e algumas me disseram que desconfiavam que ela “tinha tirado”. Essa informação foi confirmada posteriormente pela própria menina quando finalmente a encontrei em sua casa, ocasião em que confirmou que havia fugido para “tirar”. Disse que resolveu fazer isso porque o namorado era “um safado” e não quis assumir a gravidez (dela).

Ainda, como parte das características que definem este grupo, outro aspecto marcante é o fato de estudarem e trabalharem, sendo, no entanto, mais freqüente essa situação no universo feminino. Há aqui, como eu disse antes, uma distinção que estabelecem entre “trabalhar” e “ter emprego”. Para os entrevistados (homens e mulheres), trabalhar, “todo mundo trabalha”, entretanto, apenas poucos “têm emprego”. Assim, distinguem o trabalho formal (ter emprego), do trabalho informal (trabalhar), termos que, quando atribuídos às pessoas, sofrem ainda outros desdobramentos. Desse modo, para se referirem ao trabalho masculino, por exemplo, o “trabalhar” ganha outras conotações como, “fazer bico” ou “se virar”.

No caso das mulheres, é mais comum utilizarem o termo trabalhar, quando a atividade é realizada fora da casa, seja este trabalho formal ou informal. Entretanto, ouvi com muita freqüência, elas se referirem ao trabalho doméstico como uma “ajuda”, embora muitas vezes, esta “ajuda”, possa ser prestada fora de sua casa também, como por exemplo, “reparando” o filho de uma irmã, cunhada, prima ou de uma vizinha – atividade pela qual pode ou não ser-lhes pago um pequeno valor em dinheiro ou alguma outra forma de retribuição (Motta-Maués, 2004). Muitas vezes a tarefa de “reparar” as crianças é realizada por elas de forma espontânea, mesmo quando não solicitado pelas mães, parecendo ser, portanto, algo que fazem por gostarem de lidar com os “pequenos”, tomando como se fosse uma espécie de “treino”, para mais tarde virem a cuidar dos seus próprios.

partir dos 13 anos, o que pode ser inferido da narrativa da “mãe” da mesma menina quando me disse que ela (sua filha e mãe biológica da menina), “só menstruou uma vez, no outro mês já tava grávida do primeiro filho (aos 13 anos)”.

Esse mesmo comportamento foi observado por Lago (2002), no cotidiano dos adolescentes na área do Riacho Doce, também no Guamá, contexto em que:

“Tanto meninos quanto meninas realizam tais tarefas. Mas para as meninas elas são mais freqüentes, principalmente no que se refere à ‘espontaneidade’ da realização destas.(...) A obrigação em realizar tais tarefas nem sempre foi detectada, pois presenciei várias vezes as meninas indo até a casa dos vizinhos, sem que fossem solicitadas para este fim(...) se oferecendo para fazê-lo quando tomam conhecimento da necessidade de alguma vizinha ter algo a realizar que seja incompatível com a presença das crianças.”(Lago, 2002: 59).

Entre as diversas formas de “ajuda” prestadas pelas adolescentes entrevistadas, a tarefa de “reparar” crianças desponta na fala da maioria delas como sendo parte das experiências que viveram desde a infância. Alessandra, por exemplo, me disse não ter “estranhado” quando sua filha nasceu, pois, já “sabia cuidar direitinho de criança”, uma vez que sempre “cuidou” dos filhos de sua prima e o que mais desejava na vida era um dia “cuidar de um nenê que fosse meu mesmo”. Prática esta, inclusive, identificada por Motta-Maúes (2004), como uma entre os vários formatos de “circulação” de crianças” presente tanto entre grupos populares quanto em camadas médias e altas em Belém – neste caso, com a figura da avó ai pontificando.

Também em vários outros momentos das entrevistas, quando indaguei sobre o trabalho, muitas responderam que não trabalhavam, e sim que apenas “ajudavam” ou faziam alguma outra atividade em casa mesmo, como por exemplo, no caso de Andreza que respondeu que não trabalhava, mas que “fazia crochê” para o enxoval de seu filho e também para vender, tendo já, com o dinheiro advindo dessa atividade, conseguido comprar algumas outras coisas para o bebê que vai nascer. A seguir, um quadro das ocupações femininas identificadas.

Quadro 4: Ocupações das meninas

Ocupação	Quantidade
Babá	06
“Ajuda” em casa ⁶⁸	06
Empregada doméstica	06
Vendedora	02
Lavadeira	02
Faz Crochê	01
Trabalha na feira	01
Total	24

Fonte: 24 meninas entrevistadas.

Como é possível visualizarmos no quadro acima, a maioria das meninas aqui se ocupa de atividades ligadas ao “mundo doméstico”. E, mesmo quando o trabalho é realizado fora deste domínio, essas atividades também se encontram de alguma forma ligadas ao que em geral é entendido como “coisa de mulher”. Por exemplo, as meninas que trabalham com vendas na feira do bairro, geralmente vendem comidas e/ou bebidas. Débora me contou que “ajuda” sua mãe vendendo “cachorro quente” em um carrinho em frente a sua casa. Já Amanda, me disse que ganha R\$ 80.00 por mês ajudando sua tia na venda de café na feira.

Temos, portanto, que o trabalho, seja dentro ou fora de casa, faz parte da realidade das meninas neste grupo, desde tenra idade, tal como também foi identificado no grupo pesquisado em Porto Alegre por Fonseca (2000), e ainda nos grupos de classes populares estudados por Lago (2002), Quintela (2002) e Saraiva (2002), neste e em outros bairros de Belém. Mesmo na ambigüidade da fala das que afirmaram não trabalhar, fica nítido que muitas delas se ocupam dos afazeres “domésticos” durante o tempo em que não estão na escola, em alguns casos inclusive, substituindo suas mães em casa, lavando, cozinhando e cuidando dos irmãos menores enquanto estas saem para trabalhar.

⁶⁸ O termo “ajuda” em casa é utilizado para se referirem às atividades “domésticas” que são realizadas em suas próprias casas. Estão incluídas nessa categoria, as atividades rotineiras ligadas aos cuidados da casa e dos pequenos, geralmente irmãos, primos ou sobrinhos.

Em seu cotidiano, ainda, é comum essas meninas irem com muita frequência à taberna⁶⁹, à feira ou à farmácia para fazer pequenas compras, momentos em que aproveitam para os encontros e bate-papos com os amigos e amigas e também para namorar. Alice, por exemplo, me contou que conheceu o seu (hoje) marido, quando foi até a taberna comprar fósforos, ocasião em que os seus amigos lhe apresentaram o rapaz. Pude observar que tal aspecto se estende para a maioria das meninas no bairro, pois é comum vê-las transitando por esses espaços, o que indica quanto é muito tênue a linha que separa a “casa” da “rua”. Percebi isso por diversas vezes, durante as visitas nas casas das adolescentes, ocasiões em que mesmo estando elas ocupadas com os afazeres domésticos, sempre eram solicitadas por alguém (a mãe ou uma tia, avó ou vizinha), para comprarem alguma coisa nas tabernas mais próximas.

Também observei que os moradores em geral utilizam a rua ou a “passagem” onde moram para o lazer do fim de tarde, jogando futebol, vôlei e brincando de peteca e de “cemitério”⁷⁰. Durante o fim de tarde muitas vezes observei famílias inteiras sentarem-se à frente das casas e/ou nas soleiras das portas para um bate-papo com os vizinhos, enquanto as crianças brincam no meio da rua como pode ser observado na imagem de um desses fins de tarde, a seguir:

⁶⁹ Nome comumente atribuído aos locais que comercializam produtos vários, a varejo, nas periferias dos bairros de Belém. Durante os séculos XIX e XX as tabernas (ou tavernas) eram locais onde geralmente se vendia bebidas alcoólicas e alimentos, também a varejo (Pantoja, 2001).

⁷⁰ Brincadeira de rua, também conhecida por “queimada”, cuja lógica consiste na eliminação de um grupo de pessoas pelo outro adversário por meio da bola que é jogada com as mãos.

Figura 9: Crianças e adolescentes na “passagem” onde moram.



Foto: Pantoja, A. L. N. ; agosto/2006

Essa rotina é quebrada nos fins de semana quando aproveitam (principalmente aqueles que se consideram “solteiros” ou “solteiras”) para fazer o que mais gostam: sair à noite para se divertirem. No sentido do que consideram diversão, gostam de ir às festas dançantes que acontecem no bairro ou em outros mais distantes.

É verdade que não é necessário ir muito longe para encontrar sempre, nos fins de semana, festas desse tipo acontecendo em algum ponto de bairro, pois, como me disse um antigo morador, “o Guamá não pára!”, traduzindo com essa frase, o movimento constante que pode ser visto no bairro, mas principalmente, fazendo referência à imagem de um local festeiro e alegre que nem sempre é mostrado pela mídia, que se acostumou a divulgar apenas uma imagem do mesmo quase sempre associada a de um “bairro perigoso”.

Assim, embora os adolescentes que compõem este grupo que entrevistei também participem de *shows*, festivais de carnaval e *rock* que sempre acontecem na cidade, preferem as festas que são marcadas pelo estilo de música e dança conhecido como “tecno-brega”, que é embalado pelo som mecanizado das aparelhagens. Apesar desse tipo de festa acontecer nas sedes recreativas que existem no bairro, observei também, ser freqüente os moradores de uma rua, por exemplo, organizarem esse tipo de festa cercando a área em frente as casas para tal finalidade, ou mesmo a própria rua onde moram. Isso ocorre com muita freqüência durante o período dos festejos juninos, ocasião em que as ruas se

transformam em “arraiais”, tornando-se palcos de brincadeiras como o “pau-de-sebo” e a apresentação de grupos de pássaros⁷¹, quadrilhas e bois-bumbás⁷². Essa tradição, por sinal, muito viva nos costumes dos moradores do bairro aponta não somente para a presença, mas, a permanência dos costumes associativistas dos moradores do bairro, aliás, como também pode ser identificado em outros bairros considerados “populares” de Belém, como é o caso do bairro do Jurunas (Rodrigues, 2003). Na imagem a seguir, um dos locais de acontecimento de festas dançantes nos fins de semana.

Figura 10: Local de realização de festas dançantes no bairro.



Foto: Pantoja, A. L. N.; novembro/2006.

No caso das “amigadas”, “casadas” e/ou que já são mães, essa prática de lazer e diversão associada às festas e às brincadeiras nas ruas, me pareceu ser mais limitada em função da responsabilidade assumida como mãe e “esposa”, sobretudo, quando não podem contar com uma pessoa da rede de parentesco ou de vizinhança que se disponha a cuidar da

⁷¹ Estes grupos são tradicionais e bem conhecidos, já de longa data, inclusive, em toda a região amazônica como “cordão de pássaro”, dança que, tal qual a do boi bumbá, é acompanhada de uma história que é narrada durante o ritual de apresentação, cuja inspiração se encontra nos mitos e lendas indígenas.

⁷² De acordo com os relatos de moradores, existem no Guamá, atualmente, 18 bois-bumbás, dentre os quais o mais antigo e tradicional é o “Boi Malhadinho”. Este “boi” possui sede própria no bairro, local onde inclusive são promovidas as festas dançantes nos fins de semana. A participação dos jovens e crianças nos grupos de boi é muito significativa, pois fiquei sabendo da existência de bois só para crianças e jovens, como é o caso do “Boi Malhadinho Mirim”.

criança para que elas possam sair à noite para se divertirem. Entre estas meninas-mães, observei que, embora afirmem sentir orgulho do *status* que esses papéis lhes conferem (como mulheres adultas), reclamam do fato de não poderem mais “sair como antes”. Nestes casos, a diversão dos fins de semana fica, na maioria das vezes, restrita às reuniões em casa e aos passeios com a família.

Já os rapazes nessa mesma situação, ou seja, aqueles que já são pais e também os “pais de família”, embora tenham ressaltado durante as entrevistas que o tempo em que participavam das festas “ficou pra trás”, esse discurso nem sempre coincide com o que ouvi das meninas, suas namoradas ou “companheiras”, que inclusive, afirmaram não se sentirem muito satisfeitas com a continuidade (embora com menor frequência que antes) das saídas deles para as festas na companhia de amigos nos fins de semana.

No que se refere a uma característica sempre muito considerada na sociedade brasileira, posso dizer que este universo feminino é composto de uma maioria de mulheres cuja cor é definida socialmente como branca, isto é, no caso, como “morena” ou “clara”; apresentam cabelos semi-longos de cor clara (naturais, crespos, alisados ou tingidos) e castanhos ou negros. Apenas uma delas pode ser definida socialmente como negra, embora ela mesma tenha se auto-definido como “morena”.

Quanto à maneira de se vestirem, embora o gosto e a preferência de estilos das roupas sejam variados, posso dizer que, assim como entre as adolescentes pertencentes a camadas médias e altas, existe um certo “padrão” que elas seguem, o qual é traduzido diferentemente, fazendo com que mantenham-se também, como as meninas deste outro segmento social, sempre “na moda”. Vestem-se sempre com roupas e acessórios que obedeçam um estilo “moderno” mas que assume uma certa especificidade que se expressa nos tons e nas cores das peças, por exemplo, onde fica clara uma preferência por tonalidades “mais fortes”, por sinal, muito fáceis de serem estes produtos encontrados nas feiras do bairro⁷³. No dia-a-dia optam por peças do vestuário que valorizem o corpo, procurando

⁷³ Lembro de um dia em que retornava de um compromisso na universidade, aproveitando (como sempre) para fazer o percurso pelo bairro, só que desta vez acompanhada da minha filha adolescente de 17 anos. De dentro do carro, ela se admirava e comentava espontaneamente a respeito da “originalidade” das peças penduradas no teto das lojinhas de roupas e acessórios dispostas ao longo da principal avenida do bairro. Comentava a respeito da semelhança (com exceção das cores) com as roupas que são vendidas nas boutiques famosas dos Shopping Centers e da beleza de algumas destas peças, me pedindo, inclusive para em uma outra ocasião, a levasse para conhecer de perto as lojas e seus produtos, não descartando a possibilidade de comprar alguma coisa para si mesma.

deixar à mostra costas, pernas, braços, colo e ventre. As preferidas são as blusas do tipo “tomara-que-caia” e “frente única”, ou tipo boustier de dimensões bem exíguas combinados com “mini-saias”, shorts, bermudas e calças compridas de cós baixíssimos⁷⁴. Como complemento indispensável a esse visual, elas gostam de usar bijuterias como brincos, argolas, colares, pulseiras e anéis, sempre muito coloridos também. Nos cabelos usam também muitas presilhas coloridas e mais recentemente, tenho observado o uso constante de uma flor também de cor vibrante, prendendo os fios em apenas um lado da cabeça, o que demonstra o quanto elas estão em sintonia com as novidades da moda mostrada nas revistas e na TV.

Na escola, de um modo geral, adotam a “tradicional” e básica calça *jeans*, estilo esse que é assumido, inclusive, por algumas grávidas. Sendo esta peça parte do uniforme escolar, é usada tanto por homens quanto por mulheres. Em geral o *jeans*, mesmo quando conjugado com a blusa que caracteriza o uniforme da escola, se faz acompanhar de uma outra blusa dos tipos mencionados acima (no caso das meninas) e camisetas (para os rapazes), as quais são sobpostas (vestem-nas sempre “por baixo” da blusa/uniforme), de modo a não serem percebidas no momento da entrada na instituição. Assim, uma vez sendo proibido o acesso às dependências da escola sem este traje, só a retiram no instante da saída.

Trata-se do momento da “transformação”, como se referem. Na verdade foi minha condição de professora nessa escola, que me possibilitou a observação dos “passos” dessa “transformação”, já que ocorre na sala de aula, geralmente nos minutos que antecedem o final da última aula. No caso das meninas – “as solteiras/com ou sem compromisso” –, consiste em um “ritual” que começa com o retoque do batom, sendo seguido do penteado dos cabelos e o uso do perfume. Muitas vezes pude ver o batom ou o frasco de perfume passar de “mão em mão”, circulando por entre quase todas na sala. Para finalizar, e dar mesmo a impressão de “estarem prontas para a saída”, retiram a blusa/uniforme que as padroniza. No caso dos rapazes o processo é mais prático e rápido. Eles apenas “dão um jeito” nos cabelos (geralmente com as próprias mãos), e em seguida retiram a blusa/uniforme.

⁷⁴ Segundo relato de algumas delas, recentemente, com a mudança da direção da escola, ficou proibido o uso da mini-saia em decorrência das queixas constantes de que os rapazes estariam utilizando um pequeno espelho colado na ponta dos sapatos, através do qual visualizavam as calcinhas das meninas.

Essa “transformação” parece estar intimamente ligada às possibilidades de encontros dentro e fora da escola. Aponta, portanto, que é no caminho entre a escola e a casa que aproveitam para passear ou namorar. Por várias vezes pude observar os casais de namorados nos corredores da escola, no portão e nas esquinas das ruas próximas à mesma – como, aliás, não é diferente de outros espaços (e nem de “outros tempos”) em que a mesma situação se coloca.

Perfil de rapaz, perfil de homem: o universo masculino da pesquisa

Em relação ao universo masculino, o grupo compõe-se de uma maioria de homens em idade um pouco acima da faixa etária feminina encontrada (estão em média entre 19 e 27 anos), o que os coloca fora dos limites “oficiais” da adolescência. Remete também, ao curioso fato de que a chamada gravidez/maternidade na adolescência, nem sempre tem como protagonistas um casal de adolescentes. Esse foi um achado interessante, pois, antes da minha “entrada” no tema, quando passei a indagar sobre onde estariam os homens, não imaginava que se tratasse de casais não adolescentes. Acredito que tal idéia encontra-se de certa forma ligada à maneira como o tema tem sido problematizado pela maior parte da literatura, que, como já referi anteriormente, ao privilegiar a perspectiva feminina, maternidade e gravidez (na adolescência) são percebidos muitas vezes como termos sinônimos, como se fosse “coisa apenas de mulher”.

Entre os rapazes entrevistados, as ocupações encontradas são mais diversificadas do que as femininas. Como para o grupo (conforme já mencionado), “trabalhar” não possui o mesmo significado de ter “emprego”, embora a maioria “trabalhe”, raros são os que têm emprego “de carteira assinada”, como eles dizem. A maioria do grupo não se encontra inserida regularmente no mercado de trabalho e, portanto, não possui uma remuneração mensal fixa. Ocupa-se de forma intermitente (“fazendo bico” ou “se virando”), em uma atividade qualquer pela qual recebem uma quantia em dinheiro. Um exemplo nesse sentido pude perceber através da fala de Adriano quando se referiu ao trabalho que realiza:

“Eu vivo de bico, sempre que aparece eu encaro...costumo fazer carreto com esse carro-de-mão que você está vendo na frente de casa”. (Adriano, 18 anos).

Não obstante a distinção entre trabalho e emprego que eles mesmos estabelecem não encontrei referência alguma em sua falas, ou nas de outros com quem conversei, que pudesse indicar a existência de uma atividade que fosse tratada ou vista pelo grupo como “ajuda”, como no caso das mulheres. A seguir, as ocupações masculinas.

Quadro 5: Ocupações dos rapazes

Ocupação	Quantidade
Vendedor ambulante (de frutas, verduras, e objetos usados na feira do bairro)	02
“Faz bico” (como pedreiro, com transporte de mercadoria em carro de mão, e como vendedor de peixe na feira)	03
Músico (toca em uma banda)	01
Embalador em supermercado	02
Ajudante de pedreiro	01
Ferreiro (em oficina de grades de ferro)	01
Técnico em eletricidade	01
Técnico em refrigeração	01
Total	12

Fonte: 12 rapazes entrevistados.

O quadro confirma o que ouvi dos entrevistados em relação aos poucos que possuem emprego remunerado fixo. Dos 12 entrevistados, pela descrição que fizeram do trabalho realizado, me pareceu que apenas o embalador em supermercado e o técnico em refrigeração possuem tal vínculo trabalhista⁷⁵. Não me surpreendi, portanto, ao ouvir das meninas, o quanto um rapaz que “tem emprego” tende a ser muito mais valorizado por elas e suas famílias (e preferido ao namoro e ao casamento), do que aquele que apenas “trabalha”,

⁷⁵ Este mesmo dado pode ser inferido das informações obtidas através de outros rapazes pertencentes à rede de relações dos entrevistados e também da rede de parentesco onde pude constatar ser comum esse tipo de situação.

indicando com isso, que esse é um componente importante na avaliação que fazem em torno da figura do homem “que banca a menina” e dos critérios utilizados por elas na definição daquele que consideram ser um “bom partido”. Assim, por exemplo, pude entender o empenho da mãe de Alessandra, em aproximá-la do rapaz que trabalha como embalador em um supermercado, assumindo diante da filha, o papel de “cupido” nesse jogo de aproximação. Assim me contou Alessandra:

“Conheci ele através da mamãe...ele trabalha como embalador no supermercado aonde ela faz compra pra casa...ela (a mãe) já conhecia ele...ela sempre me falava que lá tinha um rapaz muito bacana...um dia me convidou pra ir com ela lá fazer as compras. Aí ela me apresentou pra ele. Nesse dia ele foi até em casa levar as nossas compras e então nesse dia começamos a ficar”. (Alessandra, 15 anos).

Esse aspecto da valorização do rapaz que possui autonomia financeira e, portanto, pode ser considerado um “bom provedor” (por parte da menina e sua família), no sentido de o mesmo garantir a manutenção da casa e da namorada – o que nesse contexto parece ser o indicativo de uma postura de maturidade e responsabilidade – é igualmente tratado por Monteiro (2002) no estudo já mencionado antes aqui. No caso do universo estudado pela autora, tal autonomia e conseqüente status masculino advém do envolvimento dos rapazes no tráfico de drogas, mostrando que, assim, “no papel de namorada ou esposa ‘oficial’, ‘menina de fé’ dos líderes (do tráfico), a moça desfruta do acesso aos bens de consumo valorizados socialmente (vestuário, perfumes), ganham *status*, respeito e uma certa proteção na comunidade” (p. 74). No contexto do grupo de classe média analisado por Brandão (2004), também no Rio de Janeiro, esta avaliação das meninas e suas famílias se encontra do mesmo modo presente, estando ligada à “superioridade social” do rapaz; como se trata de universo de camada média, em que os rapazes “insistem em continuar o ritmo de vida anterior”(p.75), a expectativa gira em torno de uma mudança por parte deles, que é mais “de cabeça’, no sentido de uma maturidade frente à gravidez.

A preocupação com a busca de um “emprego” é algo muito presente neste grupo de rapazes que entrevistei, o que revela a dificuldade que os mesmos encontram, de inserção no mercado formal de trabalho. Mas, também, outra coisa, a busca voluntária que eles empreendem para consegui-la. Assim, vale a pena registrar, o caso de um rapaz de 18 anos, que muito me chamou a atenção por exibir sua aliança de “casado” na escola e sendo muito

admirado pelos seus pares, homens e mulheres, por sua responsabilidade como pai e por “ter um emprego” fixo. Quando conversamos pela primeira vez, ele, com entusiasmo, me contou logo sobre “o meu emprego”:

“Eu tenho um emprego bacana...eu fiz um curso de refrigeração e agora eu já trabalho com refrigeração no colégio Universo⁷⁶, conserto e faço limpeza de toda a parte de refrigeração lá...bebedouro e ar condicionado, tudo...quando a senhora precisar de algum serviço assim lá na sua casa, eu posso ir e vou lhe cobrar bem baratinho...”. (Cristiano, 18 anos).

Passados alguns dias após essa conversa, de maneira inesperada, ele me abordou, na escola, dizendo que gostaria de mostrar-me algo. Em seguida, retirou de dentro de sua mochila, a camisa/uniforme de trabalho (com o seu nome impresso) e seu crachá de técnico em refrigeração, para que eu visse que, de fato, ele tinha “um emprego bacana”. Isso me fez pensar que, neste universo masculino, trabalhar em empresas reconhecidas, de prestígio no bairro (melhor ainda, na cidade), faz muita diferença, e talvez esteja associado ao *status* de homem sério, maduro e responsável. Esse *status*, no entanto, me pareceu adquirir maior peso no caso particular deste rapaz, pelo fato de ele trabalhar (como técnico) em uma empresa (do ramo de educação), bastante conhecida em Belém, o que certamente faz com que se diferencie dos demais. Como trabalha apenas em um turno, ele é um dos poucos que consegue trabalhar e se manter na escola, o que também contribui para ampliar a diferença em relação à maioria dos outros rapazes.

A preocupação e a responsabilidade com o trabalho e, por extensão, como provedores do lar, concorre para que o número de rapazes que abandonam os estudos seja maior do que o número de meninas. Dentre os entrevistados apenas quatro se encontram na escola. Do restante do grupo, oito (08), haviam abandonado os estudos ainda nas séries iniciais do curso fundamental, portanto não chegaram a concluir o primeiro grau de ensino, sob a justificativa de dificuldades de freqüentarem a escola em turno integral. Alegam que, com o tempo as dificuldades foram aumentando, acarretando prejuízos nos estudos como, perda das aulas (por chegarem sempre atrasados), e notas muito baixas nas avaliações.

Nesse sentido, suas trajetórias encontram-se ligadas ao mundo “da rua”. Além do trabalho “fora de casa”, o cotidiano desses rapazes é marcado por obrigações que são

⁷⁶ Colégio bem cotado e freqüentado pelas camadas médias da cidade.

aprendidas muito cedo. Não sendo de “bom tom” homem ficar em casa, desde cedo são instados a “procurar o que fazer fora de casa”. Assim, os que não “têm emprego” aglomeram-se nas esquinas e nas tabernas, batendo papo e “jogando bilhar” enquanto esperam por “um bico”⁷⁷.

Tal qual o grupo feminino, estes rapazes podem também ser definidos socialmente como sendo de cor “morena” ou “clara”. Porém, ao contrário do grupo de meninas desta pesquisa, eles não chegam a formar, na escola, redes de sociabilidade entre si, sobretudo pelo fato de os mesmos não se encontrarem tanto lá como elas. Portanto, a rede de amizade deles (dos que foram por mim entrevistados) é diferente da rede de amizade das meninas. Alguns se conhecem “de vista” por morarem no bairro e freqüentarem os mesmos lugares – como, por exemplo, os bares, as partidas de futebol nas “arenas”⁷⁸ e as festas dançantes – o que não implica dizer que exista amizade entre eles. Isso significa dizer que, pelo menos cada rapaz, integrante deste grupo ao qual me refiro aqui, faz parte de um outro grupo de rapazes que se mantém unidos por laços de amizade, em geral, fruto de relações tecidas no âmbito de experiências em comum desde a infância, ou pelo menos, a partir da adolescência⁷⁹, tal como Vale de Almeida (2000) observou acontecer no grupo de homens da região do Alentejo em Portugal em que esses cenários predominantemente masculinos são marcantes e revelam a presença da *homossocialidade* nesse contexto das relações entre homens.

Assim, quando não possuem grau de parentesco com os rapazes do grupo ao qual pertencem, o estreitamento da relação ocorreu em geral a partir, das brincadeiras na rua onde moram (ou moravam), da época em que estudavam na mesma escola ou do local onde trabalham (ou trabalharam em algum momento). O que os unifica como “grupo” (no sentido

⁷⁷ No estudo realizado por Estumano (2004) em grupo de camadas médias em Belém, este aspecto se impõe no cotidiano de homens da chamada “terceira idade”, dos quais há uma certa cobrança da família no sentido de buscarem “o que fazer fora de casa”, ficando os mesmos incumbidos, por exemplo, de levar e apanhar os netos na escola todos os dias. O que, aliás, a julgar pelo que se vê nas ruas centrais do Guamá, também pode ocorrer neste outro grupo.

⁷⁸ Nome pelo qual são conhecidos pequenos espaços adaptados para a finalidade de jogo de futebol ou vôlei na cidade, os quais são alugados a preços variados, cobrados por cada hora utilizada.

⁷⁹ Este aspecto, inclusive, foi o que me possibilitou ampliar os horizontes deste grupo em específico que estou tomando como referência neste estudo, na medida em que, como já dito antes, cada rapaz que entrevistei me forneceu informações a respeito de pelo menos seis outros mais, pertencentes ao seu grupo de amizade e convívio, com experiências similares as destes mesmos rapazes.

do universo masculino que elegi para análise), devo, mais uma vez lembrar, é a experiência que os liga à gravidez e à maternidade das parceiras.

O perfil masculino é, portanto, tão heterogêneo quanto o feminino. Entre os (poucos) que estudam, predomina um tipo de comportamento que é muito similar ao dos demais que se encontram na escola. Além do tênis e a calça *jeans*, mais usados na escola, no dia a dia, eles vestem-se com bermudas e camisetas que caracterizam um estilo “mais jovem”. Gostam de usar bermudas largas, cheias de bolsos e com estampas coloridas (no tipo “surfista”). A maioria deles usa algum tipo de tatuagem no corpo. Assim, Daniel (marido de Débora), tem nas costas, o nome da filha tatuado, enquanto Bruno trás no braço direito, as iniciais de seu nome e de sua namorada.

Como a maioria dos rapazes na escola, os que pertencem ao grupo dos solteiros são muito vaidosos e mostram-se extremamente cuidadosos com o visual. Além da roupa “da moda”, um cuidado especial com os cabelos é visível. Estão sempre com os fios bem penteados e modelados, um indicativo da frequência com que vão ao cabeleireiro e aos salões de beleza que existem no bairro e que oferecem serviços a preços bem baixos, portanto, ao alcance de uma grande maioria. Alguns usam cabelos mais longos com mechas coloridas artificialmente, enquanto outros preferem adotar os fios mais curtos, quase ou totalmente “carecas”, no estilo “Ronaldinho”⁸⁰. Há ainda, aqueles que utilizam “topetes” fazendo uso (até muitas vezes exagerado) de uma boa quantidade de gel para fixar o penteado.

Já entre os que abandonaram os estudos, posso dizer que aqueles que se encontram na faixa dos 18 a 20 anos mantém esse perfil, o que já não ocorre com os demais acima dessa faixa, (sobretudo os que se consideram “casados”), que demonstram uma preferência por calças e camisas “tradicionais” e fazem questão de externar comportamentos que possam qualificá-los como “sérios”. Breno, por exemplo, me falou que antes de assumir sua família (a namorada e a filha), era “muito desguiado”, pois fumava e bebia muito. Segundo ele, hoje (que tem “mulher e filho”) se sente mais “sério” e “responsável”, pois além de ter deixado o fumo e a bebida, só muito raramente vai às festas.

⁸⁰ Tal “estilo” é assim definido por ter sido adotado pelo famoso jogador da seleção brasileira de futebol, conhecido por esse nome, e que acabou “virando moda” entre os rapazes. Seu uso implica no corte dos cabelos “na raiz”, ficando quase “carecas”. No caso dos rapazes na escola que adotam tal estilo, alguns tentam inovar, raspando boa parte dos cabelos e deixando franjas e “topetes” que são pintados de louro.

O hábito de fumar e beber faz parte do perfil da maioria deles. Apenas dois afirmaram nunca terem posto “cigarro nem bebida na boca”. Observei que na escola os rapazes em sua maioria também fumam pelos corredores e, por vezes, dentro da sala de aula também. Ouvei de alguns que, “não tem nada de mais em fumar um cigarro”, pois, “pior é quem fuma maconha”.

Quanto à diversão, eles (especialmente os solteiros), além do bar, “reduto dos homens” (Vale de Almeida, 2000), são também freqüentadores assíduos das “festas de aparelhagem”. Em todos os finais de semana e feriados a festa está sempre incluída na programação. Além disso, não dispensam uma partida de futebol na rua onde moram ou nas “arenas” espalhadas pelo bairro.

Por outro lado, no que se refere a esse aspecto da diversão e do lazer, ouvi entre os casados, relatos de experiências que ligam suas trajetórias a dois momentos distintos: antes e depois da vida de “casado”. Se sentem “mais presos” agora do que antes. Em tom quase de queixa, disseram-me não poder, entre outras coisas, sair à noite com os amigos como costumavam fazer no tempo em que eram “solteiros”. É preciso considerar, no entanto, a distância existente entre aquilo que eles dizem e o que praticam, pois, percebi nas falas das meninas casadas (como é o caso de Adriana), uma insatisfação diante do comportamento de seus maridos em quase nada alterado em relação ao tempo em que eram solteiros – saindo com os amigos e freqüentando as festas nos fins de semana. Inclusive as que se separaram do marido, disseram que um dos motivos principais da separação foi não ter mais “agüentado as safadezas dele” (Antonia, 16 anos).

As dinâmicas familiares

Nas sociedades ocidentais a análise em torno das configurações familiares que extrapolam o modelo nuclear de família tem se constituído em um grande desafio aos antropólogos. A constatação de modelos familiares diversos, seja entre grupos de baixa renda ou entre camadas médias, tem levado pesquisadores ao enfrentamento do desafio de se conceber a alteridade em relação às configurações de famílias em sua própria sociedade (Velho, 1983; Vaitsman, 1994; Corrêa, 1993; Fonseca, 2000; Sarti, 1996; Salem, 1989;). Esse esforço tem contribuído para a relativização de muitos de seus aspectos, tais como,

práticas e costumes acerca do trabalho, do namoro, de lazer e formas de organização econômica e política.

Assim, embora este estudo não seja propriamente sobre família, não posso de maneira alguma, ignorar a sua importância e influência no comportamento sexual, reprodutivo e afetivo do grupo aqui investigado. Nem deixar de perceber e mostrar que as relações e os eventos aqui analisados têm como quadro de referência e, frequentemente, atualização, o âmbito e as dinâmicas da vida familiar.

Portanto, uma descrição das famílias ajuda a compreender as formas (diferenciadas) como são socializados meninas e meninos para cumprirem determinados papéis dentro do grupo familiar e na sociedade. Tal aspecto é fundamental ao entendimento das redes de apoio que são construídas através das gerações, sendo este um elemento chave da compreensão dos significados da gravidez/maternidade/paternidade para este grupo.

Os adolescentes pertencem a famílias de baixa renda possuindo estas, em média, um ganho mensal, que em geral varia entre R\$300.00 a R\$350.00. Entretanto é preciso considerar que esse valor (mais ou menos fixo), na maioria das vezes, é acrescido de outros ganhos “extras”, oriundos muitas vezes de “um bico” ou de uma atividade de venda na própria casa, como por exemplo, a venda de “chopp⁸¹” feito de suco de frutas, cerveja (como pode ser visto na imagem abaixo), “quentinhas⁸²”, “espetinhos⁸³”, “cachorro quente⁸⁴”, mingau, bolos, salgados e cafézinhos (acompanhados de pão), que são vendidos à noite nas esquinas das ruas e passagens onde moram, em frente às suas casas ou nas feiras do bairro. Essas atividades servem como complemento ao ganho (e, dependendo da situação, único) oriundo da atividade principal e geram uma renda que possibilita o sustento de todos os membros que compõem a unidade familiar, mas que, no entanto, raramente chega a ultrapassar a quantia de R\$500.00 ao mês.

⁸¹ Suco de frutas congelado em saquinhos plásticos, bastante conhecido em outras regiões e estados do Brasil também pelos nomes “sacolê” (Rio de Janeiro) e/ou “chupe-chupe” (interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais).

⁸² Nome atribuído às refeições que são embaladas para viagem, as quais são também conhecidas pelo nome de “marmitex”.

⁸³ Pedacinhos pequenos de carne, que são enfiados em um espeto de madeira, assados em churrasqueiras; acompanhados de farofa, são vendidos a preços bem populares nas esquinas, nos bares e em frente às casas.

⁸⁴ Lanche originalmente (e de origem norte americana) conhecido como “hot dog”, o qual aqui assume a peculiaridade de ser servido com o pãozinho recheado de carne bovina moída, refogada com bastante tempero.

Figura 11: Exemplo de “vendas” que são realizadas pelas famílias em suas casas.



Foto: Pantoja, A. N. L. (junho/2005)

A imagem acima é a de uma pequena vila onde habita a família de uma das meninas entrevistadas, sendo a mesma vila composta de 10 casas. A bisavó da menina me contou que o terreno foi adquirido por sua mãe (que teria vindo do estado do Ceará para cá), provavelmente ainda no início do século XX, com dinheiro que aqui ganhou como empregada doméstica e que conseguiu “juntar aos poucos”. Ali ergueu “um barraco” de madeira e morou (sem marido) durante muito tempo com seus seis filhos, segundo ela,

“era só uma casa com um grande quintal, ai quando os filhos começaram a arranjar família, ela resolveu dividir o terreno entre todos os filhos e deu um pedacinho pra cada um...a casa da frente era a dela e os filhos foram fazendo a deles uma atrás da outra, formando essa vila que é hoje”. (Dona Maria, 80 anos).

Temos, de acordo com este relato de Dona Maria, bisavó de Andréia (14 anos), um exemplo de como essas pequenas vilas (tão comuns no Guamá e também em outros bairros de Belém⁸⁵), se formam ao longo do tempo e a partir de várias gerações de uma mesma

⁸⁵ Posso citar aqui um exemplo de uma vila (em outro bairro), de certa forma bem próxima de meus laços de parentesco. Quando ainda pequena (década de 1970), me recorde de ter transitado durante muitas vezes por uma “passagem” que dava acesso às casas de uma vila que se formou tal qual esta descrita pela bisavó de Andréia. No extenso terreno inicialmente se encontrava apenas a casa da avó materna de uma prima, cuja mãe casou-se com o irmão de minha mãe. Esta (hoje centenária) senhora, com a constituição de novos núcleos

família. Penso que essa forma de organização dessas famílias em muito auxilia na reprodução do seu dia-a dia a partir da manutenção dos laços de reciprocidade e ajuda mútua, como pude perceber durante os vários momentos em que estive junto a essas pessoas. Andréia, por exemplo, me disse que tem sempre alguém disposto a “reparar o Lucas quando eu preciso sair”, se referindo aos seus muitos “vizinhos”, neste caso, todos parentes que moram na referida vila.

Trata-se de unidades familiares extensas, compostas de um grande número de pessoas, incluindo, por vezes, além dos filhos, os netos, sobrinhos, tios, avós e outros parentes afins. As mães das meninas e dos rapazes entrevistados são, em sua maioria, separadas dos pais de seus filhos, o que faz com que tais unidades familiares (nas quais elas são elos principais), se enquadrem dentro dos padrões alternativos em relação ao modelo de família nuclear e, nesse sentido encontram-se muito próximas das denominadas, “unidades mãe-filhos” e “famílias recompostas”, encontradas e assim registradas por Fonseca (2000), na periferia da cidade de Porto Alegre e também, do mesmo modo em Belém, por Pinto (2005). A família de Amanda, de 17 anos, grávida do segundo filho com o mesmo rapaz (com quem nunca “se amigou”), é um exemplo de “unidade mãe-filhos”, pois, mora junto com sua mãe (separada de seu pai) e sua “tia” (irmã de sua mãe, também separada do marido), seus irmãos, seu filho, os filhos de sua prima e sua outra tia que também mora na mesma casa, esta junto com o marido. Bento, de 18 anos, que mora junto com seu pai e seus irmãos, pode ser considerado como pertencente a uma família que foi “recomposta” por várias vezes; assim ele a descreveu: “Todos nós (sete no total) são filhos da mesma mãe, mas três é de um pai, outros três é de outro pai e eu sou filho de outro pai”.

Não podemos esquecer que essas modalidades de família, oriundas de uniões que se fazem e se desfazem com frequência, embora não sejam balizadas pelos mesmos valores, encontram algo equivalente nas, assim chamadas relações conjugais “flexíveis e plurais” das camadas médias urbanas (Vaitsman, 1994), as quais têm como marca a heterogeneidade das relações conjugais modernas baseadas em valores e princípios igualitários e individualistas. Desse modo, considero adequado referi-las aqui através de dois termos dentre os sugeridos por Fonseca (2000) – unidades familiares mãe-filhos e famílias recompostas.

familiares formados pelos seus oito filhos dividiu a área, onde cada filho que casava, construía sua casa, originando ao longo do tempo e a cada formação de uma nova família, uma dessas vilas.

Assim, as famílias as quais pertencem meus interlocutores principais, obedecem o primeiro padrão alternativo referido: são formadas somente pela mãe e seus filhos. No outro padrão identificado, há um predomínio das mesmas características encontradas também por Fonseca (2000) no grupo que investigou, ou seja, trata-se de casais, que neste caso, encontram-se em segundas, terceiras e até quartas núpcias (de um e/ou outro cônjuge), relação nem sempre mediada pelo casamento formal (civil ou religioso), como também foi identificado por Pinto (2004) nas famílias que pesquisou em Belém. Tanto em um quanto em outro tipo, contém “agregados”, parentes consangüíneos ou afins, sendo comum também, encontrar nessas famílias os chamados irmãos “só por parte de pai” ou “só por parte de mãe” e também os “irmãos de criação”⁸⁶.

É importante também registrar que, as mães destas meninas e destes rapazes são ainda muito jovens, em geral, se encontram na faixa etária de 30 a 40 anos, o que significa dizer que elas também iniciaram as suas carreiras reprodutivas na adolescência. Esse dado, aliás, foi do mesmo modo constatado a partir de informações extraídas por meio de conversas informais com uma amiga do meio acadêmico, cuja origem também está ligada ao bairro do Guamá, tendo ela inclusive, estudado na mesma escola que as meninas que entrevistei. Entre uma conversa e outra, ela um dia lembrou que sempre que encontra com suas antigas colegas da época de adolescência – pertencentes à mesma geração das mães das meninas que entrevistei – elas estranham o fato de a mesma não ter ainda “se casado e nem ter tido filho”, já que entre elas a maioria já é avó (entre 35 a 40 anos). Isso significa que, a gravidez nessa fase da vida, além de não ser algo estranho à maioria das famílias⁸⁷ no Guamá, tem não só uma presença marcante, mas, também uma continuidade neste universo social maior que envolve o bairro.

⁸⁶ Nesta categoria, segundo Motta-Maués (2004), se insere a (antiga) prática da criação de meninos e meninas advindos das obrigações do parentesco ou por desejo particular de alguém, sendo esta uma modalidade da chamada “circulação de crianças” (Fonseca, 1995). Esses “filhos de criação” são encontrados tanto nas famílias de camadas populares quanto nas de médias e altas de Belém.

⁸⁷ Esta amiga a qual me refiro, pela trajetória diferenciada em relação às meninas de sua época, constitui uma exceção ao que é mais comum ocorrer nas trajetórias de uma grande maioria de meninas tanto da sua geração quanto da geração atual. Isso aponta ainda, que, embora seja mais difícil para elas (pela sua condição de classe), concretizar o sonho de realização profissional através dos estudos, como elas me disseram, “se formar”, essa possibilidade também se encontra presente neste universo social, porém é bem menor do que entre meninas de camadas médias e altas.

Estas mães, a quem cabe a responsabilidade maior (quando não, total), em relação aos cuidados dos filhos e da casa, o que inclui provê-los também (ao menos parcialmente, no caso daquelas que recebem ajuda dos ex-parceiros), trabalham em sua maioria como empregadas domésticas e como pequenas comerciantes nas feiras do bairro⁸⁸ – vendem roupas usadas, bijuterias, temperos, bombons e salgadinhos. Outras sustentam seus filhos com o dinheiro que ganham com a preparação e venda (em suas próprias casas), de doces e comidas. Encontrei também outras que vendem roupas, perfumes e cosméticos em domicílios no bairro, inclusive na escola onde meus interlocutores estudam.

Entre os pais dos entrevistados, identifiquei uma variedade maior do tipo de trabalho que fazem. Em sua maioria são autônomos. Esses “dono do meu próprio negócio”, em geral trabalham como comerciantes de produtos variados nas feiras do bairro, vendendo peixes, aves, frutas, verduras e farinha. Outros atuam como pedreiros, padeiros, guarda-noturnos e eletricitas. Dentre estes últimos, geralmente atuam nesses ofícios “fazendo bico”.

A maioria vive separado da mulher e dos filhos, o que não implica rompimento total da relação com estes. Essas características confirmam os padrões das unidades mãe-filhos, e famílias recompostas referidos acima, pois, em sua maioria, esses homens, ao se separarem de suas mulheres, passaram a viver “amigados” com outras, atualizando, por vezes, sucessivas uniões conforme a faixa etária em que se encontrem.

Não obstante a ausência física da figura do pai na maioria dessas unidades, sua autoridade (sua figura simbólica) encontra-se presente e pode se expressar, por exemplo, no controle que este, embora distante, pode exercer sobre os filhos e a ex-mulher, sendo o temor por parte destes, sobretudo das filhas mulheres, algo que perpassa a relação entre todos na unidade. Como sugere Fonseca (2000:83-84), por trás dessas “famílias de mulheres” podem existir vários arranjos domésticos em que a figura masculina (não necessariamente, no caso deste estudo, os pais dos entrevistados, maridos ou parceiros de suas mães), tem uma presença simbólica marcante – podendo ser, (com a separação do casal), um filho, um irmão, ou o pai dela. No grupo observado por Fonseca (2000), foi constatada em todos os casos de “mulheres sozinhas” com menos de 45 anos, a existência de

⁸⁸ Em recente caso de assassinato de dois adolescentes moradores no bairro, em depoimento aos jornais locais, a jovem mãe dos meninos referiu o trabalho na feira como atividade que garante o sustento da família, inclusive os referidos adolescentes também trabalhavam com vendas no mesmo local, juntamente com o avô e avó.

um homem assumindo, publicamente, o papel de “defensor do lar”, embora não residindo conjugalmente com a mulher. O que confere legitimidade ao poder que ele exerce sobre os membros daquela unidade doméstica é o fato de prover o seu sustento.

Outro traço que caracteriza essas famílias encontradas no Guamá, como já disse antes, é a origem de seus membros de gerações anteriores (no caso, os avós dos adolescentes), em cidades do interior do estado do Pará⁸⁹. Penso que este aspecto assume grande importância na organização e reprodução de seus membros pelas possibilidades de ajuda mútua que o já mencionado trânsito constante entre o interior e a capital lhes permite. Um aspecto que, aliás, também foi identificado neste e em outros bairros de Belém em outras pesquisas antropológicas (Lago, 2002; Saraiva, 2002; Quintela, 2002; Rodrigues, 2003; Julião, 2001; Vaz Silva, 2004), e que se mantém desde tempos mais remotos. Guardando, portanto, similaridades com a configuração que assumiam as famílias de camadas populares no final do século XIX e início do XX em Belém, referidas por Cancela (1999) e Pantoja (2002), segundo extensa documentação analisada, em que a origem em cidades do interior da província (depois Estado), marca o perfil de homens e mulheres, sendo, portanto, esse aspecto, histórico na conformação desta sociedade.

Em relação ao nível de escolaridade dos pais e das mães dos entrevistados⁹⁰ (homens e mulheres), a maioria (30) – 18 mulheres e 12 homens – não chegou a concluir o primeiro grau. De um total de oito (8) – cinco mulheres e três homens – que estudaram até o ensino médio, apenas duas (2) mulheres, chegaram a concluí-lo; quatro (4) – (duas mulheres e dois homens) – não sabem ler, mas, escrevem o seu nome. Há, no entanto, uma grande preocupação deles (da mãe e, às vezes, do pai também), em relação ao “estudo” dos seus filhos. Posso dizer, pelo que ouvi e observei, que há um esforço de investimento nesse sentido, sendo este maior por parte das mães, tias e avós, ou seja, por parte das mulheres. São sempre elas que estão à frente, incentivando-os a estudarem e mantendo uma certa vigilância dos seus passos nessa direção.

⁸⁹ As de maior fluxo são as cidades de Cameté, Mojú, Acará, Bujarú, Igarapé-Miri e Abaetetuba.

⁹⁰ Os números em relação a este aspecto foram contabilizados a partir das informações fornecidas pelo grupo durante as entrevistas realizadas. Muitos tiveram dificuldade em precisar tal informação pelo fato de não terem convívio com o pai, alguns, inclusive, nunca conheceram seu pai biológico. Em alguns casos a informação foi confirmada (indiretamente) pelas mães, com as quais estabeleci contato. Portanto, embora tenha envidado esforços para obter os dados sobre todos os pais (homens) dos entrevistados, isso não foi possível (faltam as referências de 09 pais).

Bárbara, por exemplo, confessou-me que quando parou de estudar para ter o seu primeiro filho, seu pai e sua mãe ficaram muito zangados com ela. Assim traduziu aquele momento:

“...foi esculhambação de todo lado. Eles falavam que não era porque eu tinha filho que eu ia parar de estudar. Que eu tinha que estudar pra ser alguma coisa na vida⁹¹”. (Bárbara, 17 anos).

Observei que muitas mães, apesar de ocupadas com seus trabalhos, procuram acompanhar os filhos e filhas nas atividades que envolvem o cotidiano deles na escola. Quando impossibilitadas de participarem das reuniões escolares e dos eventos que constantemente são promovidos na escola, elas encontram sempre quem as substitua nesse papel. Nesse caso as tias, as avós, as madrinhas e até mesmo uma vizinha, podem ser acionadas para atender tal solicitação. É também muito comum ver essas mães (ou suas representantes), em frente ao portão principal à espera ou à procura de seus filhos menores, ou mesmo na secretaria da escola, para resolver problemas relacionados à frequência, notas e comportamento dos mesmos. O “estudo” (seguido do trabalho), para essas famílias, se impõe como um projeto possível de mobilidade social no futuro. Entretanto, isso não significa que eles cheguem de fato à realização de tal projeto de “se formar” e alcançar uma carreira de *status* profissional, sobretudo quando ocorre a gravidez no curso de um ano letivo.

Quadro 6: Projetos de vida

Projetos	“Se formar” e trabalhar		Constituir família		Não tem projeto	
	rapazes	meninas	rapazes	meninas	rapazes	meninas
Total	04	16	08	06	-	02

Em primeiro lugar o que chama atenção no quadro acima é o fato de a grande maioria dos adolescentes entrevistados ter projetos de realização pessoal e profissional. Os números são ilustrativos da predominância de um desejo que os rapazes manifestam de constituição de uma família própria, ou seja, na linguagem deles, “arranjar mulher e ter

⁹¹ Este aspecto da busca pelas meninas por “ser alguém na vida” através dos estudos, neste mesmo grupo, foi analisado em artigo (Pantoja (2003) que faz parte da publicação que resultou da pesquisa realizada junto ao Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva (Norte/Nordeste).

filho”, o que significa também ter que trabalhar para garantir o sustento, senão da “mulher”, pelo menos – embora na maioria das vezes, parcialmente – do filho. Entre as meninas a ênfase maior foi dada ao projeto de se formar e trabalhar, porém, esse discurso se distancia da prática já que a maioria das entrevistadas não chegou a concluir o ensino médio e nenhuma delas conseguiu ter acesso a uma vaga na Universidade. Esse dado é revelador das dificuldades existentes nas trajetórias dessas meninas, independente da ocorrência de uma gravidez, ou seja, o projeto de “se formar”, apesar de existir e ser considerado importante, tende a sofrer limitações no contexto de uma situação financeira que quase sempre se mostra desfavorável a sua realização.

A já referida constante (mas nem sempre eficaz) vigilância das famílias em que o pai e a mãe (apesar de viverem separados) exercem autoridade e controle sobre os filhos, somada a existência de projetos em que “o estudo”, apesar das dificuldades, é privilegiado, apontam para a existência de uma ordem e uma moral que não são frouxas, não se tratando assim, de famílias “desestruturadas”, imagem que comumente costuma se associar às famílias de baixa renda em contraposição a uma suposta moral e estrutura de famílias de camadas médias e altas em que tais aspectos predominariam. Ao chamar atenção para esse ponto, Fonseca (2000) ressalta que, “relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores”. Assim, refletir sobre a alteridade – pedra angular da antropologia – na sociedade de classes, implica em olhar esse (que construímos como) “outro” que é diferente de “nós”, mas, ao mesmo tempo não é.

Velho (1994), em seu estudo sobre a problemática do indivíduo e cultura nas sociedades complexas, enfatiza que uma das principais características destas sociedades é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo. Baseado entre outros, no estudo urbano clássico de Robert Park, sobretudo tomando deste a noção de “mundos que se tocavam mas não se penetravam” nas grandes cidades, o autor defende que, embora não seja possível negar a existência de fronteiras (espaciais, étnicas, sociais e culturais) que demarcam os diferentes mundos, é preciso relativizá-las, o que implica considerar esses mundos sob o ponto de vista da “unidade e da diferenciação”. Assim, ele diz:

“...cientistas sociais, estudiosos da sociedade urbana, mostraram, entre outros fatos, a existência de redes de relações – *networks* – que atravessavam o mundo social de modo horizontal e vertical.(...) os indivíduos transitam entre os domínios do trabalho, do lazer, do sagrado etc., com passagens às vezes quase imperceptíveis. Estão na interseção de diferentes mundos, repetindo Simmel. Podem a qualquer momento transitar de um para o outro, em função de um código relevante para suas existências (...) os indivíduos vivem múltiplos papéis, em função dos diferentes planos em que se movem, que poderiam parecer incompatíveis do ponto de vista de uma ótica linear”. (Velho, 1994: 21- 26).

Ao colocar em relêvo esses deslocamentos, a situação do indivíduo na sociedade moderna é caracterizada como ponto de intersecção de vários mundos, idéia que remete ao que o autor chama de “negociação da realidade em múltiplos planos” (Id., p. 21). Nesse sentido, a organização das relações sociais passa a depender de uma certa negociação, a qual opera por meio da linguagem num sentido mais amplo, ao nível do inconsciente, portanto é simbólica, e inscreve a rede de significados proposta por Geertz (1978).

Também nesse sentido, Burke (1989) identifica no contexto do início da idade Moderna, a existência de uma interação entre culturas diferentes. Ele mostra como nessa época, tornou-se possível que indivíduos de uma categoria social – a aristocracia – participassem e acionassem códigos culturais pertencentes a outras – artesãos e camponeses. Dessa perspectiva, defende que uma “cultura” é um sistema com limites bastante indefinidos à medida que, o consumo cotidiano “é um tipo de produção ou criação, pois envolve as pessoas imprimindo significados aos objetos” (p. 20). Assim, não havendo fronteiras tão bem demarcadas que possam separar “mundos diferentes”, todos nós nos encontramos, de alguma forma, engajados em *bricolage*⁹².

Nesse sentido, é importante destacar que o grupo entrevistado, assim como jovens pertencentes a outros segmentos da sociedade, têm também seus sonhos e projetos em relação à vida profissional e afetiva, nos quais a família assume enorme influência. Aqui, a noção de *projeto e campo de possibilidades* formulada por Velho (1984), é especialmente valiosa na análise das trajetórias e biografias dos meus entrevistados (homens e mulheres)

⁹² Noção formulada por Levi Strauss (1962), na descrição do pensamento mítico o qual ele define como sendo uma espécie de bricolage intelectual, no sentido de uma nova construção a partir de elementos preexistentes.

pois possibilita a compreensão das diferentes atitudes e idéias que dizem respeito aos eventos aqui focalizados, expressando assim, *projetos* diferenciados.

A idéia de *projeto* a que o autor se refere, é de algo definido como comportamentos que são planejados com objetivo de atingir um determinado fim (Id., p.40). O delineamento mais ou menos elaborado de projetos com fins específicos é o que dá consistência às trajetórias dos indivíduos. O campo de possibilidades é o espaço sociocultural que possibilita a construção e a realização de um *projeto*. Diretamente ligado à vida social, o *campo de possibilidades* se apresenta bastante diversificado e instável. Nesse sentido, os projetos individuais interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades* mais ou menos amplo, razão pela qual tornam-se complexos na medida em que os indivíduos formulam projetos diferentes e até mesmo contraditórios (Id., p.p.46-47). Essa formulação é particularmente interessante para o propósito deste estudo, pois, sugere, no caso das famílias encontradas por mim no Guamá, a existência de conflitos que conduzem ao que o autor chama de “negociação da realidade”.

Observei, com muita nitidez, a existência de projetos entre as famílias dos adolescentes (homens e mulheres) que entrevistei, ligados em geral, ao desejo de “melhorar de vida” através dos estudos e do trabalho (nesta ordem de importância). Ocorre que, as circunstâncias pouco favoráveis à sua realização acabaram por fazer com que, por exemplo, o projeto de “se formá⁹³” fosse adiado por gerações. Assim, os pais depositam a esperança de realização em seus filhos e filhas, incentivando-os a estudarem, apesar das dificuldades.

Por outro lado, tal como ressalta Velho (1994), “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham”, pois é interpretado de forma diferente em função das particularidades de cada trajetória, das diferenciações de gênero e de geração. Penso particularmente aqui, no caso das meninas. Embora elas compartilhem do projeto dos pais (de estudar para se formar – elas de fato sonham com profissões que lhes possam garantir *status* profissional como, médicas e advogadas, por exemplo), no percurso de suas trajetórias, em decorrência das interações com outros indivíduos e das experiências inéditas vividas (a experiência sexual e a gravidez), emergiram projetos seus que, em alguns casos, se distanciam do formulado pela família (e

⁹³ Para os entrevistados, tanto homens quanto mulheres e, sobretudo, suas mães, este termo é utilizado no sentido da obtenção de uma profissão através de qualificação advinda com os estudos.

por elas mesmas, antes), contexto em que a *negociação da realidade* entre as gerações (pais e filhos) se impõe. Um exemplo de como isso se atualiza na vivência das meninas, encontra-se no relato de Amanda, quando afirmou que: “lá (na escola), a gente entra pra estudá (para um dia se formar, ser alguém na vida e dar uma alegria aos pais) e já sai com o ‘diploma’ (o filho que nasceu)”. O que fica claro em sua fala não é exatamente a mudança de projeto mas, o seu adiamento em função da transformação individual que opera através do tempo e no contexto de sociabilidades outras, para além do âmbito das relações familiares.

As relações na escola

Diante da importância que assume “o estudo” nos projetos das famílias e dadas as peculiaridades que adquire o espaço da escola no contexto da gravidez para este grupo, uma consideração se impõe nesta análise: a importância que assume a escola neste contexto, sobretudo para as adolescentes grávidas/ mães (e famílias), que entrevistei.

Ao destacar o desempenho escolar de meninas e meninos, Madeira (1986), enfatiza que esse aspecto demonstra uma certa disposição para entrar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis. Entretanto, esse dado, tal como também identificado pela autora, remete, por outro lado, à idéia da escola como sendo, junto com isso, um espaço que possui significados diversos para homens e para mulheres, posto que introduz, entre outras coisas, a questão da sociabilidade e da liberdade de ir e vir.

Apoiada em dados de pesquisa, Madeira afirma que a escola, muitas vezes pode ser vivenciada pelos adolescentes como um “respiradouro”, um espaço que é também de trocas sociais e de convívio entre os pares, como também mostra Quintela (2002) para o grupo que analisou no mesmo bairro do Guamá. Uma realidade, portanto, que não combina com as idéias predominantes na maior parte da literatura sobre o assunto, cuja interpretação, muitas vezes equivocada, acaba impondo limitações ao aprofundamento do tema.

Com base na bibliografia que trata do trabalho infanto-juvenil ou do trabalho do “menor”, ainda essa autora argumenta que é muito recorrente a denúncia da forte conexão entre a pauperização das famílias, trabalho infantil ou “precoce” e abandono da escola. Por esta ótica, o trabalho infanto-juvenil é visto como uma alternativa para melhorar

conjunturalmente a situação da família, portanto como cumpridor perverso da função de preservar e perpetuar a pobreza da família e do país. O discurso, prossegue Madeira, recentemente deixou de ser assexuado, atribuindo uma especificidade à situação das meninas, e sustentando, nesse sentido, que há uma tendência por parte das “famílias pobres” em mantê-las em casa, seja para ajudar nas tarefas domésticas ou numa tentativa de controlar sua sexualidade para evitar que caíam nas redes da prostituição infantil. Desse tipo de interpretação da realidade em questão, decorre a percepção negativa em relação às meninas posto que estabelece a idéia de fatalidade (de seu destino), aliada ao temor constante da prostituição como algo quase inerente à realidade desses segmentos sociais.

No entanto, como salienta a mesma autora (p. 93), em nenhuma das suas pesquisas esse temor por parte das mães foi constatado. Acrescenta que, muito embora, em alguns casos a referência à gravidez (na adolescência) tenha sido freqüente, é necessário problematizar a relação de causalidade entre esse evento e a prostituição. Reiterando o argumento da autora, posso adiantar que, no caso específico das meninas no grupo estudado, também não identifiquei nenhuma correlação entre ambas – gravidez e prostituição – nas falas das suas mães. Entretanto, o mesmo não posso afirmar em relação a outras pessoas mais distantes do círculo de suas relações familiares, pois, ouvi de uma servente da escola o seguinte comentário sobre as meninas grávidas: “coitadas! Tão novas e já estão assim...”, ou mesmo de um professor (homem) que, estampando no rosto um ar de ironia, falou: “Estão todas perdidas essas meninas...” atualizando desse modo a antiga (mas, no entanto, sempre recorrente, como temos visto e, particularmente, como venho procurando aqui mostrar, no discurso da medicina, da psicologia e da mídia), idéia de “fatalidade” e de “queda” do destino de suas vidas, formulada por Veríssimo(1899) para as meninas de camadas populares em Belém no século XIX, em seu conto intitulado “A Mameluca”⁹⁴.

⁹⁴ No referido conto, escrito no final do século XIX, o autor assim descreve a imagem de menina “mameluca”: “Onde nasceu? Ella não sabe. Tem vagas reminiscências de uma casa, humilde ou opulenta, conforme sua mãe foi criada de alguém ou não (...) lembra-se de uma varanda onde brincava com bonecas junto com uma menina feliz e rica que hoje é moça e bonita como ella. Outras vezes não conhece mãe nem pai também. Há em sua vida um romance. Romance humilde, singelo, simples ao princípio, mau no fim. (...) Coitadinha cai sem sentir. (...) Parece que é o destino della – cair. De que vive? Ora trabalha, ora vive de amor, como o colibri vive de flores. Si trabalha, faz cheiro, cose, lava – e como lava bem! – e vende flores na festa de Nazareth. (...) E assim vive a mameluca entre as quatro melhores coisas do mundo: perfumes e amores, doces e flores. Feliz existência que acaba como começou, por uma queda. Caem na valla. Como o passarinho descuidoso cai ao tiro do caçador. Deixa, não raro, uma filhinha linda e mimosa como ella, que a succede e continua a geração della”. (Veríssimo, 1899).

Entretanto, e naquela mesma linha de interpretação de Madeira, é importante ressaltar que, mesmo num contexto em que o abandono da escola mostra-se recorrente, nem sempre esse fato mantém uma relação causal direta e simples com o trabalho ou mesmo com a gravidez ou, pelo menos, não só com esses fatos. Pesquisas têm mostrado a importância do significado do trabalho infanto-juvenil para as famílias pobres (Fonseca, 2000; Sarti, 1996; Alvim, 1988). Assim, também, Heilborn (1997) e Duque-Arrazola (1997), assinalam que o trabalho de crianças e adolescentes entre esses segmentos sociais possui uma dinâmica específica, na qual a questão de gênero assume lugar de destaque, atribuído-se funções/obrigações particulares para meninos e meninas, tal como foi por mim identificado nas famílias que entrevistei; e, do mesmo modo, tão bem descritas por Motta-Maués (1993[1977]) para Itapuá (Vigia-Pa), e por Lago (2002), para o “Riacho Doce”, também no Guamá.

Ainda nessa direção, Dauster (1992), aponta para os sentidos do trabalho infanto-juvenil na ótica de pais, mães, filhos e educadores das camadas populares, contexto no qual o trabalho é algo que, por se impor às crianças desde os sete anos de idade, não é entendido como uma forma de opressão, pois é traduzido como parte da reprodução social dessas camadas. Além disso, não podemos esquecer que o mesmo possui também uma função socializadora, ou seja, é através do aprendizado de certas funções (definidas por gênero), que, desde cedo, são apreendidos – para o bem e para o mal – determinados “papéis” a serem cumpridos na sociedade e, desse modo, são delineadas suas identidades de gênero. Além, evidentemente, do importante aprendizado das formas particulares que sua cultura desenvolveu para as diferentes situações da vida social.

Assim, tal caráter “natural” do trabalho apóia-se num intrincado sistema de “trocas” das relações de solidariedade no interior da família, através das quais se assegura tanto a preservação física da mesma, quanto os projetos de mobilidade social desta como um todo e em particular de cada um dos filhos. Portanto, o trabalho da criança uma vez revestido de caráter social, entre esses setores da sociedade, não se opõe necessariamente à escola.

Reporto-me, nesse sentido, mais uma vez a Madeira (1999, p.105), quando afirma que, na prática, “dada a flexibilidade do trabalho, nada impede que as duas atividades – trabalho e estudo – sejam complementares”. Isso em muito se distancia “da situação veiculada pelo discurso recorrente da denúncia ou de educadores que tratam essas atividades

como mutuamente excludentes”. Entretanto, uma vez identificada, no universo estudado em Belém, situação similar àquelas estudadas pelas autoras referidas no que diz respeito ao trabalho e sua relação com a escola, uma pergunta se impôs: qual o significado da escola, ou, o sentido de “estar na escola” para as meninas entrevistadas?

Das 24 meninas entrevistadas, todas freqüentam esta mesma escola desde as séries iniciais e declararam não gostar da idéia de um dia ter que procurar vaga em outra, já que se trata de uma escola que só atende estudantes do Ensino Fundamental. Afirmam gostar muito de estar naquele ambiente social, ressaltando a importância das amizades, das relações com os colegas e com os professores. Embora reforcem as idéias dos seus pais em relação à importância dos estudos, os motivos que fazem com que permaneçam na escola encontram-se ligados (também) às redes de relações construídas nesse ambiente de convívio diário.

No já referido estudo realizado por Quintela (2002), com outro grupo de adolescentes no bairro do Guamá, a escola aparece, na percepção de meninos e meninas, como um lugar nada interessante, e que por essa razão, só freqüentam por obrigação. Segundo a autora:

“Somado aos problemas de evasão e repetência, a escola sempre é, predominantemente, vista pelos interlocutores da pesquisa como um lugar desinteressante, de freqüência por obrigação e quase nunca como um lugar prazeroso. Afirmam, sempre, que não gostam de estar na sala de aula. Apreciam estar fora dela, em outras dependências da escola. Em tom de confissão, dizem que é muito comum ficarem na frente da escola, conversando, namorando”. (Quintela, 2002: 47).

Guardadas as diferenças em relação à percepção que os adolescentes entrevistados pela autora, têm da escola que freqüentam, e aquela externada pelo grupo que entrevistei, os dados convergem para os significados sociais que a escola (ou o ir e vir), pode suscitar. Apontam, portanto, para um sentido particular de liberdade o qual se encontra relacionado às possibilidades de encontros com seus pares, de poderem conversar, brincar, namorar longe da vigilância de pessoas da família. Assim me confessou Brenda, quando perguntei sobre o que mais gostava na escola:

“Ah...gosto dos meus amigos, das brincadeiras, sou apegada com os professores e com os serventes, me divirto com eles, tiro brincadeira com eles”. (Brenda,15 anos).

No início do meu contato com o grupo que compõe a primeira fase da pesquisa, confesso que cheguei a duvidar da proximidade da relação que elas diziam estabelecer com os professores. Achava que o fato de eu estar ali nessa condição, de algum modo poderia influenciá-las a “falar bem” dos meus pares profissionais. No entanto, com o passar do tempo pude constatar, de fato, a existência desse tipo de relação; porém, é bom deixar claro que isso não ocorre com todos os professores da escola. Em geral, essa proximidade é maior com as professoras “mais jovens” (na faixa de 25 a 30 anos), que são moradoras do bairro (como a maioria), que viveram e/ou que conhecem pessoas na sua própria família que passaram por experiência similar a dessas meninas e que, por essa razão, demonstram maior interesse em ouvir suas histórias e seus dilemas, o que possibilita a construção de relações de identidade com elas.

Lembro especialmente de Raquel, a jovem professora de português que, por sua relação muito próxima com as meninas, acabou se tornando, desde a primeira fase da pesquisa, minha primeira e principal interlocutora na escola. Foi ela quem, por primeiro, me forneceu – através de uma lista das meninas grávidas e mães na escola, além de uma espécie de “mapa” das situações que aconteciam – as primeiras “pistas” sobre o imenso repertório de significados que a gravidez e a maternidade adquirem nesse contexto; isso foi possível também, pelo fato de ter, ela própria, tido experiências⁹⁵, até certo ponto, bastante similares às das meninas hoje. É ela, inclusive, quem também organiza e cuida, junto com as meninas, da realização dos chás-de-bebê que ocorrem na escola.

A escola, então, nesse sentido, se transforma, com a importância da sociabilidade, em um espaço de certo modo, propiciador à formação de grupos em torno de certos interesses em comum. No caso das grávidas e mães, a experiência em comum concorre

⁹⁵ Essa professora, apesar de não ter engravidado “na adolescência”, passou pela experiência da gravidez quando se encontrava no curso de um ano letivo. Em várias ocasiões, quando conversávamos com as meninas, ela sempre se emocionava ao ouvir as histórias de vida delas e lembrar de sua própria história, se colocando como um exemplo a ser seguido por elas. Nas suas falas, sempre ressaltou que, mesmo diante das dificuldades impostas pela sua situação de classe e por ter se tornado mãe quando ainda estava estudando, conseguiu vencer essas barreiras e realizar seu projeto de carreira profissional. Evidentemente, precisamos considerar que, muito embora ela se coloque como exemplo, temos a percepção de que, em particular, ela teve maiores possibilidades de realizar o projeto de “se formar”, do que as meninas.

para a intensidade da relação entre elas. Apesar de a maioria se conhecer pelo fato de morar no bairro e freqüentar, regularmente, os mesmos locais, como a feira, o posto médico, a igreja, as festas, é no espaço da escola que elas atualizam as informações e a troca de experiências sobre a gravidez e/ou a maternidade e, ainda, sobre seus relacionamentos afetivo-sexuais, os problemas com a família e com os namorados e/ou maridos.

De um modo geral (e aqui incluo meninas e meninos que não vivem essas experiências), estar na escola parece apontar para uma sensação de liberdade, como já disse antes, no sentido de poderem ser “eles mesmos”. Sua importância aqui emerge como um espaço que se distingue do lugar de moradia, sobretudo pelo tipo de relação social que ali eles estabelecem, seu significado sócio-cultural. É onde se aprofundam as relações de amizade, por vezes se iniciam os namoros, troca-se confidências sobre sexualidade e se compartilha a experiência da gravidez/maternidade, inclusive com a promoção do chá de bebê, já mencionado e do qual falarei mais adiante, neste trabalho.

Ao longo deste capítulo, apresentei um pouco das características que definem o grupo entrevistado e suas famílias. Ao mostrar aspectos importantes sobre o lugar onde moram, como vivem, o que fazem e com quem se relacionam no seu cotidiano da vida na família e na escola, tentei dar idéia do “mundo” particular ao qual eles pertencem em função das relações que constroem e, assim, familiarizar o leitor com o “mundo” mais amplo e complexo que é o Guamá (de onde, inclusive, não se precisa sair porque lá, como dito antes, tudo se encontra). Como todo grupo, este também não é homogêneo, o que fica nítido (para o que me interessa mais de perto aqui), sobretudo através das diferenciações de gênero expressas nos valores e comportamentos apreendidos desde cedo na família. A seguir, com base nessas diferenciações de gênero, pontuarei as diferentes trajetórias afetivo-sexuais, focalizando eventos específicos e o repertório de significados que cada um contém.

CAPITULO III – “CRESCENDO NO GUAMÁ”: LUGARES DE GÊNERO NAS DIFERENTES TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS DE “MENINAS” E “RAPAZES”

Abordar as diferentes trajetórias afetivo-sexuais dos entrevistados (homens e mulheres) tomando-as a partir das relações de gênero estabelecidas no universo ao qual pertencem, significa situá-las no contexto das suas próprias subjetividades. Isso implica em considerar as experiências aqui em foco, não como fruto do acaso, algo apenas aleatório, mas, sobretudo, como resultado de escolhas que são, na maioria das vezes, sentimentais, que resultam da intensidade com que são construídas/vividas essas relações de cada um com seu par amoroso. É possível falar aqui, de uma sexualidade plástica nos termos propostos por Giddens – a qual, segundo ele, se inscreve na personalidade e vincula-se ao eu -, cuja atualização, no contexto da individualidade moderna, não se daria sem o reconhecimento, tanto pelos rapazes quanto pelas meninas, do valor dos sentimentos e da sua existência de fato, como fundamento dessa escolha.

Considerando isso, situar a gravidez, a maternidade e a paternidade no contexto dessas diferentes trajetórias, significa, como já ressaltado aqui, a valorização do calendário amoroso/sentimental vivido pelos entrevistados. Por isso, a idéia de trajetórias aqui remete a uma seqüência de experiências vividas, o contexto (inclusive as datas) e as circunstâncias em que ocorreram, os intervalos entre uma experiência e outra e seus desdobramentos no interior dos principais quadros de referência (a família e a escola) aqui considerados⁹⁶. Tais elementos, portanto, apontam que o delineamento das subjetividades masculina e feminina se dá a partir de circunstâncias sócio-culturais ligadas à prática e ao significado que é atribuído à sexualidade em cada contexto.

Importa também assinalar que o calendário da vida afetiva e sexual o qual aqui estou me referindo possui caráter flexível, no sentido de que os eventos e situações nem sempre obedecem uma ordem linear, com etapas sucessivas e rigidamente demarcadas. No caso do universo feminino desta pesquisa, por exemplo, posso dizer que a maioria das meninas ou

⁹⁶ Neste calendário são realçadas as datas em que os eventos que compõem as trajetórias ocorrem. Como mais adiante será explicitado, para muitas dessas meninas, por exemplo, a primeira “transa” tem lugar no dia em que o casal comemora o primeiro mês de namoro, o aniversário dele ou dela, ou ainda, quando celebram juntos, o “dia dos namorados”. Estes contextos específicos configuram marcos que delineiam trajetórias que se definem pela flexibilidade das etapas que as caracterizam, nem sempre obedecendo uma ordem linear.

vivenciam determinadas etapas ou eventos (“fica”, namoro, gravidez, conjugalidade, etc.) simultaneamente ou então “pulam” certas etapas. Mas há também – embora em menor número – aquelas com uma trajetória mais próxima do modelo weberiano, com começo meio e fim, passando por todas as etapas sucessivamente. Isso significa dizer que, muito embora a seqüência linear dos acontecimentos da trajetória não seja o tipo de situação predominante neste universo, a mesma tem lugar aqui e também no universo mais amplo da rede de relações ao qual as meninas pertencem. Cabe assinalar ainda, que, a predominância da distância entre o modelo comumente preconizado como ideal e as experiências vivenciadas pelas meninas em muito contribui para que a gravidez nessa fase da vida seja vista como precoce e como problema.

As meninas e os rapazes que compõem o universo desta pesquisa possuem trajetórias bastante diferenciadas entre si apesar da recorrência de alguns eventos. Durante o tempo de meu convívio com o grupo, sempre me chamou atenção a maneira espontânea como elas e eles, gostavam de falar de suas relações afetivas, da “paquera”, do “fica”, da “pegação”⁹⁷ dos (vários tipos de) namoros, enfim, dos momentos que consideram importantes, pois, constituem marcos das experiências vividas no campo afetivo-sexual. Como parte fundamental do seu cotidiano, esses eventos são lembrados por elas (muito mais do que por eles, ao que me parece), com muita alegria e prazer, deixando claro que se consideram mesmo “autoridades” nesse assunto.

Esse ponto favoreceu muito a minha imersão no grupo durante as duas fases da pesquisa, pois o tema “calhou”, como me disseram algumas delas, com o que em geral elas mais gostam de falar. Interesses “casados” ou “calhados” possibilitaram inúmeras conversas através das quais elas chegaram a me revelar, inclusive, alguns “segredos” sobre a intimidade de suas relações afetivo-sexuais. Algumas me disseram que se sentiam à vontade porque sabiam – pelo fato de eu não pertencer ao grupo – que eu “não ia contar pra ninguém”⁹⁸.

⁹⁷ Termo mais comumente utilizado pelos rapazes para se referirem a um tipo de contato passageiro, porém, mais erotizado, no sentido de que pode envolver carícias mais íntimas (“pegar”, “amassar”) e até mesmo uma “transa”.

⁹⁸ “Não contar pra ninguém”, na consideração delas, significa a certeza de que eu não iria revelar os “segredos” que me foram por elas confiados a pessoas conhecidas (delas), principalmente, pertencentes às suas famílias.

Devo lembrar que, em oposição ao que aconteceu neste grupo feminino, no grupo de rapazes a acolhida foi mais difícil e demorada para se efetivar. Ao contrário delas, a maioria, de início, relutou em aceitar conversar sobre o assunto comigo. A justificativa que apresentaram era a de que não tinham tempo devido o trabalho – o que de fato não deixa de ser verdade – mas percebi que a dificuldade imposta por eles advinha do fato de não terem o costume de falar deste assunto com uma mulher, muito menos com uma desconhecida como eu. Alguns chegaram a verbalizar que sentiam “vergonha de falar disso” comigo pelo fato de eu ser uma mulher – sem esquecer, é claro, que o meu estatuto de mulher casada em muito contribuiu para aumentar essa dificuldade que eles manifestaram em falar comigo sobre o assunto. Na ocasião da entrevista com Daniel, por exemplo, quando perguntei a ele como aconteceu a gravidez de Débora, sua “mulher”, ele manifestou esse sentimento dizendo:

“...olha...aconteceu num momento em que...é não sei como te falar...não sei a palavra correta pra expressá, foi sem camisinha...ai aconteceu de...de colocar (ejacular) dentro...(riso envergonhado)...falá com homem fica mais fácil, com mulher é mais difícil”. (Daniel, 22 anos).

Posso dizer que a minha inserção neste grupo masculino foi oposta a de Vale de Almeida (2000) no grupo de homens que estudou em Pardais, Portugal, já que, como ele lembra, foi principalmente o seu estatuto de homem (e solteiro) que permitiu que a conversa com o referido grupo fosse conduzida para os temas da “predação sexual”, o que, no meu caso, se deu de forma inversa, ou seja, o fato de eu ser mulher (e uma mulher casada), acabou por dificultar, no início, a inserção no tema. Assim, busquei me valer da proximidade que estabeleci com as meninas (suas namoradas/companheiras) nesse tipo de interlocução e, assim, a cada visita realizada, as barreiras da desconfiança, timidez e vergonha foram sendo quebradas; contudo, não posso dizer que essa proximidade com eles chegou ao mesmo nível daquela estabelecida com elas.

Esse diálogo intenso e próximo, sobretudo com as meninas, permitiu que eu fosse por elas procurada de forma espontânea, na escola, ou mesmo em minha casa, sempre que surgia alguma novidade que julgassem ser importante ou necessário me contar. Quando eu demorava a retornar às suas casas ou à escola, havia sempre reclamação por parte, principalmente, dos casais. Assim, algumas vezes, fui “intimada” por telefone, a fazer-lhes uma visita aos domingos, ocasião em que ficava sabendo que se tratava também de um

convite para o almoço com a família, oportunidade que aproveitei para conhecer e conversar com as outras pessoas da casa⁹⁹.

Além dos vários “baby-chá”, como chamam, dos quais tive inclusive a oportunidade de participar como uma das colaboradoras principais (a pedido das meninas e da professora Raquel) por diversas vezes fui convidada também para participar das festinhas de aniversário das crianças (filhos de algumas das meninas entrevistadas), eventos preparados pelas mulheres da família sempre com muito esmero e carinho, confirmando a importância que é dada nesse universo, aos pequenos. Ainda nesse tempo de intenso convívio com o grupo, fui surpreendida com o convite de uma das meninas para me tornar a madrinha de seu filho¹⁰⁰.

E em alguns momentos durante as conversas com as meninas, elas manifestaram interesse que eu assumisse também, o papel de conselheira, pedindo minha opinião em relação a determinados problemas que surgiam e tinham de enfrentar na família. Geralmente isso ocorria depois de me falarem a respeito da relação conflituosa com os ex-companheiros ou com as próprias famílias, e das atitudes por elas tomadas diante de situações envolvendo a gravidez ou as crianças. Antonia, por exemplo, sempre tentou me colocar a par da sua relação com o pai de seu filho depois que o relacionamento afetivo-sexual com ele terminou. Como ele, segundo ela, depois da separação, “só assumiu na marra” a paternidade, ou seja, sob pressão da mãe dela e da mãe dele, ela e sua família estavam dispostas a “ir na justiça” reivindicar que ele assumisse suas obrigações morais de pai (provedor) do menino. Sempre que ela me contava como estavam caminhando as negociações, ao final me lançava a pergunta que me deixava extremamente embaraçada: “se a senhora ‘tivesse’ no meu lugar o que ‘fazia’?”

⁹⁹ Estes “almoços em família” acontecem geralmente aos domingos e são ocasiões em que pessoas da rede de parentesco, tanto do pai quanto da mãe (da menina ou do rapaz) se reúnem para um animado bate-papo; é o momento de se “por a fofoca em dia”, como me disse Cristiano. No cardápio não pode faltar o churrasco e a cerveja e alguns vizinhos sentem-se a vontade para participar mesmo sem terem sido convidados. A casa fica cheia de pessoas e o burburinho toma conta do pequeno espaço. A alegria contagiante ou o choro das crianças é algo que marca esse cenário e parece confirmar, mais uma vez, a importância que é atribuída a elas nesse universo.

¹⁰⁰ Embora eu tenha aceitado o convite, a cerimônia de batismo da criança ainda não se realizou pelo motivo de ter havido um impasse entre o casal, pois, o pai da criança pertence a uma religião evangélica (e a mãe pertence a religião católica), cujo princípio defende que a cerimônia só deverá acontecer quando a mesma completar seis anos de idade.

Em outros momentos e situações, elas me colocavam também no papel de informante, devolvendo-me as perguntas que eu lhes fazia, sobretudo a respeito do namoro. Esse exercício foi muito interessante porque permitiu maior interação, e, desse modo, ao possibilitar a “troca” de informações sobre um mesmo assunto, tornou possível a mim juntamente e com a ajuda delas, constatarmos as semelhanças e as diferenças do namoro “do meu tempo” e “do tempo delas”.

Não posso deixar de registrar também, as dificuldades enfrentadas para encontrar e estabelecer um primeiro contato com uma menina do grupo, que assume um comportamento dentro de um estilo que eu posso chamar de mais “rebelde” em relação às demais. Esse foi o caso de Andréia, que apesar de bastante noticiada a sua gravidez na escola, sempre que eu ia à sua procura, nunca a encontrava, até o dia em que me dispus à sair, junto com sua melhor amiga, à sua procura pelo bairro. Depois de longas e intermináveis caminhadas por entre as ruas do bairro, finalmente a encontramos no interior de uma casa de acesso à internet e jogos em rede, bastante conhecidas pelo nome de *Lan House*, e que se encontram espalhadas pelo bairro e por toda a cidade. Percebi de imediato que sua relação com a escola e com a família era conflituosa, pois, no caminho até sua casa, ela, após ter avistado sua mãe de longe, pediu para que desviássemos o caminho para que a mãe não a visse. Essa sua fuga da família e também da escola, dificultou meu acesso às informações que desejava obter, pois, diferentemente das outras meninas, nunca a encontrava em casa, o que era motivo de desespero de sua mãe. O caso desta menina será retomado mais adiante.

Descobrimo, inventando e vivendo o amor: o primeiro beijo, o “fica”, o “namoro firme”, a primeira “transa”.

Como todo adolescente na nossa sociedade, estes também vivem (ou viveram) momentos de descobertas no campo das relações afetivo-sexuais. No percurso destas trajetórias, eles estão sempre inventando, descobrindo e vivendo a seu modo (na maioria das vezes com muita intensidade e não sem conflitos), o amor. Começamos então pelo acontecimento que marca o início desta trajetória das meninas e dos rapazes: o primeiro beijo.

A experiência da troca do primeiro beijo geralmente ocorre para as meninas, por volta dos 9 a 11 anos de idade. Com uma pequena diferença de calendário, em termos de

idade, os rapazes experimentaram seu primeiro beijo entre 8 e 10 anos. Esse calendário em nada se compara com o que foi encontrado por Lhomond (1999) no universo juvenil parisiense. Segundo a autora, a existência nesse contexto, de uma forte pressão da moral social e do controle familiar ocasiona “um atraso do início do exercício da sexualidade”, sobretudo no caso das moças. Os dados da autora apontam, por exemplo, que aos 18 anos de idade, mais de 30% das moças entrevistadas nunca havia trocado beijo na boca. Tal “atraso” se estende também ao início das relações sexuais, as quais para 75% das moças com 18 anos de idade que foram entrevistadas pela autora, ainda não havia ocorrido.

No que diz respeito ao primeiro beijo, essa experiência tanto no universo feminino quanto no masculino, aparece associada quase sempre às brincadeiras de infância e, por isso mesmo, é lembrada como parte de um tempo em que se era “muito novinho”, ou, “muito novinha”. As meninas lembram e falam com mais detalhes sobre essa primeira experiência de beijar. Algumas, inclusive, me contaram que treinavam o beijo exercitando em casa. Esse treino imaginário consiste em beijar e sugar a própria mão ou chupando uma laranja, aspectos do mesmo modo referidos pelo grupo de adolescentes entrevistado por Lago (2002) no Riacho Doce. Algumas meninas me disseram que procuram imitar os beijos de novela, fazendo movimentos com os lábios e com a língua, sendo inclusive elogiadas pelas outras amigas por que “sabia beijar bem”¹⁰¹.

Entretanto, diferentemente desse grupo entrevistado por Lago(2002), o primeiro beijo, tanto das meninas quanto dos rapazes, em nenhum caso aqui foi situado no âmbito do “fica” e, em apenas um caso resultou em namoro. Apesar disso, no entanto, o ato não é involuntário. Encontrando-se, em geral, inserido nas relações que são construídas durante as brincadeiras nas ruas, ou seja, do tempo em que “eram crianças”, o primeiro beijo acontece entre casais que já se conhecem há algum tempo e fazem parte das redes mistas de amizade, que se iniciam na rua onde moram ou na escola que freqüentam.

“ meu primeiro beijo foi com 11 anos, foi com um menino lá no colégio, foi assim, uma daquelas brincadeiras e nos beijamos, só assim mesmo, ele não era meu namorado, meu primeiro namorado foi só com 12 anos...”. (Carolina, 17 anos).

¹⁰¹ Estes “detalhes” em relação ao aprendizado do beijo também foram referidos (e assim confirmados), pela amiga, citada anteriormente, como uma experiência que do mesmo modo marcou sua fase de adolescência no bairro e na escola aqui referidos.

No entanto, há diferenças quanto aos motivos, sobretudo considerando os sentimentos, marcando distinções entre meninas e rapazes. Para as meninas, embora o fato seja referido como parte das brincadeiras de infância e nem sempre resulte em relação do tipo “fica” e namoro, a maioria disse que “já gostava do menino”, deixando claro o lugar dos sentimentos como elemento impulsionador desse ato. De maneira diferente, os motivos alegados com mais frequência pelos rapazes, foram a “vontade de saber como é”, de “experimentar”.

Mas é quase sempre com a experiência do primeiro beijo e, a partir dele, que ocorre um despertar para as primeiras relações afetivo-sexuais e pode-se dizer, é um marco definidor da passagem das fases ou ciclos de vida (Azevedo, 1986). Se considerarmos assim, as diferentes fases da vida de um indivíduo, é possível dizer que o primeiro beijo para a maioria dos entrevistados neste grupo, é, como se fosse, o ato iniciador da adolescência; e, já que estamos falando de trajetórias, em regra geral, é esta primeira experiência que marca os primeiros intercursos de um processo mais longo que aqui podemos chamar de processo de adultez. Desse modo, é sempre a partir do primeiro beijo que elas e eles iniciam o aprendizado das regras sócio-culturais que presidem as relações afetivo-sexuais que vão atualizar, certamente com novos contornos, pela vida afora.

Assim, na seqüência dos eventos que marcam as diferentes trajetórias, meninas e rapazes começam a “ficar”, contato que o grupo define como sendo da ordem do não compromisso na relação com o par. A ausência deste elemento, aliás, é o dado diferenciador entre o “fica” e o namoro *tout court* ou “namoro de porta”, relação pautada, em um compromisso moral e afetivo entre a menina e o rapaz, implicando fidelidade e respeito na relação. Mais ou menos como me explicou Bianca.

“Namoro é mais sério, tem compromisso, eu não posso tá namorando com um cara e ficá com outro, pois eu já vô tá chifrando ele”. (Bianca, 17 anos).

Essa representação do “fica” como uma relação que não envolve compromisso entre o casal também se encontra presente nas narrativas dos rapazes, traduzida por Bruno assim:

“...é tu vê uma pessoa hoje e não sabe quando vai vê ou vê depois de duas semanas, aí depois nós resolvemos namorá...o ficá então é sem compromisso, quando começamo a namorá, ela começou a ir em casa e eu na casa dela”. (Bruno, 17 anos).

Essa diferença estabelecida entre o namoro e o “fica”, no entanto, não quer dizer que se “fica” com o primeiro ou a primeira que “aparece”. Geralmente, o ato de “ficar” ou “estar ficando” é precedido de uma fase preliminar em que são colocadas em prática algumas táticas de aproximação entre os pares, envolvendo as trocas de olhares provocativos, os encontros furtivos, um assovio, o envio de um recado por um amigo, amiga ou parente, a troca do número do telefone. Alguns destes aspectos foram, do mesmo modo, identificados, por Lago (2002) entre os adolescentes entrevistados no Riacho Doce, e traduzidos no termo “azaração”, cuja configuração assume,

“...uma forma de interação que funciona como uma técnica de aproximação. É a partir desta que se dão os primeiros contatos. São olhares que se entrecruzam, sorrisos disfarçados; é um momento em que, na maioria das vezes, os meninos soltam ditos chistosos, lançam elogios e galanteios em direção às meninas; mas tais atitudes podem partir deles e também delas, em qualquer ocasião. Pode acontecer em festas, na rua, na praça, no caminho da escola ou das compras”. (Lago, 2002:81)

Cabe ressaltar, tal como também é evidenciado pela autora para o grupo que entrevistou que, neste por mim entrevistado, apesar da iniciativa do mesmo jogo de conquista ser, na maioria das vezes, tomada pelos rapazes, pode, e é, muitas vezes, de invenção e iniciativa também da menina, como pude perceber na fala de Bruno.

“Eu toco numa banda de música, ela já tinha ouvido falar nessa banda, e quando nós fomos tocá no Pará-Folia, ela estava lá e acabamos nos conhecendo, aí eu peguei o telefone dela e ela o meu, no outro dia **ela** me ligou e a gente marcou um encontro, e depois desse encontro vieram outros encontro e só depois é que passamos a namorá firme” (Bruno, 19 anos).

E mesmo, através do depoimento de Beatriz:

“...eu estava na frente de casa, aí ele passou dando uns assubio pra mim, aí nessa hora a mamãe mandou eu comprá uma caixa de fósforo na taberna, aí ele me parou, ele e os amigos dele. Aí disseram que ele queria me conhecer. Aí eu disse, ‘tudo bem, se é só pra mi conhecer...’ **aí eu me apresentei pra ele** e ele se apresentou pra mim, aí daí por diante todo dia ele dava uns assubio na frente de casa, quando eu ouvia saia correndo lá pra frente de casa”. (Beatriz, 17 anos).

Desse modo, a “azaração”, mostrada por Lago (2002), ou a “paquera”, termo mais comumente utilizado para definir a mesma situação no universo que investiguei, encontra uma equivalência na fase exploratória que Thales de Azevedo (1986), descreve como *flirt* para o início do século XX, prática que possibilitava além da aproximação maior, também se fazer um “estudo” do(a) pretendente ao namoro; portanto se constituía em uma técnica fundamental de escolha do par:

“Essa fase preliminar permite ao casal a verificação dos seus atributos físicos, dos seus símbolos de *status*, das suas intenções manifestas na persistência dos contatos e na acessibilidade à aproximação. É um período exploratório que às vezes se frustra pela indiferença da pessoa visada ou por outros óbices: uma janela ‘batida na cara’ do pretendente, por exemplo. Pode durar alguns dias ou algumas semanas conforme a agressividade e a pertinácia do pretendente ou a acessibilidade e o regime da vida da pretendida – suas saídas para a escola, para a igreja, para passeio e compras, para o trabalho”. (Azevedo, 1986: 28).

Assim, a “paquera” no universo que entrevistei, assume um caráter contrastivo em relação à prática referida através do mesmo termo encontrada por Lago (2002), no grupo analisado no Riacho Doce. Aqui a “paquera” encontra-se próxima do sentido atribuído à “azaração” pelo grupo analisado pela autora. Neste sentido, antecede ao “fica” e faz parte das táticas de aproximação e da escolha que caracterizam o *flirt* referido por Azevedo (1986). Berta, por exemplo, me contou que conheceu seu primeiro namorado – de quem na ocasião da entrevista se encontrava grávida – através de amigos e parentes. Assim, ela me disse:

“...eu namorava com ele desde os 11 anos. Ele foi meu primeiro namorado. Faz quase três anos que a gente tá namorando...conheci ele nos 15 anos da minha prima. Foi no ensaio da valsa¹⁰² que conheci ele...ele era colega do meu colega da quadrilha da rua¹⁰³. Eu já conhecia ele. Ele tava namorando com a minha colega. Aí nesse

¹⁰² A valsa a que Berta se refere é a tradicional valsa dançada durante a festa de 15 anos de uma menina. A menção a este acontecimento como algo que marca as experiências das meninas neste universo, aponta para a permanência dos valores tradicionais e o quanto essa antiga e tradicional festa comumente associada ao universo de camadas médias e altas também não é estranha ao universo de grupos de camadas populares. Há que ser ressaltado que, tal como Berta referiu em sua fala, o ensaio da dança pressupõe a escolha dos pares, o que significa muitas vezes, ser esta uma escolha também amorosa.

¹⁰³ É muito comum a organização de grupos de quadrilhas no bairro, com a participação de pessoas (jovens e adultos também) que moram, por exemplo, em uma mesma rua; geralmente esses grupos se reúnem em várias ocasiões, para ensaiar a dança para se apresentar no dia marcado em que vai acontecer a festa na rua onde moram.

dia do ensaio eles fizeram uma brincadeira, uma aposta para ver quem me beijava primeiro. Ai nos apaixonamos”. (Berta, 14 anos).

Tal como no universo analisado por Lago (2002), aqui as meninas e os rapazes também passam a se conhecer e interagir, como disse antes, através de uma outra pessoa amiga ou amigo, de um dos dois. Várias são as ocasiões que oportunizam o estreitamento dessas relações e contribuem para o início ou intensificação do jogo de aproximação entre os pares. Pode ser no trajeto da casa até a escola ou até a igreja ou mesmo num simples passeio pela rua onde moram. Contudo, é, principalmente, durante os encontros que propiciam a formação dos pares que o mesmo jogo ocorre com maior frequência.

Por isso, a narrativa de Berta é rica em detalhes sobre a importância que a festa de 15 anos tem para o grupo de meninas que entrevistei. Tal importância remete a um cenário que, por isso mesmo, não se mostra tão diferente e distante de outros onde vivem meninas na mesma idade, pertencentes às classes médias e altas de nossa sociedade; muda apenas o estilo, o tipo de gosto, inclusive podendo esse aspecto ser inferido também dos tipos de “casas de recepção” do mesmo modo existentes no bairro e que são muito utilizadas para este fim.

Assim, neste grupo que entrevistei, o ritual bem elaborado da festa de 15 anos das meninas é algo também presente¹⁰⁴, ainda que não seja na mesma proporção com que acontece nas camadas médias e altas, pois, nele, nem todas as meninas tiveram de fato a festa¹⁰⁵. Como tenho acompanhado com bastante frequência este ritual nestas outras camadas – dado o meu convívio com o outro grupo de adolescentes do qual os meus filhos fazem parte – posso aqui estabelecer algumas comparações entre ambas no que diz respeito a este aspecto.

¹⁰⁴ Das 24 meninas entrevistadas, 12 tiveram sua “festa de 15 anos”; mas, se considerarmos as outras ao redor destas – temos pelo menos duas referências da mesma festa na narrativa de cada menina entrevistada – este número pode se multiplicar por duas vezes, o que significa mais de 50 meninas em nossos registros.

¹⁰⁵ A data de aniversário de 15 anos constitui um marco social na vida das meninas e de suas famílias tanto quanto nos grupos de classes médias e altas. A importância desse momento está ligada ao significado que é atribuído à idade, como um momento que inaugura uma nova fase na vida delas. Por isso, entre este grupo que entrevistei, encontrei referências sobre a festa de 15 anos cuja celebração consiste, como nas outras camadas referidas, em um ritual muito bem elaborado o qual exige um preparo que quase sempre torna necessário a dedicação da família e um investimento em custos que nem sempre, sobretudo para as camadas populares, é desprezível.

Existem algumas diferenças sutis em relação ao formato que essa festa assume em um e em outro grupo. Se considerarmos que o significado do ritual – que pode e é muitas vezes traduzido como um momento de “passagem” que as famílias entendem ser “de uma fase a outra” na vida das meninas – se mantém nas duas camadas, me parece que, ao mesmo tempo, são guardadas certas diferenciações no que diz respeito, por exemplo, a significativas alterações no sentido da perda de alguns de seus componentes tradicionais, esta muito mais visível entre as classes médias. Posso citar alguns exemplos. O tradicional vestido branco (ou cor-de-rosa da aniversariante que outrora – pelo menos na minha geração, na década de 70 – era a marca principal) hoje, entre as meninas da minha classe social (portanto, da geração e do grupo da minha filha e suas amigas) dá lugar a tonalidades e modelos mais *fashions*, sendo bastante usadas as tonalidades rosa *pink*, vermelho, laranja dourado ou mesmo (embora muito raramente) o preto. A valsa continua presente, entretanto, perde em parte sua importância, somada a outros tipos de músicas tocadas ao comando dos DJs e seus aparelhos de som mecanizados, sendo o momento em que todos dançam, um dos mais aguardados do evento. Algumas destas meninas, inclusive, se recusam a dançar a valsa alegando ser “coisa ultrapassada”¹⁰⁶.

Ao contrário, (embora eu não tenha tido a oportunidade de observar o mesmo ritual neste grupo que entrevistei) pela descrição feita pelas meninas da mesma festa no universo das camadas populares do bairro do Guamá, os componentes tradicionais sofreram menos os impactos da cultura moderna urbanizada. O vestido da aniversariante é em tons sempre cor-de-rosa ou marfim e a importância da valsa é tamanha que é inclusive ensaiada com antecedência, como fica explícito na fala de Berta, anteriormente citada.

Entretanto, se a festa de aniversário de 15 anos não é um acontecimento estranho na vida das meninas do Guamá, isso não quer dizer que todas elas tenham a mesma oportunidade desse ritual, pois, encontrei narrativas em que o ritual foi outro, completamente diferente – “tive o neném no dia em que completei 15 anos” – o que por

¹⁰⁶ Em uma destas muitas festas das quais participei acompanhando meus filhos, fui testemunha de uma situação em que a menina se mostrava nitidamente insatisfeita com a festa que seus pais organizaram para comemorar o seu aniversário de 15 anos. Relutou muito em vestir o vestido longo em tom marfim encomendado por sua mãe para a ocasião e, após muita insistência da família, ela atendeu ao pedido, porém, se negou a dançar a valsa causando certo constrangimento tanto à família quanto aos convidados. Por intermédio de minha filha (que é amiga da menina) fiquei sabendo que ela se comportou assim porque havia avisado aos pais que não queria uma festa naqueles moldes tradicionais. Teria dito a eles que tinha preferência por uma festa mais moderna, sem a valsa e o vestido longo tradicional e que eles não tinham o direito de fazê-la “passar pela vergonha que passou”.

outro lado, pode significar que mesmo para aquelas cujo ritual não vira um acontecimento de fato, o mesmo se encontra presente como um valor simbólico, ligado à mudança de status, o qual de uma forma ou de outra, se encontra no imaginário delas. A diferença é que enquanto umas celebram a data com a festa (ou com presentes caros, no caso das meninas das outras camadas sociais), outras celebram com a chegada do filho, podendo ser considerado do mesmo modo, por ela, (e é assim que chegam a referi-lo) um “presente de aniversário”.

Mas, se as festas atuam nesse cenário como um dos elementos principais do calendário afetivo das meninas e dos rapazes, é preciso ainda dizer que as mesmas não são sempre de um mesmo tipo. Além destas de caráter mais familiar, como a festa de aniversário ou de casamento (que pode ser de um amigo ou de uma amiga e também de um parente), as quais em geral contam com a participação de pessoas de um círculo de amizade mais restrito a um grupo de famílias, posso dizer que numa mesma frequência, o grupo participa também de festas dançantes que têm por objetivo atender a um público mais amplo e diversificado, que acontecem dentro e também fora dos limites geográficos e sociais do Guamá. Me refiro às festas dançantes ao som mecanizado de famosas “aparelhagens” que existem na cidade para atender ao gosto de um público que cada vez mais se amplia e se diversifica.

Em relação as festas como lugar propício aos encontros amorosos, Del Priore (2005), lembra que durante o período imperial no Brasil, isso era do mesmo modo muito frequente:

“Tudo era pretexto para reuniões e encontros. São João, Reis, Natal, com dança depois da missa, bailes à fantasia em que mimosas pastoras ou lindas escocesas, iluminadas por velas eram tiradas para dançar. O tempo da festa do Natal, segundo padre Perereca, era o mais propício para os jovens. Nele se pescavam amores novos e começavam namoricos para o ano inteiro...”. (Del Priore, 2005: 134).

Essa importância das festas como um cenário propiciador à formação dos pares e ao namoro tem atravessado séculos e assim foi identificada também no referencial estudo de Thales de Azevedo (1986), sobre o namoro durante o final do século XIX e início do XX, sendo, a dança nessas ocasiões, uma das formas de aproximação dos casais, que ensejava o namoro.

Como outrora, embora neste universo, meninas e rapazes participem com muita frequência das festas em diferentes épocas do ano, as festas juninas são também referência

muito recorrente das formas de socialização onde emergem os primeiros encontros amorosos e se aproximam os casais.

Dada a intensa participação nos grupos de dança de quadrilha junina e, sendo este tipo de dança formada por pares de jovens (homens e mulheres), isso tende a favorecer a constituição de pares amorosos. Em várias ocasiões, pude observar de perto esse jogo de aproximação durante os ensaios da quadrilha na própria escola, contexto em que, em meio às brincadeiras, os pares trocam olhares, abraços, beijos e juras de amor eterno¹⁰⁷. De ensaio em ensaio da dança – os quais ocorrem sempre ao fim da tarde e início da noite – durante alguns meses que antecedem a quadra junina, nascem as paixões entre os casais de dançarinos. Muitas são fugazes, outras não tanto, podendo perdurar para além dos festejos juninos, chegando a resultar inclusive, em uniões conjugais¹⁰⁸.

Nesta aproximação dos pares, a figura do “cupido”, ou aquele que se encarrega de “fazer os papos”, assume lugar de destaque e faz parte deste circuito intenso de relações. Esse personagem, por sinal, muito antigo, como é mostrado também por Azevedo (1996), no estudo aqui citado, é sempre alguém que pertence ao círculo de amizade do casal em vias de formação ou um parente próximo do rapaz ou da menina. Como nos depoimentos acima, o de Antonia é bastante ilustrativo a esse respeito:

“Conheci ele na festa (junina) na rua de casa...ele estava subindo no pau de sebo¹⁰⁹ e eu perguntei pra uma colega quem era ele. Aí, quando acabou a festa, a minha colega no outro dia foi me convidá pra passeá e ela me apresentou pra ele. Aí a gente ficamos escondido da mamãe e depois virou namoro. Eu disse pra mamãe que tava ficando com um garoto e ela disse que era pra mim trazê ele em casa pra ela conhecê. Aí, ele pediu e ela deixou a gente namorá de porta”. (Antonia, 13 anos).

¹⁰⁷ Em meio a uma dessas “brincadeiras”, duas meninas trocaram beijo na boca e se tornaram alvo de “encarnação” por parte dos demais do grupo, o que significa, como já disse antes, uma abordagem incisiva diante de um comportamento que eles não aprovam.

¹⁰⁸ Esse jogo de aproximação propiciado pelos ensaios das quadrilhas juninas foi tema de uma reportagem exibida no ano de 2006 durante o “Jornal Hoje” da Rede Globo de Televisão, cujo destaque foi dado à formação de casais de dançarinos que se apaixonam nos embalos de São João na região Nordeste do Brasil.

¹⁰⁹ A festa junina, apesar de também ter sofrido modificações, sobretudo relativas à indumentária, mantém muitos dos seus aspectos tradicionais como é o exemplo da brincadeira do pau de sebo. Esta antiga e disputada brincadeira masculina, própria dos festejos juninos, consiste em uma competição que se trava entre os homens para subir em um pau lambuzado de óleo ou sebo para tentar apanhar o prêmio que se encontra preso à ponta do mesmo.

Por vezes, esse alguém que se encarrega de estabelecer a aproximação do par é uma pessoa que já conhece e sabe dos interesses entre o rapaz e a menina. Inclusive pode ser solicitado por um dos dois a fazer a “ponte” entre ambos. Esse tipo de mediador ou “contratado” remete a figura da “casamenteira” ou do “casamenteiro”, de quem fala Woortmann (1995). De acordo com sua pesquisa, este personagem bastante antigo, foi por ela identificado entre os colonos do sul do Brasil, mais especificamente entre uma comunidade teuto-brasileira do estado do Rio Grande do Sul. Em tal comunidade, o casamento é um *affaire de famille* que tem por base acordos que são estabelecidos entre as famílias à maioria das vezes, à revelia dos casais em vias de formação. A figura do casamenteiro ou da casamenteira, então, entra em cena, sendo muitas vezes este personagem contratado (e muitas vezes até pago) pelas próprias famílias com a finalidade de promover o encontro dos casais.

Mas voltando à questão do “fica”, quero lembrar que tal prática neste grupo assume algumas características marcantes. Pode se atualizar em apenas um único encontro passageiro com contatos corporais que envolvem abraços, beijos e “amassos” e/ou até mesmo (mais raramente) uma “transa” (relação sexual). Para os rapazes o “fica” também pode ser e é por vezes, traduzido no termo “pegação” ou “quebra”, o que significa a possibilidade de ocorrer relação sexual. É importante ressaltar que a referência a estes termos em geral é feita para marcar distinções entre as suas namoradas e as “outras” com quem eles não desejam estabelecer compromisso. Beto me deu um exemplo de como isso “rola” entre eles, se referindo ao tempo em que “peguei umas menina aí mas não foi nada certo”.

Num outro formato, o qual é predominante neste universo, o “fica” inaugura uma fase, às vezes mais longa, às vezes mais curta, em que os encontros e contatos corporais podem se tornar mais freqüentes e sucessivos, conduzindo ao que mais comumente as meninas chamam de “namoro firme” ou “namoro de porta”. Entre as meninas entrevistadas, essa fase de namoro tem início geralmente quando estão na faixa de 11 a 13 anos. “Namorar firme” muitas vezes coincide com “namorar escondido da mãe”, prática que exige delas muita criatividade para burlar a vigilância das pessoas da família e da vizinhança, criando formas de evitar que sejam vistas por aqueles que consideram “cagüetas” ou “fuxiqueiras”; geralmente estes são crianças, irmãos, sobrinhos ou filhos de uma vizinha da menina, que ao

serem indagados pelas mães da menina, acabam contando o que viram ou o que ouviram a respeito delas.

Submetidas muitas vezes a uma vigilância, são inúmeras as maneiras como elas inventam e fazem acontecer os encontros às escondidas com seus eleitos, o que revela a fragilidade de tal controle por parte da família, sendo este mais um “ritual”, como mostra Motta-Maués (1977) em seu estudo na comunidade de Itapuá, no interior do Pará. Em geral esses encontros costumam ser marcados ao cair da noite, no “canto da rua” onde moram, ou durante os ensaios ou apresentação de quadrilha na ocasião dos festejos juninos que também acontecem na escola, ou na rua onde moram. Podem também acontecer no caminho de ida ou de volta à escola ou à igreja, durante os passeios rotineiros que elas costumam fazer pelo bairro, (inclusive, até os portões, ou mesmo dentro do campus da Universidade Federal do Pará, local onde costumam marcar encontros com os namorados).

Podem ainda, ser marcados durante o dia, sendo neste caso, realizados na casa do rapaz ou de uma amiga (da menina), cuja família não possui relação de amizade com a sua. De maneira semelhante ao que foi observado por Lago (2002) no comportamento dos adolescentes em relação ao “namoro escondido” no Riacho Doce, aqui também, o fato de pessoas adultas da família se encontrarem ausentes de casa durante a maior parte do dia, em função do trabalho, facilita este tipo de encontro, como podemos ver através do relato de Brigitte a seguir:

“...a gente se gostou um do outro, a gente começou a namorá pela grade¹¹⁰...é porque quando a mamãe saia pra trabalhá, ela deixava a gente trancada lá em casa”. (Brigite, 17 anos).

Esse tipo de estratégia pode, inclusive, ser criado pela menina, mais ou menos dentro de sua própria casa, na ausência da mãe. Foi se valendo da ausência de sua mãe durante o dia, que Brigitte encontrou uma maneira particular para “namorar escondido” (da mãe), com um “menino” que “morava na rua” de sua casa, o qual, aliás, se tornou o seu primeiro namorado, aos 12 anos de idade. O relato dessa menina é muito interessante também por apontar para os “malabarismos” que fazem as mães para conseguirem conciliar o trabalho cotidiano fora de casa e os cuidados com os filhos. Pude ouvir, nesse sentido, vários outros

¹¹⁰ Grades feitas de ferro utilizadas no fechamento de portas e janelas das casas com a finalidade de dificultar assaltos e arrombamentos das mesmas. Neste caso, também são utilizadas pelas mães, para impedir que as filhas saiam de casa durante o período em que se encontram no trabalho.

relatos em que essas mães muitas vezes, por não terem com quem deixar os seus filhos, enquanto estão no trabalho, são obrigadas a deixá-los sozinhos, “trancados” em casa.

Particularmente sobre a questão dos sentimentos, o relato de Brigitte evidencia mais uma vez que, para as meninas, é sempre o sentimento, o elemento fundamental da “escolha”, que é salientado, aparecendo como justificativa principal ao início e/ou prosseguimento de uma relação. Esse sentimento, traduzido muitas vezes por “uma vontade louca da gente se ver de novo”, faz com que elas busquem cotidianamente aprimorar ou reinventar as formas de burlar a vigilância e o controle imposto pela mãe.

Quando elas e eles se referem à passagem do “fica” ao namoro (firme ou escondido), deixam claro que isso só ocorre quando existe a certeza de que os sentimentos de um em relação ao outro coincidem, ou seja, quando ambos são tomados pelo sentimento quase mágico traduzido por uma vontade muito grande, “quase incontrolável” de “estar sempre junto”, de “se ver de novo”, mas, que se encontra também associado à dor e ao sofrimento: “é um sentimento muito grande, as vezes dói pra caramba” (Beto, 18 anos). Esse sentimento mútuo que enseja o namoro pertence ao domínio da sensibilidade e das emoções e, embora não seja por elas e eles nominado, pode ser interpretado como a presença do amor na relação. Isso fica patente quando essas meninas e rapazes falam das emoções sentidas em relação ao seu par, traduzidas por vezes, através das primeiras trocas de olhares como me disse Bernardo (18 anos), “quando botei o olho nela...” ou ainda, “o coração disparou quando vi ele” (Alice, 16 anos), constatando a existência de uma forte atração que se sustenta, quase sempre, nas diferentes maneiras de idealização do outro, na exigência de exclusividade e/ou fidelidade na relação. Quando deixa de existir esse compromisso de uma das partes, o sentimento mágico se transforma em algo ruim, associado a dor e sofrimento, como me disse Beto: “o amor verdadeiro não trai”.

Entretanto, o namoro propriamente dito, só é confirmado mediante o “pedido de namoro”. Tal como também encontrado por Lago no Riacho Doce, o pedido pode ser feito de diferentes maneiras pelos rapazes. Ou, ainda, pode ser feito diretamente pelas meninas, como foi o caso da namorada de Bernardo, no depoimento já citado aqui anteriormente, no qual ela deixa claro que a iniciativa do pedido em namoro partiu dela própria.

Esta iniciativa da menina em relação ao “pedido em namoro” não pareceu – diferentemente do que talvez se poderia pensar – ser vista de forma negativa pelo rapaz,

tendo, pelo contrário, sido considerada como um elemento facilitador da passagem do fica ao namoro. Mas, entre o grupo, existem aqueles casais que são mais reticentes ou tímidos, o que faz com que a mesma passagem ocorra de forma mais lenta e demorada. Entre esses, o pedido, diferentemente, não é feito de forma tão clara e direta. Geralmente as insinuações são feitas através de gestos e palavras que possam suscitar um sinal de consentimento tácito ou um “sim” do (a) outro (a). Foi assim que Bruna me contou como começou o seu namoro:

“...a gente se conheceu na escola e ele nem era aquele menino que eu tava a fim. Eu não me lembro de ter visto ele lá antes. Até o dia que o meu amigo que estuda na sala dele nos apresentou. Aí ele passou a me procurar pra conversar e aí a gente ficou amigo. Depois começamos a ‘ficar’. A gente só tava ‘ficando’, aí um dia ele me disse que um amigo dele perguntou se ele tava namorando comigo. Depois, outro dia, ele me perguntou: ‘se alguém me perguntar o que tu és pra mim o que eu digo?’ Aí eu respondi: ‘não sei’, tu é quem sabe’. Aí ele disse:... ‘ah...então eu vou dizer que tu és minha namorada’. Então nesse dia a gente começou a namorar”. (Bruna, 17 anos).

Mais uma vez aqui o amigo, aquele que “faz os papos” entre o casal, surge como uma figura recorrente. Apesar disso, tanta cautela por parte do rapaz, me fez pensar que tal atitude pode estar relacionada também ao temor que eles têm de “levar um fora”¹¹¹ de uma menina, o que certamente seria motivo de vergonha para ele diante de seus pares na escola. Isso ocorre por que neste contexto o circuito de informações entre eles e elas, é rápido e eficiente. Diante disso, ninguém quer ser alvo de “encarnação”¹¹² por parte dos colegas na escola. Além disso, o relato traduz as várias fases do namoro “moderno”, mas, bem ao gosto e “à moda antiga”, como diria Azevedo (1986) para o século XIX:

“Começa o namoro, ordinariamente, ao acaso de um encontro que é a primeira oportunidade para a troca de olhares ou de gestos faciais expressivos, emitidos com o propósito exploratório e, como tais, cautelosos e discretos para não despertar uma resposta defensiva ou imediata recusa do par, colhido de surpresa, e para não suscitar a atenção de eventuais circunstâncias”. (Azevedo, 1986, p. 13).

¹¹¹ Termo utilizado por eles e elas para designar uma resposta negativa ao pedido ou intenção de namoro por um dos membros do casal em vias de formação. Quando uma menina “leva um fora” do rapaz pretendente a namoro parece não haver atitude tão incisiva de parte de seus pares homens e mulheres. O mesmo já não pode ser dito em relação ao rapaz que passa por semelhante situação, o qual tende a ser criticado e sofrer a “encarnação” dos seus pares masculinos.

¹¹² “Encarnar” significa zombar de alguém que passou por uma situação de constrangimento diante de seus pares de amigos.

Assim, se comparada esta descrição do namoro à antiga que Thales de Azevedo faz para o século XIX, vemos que a fala anterior reproduz o mesmo modelo de comportamento do casal de namorados. No relato de Bruna, fica explícita a descrição das etapas bem marcadas do namoro da época a que o autor se refere, contexto em que as injunções de gênero se atualizam na definição dos papéis diferenciados que cabem ao rapaz e à menina, onde a decisão e a iniciativa dos passos a serem dados na relação competem ao rapaz. Apesar das semelhanças é preciso ressaltar diferenças em relação ao século analisado por Azevedo – afinal, estamos já longe do XIX. A diferença é que hoje acontecem (imbricadamente/paradoxalmente) as várias coisas (etapas/percepções) juntas – em que uma não invalida, destrói/desconsidera a outra.

É necessário, portanto, frisar que a situação modelo não corresponde a todas as que foram encontradas neste grupo, pois me deparei muitas vezes com aquelas em que este padrão de relação com todas as etapas assim definidas de forma sucessiva não encontrou correspondência. Seja de que maneira se dê, o fato é que o “pedido” se faz presente nas relações de namoro neste universo, tanto quanto nos idos tempos de que trata Azevedo (1986), sendo por meio dessa prática que o compromisso entre o casal se firma.

Dentro deste modelo de namoro referido para este grupo, para o mesmo se consolidar de fato, ainda precisa passar pelo consentimento da família da menina, mais comumente, da mãe dela. O pedido então, assume um caráter mais formal, contudo, nem sempre é feito de uma forma tão clara e direta. Às vezes fica subentendido apenas e, se não há manifestação de oposição por parte da mãe, então o namoro é dado por ela e pelo casal, como oficializado. Esse é o momento em que o “namoro sério” passa a “namoro de porta”. Tal como me disse Berna:

“...Primeiro a gente ficou, depois a gente namorou escondido da mamãe, depois a gente ‘namorou de porta’, ele foi pedir pra mamãe e ela deixou a gente namorar. Aí ela prendia muito... pra mim falá com ele tinha dia e hora marcada em casa. Tinha hora pra ele chegar e hora pra ele ir embora. Ele morava bem do lado de casa mas a gente só se via de vez em quando...”. (Berna, 18 anos).

A oficialização do pedido em namoro à família da menina, e a vigilância expressa nas atitudes da mãe, como evidenciado através da narrativa de Berna, não só aponta para a permanência de moldes tradicionais assumidos pelo namoro moderno – tal como nos mostra Azevedo (1986) para o final do século XIX e início do XX, o qual por ele é referido como

namoro à antiga – como mostra a possibilidade de sua atualização, ainda, em camadas sociais para as quais isso não é pensado ocorrer, pelo contrário, a percepção, a idéia e o discurso sobre, sempre vão no sentido contrário.

Esse aspecto, não guarda muitas diferenças em relação ao que foi observado por Lago (2002) para o grupo observado no Riacho Doce, já que nesse universo, apesar da autora não ter identificado nos relatos sobre o “consentimento familiar seja por parte da família da menina ou do menino” (Idem, p.95), ficando o compromisso formalizado mediante o pedido, restrito ao casal de namorados, o namoro nesse grupo assume (ou pode assumir), do mesmo modo o formato *à antiga*.

Neste universo que entrevistei, a família assume uma relativa importância no processo de consolidação do namoro. Para uma parte das meninas que compõem este grupo, esse aspecto pode ser visto como um ponto positivo, já para outras, é visto como negativo. No caso de Berna, a menina do depoimento acima citado, esta me disse que o namoro era melhor antes de ser oficializado o compromisso a partir do “pedido”. Ela explicou que, ficou mais difícil ela e o namorado se encontrarem porque a mãe passou a controlar ainda mais os seus horários de saída e de chegada em casa. Disse-me que, “era melhor quando a gente namorava escondido da mamãe, porque a gente tinha mais liberdade, ficava mais tempo junto”.

Para outras, no entanto, a formalização do namoro a partir do “pedido” à família para “namorar sério”, instaurou maior liberdade no relacionamento com o namorado. Além de o rapaz obter a aquiescência das mães para namorar “de porta” com a menina, o que implica poder freqüentar a casa dela em horários variados, inclusive fazer algumas refeições com a família, também autoriza-as à saídas mais freqüentes nos finais de semana em companhia do namorado. Entretanto, ouvi de algumas delas a manifestação de uma certa preferência pelo “fica” e não pelo namoro, exatamente pela imposição do compromisso na relação que este último acarreta, ou seja, se por um lado o namoro propicia maior liberdade no relacionamento, permitindo estar, sair e desfrutar da companhia do namorado, por outro, implica em uma cobrança maior por parte deste, o que para elas nem sempre é visto como um aspecto positivo. Assim me contou Beth:

“Aí ele me ligou e eu disse que ele podia ir lá (na casa dela), aí a gente ficou, aí depois ele pediu pra namorar comigo, aí eu falei que eu não sabia, porque assim... eu não queria ter nada sério com ninguém, eu queria só ficá, tava sendo bacana porque quando a gente tá ficando com uma pessoa é uma coisa, aí a gente começa a namorá aí a pessoa já muda, aí já não dá certo e eu tava gostando de ficá com ele...muda eu não sei por que...quando a gente tá ficando não tem aquele compromisso...‘ah tenho que dizer pra ele que vou em tal lugar...ah não posso sair, ir numa festa porque tenho namorado, se ele não for eu não posso ir’, tipo assim, entendeu?” (Beth, 17 anos).

O namoro, desse modo, assume grande importância na vida das meninas e dos rapazes, pelo caráter de compromisso estabelecido entre eles que tal relação impõe nesse universo. Essa fase que inaugura e consolida uma relação de maior envolvimento e proximidade entre ambos – o que implica em confiança mútua – geralmente, neste grupo, é acompanhada da presença das relações sexuais. Para o universo feminino desta pesquisa, em geral, é no contexto do namoro (de um namoro) que ocorre, como elas dizem, a “primeira vez”, ou seja, a iniciação sexual.

Apesar dessa recorrência, há, contudo, diversidades neste grupo. Além de ter percebido uma certa contradição entre as experiências de fato vividas e as representações elaboradas por elas – como foi o caso de Berna, que inicialmente me disse que havia “transado” pela primeira vez com seu namorado, mas, no decorrer de outras conversas, deixou escapar que o fato havia acontecido quando ainda estava “ficando com ele – há neste grupo aquelas que assumem, como disse antes, um tipo de comportamento mais próximo daquilo que o próprio grupo define como sendo característico de meninas “assanhadas”, ou seja, aquelas que “transam” (ou podem “transar”) durante um “fica”. Com isso quero ressaltar que, apesar do modelo de namoro “à moda antiga” de fato assumir lugar neste grupo, o mesmo não é seguido por todas as meninas.

Já entre os rapazes, embora essa primeira experiência nesse campo possa estar também vinculada a uma relação pautada no compromisso e na afetividade, nem sempre é no âmbito do “namoro sério” que, como eles costumam referir, “rola”, como poderemos constatar mais adiante neste capítulo. Os dados relacionados a esse aspecto são ilustrativos e apontam uma pequena diferença em termos numéricos, entre os rapazes que tiveram sua iniciação sexual com suas namoradas (07) e os que se iniciaram sexualmente com meninas

que apenas “ficavam” e também com colegas e primas durante as brincadeiras de infância (05).

“Fazendo amor” por amor: a primeira experiência sexual

Como não poderia deixar de ser (levando em conta o critério de escolha do grupo que entrevistei), aqui o ponto que unifica o grupo é, certamente, o fato de todos terem tido práticas sexuais, apesar de meninas e rapazes apresentarem calendários relativamente diferenciados. Há, também, um consenso no que diz respeito ao entendimento que elas e eles têm do que seja relação sexual: todos consideram como tal a relação heterossexual, com penetração vaginal entre um homem e uma mulher. As expressões que mais comumente elas utilizam para definir a relação sexual são: “fazer” (amor), “rolou”, “transar” e “dar”. Já entre os rapazes os termos mais utilizados são: “fazer”, “rolou”, “transar”, “comer” e “fichar”. Embora não tenha encontrado nenhum caso neste grupo, de relacionamento ou iniciação sexual entre pessoas do mesmo sexo, as possibilidades de ocorrência ao redor, ou seja, no âmbito da rede de relações da qual fazem parte, se encontram presentes. Ainda, este aspecto pode ser inferido do beijo trocado por duas meninas na ocasião do ensaio de quadrilha junina na escola, anteriormente mencionado.

Em relação a esses termos que o grupo utiliza para definir a relação sexual, gostaria de abrir um parêntesis para esclarecer que os mesmos precisam ser compreendidos dentro de cada contexto de referência em que são utilizados pelos rapazes e/ou pelas meninas. As meninas que têm uma trajetória afetivo-sexual marcada por poucos relacionamentos amorosos, porém, mais duradouros, e que em geral são sempre vistas pelos rapazes como “moças direitas”, ou “meninas de família”, em sua maioria referiram os termos “fazer amor”, “rolou” e “transar”. Já o termo “dar” foi referido apenas por duas meninas neste grupo. Estas meninas possuem diferenças em suas trajetórias afetivo-sexuais quando comparadas com as primeiras. Suas histórias de vida são marcadas por muitos relacionamentos passageiros e fugazes, aspecto que faz com que sejam tomadas pelos rapazes, como meninas “galinhas” ou “foguentas”, termos através dos quais eles separam e estabelecem distinções entre as suas namoradas e as “outras”.

No caso dos rapazes, as referências aos nomes atribuídos à relação sexual são comumente feitas levando em consideração a importância sentimental que a pessoa a quem eles se referem tem (ou teve) em suas vidas. Reparei que em geral, quando falam da relação sexual que aconteceu com uma namorada, usam os termos “fazer”, “rolou” e “transar” para se referir ao ato. Se, ao contrário, o ato ocorreu com uma menina com quem apenas estavam “ficando”, eles utilizam os termos “comer” ou “fichar”.

Penso que essa diferenciação tem a ver também com a distinção que eles fazem em relação às meninas de uma forma geral. Parece haver, na perspectiva deles, como eu mencionei acima, uma clara distinção entre aquelas que são vistas e por eles consideradas como “galinhas” ou “foguentas” e as outras que consideram como “as certinhas”. É sempre neste segundo grupo que estão incluídas as suas namoradas, pois, parece haver um consenso entre eles de que as meninas “galinhas” ou “foquentas” não são para “namorar de porta”, muito menos ainda podem ser pensadas para “casar”. Diferentemente do modelo de menina que eles consideram “certinha”, que tem restrições na família, que não “vive solta”, esta sim, é a menina idealizada e buscada para namorar e casar.

Ainda, se atentarmos para as formas de nominar o ato através do verbo “comer” e “dar”, vemos que alguns rapazes e meninas neste grupo atualizam na referência constante destes termos (ao se referirem aos tipos de parceiros acima especificados), as formas tradicionais como as diferenciações de gênero estão postas em nossa sociedade. Em recente estudo sobre a construção da sexualidade nas sociedades ocidentais, Bozon (2004), chama atenção para a sua importância na legitimação da ordem entre os sexos e entre as gerações. Nesse sentido, a utilização do binômio comer/dar se encontra fundamentada na metáfora da absorção, apropriação e consumo de um indivíduo passivo (a mulher ou um outro sujeito simbolicamente feminilizado), pelo indivíduo ativo (o homem), remetendo à idéia de sujeição do primeiro pelo segundo. Desse modo, o autor nos lembra que, “todo o comportamento sexual é percebido a partir dessas categorias de atividade e passividade, estritamente associadas ao masculino e ao feminino” (idem, p.23). Por meio dessa representação do ato sexual é possível se fazer uma leitura da estrutura hierárquica da sociedade brasileira tradicional a qual aqui nem sempre se atualiza dessa maneira, já que, esta referência não é muito freqüente nas falas dos rapazes e meninas entrevistados.

Um outro aspecto a ser destacado em relação à experiência da sexualidade neste universo, é que a entrada na vida sexual encontra-se, como nos demais eventos mencionados sempre ligada a uma decisão pessoal e/ou a uma escolha sentimental. Diferentemente do universo parisiense analisado por Lhomond (1999) no qual a autora encontrou com bastante recorrência casos de relações sexuais forçadas, no universo dos meus entrevistados nenhuma menina e nenhum rapaz declarou ter sido forçado a ter relações sexuais no decurso de suas vidas. Apesar disso, ouvi relatos de pessoas na escola, a respeito de meninas que teriam sido forçadas sexualmente, sofrendo a coação por parte de outros homens, neste caso, pessoas da própria família, como um tio ou o padrasto, ou ainda, vizinhos, quando da ausência da mãe. Segundo uma professora da escola, geralmente isso acontece quando as mães estão no trabalho e a menina fica encarregada de “tomar conta da casa” na sua ausência¹¹³. O que põe em dúvida as representações positivas que fazem as meninas e suas famílias sobre o namoro e a eficácia da vigilância que as mães dizem impor as suas filhas.

Por outro lado, sobre esse aspecto, ainda, gostaria de ressaltar que essas práticas sexuais forçadas e violentas das quais eu ouvi referências na escola, tendem a ocorrer em contextos opostos aos das meninas cujas trajetórias afetivo-sexuais (românticas) dão vida a este estudo. Assim, quero dizer que fora do contexto da relação da menina com seu par amoroso a violência sexual pode estar presente na vida delas. A seguir um quadro do contexto de ocorrência da primeira experiência sexual do grupo pesquisado.

¹¹³ A mesma professora me disse que é difícil obter maiores dados sobre esse aspecto, pois, há sempre um sigilo em torno do fato ocorrido, por parte da própria família da menina. Na escola a menina do mesmo modo evita comentar sobre o ocorrido por sentir medo ou vergonha. A professora aproveitou para tecer alguns comentários dizendo que “o mais importante é evitar que elas sejam violentadas pois de nada adianta dar queixa no Conselho Tutelar depois que elas já estão ‘furadas’”.

Quadro 7: Contexto de ocorrência da primeira “transa”

Tipo de relação	meninas	rapazes
Namoro sério	21	07
“Fica”	03	03
Brincadeira de criança	00	02
Forçada	00	00

Fonte: 36 entrevistados (mulheres e homens).

Via de regra, a primeira experiência sexual das meninas neste grupo, como já disse antes, tende a ocorrer no âmbito do namoro sério, momento em que o compromisso afetivo e moral entre os pares passa a compor a relação. Considerando o curto tempo existente entre o “fica” e o namoro sério (em geral esse tempo é de um mês apenas), posso dizer que essa primeira experiência das meninas tende a ocorrer em média, após um ou dois meses de relacionamento afetivo – que impõe uma efetiva diferença em relação ao descrito por Azevedo (1986). É preciso ainda dizer que esse curto espaço de tempo também pode significar uma distância entre o “dito” e o “feito”, como se diz comumente aqui; ou seja, há que se desconfiar desses discursos sempre realçando comportamentos “certinhos”.

Com exceção de três meninas, todas as demais do grupo dizem que estavam “namorando sério” quando tiveram sua primeira relação sexual. A iniciação foi motivada por escolha sentimental e desejo afetivo-sexual sendo o evento narrado na maioria das vezes de forma espontânea em que o compromisso na relação de namoro na maior parte dos casos, parece explicar/justificar o acontecimento, como se fizesse parte do curso e da intensificação da relação com o namorado. Após a afirmação desse compromisso, as carícias tendem a ser mais ousadas, indo muito além dos beijos e abraços, traduzido por vezes, como um “algo mais que o namoro”.

“...antes dele (do marido), só namorava, mas com ele foi diferente, com ele teve carícias mais quentes, com os outros namorados, não; com ele, sim, ele passava a mão, pegava...amassava”. (Beth, 17 anos).

Por carícias “mais quentes” considera-se ir além dos beijos e abraços – “passar a mão” (pelo corpo), “pegar” (os órgãos genitais), “amassar” (o corpo dela com o dele) –

contudo, não chegando à relação sexual propriamente dita, o que revela que, na consideração deles, o significado de relação sexual se encontra associada à penetração vaginal, considerada neste grupo o “normal”, ou seja, o que é mais comumente praticado por todos.

De acordo com o relato de Beth, a diferença na maneira como a relação passa a se desenrolar, com a introdução de carícias mais íntimas, atua como um prenúncio de que a “primeira vez” está prestes a acontecer, tal como ela própria contou-me a respeito de como aconteceu sua “primeira vez”:

“ Eu já namorava com ele assim, um mês mais ou menos...a gente viajou pra Outeiro (praia)...eles (a família dele), tem uma casa lá...foi só amigos, entendeu? Foi eu, ele, uma outra colega e o namorado dela, foi só casal entendeu? Eu já tinha conversado com a mamãe antes sobre a possibilidade de acontecer por que a gente tava namorando né, e eu já tava preparada...” (Beth, 17 anos).

A referência a sentir-se “preparada” parece ir na direção do que Beth dissera anteriormente, ou seja, significa que ela “sabia que ia acontecer”, pelo fato de estar vivenciando uma fase do namoro em que as carícias “mais quentes” adquirem lugar.

O compromisso já firmado pelo casal mediante a consolidação do “namoro sério”, (com o consentimento da família da menina), pode instaurar assim, uma fase em que ela adquiriu maior liberdade para estar e sair com o rapaz. Assim, viajar sozinha em companhia do namorado significa um encontro mais demorado com ele, fora da vigilância da família, pressupondo, portanto, que a relação sexual pode ser exercida dentro do namoro. Este caso ilustra bem a situação em que a menina considera positivo o fato de o namoro ter sido submetido à aprovação e o consentimento da mãe mediante o pedido formal, já que permitiu essa maior liberdade de estar e sair com o namorado longe do olhar vigilante da mãe.

Para outras, no entanto, essa mesma passagem de um “namoro sério” a “namoro de porta”, assume uma perspectiva negativa, já que a situação passou a despertar na mãe um maior cuidado e controle dos seus passos, implicando em uma vigilância mais rígida em que a menina só podia, “falar com ele só com hora marcada em casa...tinha hora pra ele chegar e hora pra ele ir embora” (Berna, 18 anos) mas que no entanto, nem mesmo isso foi suficiente para impedir o ato.

Isso aponta que, mesmo diante dos obstáculos impostos pela mãe, expressos na maior rigidez do controle em relação ao contato da menina com o namorado, não significa que as próprias meninas diante desta situação, não busquem criar estratégias para driblar tal vigilância, o que revela, por outro lado, a fragilidade desta. Foi Berna quem me contou como fazia para conseguir este feito:

“Eu gostava dele...gostava muito, ainda gosto, aí aconteceu (a primeira relação sexual)...gastava aula, passei bem uns dois meses gastando aula...só que eu passei (de uma série para outra, na escola) né?”. (Berna, 18 anos).

A “entrega” desse modo, parece nem sempre confirmar a predominância de uma moral sexual que se legitima no âmbito de uma relação consolidada, seja no compromisso estabelecido pelo casal e/ou pela apresentação do rapaz à família da menina. Isso significa que neste universo os passos descritos para uma situação em que o modelo de trajetória comporta as fases ou ciclos sucessivos, no estilo *à moda antiga*, nem sempre são seguidos por todos e/ou em cada situação neste grupo. Esse dado me remete a análise feita por Monteiro (2002) em que a autora encontrou entre o grupo de adolescentes de seu estudo, um elenco diferenciado que não é apenas composto por meninas românticas e bem vigiadas e “cuidadas” pela família. Tal qual o universo descrito pela autora, posso dizer que embora eu tenha encontrado aqui um perfil de menina semelhante ao das chamadas “patricinhas” das camadas médias e altas, como ela diz, este não é único neste grupo.

Pude constatar desse modo, que, entre as adolescentes, a idade da primeira relação sexual situa-se entre 12 e 15 anos, com uma maioria passando pela experiência quando se encontrava com 14 e 15 anos (12 casos). Apenas três delas se iniciaram sexualmente quando estavam com mais de 15 anos – 16 anos (apenas uma), e 17 anos (duas). No momento em que ocorreu essa primeira experiência, o tempo de namoro da maioria delas, coincide entre um a três meses.

Este curto tempo entre a afirmação do compromisso de namoro e a primeira relação sexual das meninas, me pareceu, apesar disso, estar relacionado a um processo de negociação da “entrega”, de que fala Heilborn (1999) para as camadas médias e altas. Nesse “jogo de conquista amorosa e sexual”, esta autora assinala que os comportamentos esperados para homem e para mulher tendem a ser informados por valores diferenciados, tradicionalmente aceitos na nossa sociedade, segundo os quais, a mulher deve assumir um

papel passivo e o homem o papel ativo no processo de conquista. Embora esse padrão nem sempre encontre correspondência neste grupo, a questão da negociação da “entrega” da menina se impõe do mesmo modo na relação.

Esse aspecto se atualiza por meio da insistência do rapaz e da resistência por parte da menina durante um período que, no caso deste universo, também não deve ser muito longo, pois, pode por em risco a continuidade da relação – “se a gente não fizer eles acabam procurando outra que faça” (Carolina, 17 anos). O que importa aqui não é exatamente o tempo, mas a atitude dela diante das investidas do rapaz. O relato de Benício a respeito de como “rolou” a primeira relação sexual com a sua namorada, confirma esse ponto:

“Foi muito tempo, muita conversa, falava dela (da importância dela na sua vida), que eu gostava dela, que eu amava ela, que eu queria ficar com ela melhor, que não era pra ela ter medo de mim, que eu não ia machucar ela, eu conversava com ela, aí foi...foi...a gente fomos lá pra casa (dele), aí comecei a agarrar ela, aí ela deixou, aí fui abaixando a mão, devagar, dei um beijo nela, aí foi...e rolou”. (Benício, 20 anos).

Esse “muito tempo” na maioria das vezes, como eu já disse, não demora mais do que três meses ou até bem menos que isso. Mas o que parece contar mesmo é que essa negociação não pode ser vista por ele, como algo muito fácil, pois parece haver uma necessidade de sentir que teve que “rebolar para que ela liberasse isso”. O aspecto do duplo padrão de moralidade na relação (que tem por base a hierarquia de gênero), também referido por Malcher (2002) para o universo de camadas médias e altas em Belém, se evidencia, mesmo em casos, como este citado, em que a menina não é mais virgem.

O relato de Baby, a namorada de Benício, atualiza a negociação explicitando o papel da menina:

“Eu logo não queria e ele vinha, vinha, vinha e insistia, eu falava que não e ele vinha e insistia, daí que acabou rolando...”. (Baby, 14 anos).

Para os rapazes, do mesmo modo, a resistência da menina às suas investidas atua como uma regra de comportamento feminino que é esperado por ele no contexto da “entrega”, não se sentindo satisfeitos quando isso não ocorre, sobretudo quando a namorada ainda é virgem, como transparece no relato do namorado, atual “marido” de Berna:

“Olha, a primeira vez que a gente tentou, depois de uma ou duas semanas que a gente tava já namorando mesmo escondido eu acho, aí eu tentei, tentei fazê amor com ela, foi logo direto se beijando, aí foi rolando o clima, **aí eu vi que tava fácil demais**, quando a gente tava mesmo conversando, aí pegou e eu parei, aí falei: ‘não, faz o seguinte, bora depois de um mês, bora conversar melhor, aí depois quando a gente completá um mês, no nosso aniversário de um mês aí a gente faz nossa primeira vez, aí foi, depois de um mês que aconteceu. Ela era virgem.” (marido de Berna, 22 anos).

Mesmo neste caso em que o consentimento da menina ameaça quebrar a regra existente na relação, o rapaz toma para si o papel de fazer com que a negociação aconteça, estabelecendo ele mesmo um tempo (um mês parece ser o suficiente para eles) para consolidar a experiência sexual com a namorada. O que fica explícito neste relato – considerando o fato de a menina ser ainda virgem – é que o tempo que eles e elas consideram apropriado para o início da “negociação da entrega” é, em geral o equivalente a um mês de decorrida a fase inicial do namoro, mesmo que este ainda não tenha passado da fase de “namoro escondido”. Isso aponta também que esse tempo de um mês possui um caráter social ligado aos marcos que compõem cada relação afetiva. Em geral, eles e elas contabilizam o tempo de duração de cada fase do relacionamento e assim o tempo de um mês ganha realce, inclusive merecendo comemoração com troca de presentes, que neste caso pode ser a “entrega” da própria menina. Assim os acontecimentos mais significativos dessas trajetórias como a “primeira transa” do casal, a “primeira vez” de uma menina ou o dia em que ela engravidou são sempre relacionados a datas que o rapaz ou ela própria referem como sendo, um mês ou um ano de namoro ou “que a gente tava junto”, o que aponta para a existência de um calendário afetivo próprio para cada fase da relação¹¹⁴.

Todos esses pontos são importantes porque mostram que, no jogo de sedução e conquista amorosa e sexual, ambos – o rapaz e a menina – devem desempenhar o papel que cabe a cada um. Ele, o de fazer as investidas, insistir; ela o de negar e resistir (até um certo tempo), às investidas dele. Nesse jogo, parece haver um *script* que precisa ser seguido por

¹¹⁴ Com base nos meus dados impressionísticos referentes ao grupo de adolescentes com os quais convivo dentro e ao redor de minha própria casa, posso dizer que a referência a esses marcos sociais no contexto da relação afetivo-sexual baseados no tempo de duração da relação, é do mesmo modo muito presente nos grupos de classes médias e altas. Eu mesma por inúmeras vezes, fui solicitada a acompanhar meus filhos ou mesmo ajudar na escolha do presente da namorada e do namorado sempre a cada mês completado do relacionamento mantido.

ambos, conforme o papel que um e outro deve representar. Por isso, o tempo da insistência (dele) e da resistência (dela) necessita ser levado em conta.

Existe, portanto, um tempo que eles e elas consideram ser apropriado para que aconteça a “primeira transa” do casal, independentemente de ser esta a “primeira vez” ou não da menina ou do rapaz. Para a maioria das meninas, o rapaz não deve manifestar seu desejo em “transar” logo durante o início da relação, pois isso pode ser visto por elas como um comportamento de alguém que não está querendo um “compromisso sério”, podendo, com essa atitude, fazer com que ela perca o interesse por ele. Percebi que para a maioria delas neste grupo, o tipo ideal de rapaz para namorar e “ter relações”, está relacionado à figura do homem cortês, que manifesta sutileza no jogo da conquista amorosa, enfim, que sabe esperar o tempo considerado adequado pelo grupo para que a primeira relação sexual (dela) ou a primeira do casal, aconteça.

“Nem todo homem espera uma mulher até um tempo pra depois ter relações com ela, alguns podem até esperar mas...se ela não quiser eles ‘dão logo uma geral’¹¹⁵, pelo menos...” (Bárbara, 17 anos).

A narrativa de Bárbara deixa evidente que durante os encontros amorosos (seja namoro ou “fica” e independente da menina ser virgem ou não), os contatos corporais podem ser múltiplos e intensos. A penetração vaginal pode ser adiada e, no limite desta, parece ficar claro que “pode tudo”. Essa expressão confirma aquilo que Berna chamou de “carícias mais quentes”, ou seja, inclui “passar a mão” (ou a língua) nos órgãos genitais, o que significa a prática do sexo oral entre eles, embora não tenha sido verbalizada pelo grupo. Desse modo, quando eles e elas falam de virgindade não significa a total ausência de contato sexual tal como também pode ser inferido da análise de Bozón e Heilborn (1996) sobre as representações que homens e mulheres no Rio de Janeiro (e Paris) constroem de seu primeiro parceiro e das pessoas do sexo oposto no contexto da entrada na vida amorosa. Os autores constatarem nesse universo estudado a existência do mesmo limite das carícias no contexto dos (múltiplos) contatos corporais em que somente a penetração (vaginal) é proibida ou retardada.

¹¹⁵ Este termo significa o rapaz “passar a mão”, “passar a língua” (sexo oral), “amassar”, “pegar” o corpo da menina (incluindo os órgãos genitais), ou seja, ir ao limite das carícias que antecedem a relação sexual com a penetração vaginal.

Embora, como vimos anteriormente, a iniciativa da conquista na fase da “paquera”, do *flirt* (nos termos de Azevedo, 1986), ou mesmo do “pedido em namoro”, possa ser feita pela menina, no caso da relação sexual, a iniciativa esperada deve sempre partir do rapaz. Não ouvi nenhum relato por parte delas (e nem deles em relação a elas), em que o contrário tenha ocorrido. Embora isso não tenha sido verbalizado pelo grupo, me pareceu estar claro que, mais do que não tomar a iniciativa em relação a esse ponto, é de muito “bom-tom” que ela resista às investidas dele, também sob pena de ser mal vista pelo próprio rapaz, de ser interpretada como uma “mulher muito fácil” ou, “mulher da vida”, que “dá pra qualquer um”.

Esse aspecto, também foi encontrado por Torres (2002), entre um grupo de adolescentes de camadas populares na cidade de Salvador, contexto em que “a resistência da menina às primeiras investidas do menino é considerada positiva e significa para ele, um ingrediente que aumenta a excitação”. Para o contexto de Belo Horizonte, Costa (2001), também realça este tipo de comportamento entre um grupo de adolescentes também de camadas populares, chegando tal aspecto a atuar inclusive, como um tipo de pressão “que as meninas sofrem no sentido de manter relações sexuais com os parceiros para não perdê-los”.

O temor da perda do parceiro/namorado diante de uma possível recusa (da menina) em manter relações sexuais com ele, foi um aspecto, do mesmo modo, realçado pelas meninas entrevistadas, inclusive no caso daquelas que co-habitam com o parceiro. Consideram ser importante o sexo na vida afetiva e justificam dizendo que “não dá pra viver bem sem transar porque se não transar, o rapaz procura por outra” (Adriana, 17 anos). Essa atitude dos rapazes em “forçar a barra”, pode ser confirmada através da fala de Boris, quando me dizia a respeito de qual dos dois (ele ou sua namorada) normalmente sente mais vontade de ter relações sexuais:

“É que às vezes ela não quer, aí eu vou em cima, não tem dessa não, mesmo ela não querendo ela tem que fazer, eu não respeito essa vontade dela. Não é o caso de ser tarado, é que eu vejo que o sexo é noventa por cento de uma relação é o sexo”. (Boris, 27 anos).

Essa opinião não coincide com o que disseram as meninas sobre o mesmo assunto. Algumas inclusive, foram incisivas deixando claro que sexo na relação deve vir sempre acompanhado de outros elementos como carinho e um bom tratamento, tal como me disse Carolina:

“Acho que não é o mais importante o sexo na relação, o mais importante é ter sempre aquele carinho, tratar bem, até porque já tiveram(sic) momentos que eu não consegui sentir nada, entendeu? Não sentia vontade de fazê e nem na hora eu não sentia nada, até agora assim...às vezes eu faço só por causa dele, não por minha causa, entendeu?”. (Carolina, 17 anos).

No que diz respeito aos motivos que levaram a primeira experiência sexual, a ênfase dada pelo grupo (meninas e rapazes) foi aos sentimentos, como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 8: Justificativas para a primeira “transa”

Justificativa	meninas	rapazes
Gostava muito	08	01
Estava apaixonado(a)	06	04
Por amor/Por que amava	10	05
Porque ela(ele) estava “a fim”	00	01
Porque tinha curiosidade	00	01

Fonte: 36 entrevistados (mulheres e homens).

Todas as entrevistadas disseram estar envolvidas afetivamente com o rapaz no momento da sua primeira relação sexual. Aliás, falar desse sentimento foi algo que elas fizeram com muita emoção. Após respirar fundo e sempre com um brilho nos olhos elas me falaram da importância daquele momento, do amor e da emoção sentida. Os rapazes, embora um pouco mais tímidos ao falarem do assunto, também não conseguiram esconder o brilho no olhar e a eterna lembrança que tal momento marcou.

Esse dado coincide com os apresentados pela pesquisa GRAVAD (Heilborn, et al.; 2006) em que o *amor* aparece como a principal motivação para a primeira experiência sexual entre as mulheres. Neste grupo que entrevistei, mesmo entre aquelas meninas cuja primeira relação sexual se deu no âmbito de um relacionamento afetivo que não chegou ao estágio de consolidação do namoro, pois, ocorreu durante um “fica”, uma delas afirmou que, “dei porque gostava muito dele”. Assim, também, tanto quanto no universo juvenil francês estudado por Lhomond (1999), as meninas aqui também expressam uma necessidade de

sentir amor no momento da primeira relação sexual, ficando o desejo em segundo plano, este referido por três, entre as cinco que se disseram apaixonadas pelo parceiro.

Cabe ressaltar que, embora este grupo de meninas não tenha referido a questão do medo de perder o parceiro como justificativa para a “primeira transa”, não posso deixar de mencionar a possibilidade de essa consideração se encontrar presente, ainda que não seja de forma verbalizada. Esse questionamento advém do fato de ter ouvido de outras meninas, amigas destas por mim entrevistadas, referências sobre o fato de em algum momento terem se sentido na “obrigação de transar senão ele arranja outra”.

Para os rapazes, a virgindade, embora não sendo mais o critério principal na escolha do par amoroso-sexual, não perdeu totalmente o seu valor e se encontra presente nos discursos, permanecendo desse modo, para alguns, como um valor muito grande no mercado conjugal.

“Eu tinha assim comigo, quando eu ‘mexesse’, ou seja, tirasse a virgindade de uma menina eu ficaria com ela. Ela era virgem quando eu fiquei com ela, por isso eu tô com ela até hoje...porque nenhuma das mulheres que eu tive antes dela não eram virgem”.
(Boris, 17 anos, casado).

Apesar dessa procura por uma menina virgem para “casar”, a virgindade não chega a ser considerada pelos rapazes, uma exigência principal para o estabelecimento de uma relação conjugal. Entre eles, o envolvimento afetivo é considerado como mais importante, sendo acompanhado de outros atributos morais como ser “menina de família”, “ser certinha”, ter bom caráter, respeito, fidelidade, seriedade e confiança.

Portanto, não são somente elas que elegem o amor como elemento fundamental a primeira experiência sexual. Os rapazes também mencionaram o amor como essencial para que a primeira experiência ocorresse. No entanto, se forem considerados os cinco que afirmaram estar apaixonados e os dois que alegaram ter feito por que “ela tava a fim” e “só porque tinha curiosidade”, arrisco dizer que, o desejo sexual, também é um elemento definidor dessa escolha para eles, tanto quanto para elas.

A iniciação sexual dos rapazes neste universo também se encontra, em sua maioria, ligada a um compromisso afetivo na relação, atualizada no “namoro firme”. O quadro anteriormente mostrado é ilustrativo e aponta uma pequena diferença em termos numéricos, entre os rapazes que tiveram sua iniciação sexual com suas namoradas (07) e os que se

iniciaram sexualmente com meninas com quem apenas “ficavam” e também com colegas e primas durante as brincadeiras de infância (05). Entre estes rapazes, essa primeira relação sexual aconteceu quando também se encontravam na faixa dos 12 a 17 anos, coincidindo com o calendário de iniciação das meninas. Dos 12 entrevistados, sete afirmaram ter tido sua primeira relação sexual com a namorada. Três me disseram que a experiência ocorreu durante um “fica” e outros dois associam o ato a uma espécie de “brincadeira de criança”, tal como me relatou brevemente Boris:

“Eu acho que tinha uns 12 (e a menina tinha 13) anos quando isso aconteceu...foi com minha prima, eu ia brincar com ela de cozinha aí eu ‘fichava¹¹⁶ ela”. (Boris, 27 anos).

Dentre os que tiveram a sua primeira relação sexual com a namorada, cinco disseram que a menina também não havia tido experiências sexuais anteriores. Nesta situação, fortuitamente, só entrevistei um único casal, cujo relato sobre a experiência me pareceu muito instigante. Bruno, de 18 anos (marido de Beth, 17 anos), em uma das primeiras conversas, havia me dito que teria tido sua primeira experiência sexual aos 13 anos com uma de suas namoradas anteriores. No entanto, na entrevista com Beth, ela, ao me revelar detalhes da sua “primeira vez”, lembrou que não teria sido muito boa, pois, tanto ela quanto ele, estavam “muito desastrados” naquele momento.

“...boa não foi...a primeira vez não, acho que pelo fato da gente não saber nada...aí foi meio desastrado, a gente não sabia o que fazer, por isso, porque foi a primeira vez dele também, pelo menos foi o que ele me falou né...assim, eu acredito nele assim por que tem namorado que ainda é virgem mas depois ele diz que não é, já ele me disse que não era mais, aí depois que a gente tava junto um tempão que ele me confessou que aquela tinha sido a primeira vez dele também...eu acreditei que ele ainda era, mais por esse motivo, por que ele não sabia nada, na hora estava todos os dois desastrados, acho que ele não sabia nada, do jeito que eu também não sabia...”. (Beth, 17 anos).

Na história da iniciação deste casal, aparecem componentes importantes da construção social da masculinidade, através da tentativa por parte do rapaz, de esconder da namorada, a sua falta de experiência sexual. Essa questão pode ser compreendida também no contexto mais amplo do chamado complexo de honra e vergonha masculina associado às

¹¹⁶ Na tradução deles, este termo significa executar “um trabalho” que exige esforço e sacrifício.

sociedades mediterrâneas, cujos valores teriam se disseminado em nossa sociedade. De acordo com essa percepção, esses valores teriam sua atualização na socialização diferenciada entre homens e mulheres, levando a diferentes estilos de vida e expectativas sobre o comportamento que se considera apropriado a cada um dos sexos (Pitt-Rivers, 1965). Nessa perspectiva, a sexualidade seria sempre incentivada e cobrada desde cedo dos homens, enquanto nas mulheres passaria a ser objeto de controle e interdições.

Esse modelo de interpretação surgiu na literatura antropológica sobre a honra mediterrânea, por volta das décadas de 1960 a 1970 em geral, referido a família patriarcal e de elite. Estudos mais recentes no âmbito da Antropologia e da História têm demonstrado, no entanto, que historicamente, desde os tempos coloniais no Brasil não foram poucos os casos de iniciação sexual fora do contexto do casamento formal, uniões consensuais, nascimento de filhos ilegítimos e de famílias sustentadas por mulheres (Algranti, 1993; Esteves, 1989; Vainfas, 1989; Cancela, 1997, Fonseca, 2000), o que contraria a proposta do referido modelo. Com base nesses estudos é possível argumentar que os grupos e as pessoas agem segundo lógicas culturais específicas e, ao fazer isso, embora não formulem quadros interpretativos bem esquematizados de sua realidade, desenvolvem idéias, práticas e valores morais alternativos, cujas noções de família, casamento, sexualidade, masculinidade, feminilidade vão muito além daqueles que por muito tempo foram prescritos pelo código moral das famílias patriarcais e pelas interdições da Igreja e do Estado¹¹⁷.

Ainda dentro do âmbito dessa discussão, Costa (1996) ressalta o medo, a vergonha e a falta de coragem dos jovens face a iniciação sexual. A obrigação da prova da virilidade prevê o que ele chama de “*script grotesco*” imposto aos homens, o qual entre outras coisas, obriga-os sempre a um bom desempenho sexual, ligado à ereção e à ejaculação. Ainda este mesmo autor, destaca que os homens tendem a se preocupar com a *performance* sexual da qual depende a construção de sua auto-imagem, do medo de não conseguir corresponder às expectativas dos outros, sobretudo das mulheres e dos amigos.

O fato de Bruno ser um dos raros do grupo que se encontra na escola, me levou a refletir a respeito desse discurso masculino bem ritualizado, o qual, na escola, tende a ser

¹¹⁷ Ainda sobre essa questão e com base na literatura mais recente sobre o tema, Caulfield (2000), defende a existência de um diálogo entre valores e comportamentos que foram disseminados pela Igreja e por outras instituições do Estado e práticas e valores que transgrediam o código moral religioso. Esse diálogo atualiza dois conjuntos de normas sociais que podiam influenciar as idéias e atitudes de uma quantidade significativa de indivíduos.

mais enfatizado, sendo por isso, direcionado para atender as expectativas de seus pares. Provavelmente, eu não fui a primeira a ouvir a história que ele contou sobre a sua iniciação sexual, já que, no referido espaço de socialização um dos temas preferidos dos rapazes, diz respeito às conquistas afetivo-sexuais, contexto em que claramente são cobrados pelos colegas (homens e mulheres) a sustentar a auto-imagem viril baseada na sua *performance* nesse campo. Adriano, por exemplo, ao se referir ao fato de nem sempre usar preservativos durante uma “transa” eventual, com parceira desconhecida, me disse:

“Vou sem camisinha mesmo! Se o cara se recusar ele é chamado de gay. Aconteceu comigo no colégio. A menina me convidou e eu não quis, ela me chamou de gay e começaram a me ‘encarnar’ no colégio”. (Adriano, 16 anos).

Assim, tal como sugerem Costa (1986) e Goldemberg (1991) para outros contextos, a afirmação da identidade masculina neste grupo tende a se atualizar na relação sexual com uma mulher e na negação da homossexualidade. Por outro lado, não encontrei referências, nos relatos dos rapazes entrevistados, de iniciação sexual nos moldes tradicionais referidos pelos autores citados, ou seja, com prostitutas e empregadas domésticas, pois, como já disse, a maioria iniciou-se sexualmente com suas namoradas.¹¹⁸ Apesar disso, tal como sugere Costa (1986), o *script* grotesco é sempre acionado pelos rapazes diante dos “convites” recebidos o que implica em terem de aceitar por temerem sobretudo a “encarnação” que, entre outras coisas, pode levar os seus pares a pensar que “o cara é gay”.

Essa preocupação com um certo ideal de masculinidade também se depreende das referências constantes feitas por eles, em relação às suas conquistas amorosas anteriores à atual. Em geral, eles sempre afirmam terem tido muitas parceiras/namoradas. Boris, por exemplo, foi enfático quanto a isso: “ihhh, já perdi a conta...acho que foi mais de vinte!”.

Esse discurso dos rapazes contrasta com o das meninas que dizem, quase sempre, terem tido no máximo, três parceiros sexuais. A maioria, inclusive, afirmou ter tido apenas um único parceiro. Entretanto, e no sentido contrário ao dos rapazes, essas narrativas podem também fazer parte do tradicional discurso que prevê e defende um modelo de

¹¹⁸ Neste item em particular, é necessário ainda considerar os diferentes contextos analisados pelos autores e também a diferença de classe (eles analisam grupos de camadas médias e altas) e geração (a faixa etária do grupo que eles analisaram é a de 30 a 45 anos) em relação ao grupo que entrevistei. Além disso, penso que o fato da iniciação sexual dos rapazes que entrevistei não ocorrer com empregadas domésticas, pode estar ligado à inexistência dessa figura feminina nestas famílias de camadas populares.

comportamento para as mulheres baseado em uma sexualidade contida. Baby, por exemplo, havia me contado, em uma das primeiras conversas que estabelecemos, que o seu (atual) namorado (de quem se encontrava grávida no momento da entrevista), havia sido seu único parceiro sexual. No entanto, quando lancei a mesma pergunta em um momento em que conversava com o casal, ela afirmou que não era mais virgem quando o conheceu, me revelando que havia tido sua “primeira vez”, com um namorado anterior a Benício.

A respeito desse deslocamento de discurso, Vale de Almeida (2000) em seu estudo sobre a construção das masculinidades em Pardais, Portugal, alerta a respeito da necessidade de se fazer distinções no campo específico da sexualidade, entre a praticada e a falada, sobretudo porque o acesso a esta última é a única possível no trabalho de campo que fazemos. Estar atento a essas nuances do discurso e simbologia dos gestos que acompanham os ditos e os não ditos sobre a prática sexual é um caminho possível para se aproximar daquilo que não nos é possível observar de fato.

Dentre os rapazes do grupo que não tiveram a sua primeira experiência sexual com a namorada (que no total foram cinco), esta na maioria das vezes, foi por eles referida como um evento sem muita importância, situado no interior de uma fase que eles consideram parte do “tempo que era criança”, parecendo com isto confirmar a percepção que tanto eles quanto elas têm, de que toda relação afetiva fora do “namoro firme”, tende a ser vista pelo grupo como desprovida de compromisso e responsabilidade.

Entretanto, a vaga lembrança que eles, em sua maioria, demonstraram ter dessa primeira experiência – inclusive um deles afirmou não lembrar “de nadinha em relação a isso” – me pareceu também estar associada ao fato de a mesma guardar uma diferença em relação às experiências subsequentes em termos de uma *performance* que muito provavelmente eles consideram inferior e distante de um ideal de masculinidade aceito pela maioria do grupo.

A lógica do (não) uso da “camisinha” entre o grupo

A maioria dos entrevistados (homens e mulheres) ressaltou a importância da “camisinha” para a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não

planejada. Todos têm conhecimento da existência de lugares e instituições que fazem a distribuição do produto gratuitamente. No entanto, todos do grupo demonstram preferência pelo não uso, deixando claro que utilizam com pouquíssima regularidade, geralmente com parceiras (os) eventuais.

Tanto meninas quanto rapazes declararam não gostar de usar. Para a maioria dos rapazes, a opção por não usar é justificada pela perda do prazer. Outros me disseram que é difícil, pois, como me disse um deles, “na hora ‘H’ o cara sempre se esquece”. No momento da primeira relação sexual, foi unânime a referência ao não uso desse tipo de proteção.

O costume de não usar o preservativo nas relações sexuais, pareceu-me ser a maneira como se comporta a maioria dos rapazes que frequenta a escola. Na oportunidade em que desenvolvi uma atividade cultural no mesmo espaço, pedi para que um grupo de estudantes fizesse uma pesquisa sobre métodos contraceptivos. No dia da apresentação dos trabalhos eles e elas levaram muitos dados e expuseram também algum material como o DIU e a pílula anticoncepcional. Propositadamente, questionei sobre a falta da camisinha e sugeri que apanhassem entre os seus pertences. De imediato, as meninas reagiram e se comportaram como se a elas não coubesse a responsabilidade de portar algo desse tipo dentro da bolsa. Bastante empenhadas, porém, saíram perguntando para os rapazes, se algum deles possuía uma na carteira ou no bolso. Diante da negativa da resposta, eles justificaram dizendo que não usavam porque “a camisinha tira o tesão”. Concordando com eles, mas utilizando outras palavras, as meninas disseram: “é o mesmo que comer bala com o papel”.

Mais uma vez, os componentes da hierarquia tradicional de gênero se expressam e ajudam a compreender a teia de significados que envolve estas práticas. Compete ao homem a decisão sobre usar ou não a camisinha, pois, cabe a ele o papel ativo na relação. Uma maior dificuldade se impõe às meninas em relação a iniciativa de comprar, levar, propor e negociar o preservativo. Há sempre a possibilidade de serem questionadas em casa pela família ou mesmo entre os seus pares dentro da rede de relações a qual pertencem. Existe um “medo” por parte delas, de serem interpretadas por seus parceiros/namorados como “meninas fáceis” ou “galinhas” que, ao portarem o objeto estariam sempre preparadas para um encontro sexual com qualquer outro rapaz. Há também, por trás dessa preocupação, o

temor dos rapazes de serem vistos (e se verem) como “cornos” ou “chifrudos”¹¹⁹ pelos seus pares e circundantes, o que pode fazer com que eles se tornem alvo de “encarnação” nesse meio.

Somado a isso, não se pode esquecer que em nossa sociedade vários foram os significados negativos relacionados à camisinha. A considerar os programas de planejamento familiar, o produto foi tido como pouco seguro em relação a outros métodos contraceptivos como a pílula, por exemplo, e esteve associado por muito tempo, a práticas sexuais vistas como promíscuas ou a sexo clandestino, sendo seu uso defendido apenas no contexto da prostituição (Paiva, 1994). Com o advento da aids, doença que inicialmente foi vista como exclusiva dos homossexuais, de prostitutas ou de sexo clandestino, aumentaram as dificuldades de romper com esse tipo de concepção, entre outros fatores porque ameaçam noções tradicionais de feminilidades e masculinidades.

No entanto, a atitude, tanto delas quanto deles em relação ao não uso do preservativo, me pareceu estar relacionada primordialmente aos valores que ambos depositam na relação, já que a exigência de respeito e fidelidade mútuos aqui são fundamentais. Se a menina tomar a iniciativa quanto a portar o preservativo, sua atitude pode despertar a desconfiança do rapaz. Se ela exigir que ele a use, também do mesmo modo, estará demonstrando que não confia nele. Desse modo, encontrei na justificativa deste grupo algo muito parecido com o que foi por outros autores encontrado em outros contextos (Monteiro, 2002; Lhomond, 1995; Heilborn, Quintela, 2002) em que, confiar em um parceiro conhecido ou familiar, com o qual se estabelece uma relação estável baseada no vínculo amoroso, atua como uma regra neste grupo que passa a regular o comportamento de meninas e rapazes quanto ao uso e o não uso do preservativo.

Mesmo entre os casais com filhos, que utilizam métodos anticoncepcionais regularmente, as meninas disseram preferir usar a pílula, injeção ou DIU, justificando tal preferência na confiança depositada no parceiro e na percepção de que o uso da camisinha deve ter por finalidade em primeiro lugar, a proteção contra a gravidez, para o que nem

¹¹⁹ Esse aspecto foi amplamente discutido por Fonseca (2000) para um universo de camadas populares de Porto Alegre, no qual a autora mostra que essa preocupação com as “guampas” (ou chifres) é algo constante, inclusive passando a regular o comportamento de homens em relação a sua própria sexualidade.

sempre, na opinião do grupo, a camisinha se mostra eficaz. Um dos rapazes que entrevistei coloca com muita clareza essa percepção sobre o uso da camisinha:

“...quando eu falo de relacionamento eu falo de casamento, eu falo de casamento de duas pessoas que estão sabendo que estão fazendo, no caso o sexo dentro do casamento tu pode fazê mesmo sem camisinha, se tu tivé planejando tê um filho, aí tu pode fazê porque tu não tem problema nem do lado da mulhé, nem do lado do homem...do lado da mulhé não tem problema porque o filho vai tê um pai, num caso de gravidez”. (Boris, 27 anos, casado).

Cabe destacar mais uma vez, a importância dos laços afetivos como indissociáveis da confiança e da cumplicidade na relação. No Brasil, como nos lembra Paiva (1994), o afeto assume lugar privilegiado nas relações sociais e tende a subordinar o discurso racional da proteção e do risco. A camisinha no contexto de uma relação pautada na ideologia do amor romântico torna-se um empecilho ao encantamento representado por este sentimento à medida que seu uso implica na necessidade de racionalizar e planejar o ato. Razão e controle, assim, atuam como forças que se opõem à emoção e aos sentimentos que se encontram na base do ato amoroso/sexual.

Esse ponto remete à noção de risco que o grupo constrói, atualizada no não uso da camisinha com as suas parceiras/namoradas. Jeolás (2003), em estudo sobre o imaginário dos jovens em relação a aids, destaca particularmente a noção cultural sobre o risco construída pelos jovens entrevistados, como portadora de um caráter ambíguo. De acordo com a autora, os jovens enfatizam a natureza do amor, do desejo e da paixão nas suas relações, fazendo com que tal sentimento atue como mais um elemento de vulnerabilidade. Nesse sentido, a camisinha, que para o discurso da prevenção é tida como meio capaz de impedir a transmissão do vírus, “racionaliza algo que é fundamentalmente não racionalizável para eles”, pois:

“O desejo e o prazer supõem poder se abandonar ao outro e o discurso da prevenção vem se contrapor justamente a isto(...). sobressai-se a crença na força das paixões, do amor e do prazer que se impõe ao sujeito, seja como atração irresistível dos sentidos, sobretudo para os rapazes, seja como ideal do amor romântico, sobretudo para as garotas. São forças que domam os corações dos homens, tornando-se não mais donos de si (perda do ser em si e de si próprio). São momentos de suspensão em que o mundo se esvanece; momentos de encantamento, de vertigem e neste caso, a

camisinha desencantaria ao presentificar a possibilidade do risco de uma doença letal”. (Jeolás, 2003:105).

A idéia de que aquilo que é familiar protege, parece fazer parte da percepção que o grupo constrói em torno do uso e não uso do preservativo, na medida em que os rapazes admitem usá-lo com parceiras eventuais, extra-conjugais – “só uso camisinha com as mulheres que não conheço”(Adriano, 18 anos) – o que aponta para a relação que esse aspecto mantém com o sentido que o grupo atribui à proteção. Sobre esse aspecto de uma espécie de lógica da proteção é importante a discussão feita por Monteiro (2005), referindo-se ao universo juvenil pertencente a uma favela do Rio de Janeiro. O não uso do preservativo nesse grupo analisado pela autora, encontra-se do mesmo modo associado à percepção que se tem do (a) parceiro (a). De acordo com Simone Monteiro, existe uma lógica que liga o conhecido/familiar à idéia de proteção e o desconhecido/estranho à percepção de ameaça, de perigo. Nesse contexto, ela observou que,

“Tendencialmente usa-se a camisinha com ‘biscates’ e/ou com pessoas desconhecidas que não geram confiança. Conhecer é saber onde mora, com quem anda, com quem saiu e qual a família”. (Monteiro, 2005:101).

Tal formulação é entendida por ela, a partir da interpretação feita por DaMattta (1991), segundo a qual este reconhece que a sociedade brasileira é organizada com base nas categorias sociológicas “casa”, “outro mundo” e “rua”; onde o universo da “casa” é visto como o lugar das relações afetivas e familiares, portanto, da segurança, em contraposição à “rua” que é associada à indiferença, ao desconhecido, ao estranho. É possível, no entanto, relativizarmos essas posições extremadas para um lado e para outro, pois, como bem lembra Fonseca (2000), boa parte da socialização entre os grupos de camadas populares se dá na “rua”, a qual pode ser muitas vezes concebida por estes, como familiar.

De fato, no Guamá, entre o grupo que entrevistei, “conhecer” o parceiro também é saber onde mora, onde estuda, ou onde trabalha, que lugares frequenta, se é amigo ou parente de alguém conhecido. Se pertencer à sua mesma rede de relações ou à de alguém que pertence a uma rede conhecida ou próxima, melhor ainda, a pessoa (menina ou rapaz) é vista com maior grau de confiança. A lógica da proteção que preside o comportamento dos rapazes e meninas em relação ao preservativo no grupo que entrevistei, encontra-se assim, muito próxima à do grupo investigado por Monteiro.

Cabe destacar que aqui, a camisinha também se encontra associada à idéia de fragilidade, insegurança, pois, “só protege de doenças, às vezes pode rasgar” (Abelardo, 19 anos), apontando que na opinião do grupo (rapazes e meninas), o uso do preservativo não elimina o risco de uma gravidez não planejada. A opinião da tia de Abelardo diante do comentário deste em relação ao uso do preservativo “com as mulheres que não conheço” – “mas tu não pode ficá fazendo filho por aí, por que tu não tem emprego” – parece indicar que, a despeito do conhecimento da importância do preservativo na proteção contra doenças sexualmente transmissíveis, seu uso, quando admitido pelo rapaz, se dá mais no sentido de proteger de uma gravidez que ele não deseja assumir no futuro, já que se trata de uma parceira eventual e desconhecida, com qual ele não estabelece vínculo amoroso¹²⁰.

Constata-se desse modo que o preservativo neste grupo encontra-se associado à proteção da gravidez e de doenças (nesta escala de importância), quando se trata de parceiras desconhecidas ou eventuais. A percepção que os rapazes têm de risco, neste caso, encontra-se vinculada tanto a uma possível gravidez, quanto à doenças, por se tratar, como disse antes, de uma parceira que ele não conhece e não possui vínculo afetivo. No entanto, quando a percepção de risco (de gravidez, neste caso) se encontra relacionada à suas namoradas, alguém com quem eles mantêm elo afetivo, passa a ser minimizada pela dimensão do amor, da paixão e do desejo.

Na relação estabelecida com a namorada/parceira, eles tendem a se sentir protegidos em relação a doenças, sendo esta, uma das razões que explica o não uso da camisinha. Dentro desta lógica, o risco de gravidez tende a ser maior com a parceira “conhecida”. Há, ou parece haver, no entanto, um desejo, por parte dos rapazes (como poderemos ver mais adiante), que a namorada venha a engravidar (sendo este também em muitos casos o desejo dela também), o que faz com que a preocupação deles em relação a esse aspecto seja menor. Como mais adiante será explicitado, esse aspecto positivo da concepção tem relação com a afirmação da virilidade e encontra-se vinculado à importância da assunção da paternidade na construção que esses rapazes fazem de si, algo do mesmo modo revelado no estudo realizado por Monteiro (2002), aqui referido.

¹²⁰ Este ponto pode ser relacionado à referência feita por Motta-Maués (registros pessoais) sobre uma “conversa de banheiro” entre duas adolescentes, em um clube de elite de Belém, uma das quais portava a cartela de pílulas anticoncepcionais, indicando uma preocupação exclusiva com a gravidez.

Esse aspecto me remete à análise das masculinidades na região de Alentejo, em Portugal, feita por Vale de Almeida (2000), onde o autor mostra que tais construções se dão através de componentes sexuais. No entanto por se tratar de masculinidades frágeis, do ponto de vista de que não são visíveis ou observáveis, os homens de Pardais costumam recorrer ao discurso verbal para sustentá-las. Assim, ele afirma que:

“...pelo que tanto o medo como forma de agressão mais comum se faz na linguagem da homossexualidade, enquanto categoria passiva, simbolizada na imagem da penetração anal, feminizando assim, o homem”. (Vale de Almeida, 2000, p. 77)

Posso dizer que no Guamá, no universo masculino desta pesquisa, os valores relacionados às masculinidades se encontram do mesmo modo presentes e situados no âmbito das práticas sexuais heterossexuais, embora nem sempre com essa ênfase na homofobia (o que também não quer dizer que sejam tolerantes quanto a práticas homossexuais). Cabe ressaltar que estes valores ligados a masculinidade podem ser identificados no caráter moral expresso na atitude dos rapazes de “fazer e assumir um filho”. Como no Alentejo, aqui também este aspecto não se encontra dissociado das emoções, dos sentimentos, pois, não podemos esquecer que como nos lembra o próprio autor (idem, p. 67), “no campo específico da sexualidade há que se distinguir entre a praticada e a falada”, como também já mencionei anteriormente.

Ainda comparando esses dois contextos, posso dizer que embora muito menos verbalizada pelo grupo, a emoção se encontra presente nas relações (e nas trajetórias) desses rapazes, e atua como um elemento importante na construção de sua identidade de homem, sobretudo, porque a paternidade aqui – tal como o casamento para os homens de Pardais – é vista como necessária para o rapaz atingir o estatuto de adulto, entendido pelo grupo como análogo ao de homem. Entretanto, o filho assumido não pode ter como mãe uma menina com quem eles não mantinham relação de compromisso e afetividade, ou seja, não pode ser como eles dizem, “qualquer uma”, mas, sim aquela que ele escolheu. Isso aponta, tal como também acontece no universo português analisado por Vale de Almeida, para a diferenciação que eles estabelecem entre a “sua” mulher/namorada/companheira e as “outras” com quem não estabelecem um compromisso dessa ordem e importância.

Esse aspecto remete à questão da gravidez como um evento que, por se inserir no contexto de relações permeadas de sentimentos e pautadas na escolha amorosa, pode conter significados sociais profundos para os casais que a protagonizam. Na seqüência das trajetórias aqui em foco esse evento aparece como um marco social fundamental na vida dos rapazes e das meninas, implicando, como veremos, em conflitos, tensões e negociações várias entre eles e as famílias envolvidas. Este, portanto, será o tema principal do capítulo que se segue, somado à questão do valor social que a paternidade e a maternidade assumem nesse universo.

CAPITULO IV – FICANDO “GRAÚDA” E “VIRANDO” MÃE...“ASSUMINDO” E “VIRANDO” PAI (E HOMEM?): IDENTIFICAÇÕES, DIFERENCIAÇÕES, ATRIBUIÇÕES DE GÊNERO

A gravidez, a maternidade e a paternidade são, portanto, acontecimentos emblemáticos à compreensão da construção das identidades de gênero neste universo social. Ao buscar os significados da gravidez e do **que é ser mãe e ser pai** – considerando as mudanças sociais que ocorrem na vida das meninas e dos rapazes diante de tais situações – intento ao menos duas coisas: reconhecer, mostrar a representatividade e, ao mesmo tempo, relativizar estes eventos considerando a percepção deles mesmos sobre essas experiências. O processo que envolve as mudanças sociais as quais aqui me refiro é analisado tanto à luz das dinâmicas familiares como das relações na escola, sem esquecer, evidentemente, no caso específico das meninas, do contexto das trajetórias afetivas em que a gravidez ocorre. Com isso, espero poder mostrar também, que é no âmbito dessas trajetórias que se dá a construção das identidades individuais de meninas e rapazes e que isso não ocorre sem conflitos e negociações no contexto das relações na família e na escola, sem esquecer o processo de construção/efetivação das feminilidades e masculinidades.

Entre sonhos, projetos e “chás-de-bebê”: sendo mãe, sendo pai na família e na escola

Em média, as meninas que compõem o grupo aqui em foco, engravidaram antes de completar 15 anos. Do total de meninas entrevistadas, 16 estavam na faixa dos 13 a 15 anos quando engravidaram¹²¹. Este dado pode ser reiterado pelos números que me foram apresentados pela diretora de Pesquisa do Serviço Materno-infantil da Santa de Casa de Misericórdia do Pará¹²² sobre a incidência de gravidez entre meninas nesta faixa etária em

¹²¹ Entretanto, este número se amplia consideravelmente a partir das informações obtidas por estas, a respeito da existência de outras meninas (pertencentes ao seu círculo de amizade e de parentesco) que também engravidaram nessa mesma faixa etária, somando um total de 98.

¹²² Este serviço de saúde objetiva o atendimento de meninas adolescentes grávidas que em geral, são encaminhadas por outros postos de atendimento que existem em vários bairros de Belém. Por se tratar de um hospital público, o serviço materno-infantil atende meninas que buscam fazer o pré-natal e também o parto no mesmo local. Inclusive, existe também neste hospital, um serviço de atendimento específico a mulheres vítimas de violência sexual, garantindo a elas a realização do aborto.

Belém, atendidas nessa unidade de saúde. De acordo com os números referentes ao ano de 2004, por exemplo, a informação obtida foi que, de um total de 6.509 partos realizados nesse ano, 2.037 ocorreram entre adolescentes nessa faixa etária¹²³.

Confirmando essa frequência de ocorrência de gravidez entre as adolescentes, em conversa recente com a Chefe do Serviço de Atendimento da Unidade de Saúde do Guamá, esta me informou que cerca de 85% dos atendimentos a gestantes e mães adolescentes no ano de 2006, na referida unidade, são de meninas na faixa etária dos 12 a 15 anos. Estes mesmos dados confirmam os que foram apresentados na pesquisa realizada pelo NEPO/UNICAMP (2000) sobre morbimortalidade feminina no Brasil, em que os dados apresentados para a região norte e estado do Pará, revelam que a maioria das internações por complicação de gravidez, do parto e do puerpério no ano de 1996, foram relativos a meninas na faixa de idade de 10 a 14 anos.

Este dado guarda diferenças em relação ao que foi encontrado recentemente pela pesquisa GRAVAD para as capitais de Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro, em que a ocorrência da gravidez antes dos 15 anos foi bem pouco freqüente (Knauth; Heilborn; Bozon; Aquino, 2006), a média sendo 17 anos.

Das três capitais onde a pesquisa se realizou, Porto Alegre é a que apresenta um maior número de jovens mulheres cujas carreiras reprodutivas se iniciaram “mais tardiamente”, em média, após os 15 anos de idade, embora apresentem iniciação sexual considerada pelas autoras como “precoce”¹²⁴. A pesquisa aponta ainda que é nesta capital que as mulheres fazem maior uso de proteção contraceptiva durante a iniciação sexual e também onde elas recorrem menos ao aborto, em contraposição, por exemplo, à cidade de Salvador onde foi constatado que as mulheres tem sua primeira relação sexual “mais tarde”, com menor proteção contraceptiva, engravidando “mais cedo” e recorrendo em maior número ao aborto. Apesar das autoras não enfatizarem explicitamente a importância do

¹²³ Não tivemos acesso aos números mais recentes a esse respeito pelo fato de os mesmos ainda não se encontrarem contabilizados pela instituição. Entretanto, a diretora do serviço nos assegurou que não houve queda, mas, pelo contrário, um aumento desses números.

¹²⁴ As autoras não deixam claro se essa idéia de iniciação sexual e gravidez “precoce”, num caso, ou “tardia”, no outro, atualizada nos termos “mais cedo”/“mais tarde”, em geral atribuídos ao componente etário das meninas entrevistadas se trata de referências encontradas/verbalizadas pelo próprio grupo pesquisado. De todo modo, me pareceu que esta associação tem como parâmetro a idade média de 15 anos e, assim, uma iniciação sexual e gravidez antes dessa idade é sempre vista como “precoce”. Em contraposição, quando esses mesmos eventos ocorrem após essa idade tendem a ser vistos como “tardios” no contexto social desses eventos considerados nessas camadas.

contexto da relação afetiva e os valores morais presentes nos diferentes universos sociais como aspectos que assumem um peso muito grande na maneira como os próprios adolescentes agem frente aos acontecimentos que compõem suas trajetórias afetivo-sexuais, evidenciam-na quando reconhecem que:

“Esse panorama contraria duas imagens correntes sobre o tema: a suposição de que a gravidez na adolescência decorre tão somente da iniciação sexual mais precoce, o que aciona em geral um discurso moralizante que preconiza políticas de controle da sexualidade juvenil; e a de que a gravidez na adolescência se dá em relacionamentos eventuais”. (Knauth; Heilborn; Bozon; Aquino, 2006).

Embora neste universo aqui em foco no bairro do Guamá em Belém, a maioria das meninas tenha se iniciado sexualmente e engravidado antes ou logo após completarem 15 anos de idade, não posso (e nem devo) considerar esses acontecimentos como “precoces”. Com base nas várias histórias de vida que ouvi e tudo que observei posso dizer que há um entendimento que eles e elas constroem no sentido de uma maturidade adquirida em face de várias experiências sociais (sobretudo após o nascimento do filho) que faz com que percebam a si mesmos e a seus pares como portadores de um certo status de pessoas “maduras” e “experientes”, embora nem todos no grupo sempre sejam vistos e tratados assim por pessoas da família.

Penso que esse padrão de comportamento se encontra ligado a uma cultura “interiorana” – que inclusive é histórica sendo referida em pesquisas com base em documentação primária do século XIX e XX, não só para Belém, mas também para outras capitais do Brasil como o Rio de Janeiro (Cancela 1997, Esteves, 1989, Pantoja, 2001) – cujas marcas se encontram mais fortemente entre as famílias pertencentes a camadas populares de Belém atualizadas na maneira como são socializadas meninas e meninos para assumirem certas responsabilidades ligadas aos papéis de gênero que nesta consideração, cabe a cada um nesse contexto. Como já referi em capítulo anterior, embora neste universo as diferenciações de gênero estejam postas no cotidiano que envolve as atividades que competem a cada um dos gêneros, onde as mulheres são responsáveis pela casa e pelo cuidado dos filhos e aos homens cabe a responsabilidade de prover o sustento da família, as fronteiras que separam os espaços de atuação de um e de outro, não são tão bem demarcadas.

Desse modo, como também é confirmado no estudo realizado por Lago (2002) no mesmo bairro, o costume de “reparar crianças”, uma atividade mais frequentemente realizada pelas meninas, pode e é muitas vezes realizado também pelos meninos, embora com muito menor frequência. Penso que esse aspecto pode ser uma continuidade, no contexto urbano, de costumes que tem origem na vida no interior, onde nem sempre também estas fronteiras se encontram tão rigidamente demarcadas¹²⁵.

No caso de Belém, a permanência dos costumes tradicionais entre grupos populares (que tem por base as diferenciações de gêneros) é confirmada através de pesquisas recentes em que as relações entre as pessoas que moram na capital e nas cidades do interior do Pará são realçadas (Beltrão; Cancela; Rodrigues, 2001), traduzidas no trânsito contínuo e intenso entre a cidade/capital e o interior. Essas idas e vindas constantes das pessoas são também um ir e vir de idéias e práticas, de certa forma, generificados. Sobre esse movimento, também são muito ricas as etnografias de antropólogos na Amazônia, sobre vida social e parentesco, em que essas idéias e práticas são enfatizadas, desde os clássicos estudos nessa linha, como os de Wagley (1977) e Galvão (1955), como também os mais recentes como o de Motta-Maués ([1977]1993). Este último, realizado em uma comunidade pesqueira pertencente a um município do interior mostra com riqueza de detalhes a permanência, por exemplo, do padrão de relação e iniciação da vida sexual e reprodutiva das meninas na área rural. De acordo com a autora:

“Em Itapuá as relações entre os jovens são revestidas de grande informalidade e, desde muito cedo, às vezes antes mesmo da puberdade, eles começam a manter ligações de namoro, em que não é raro chegarem às relações mais íntimas. Essas relações se não reconhecidas pelos pais, também não chegam a ser desencorajadas. As oportunidades e condições que propiciam esse tipo de comportamento são sempre muito frequentes, pois a “vigilância” que os adultos exercem é apenas formal, no sentido de uma satisfação que se deve dar aos outros, não chegando a se constituir num empecilho para aquele tipo de relacionamento”. (Motta-Maués, 1993:64).

¹²⁵ Nas minhas inúmeras e recentes viagens a trabalho por comunidades tradicionais do interior do Pará tenho estado atenta a esses aspectos, não sendo raro encontrar meninos e meninas cumprindo as mesmas tarefas como a de reparar crianças enquanto os adultos estão na roça ou fazendo a farinha. Igualmente, tenho observado que, nem sempre as crianças fazem isso por obrigação, mas, como me disse uma senhora (mãe de 13 filhos) porque gostam de “estar carregando” e brincando com os pequenos.

Este modelo de reprodução das famílias em que de certa forma se espera que a menina inicie sua vida sexual e reprodutiva ainda na fase da puberdade – sendo visto como um comportamento “normal” o fato de a mesma engravidar e se tornar mãe antes de chegar a completar seus 15 anos – se mantém na cidade ainda que de algum modo alterado pelos valores da sociedade moderna urbanizada dos dias atuais, contexto no qual estão inseridos as meninas e os rapazes deste estudo. E, ainda, se voltarmos um pouco mais às “origens” ou ao menos às referências anteriores desse modelo não podemos esquecer que este se encontra nos mais diversos grupos indígenas brasileiros. Por vezes constituindo parte dos costumes desses grupos a reprodução das famílias com finalidade de constituição de grupos políticos de parentela, as meninas com onze anos de idade e que já realizam praticamente todos os trabalhos de uma mulher adulta, são consideradas aptas a se casarem e procriarem (Pereira, 2002, p. 178).

Obviamente, que a atualização do evento da gravidez e da reprodução com esses moldes no contexto da sociedade urbana e industrializada não poderia deixar de ocorrer sem a influência de valores modernos e individualistas próprios deste tipo de sociedade. Por isso mesmo, há uma tendência a gerar contendas e tensões que na maioria das vezes fazem com que esses eventos tenham desdobramentos vários impondo formas de negociação dentro dos conflitos entre o casal e suas famílias, como nos casos que encontrei entre as pessoas com quem conversei no Guamá.

Considerando, portanto, o encontro de idéias e valores resultante do histórico movimento ao qual me refiro, temos que, uma vez inserida no contexto de organização e reprodução das famílias do bairro do Guamá como um todo, são diversas as justificativas atribuídas à gravidez neste universo. No conjunto dos entrevistados (homens e mulheres) neste grupo, encontrei casos em que: a) a gravidez foi planejada pelo casal; b) a gravidez ocorreu por um acidente, “descuido” ou “vacilo”, mas, que, no entanto, não está ligado ao desconhecimento de métodos contraceptivos; c) a gravidez foi planejada pelo rapaz que propositadamente deixou de usar a “camisinha” e, como eles e elas dizem, “gozou dentro” ou “cuspiu dentro”.

Por outro lado, dependendo das motivações que ocasionaram a gravidez e o seu conseqüente desenrolar – interrupção através do aborto (embora neste caso eu esteja

considerando apenas os três casos encontrados neste grupo¹²⁶) ou rejeição ao aborto – pode provocar mudanças significativas na trajetória social e efetivo-sexual dessas meninas e rapazes. Nesse sentido, procurei contemplar uma variedade de situações com base em histórias que envolvem arranjos conjugais de variados formatos, uniões duradouras, separações, diferentes graus de apoio da família, assunção da paternidade, negação da paternidade, assunção apenas da criança e não da namorada/parceira, interrupção dos estudos, não interrupção dos estudos. Apesar desta variedade de situações que foram encontradas, dois fatos se destacam pela regularidade com que ocorrem neste universo. Primeiro, na maioria dos casos de gravidez houve reconhecimento social da paternidade; e segundo, a maioria dos casos de gravidez resultou na aceitação pela menina e as famílias envolvidas diretamente, apesar dos conflitos que a situação engendrou no contexto dos respectivos grupos.

Gravidez não planejada?

Procurando seguir uma dada ordem dos acontecimentos que compõem as trajetórias deste grupo, quero antes falar de como a confirmação da gravidez é recebida pelos casais e suas famílias, já que estes são os primeiros a tomar conhecimento do fato. Assim, como já sabemos, uma relação sexual sem a utilização de qualquer forma de contracepção ou proteção leva o casal envolvido afetivamente a viver uma constante suspeita de a gravidez ter acontecido em algum momento. Para uma parte dos casais entrevistados essa suspeita traduz uma vontade, um desejo mesmo de que a gravidez seja confirmada. Para outros, no entanto, essa mesma suspeita, engendra uma tensão que manifesta o medo de que a gravidez venha a se confirmar. A expectativa em ambas as situações, no entanto, se concentra na data do ciclo menstrual da menina traduzida muitas vezes em narrativas do tipo:

¹²⁶ Apesar de ter identificado apenas estes casos que aqui refiro, não posso desconsiderar a ocorrência de muitos outros que me foram relatados pelas meninas e suas famílias. Na maioria das vezes o recurso ao aborto encontra-se ligado ao fato de o rapaz não ter “assumido” a gravidez da menina. Penso que uma pesquisa mais voltada para este outro grupo mais específico de meninas que engravidam durante um “fica” e que não têm a sua gravidez assumida pelo rapaz em muito iluminaria este debate.

“Quando a **minha menstruação não veio** em fevereiro, aí a mamãe desconfiou porque sempre quando a dela vai a minha vem. Aí eu falei pra ele e ele comprou o teste na farmácia. Nesse dia nós estava na casa da minha sogra, eu, ele, a irmã dele, a minha sogra e a mamãe. Eu fiz o teste e deu que eu tava grávida. A mamãe ficou triste mas acho que foi porque ela ficou com medo do papai. Aí ela queria tirá”. (Beth, 18 anos; grifo meu).

A história da percepção da mãe da menina da ausência da menstruação desta no período esperado foi algo que ouvi na maioria das entrevistas realizadas, o que significa que as mães estão sempre atentas e vigilantes quanto a isso também. Essa ausência da menstruação desencadeia a desconfiança e a suspeita da mãe da menina de que ela está grávida, o que quase sempre gera uma atitude por parte dela de “por em confissão” o casal, razão pela qual em seguida é providenciado o teste e/ou a ida da menina ao médico, sempre acompanhada das duas famílias envolvidas. Se o resultado do teste confirmar a suspeita, a desconfiança da mãe se desfaz e dá lugar a uma mistura de sentimentos traduzidos pela menina como sendo ao mesmo tempo, tristeza e medo.

“Ela começou a ter enjoô e a mãe dela e a mamãe chegaram: ‘Daniel, a Débora tá estranha, ela não tá grávida?’, aí eu fiquei assim...porque eu não sabia quem me falou se foi a mamãe ou a mãe dela, ‘a Débora tá assim meio estranha se sentindo tonta’, aí começou a preocupação. Aí depois de um tempinho, ela é assim meio magrinha, aí começou a parecer uma barriguinha, aí a gente bateu logo uma ultra-som, aí deu que ela tava grávida”. (Daniel, 22 anos).

Quase sempre esta história se repete no grupo. Foram vários os relatos que ouvi a respeito dessa importância da participação da mãe da menina e do rapaz no contexto da descoberta da gravidez e no encaminhamento da situação.

“Eu não sentia nada, enjoô, nadinha...assim, eu tava emagrecendo né, porque eu tava nesse negócio de fazê regime, então eu tava emagrecendo mas a minha barriga tava grande...aí a minha mãe percebeu, a minha vó né, que já tava acostumada com essas coisas, mas elas não me falaram nada...e mãe dele também percebeu. Ele não percebeu nada, só falou que eu tava ficando gorda (risos). Ai a minha mãe, junto com a mãe dele conversaram com a gente e aí marcaram uma consulta pra mim. Aí, a gente foi, eu, ele, a minha mãe e a mãe dele...na mesma hora o médico falou que eu tava grávida”. (Carolina, 17 anos, mãe aos 16 anos).

Para a mãe das meninas a preocupação é sempre maior, pois cabe a ela a função de cuidar da casa e dos filhos, cuidado que no caso das filhas se traduz quase sempre em vigilância. Assim, é sempre ela quem – diante da mudança de comportamento da filha e/ou das alterações corporais percebidas – encaminha a situação no sentido de tomar a iniciativa, questionando a respeito da gravidez (pondo em “confissão” o casal) e em seguida aciona a mãe do rapaz para, juntas, terem uma conversa com eles antes de encaminhar a menina ao médico. O objetivo dessa reunião entre mães e filhos – que, no entanto, não se restringe a estas pessoas somente, podendo contar com a presença e participação de tias, irmãs e avós do casal – é fazer com que ambos, mas, principalmente, o rapaz reafirme a responsabilidade em relação à gravidez e à criança que vai nascer. Traduzido, no caso do rapaz, pela expressão tantas vezes ouvida, “assumir”.

Essa intervenção das famílias, sobretudo da mãe (da menina e mais raramente, do rapaz), tem a ver com o fato de a maioria das meninas, como já disse, engravidarem durante a fase do namoro, ou seja, antes de legitimar uma união, o que pressupõe que há uma exigência por parte da família (dela) no sentido de fazer com que o rapaz “repare o que fez”. Isso aponta o quanto a virgindade deixou de certa forma de ter a importância que antes tinha no mercado matrimonial sendo esta agora localizada, de certo modo, na gravidez.

Embora tenham referido com frequência que o cuidado e a vigilância da mãe tende a se expressar com maior ênfase a partir da ocorrência da menarca – um dos eventos que marca a passagem de uma fase da vida a outra, pois aí, a menina já não é mais criança e “virou moça”, (portanto do ponto de vista biológico, tem início a fase reprodutiva da sua vida) – é no momento em que a menina começa a “namorar sério” que se inicia uma fase que as mães consideram mais “perigosa”. A perda da virgindade deixa de ser uma preocupação central da mãe – como o era até pelo menos duas gerações anteriores a destas meninas – passando a se localizar na possibilidade maior de uma gravidez. Vejamos como esse aspecto se evidencia na fala de uma menina:

“Converso tudo com ela (com a mãe)...sobre sexo, sempre me explicou as coisas, desde a minha primeira menstruação(com 13 anos). Ela me disse que era pra mim tê cuidado porque eu podia engravidá...nossa relação é muito aberta¹²⁷. Antes de mim perder a vigindade, eu falei pra ela que podia acontecê, ela me disse pra mim tê cuidado, porque o perigo era eu engravidá. Ela também me conta as coisas dela, sobre os namorados dela...”. (Carolina, 17 anos).

A idéia de perigo aqui se encontra associada à possibilidade maior de a gravidez ocorrer neste momento em que o contato com o namorado é afirmado e confirmado, o que pode significar também, na maioria das vezes, o reconhecimento tácito das mães, do início da vida sexual de suas filhas, o que, entre coisas, aponta para a importância que os rapazes têm neste processo enquanto protagonistas de fato de uma gravidez, aspecto que é desconsiderado na maioria dos estudos que tratam do tema.

Um ponto que é importante sublinhar dessa noção de “perigo” construída pelas mães das meninas é que a mesma está relacionada, sobretudo, ao temor que elas têm de as filhas abandonarem ou retardarem os projetos de mobilidade social (através dos estudos), delineados para uma trajetória que tem como finalidade a realização de projetos que podem ser de toda a família. Este aspecto é de fundamental importância, pois, é esse temor que faz com que a notícia de uma gravidez na maioria dos casos aqui analisados, passe a desencadear um processo que envolve reações várias, configurando relações marcadas por conflitos, tensões e negociações entre a menina e sua família e também entre ela e seu namorado ou ainda entre este e a família da menina.

Entretanto o temor de que falo, atualizado nas reações das mães diante da possibilidade e da confirmação da gravidez de suas filhas, me pareceu ser muito maior em relação ao tipo de reação que poderá vir a ser externada pelo pai da menina diante da mesma notícia, ainda que este não esteja mais co-habitando na mesma unidade residencial que elas (como é o caso da maioria das situações aqui identificadas).

Uma outra reflexão que a narrativa de Carolina sugere, diz respeito à idéia tão difundida pela mídia, da inexistência entre grupos populares, de diálogo envolvendo o tema

¹²⁷ Este tipo de relação “muito aberta” que algumas delas dizem estabelecer com as mães é relativa, pois, apesar de conversarem sobre práticas sexuais com elas, é preciso considerar que, “tem coisa que a gente não conta pra nossa mãe né?”(Carolina, 17 anos). Ademais, mesmo este tipo de diálogo limitado entre mãe e filha, não acontece com todas do grupo entrevistado, já que encontrei outras meninas que disseram nunca terem conversado sobre o assunto com a mãe.

da sexualidade e da reprodução entre mães e filhas. Encontrei, até com certa regularidade, referências muito próximas a desta menina, em que a situação de troca de confidências entre mãe a filha sobre assuntos ligados à suas intimidades foi realçada por elas – o que, de todo modo, pode não contemplar a idéia de “diálogo” que a mídia ou outras vozes requisitam.

Isso ao mesmo tempo aponta que o fato de a maioria das mães dessas meninas também ter engravidado e se tornado mãe no início de sua adolescência e possuir uma trajetória afetivo-sexual que envolve o convívio com sucessivos parceiros; no curso dessas uniões sucessivas, muitas vezes acontece de elas dividirem uma mesma experiência nesse campo, ou seja, de engravidarem ou “terem filho” no mesmo período que a filha.

Esse aspecto me pareceu estar intimamente ligado ao valor que a maternidade possui neste grupo, o que ficou evidente nas conversas com ambas – mãe e filha – sobre suas experiências afetivo-sexuais. A narrativa a seguir indica esse ponto:

“A mamãe tá feliz...só fala no neném, ela é muito bacana...Ela me teve com 16 anos. Ela me contou que me fez no dia do aniversário dela. O papai tinha 18 anos. Ela disse que eu fui o presente que o papai deu pra ela de aniversário”. (Beth, 14 anos).

Cabe primeiramente registrar que, o caso da mãe de Beth é um exemplo de união duradoura encontrada no grupo que entrevistei (o qual se soma aos casos de uniões passageiras e sucessivas aqui do mesmo modo por mim encontrados), pois, o pai e a mãe dela estão juntos há 16 anos.

O relato além de confirmar que a maioria das meninas que compõe este universo é filha de mãe que também engravidou durante a adolescência, fornece elementos indicativos de uma percepção existente no grupo – e atravessa gerações – que passa pela idéia de gravidez e de maternidade como uma espécie de “dádiva” para as mulheres. Esse dado não coincide, portanto, com interpretações de cunho fatalista e moralista que insistem em afirmar que a continuidade dessas práticas por si mesmas é um indicativo da reprodução do ciclo da pobreza no país. É necessário lembrar ainda que, as crianças, como afirma Cláudia Fonseca (1995) em *Caminhos de Adoção*, entre outras coisas, dão um “sentido” à existência diária daqueles que as circundam. Este imenso valor atribuído aos pequenos, como já disse antes, é um aspecto marcante neste grupo; aliás, é bom não esquecer que não só nestes pertencentes a camadas populares, mas, de diferentes maneiras, em outras camadas médias e altas também.

Seu significado encontra-se ligado à importância que os pequenos, com sua graciosa presença, desde que é anunciada, assumem no cotidiano da vida em família, sendo a eles atribuído o significado de alegria, diversão e importância para os adultos que deles cuidam. Em geral referidos pelas pessoas da família como sendo “a alegria da casa”, ouvi também relatos que apontam o quanto uma criança pode servir de elo de ligação entre famílias ou mesmo entre pessoas de uma mesma família. Sobre isso, vizinhos e parentes de uma das meninas que entrevistei, disseram que a criança (que ainda estava sendo gestada pela mãe), viria presentear duas famílias (a do rapaz e a da menina), trazendo muita alegria e paz para aquelas pessoas que tanto precisavam¹²⁸.

Retomando o tema do diálogo entre mães e filhas, é importante lembrar que, sendo o cuidado com os filhos uma obrigação imposta às mulheres na família, isso as obriga a ter um convívio maior com eles o que colabora para que a relação entre ambos seja mais aberta e próxima enquanto que entre estes (sobretudo as meninas) e o pai, pela ausência do mesmo tipo de contato, esta se configura em uma relação do tipo mais fechada; é preciso considerar também que na maioria das famílias, os pais das meninas e dos rapazes entrevistados encontram-se separados de suas mães, alguns, inclusive, sequer conheceram os seus pais biológicos, o que torna ainda mais difícil esta aproximação. Em ambas as situações, no entanto, o que predomina é a autoridade moral do pai ligada a sua obrigação de provedor – embora nem sempre total – neste caso, somente dos filhos.

A questão da autoridade paterna sobre a menina e sua mãe é algo que chama atenção neste universo e se reflete com maior nitidez diante da notícia da gravidez. A narrativa a seguir ilustra bem esse aspecto:

“O papai ficou muito brabo comigo. Queria me levá a força pra tirá. Agora ele já aceita, mas ainda fala...reclama, briga muito...diz pra mim saí de casa, só porque eu gosto de ficá em casa. Ele diz que é pra mim saí, pra amostrá o que foi que eu fiz. Ele ficou brabo comigo porque o pessoal da rua falam muito...”. (Beth, 14 anos, grávida).

Este é um caso típico em que o pai faz uso de forma extremada das prerrogativas de sua posição de autoridade em relação à família, muito comum neste universo, diante da

¹²⁸ Este comentário ouvido por mim em diversas ocasiões, feito pelas mesmas pessoas ligadas à vizinhança da menina e sua família, se referia ao fato de esta vizinhança considerar a família um “pouco desajustada”, sendo o pai da menina visto por eles como um “raparigueiro” e “cachaceiro”, do tipo que não chega a cumprir o seu papel moral de “chefe de família”.

notícia da gravidez da menina, mesmo nos casos encontrados (diferentes deste citado) em que o pai não co-habita mais com a mãe da menina.

A questão da moral aqui impõe a tomada de uma atitude na medida em que, ele, o pai, se coloca como autoridade moral, responsável em manter a respeitabilidade da família. Neste caso, é a ele que compete o papel de defensor da moral e da honra da família, considerando o fato de o mesmo não co-habitar com os filhos e a ex-mulher.

Esta atitude do pai da menina parece adquirir nesse contexto, o sentido de “uma resposta” que pessoas da vizinhança de certa forma, requisitam dele, como aquele a quem compete manter e cuidar da “moral da sua família”, como Beth disse, “porque o pessoal da rua falam muito”. Esse aspecto por outro lado, demonstra que, muito embora a gravidez seja um acontecimento esperado neste grupo isso não significa que não seja estranhado por pessoas da família e pela vizinhança.

Cabe lembrar, contudo, que mesmo no caso em que a figura paterna não se faz presente através do pai, este papel é assumido sempre por uma outra pessoa que pode ser tanto a própria mãe ou a avó da menina, quanto o seu padrasto, um tio, ou ainda o avô. O depoimento a seguir é indicativo desse valor simbólico do papel de pai:

“Eu comecei a chorá (quando soube que estava grávida) por causa da minha vó né, porque ela ia brigá comigo, a mamãe não falou nada...já ele (o namorado) ficou alegre, ele ainda não trabalhava mas mesmo assim ele ficou feliz”. (Carolina, 17 anos).

Em casos como este que em decorrência da separação dos pais da menina pouco tempo após o seu nascimento, ela nem chegou a conhecê-lo, é a avó, mãe de sua mãe, quem passou a assumir o papel de pai. O que me pareceu ficar claro na definição deste papel é o fato de o mesmo estar associado à responsabilidade moral de prover a família, o que inclui mais do que seu mero sustento.

Quanto à questão da “vergonha”, é um aspecto recorrente nos relatos das famílias e confirma a existência de um código de valores que orienta as interações entre os grupos, independente de classe. Localizando tal código entre grupo de trabalhadores de baixa renda em outro contexto social, Duarte (1988), defende que a vergonha é uma das medidas de avaliação das pessoas e relaciona-se com a preocupação com a reputação, quer como sentimento, quer como reconhecimento público desse sentimento, pois, “quem não tem

vergonha não tem honra” também¹²⁹. Como Cláudia Fonseca(2000) bem demonstra em seu estudo sobre a honra em uma vila de classe popular de Porto Alegre, “a honra figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” (p. 15).

Foi com base no seu poder e na sua autoridade de pai e como tal, o responsável pela preservação da moral da família que o pai de Beth tomou a atitude de tentar forçá-la a “tirar” a criança, independentemente da opinião dela e de seu namorado e das decisões já acertadas entre o casal e suas respectivas mães. Este, aliás, foi um caso extremo em que a menina e seu namorado, diante da atitude violenta do pai, chegaram, inclusive, a fazer uma denúncia contra ele, no Conselho Tutelar¹³⁰.

“Ele (o namorado) e eu fomos no Conselho Tutelar dá queixa do papai porque ele queria tirá à força o meu filho e isso é crime, dá até três anos de cadeia. Ele (o pai) queria me levá pra uma mulhé pra tirá...mas eu e o meu namorado não quizemo, nem a mamãe, porque podia acontecê alguma coisa comigo¹³¹”. (Beth, 14 anos).

Esse relato deixa claro como a questão da moral imposta pode implicar no acirramento do conflito na família, e fazer com que uma questão de caráter privado possa assumir uma dimensão pública. Se comparada esta situação a de tantas que ocorriam na virada do século XIX para o XX e tão bem descritas no estudo realizado por Cancela (1997) e a outras também do mesmo modo (para o mesmo momento) por mim encontradas neste universo social, estamos ao que parece, diante de uma situação em que há uma inversão do lugar de onde mais comumente se poderia esperar que tal atitude partisse.

¹²⁹ Ao refletir sobre esse aspecto da vergonha dos pais e a atualização da sua autoridade por meio de atitudes que deixam explícita a reprovação da gravidez da menina, não posso deixar de registrar aqui a “vergonha” que um pai de classe média alta demonstrou sentir diante dos seus vizinhos e amigos quando soube que sua filha de 17 anos estava grávida fora de uma relação conjugal. Através de amigos, eu fiquei sabendo que ele havia colocado diante de todos da sua família e da família do namorado da menina também, o seu desejo de dar uma solução à gravidez da filha, sugerindo que fizesse aborto, o que foi rejeitado tanto pelo casal de namorados quanto pela mãe da menina, e pela mãe do rapaz. Com a sua autoridade negada e a “honra” da família ameaçada, o conflito se acirrou, tendo ele inclusive, ameaçado sair de casa e abandonar a família, o que, afinal, não se deu.

¹³⁰ O Conselho Tutelar é uma instituição municipal que tem por objetivo prestar assistência a crianças e adolescentes em situação de risco ou violência. O atendimento consiste em encaminhar os casos para uma assistente social a qual convida a família para uma conversa com o objetivo de solucionar a situação; em casos de ameaça ou violência extrema, os adolescentes são enviados para um abrigo.

¹³¹ Esta referência da menina à possibilidade de “acontecer alguma coisa comigo” indica que elas não desconhecem os riscos que uma prática de aborto feita clandestinamente ou mesmo em hospitais, pode incorrer sobre sua vida, podendo resultar, como sabemos, inclusive em morte.

O debate que a situação provoca na família, envolve questões relacionadas à legalidade da prática do aborto e também revela uma preocupação com os riscos de saúde ou de vida mesmo que cercam esse tipo de prática, o que aponta para o não desconhecimento ou desinformação dessas pessoas quanto a esses aspectos.

Além de colocar a questão do aborto como possibilidade de um destino a ser dado a uma gravidez mal aceita no contexto da família, como algo que também acontece neste universo (apesar do imenso valor simbólico que o evento aqui assume) a narrativa aponta que nem sempre essa iniciativa é tomada pela menina ou por seu parceiro/namorado. Esse fato contraria uma dada visão proveniente da esfera da medicina, da saúde pública e que é constantemente reiterada pela mídia, de que são sempre elas que recorrem a esta forma de resolução de uma gravidez supostamente não planejada.

Mas, não quero com isso dizer que tal atitude por parte da menina seja algo estranho a este universo. Dentre os casos referentes à prática do aborto que ouvi neste grupo, lembro particularmente de um cuja iniciativa foi tomada pela menina com a ajuda de sua mãe e da irmã. Neste caso a gravidez referida ocorreu no contexto de uma relação afetivo-sexual que não chegou a se consolidar em “namoro firme” razão pela qual o suposto pai não se sentiu no dever moral de assumir a criança. Esse fato levou a mãe da menina a buscar no aborto, uma solução para uma gravidez que poderia ocasionar a fúria do pai (da menina) e, conseqüentemente, vir a expulsá-la de casa.

Uma outra situação que me foi dada a conhecer neste grupo, diz respeito a atitude semelhante, tomada pela própria menina, sem a intervenção de nenhum membro da família. Aqui, a “ajuda” partiu das amigas da escola e para realizar tal feito a menina “fugiu” de sua casa permanecendo 20 dias na casa da dita amiga. Segundo os relatos anteriores, recorreu aos chás abortivos combinados com comprimidos vendidos em farmácias que são conhecidos por provocarem o efeito de fazer “baixar a menstruação”. Na conversa em que acabou admitindo que havia “tirado” utilizando-se de tais métodos, ela me contou que resolveu fazer isso porque descobriu que ele – o pai da criança – “era muito safado¹³²” e que por esse motivo haviam rompido a relação. Entretanto, a atitude desta menina me pareceu

¹³² Este termo é utilizado por elas para se referirem aos homens “mulherengos” ou “raparigueiros”, denotando o sentido de infidelidade; aqueles que “saem com qualquer mulher” os quais, portanto, não correspondem ao ideal de rapaz que elas esperam ou procuram para serem os pais de seus filhos e quem sabe, com eles formar sua família.

estar relacionada, sobretudo, ao fato de o rapaz não ter manifestado interesse em assumir a gravidez, razão pela qual ela se referiu a ele como sendo um “moleque”.

Mas o que há de comum nestes dois casos em que o aborto aparece como possibilidade de ocorrer? Primeiro, as duas histórias acima apontam que, apesar da influência que a família tem na negociação que envolve a continuidade ou não da gravidez, nem sempre cabe à família a decisão final em relação ao prosseguimento da mesma gravidez. Segundo, a compreensão desse quadro conduz a uma análise da importância que a assunção da paternidade tem neste grupo (a qual mais adiante será analisada), como um elemento fundamental, diria mesmo, em muitos casos, decisivo na continuidade ou não da gravidez, independentemente da aceitação e/ou negociação estabelecida pelas famílias diretamente envolvidas – embora eu tenha também encontrado casos (com menor frequência) de gravidez que mesmo não tendo sido assumida pelo rapaz teve o mesmo fim, ou seja, resultou na maternidade com apoio da família.

Esses pontos remetem, portanto, à questão da gravidez senão como projeto, pelo menos como uma escolha a ser realizada pelo rapaz ou pela menina e/ou ainda como uma decisão tomada de comum acordo por ambos. Emblemático a essa compreensão é o próprio caso de Beth e seu namorado que foram até às últimas conseqüências para evitar que o pai dela levasse a efeito o intento de “tirá” o seu filho, recorrendo, por meio de denúncia contra o próprio pai, ao Conselho Tutelar.

Essa questão da autoridade e do conflito na família pode ser compreendida também a partir da idéia de coexistência de visões de mundo e estilos de vida contrastantes, cuja atualização manifestada nos valores, projetos e escolhas diferenciadas, dá lugar às relações conflituosas. Como já referi, a existência de *ethos* distintos aqui é algo que marca as relações de um modo geral e particularmente as relações entre gêneros e gerações, como no caso dos pais e suas filhas. Para Simmel (1983), o conflito se faz presente em todas as relações sociais e tende a se expressar mais claramente quando essas relações possuem um caráter afetivo. Em cenários como o da família, onde a autoridade e o afeto convivem simultaneamente é preciso considerar, como bem nos lembra Lins de Barros (1987), que o conflito não é algo necessariamente destruidor de uma unidade social.

Entretanto, o conflito pode transcender o âmbito das relações entre gerações. Aqui este cenário nos remete também ao plano da construção das escolhas e dos projetos

individuais e, desse modo, conduz à percepção da construção das identidades de meninas e de rapazes. Assim, a gravidez, embora nem sempre planejada, tende a assumir uma importância social fundamental na vida da menina e do rapaz e/ou mesmo – apesar do conflito que sempre provoca – na família também. No entanto, para que se entenda esse valor é preciso considerar a gravidez como um acontecimento que tem lugar no contexto da trajetória afetivo-sexual do casal nela envolvido.

“Quando ela engravidou eu não usava camisinha. A gente tava se apegando um ao outro, demais...foi que eu...logo no começo (da relação) eu tava usando, né? Mas depois aí...não, aí já comecei a transar sem camisinha, aí só que em vez de eu botar fora eu botava dentro, mais ou menos assim, mais de dez vezes, aí foi que , foi, foi, foi...aí que veio (a gravidez), aí quando ela me falou ‘não veio a menstruação, tô grávida!’. Aí eu fiquei todo assustado, só que a mãe dela aceitou, aqui os pessoal também aceitaram”. (Fabrício, 22 anos).

Quase sempre é no auge da relação amorosa, quando o rapaz e a menina cada vez mais estão “se apegando um ao outro” que a camisinha, quando admitida pelo rapaz, perde de vez sua importância. Isso significa a possibilidade maior de ela vir a engravidar, pois, nem sempre o cuidado para não “botar dentro” pode ser por ele evitado. A referência constante sobre a maneira como eles tentam controlar a ejaculação para evitar a concepção através do binômio “dentro/fora”, também foi realçada pelas meninas: “acontecia que toda vez ele ‘cuspiu fora’, só que dessa vez ele ‘cuspiu dentro’ entendeu?”(Aline, 14 anos).

Se a gravidez pode ser mantida a todo custo apesar da oposição da família expressa na atitude autoritária do pai da menina e a tentativa dele de interrompê-la através do aborto – o que se deu também na família média alta antes referida (p. 178-179, Nota 128) – significa que a decisão sobre ter ou não ter um filho cabe fundamentalmente à menina. Essa decisão, no entanto, aponta também que a gravidez resulta de uma escolha ou projeto do casal ou do rapaz. Tomo aqui, portanto, o caso emblemático de outra menina quando ela me disse que:

“Foi planejada por nós dois...a gente queria, a gente tentou, tentou, tentou, a gente ficou bem um ano tentando, eu pensava que eu tinha problema. Já morava com ele, aí que queria, né? Aí ele queria também, até que veio, descobri, aí a gente teve ela...ele queria um homem, queria, bateu ultra-som, porque eu pensava que eu não tava sabe? Porque as vezes minha menstruação não vem no mês, as vezes dois, aí eu pensava que era normal, não tinha vindo dois meses, eu tava esperando, aí a Mariana uma colega minha falou,

‘olha, tu tá grávida, isso aqui teu (se referindo ao quadril) tá muito grande, teu peito tá grandão’ aí eu falei, ‘não tô Mariana, não tô’, a mamãe já tinha falado, tava desconfiando e a minha irmã já tava grávida. (Débora, 17 anos).

Esta narrativa deixa bastante explícito, o desejo do casal de ter filhos, havendo uma tendência de tal vontade ser maior quando já co-habitam. A menção às várias tentativas de engravidar, novamente recoloca neste cenário, a questão da lógica do não uso do preservativo pelos rapazes, no contexto de relacionamento afetivo-sexual. É como se este desejo atualizasse o projeto de formação de uma nova família, pois encontrei casos ainda em que esse desejo de “ter filho” ficou evidente nos relatos dos rapazes, como mais adiante mostrarei.

A lógica que preside o não uso do preservativo durante as relações sexuais neste grupo, faz com que a gravidez seja algo que sempre se apresenta ou se apresentou em algum momento como uma possibilidade de acontecer, compondo, dessa forma, todas as trajetórias femininas aqui focalizadas. O não uso do preservativo pelos rapazes que compõem este universo de análise, guarda, portanto, relação com o valor da gravidez e da maternidade como um bem simbólico, sobretudo considerando a existência de casos aqui em que o desejo explícito de engravidar ou “fazer um filho” se manifesta. Ou mesmo nos casos em que há uma percepção da dificuldade de “pegá filho” ou “fazê filho”, contexto que se faz acompanhar de uma preferência mesmo em não adotar nenhum método de contracepção.

“Foi planejado, a gente queria, a gente tentou, tentou, a gente ficou bem um ano tentando, eu pensava que eu tinha problema. Já morava com ele, aí que queria né? Aí ele queria também, aí a gente teve ela, até que veio descobri (que não era estéril)...é mas tudo o que Deus faz é bem feito. Aí agradeço porque, sei lá, é uma coisa que Deus dá pra gente porque tem muita gente que quer ser mãe e não consegue”. (Débora, 17 anos).

A narrativa de Débora é reveladora da importância que a maternidade assume neste universo social, cujo valor é apreendido desde cedo pelas meninas como parte da socialização que a elas é reservada na família. Na fala de Débora a capacidade de gerar filhos é vista em oposição a infertilidade de outras que não têm ou não tiveram a mesma sorte que ela, e nesse sentido, a maternidade aparece associada a uma dádiva de Deus. Isso aponta para uma percepção da gravidez e da maternidade não somente como realização

pessoal e sentimental, mas, também como elemento de transformação que é materializada no nascimento do filho, como mais adiante será explicitado.

A concepção e o nascimento são revestidos de uma aura mística, associada a percepção de mistério que é atribuído a fecundação, gestação e nascimento de um ser humano, ou seja, à idéia de capacidade que Deus deu à mulher de gerar outras vidas. Esse aspecto aponta para a influência que a religião exerce no comportamento e nos valores presentes neste grupo, o que implica justificar ou transferir a explicação de fatos da vida social ou pessoal para a esfera mística. Mauss (1974) no seu conhecido e clássico estudo mostra como esse mistério atua e referindo-se ao *mana*, ele afirma que,

“O mana é portanto dado como algo não só misterioso como também separado. Em resumo, o mana é de início uma ação de um certo gênero, isto é, a ação espiritual à distância que se produz entre seres simpáticos. É também uma espécie de éter, imponderável, comunicável, que se expande por si mesmo”. (Mauss, 1974, p.141).

O mistério do *mana* pode ser associado ao mistério da gravidez, da maternidade (e da paternidade) neste grupo o qual pode ser percebido no poder transformador que os rapazes e as meninas dizem ter ocorrido a partir desses acontecimentos. Para as meninas que entrevistei, a gravidez também possui um valor simbólico ligado à construção da identidade feminina e nesse sentido, relaciona-se à um estágio de transição de uma fase da vida a outra que se define pela mudança de atitudes frente a vida de um modo geral.

Esse poder transformador que eles disseram que a fecundação e o nascimento trazem é capaz de fazer com que uma mudança opere nas suas personalidades e nas suas vidas, no sentido de os tornar **homens** e **mulheres** e agir como tal diante das situações que lhes forem impostas nesta condição. Esse aspecto foi do mesmo modo por mim percebido através de uma mensagem escrita por uma menina (também grávida) de classe média que integra o grupo de adolescentes pertencentes à rede de relações de meus filhos. A mensagem foi deixada em um site de relacionamento na internet, juntamente com as fotos que revelam (para o mundo) o sentimento e a felicidade de uma jovem mãe, que, não por acaso, também vivenciou os conflitos na família por causa de uma gravidez que, apesar de ter ocorrido no âmbito do namoro de mais de um ano, não encontrou, neste sentido, a mesma legitimidade atribuída no universo de camadas populares ao qual pertencem os meus interlocutores principais. Assim, ela diz no recado virtual:

“...meu ‘minino’...vc é tão pequenino, ainda nem preparado pra ‘xegar’ aqui nesse mundo, mas desse tamanho vc já me ensinou tanta coisa que vc nem sabe...te amooo...e agora me preparando para ser uma nova pessoa, nova mãe, nova amiga...deixando uns valores de lado e enxergando outros...bem, vivendo a vida!”. (A. M. 18 anos).

Através do adjetivo “nova” ela se refere à mudança que para ela, a gravidez anuncia na sua vida e ao caráter de transição que a situação implica, traduzindo um período de preparo para a mudança que, para ela, irá efetivamente ocorrer quando o filho nascer¹³³.

De forma semelhante, para as meninas que entrevistei, a gravidez e a maternidade possuem um valor simbólico ligada à construção da identidade feminina e nesse sentido, relaciona-se a um estágio de transição de uma fase da vida a outra que se define pela mudança de certas atitudes frente a situações do cotidiano. A referência à mudança de comportamento de fato, no sentido da aquisição de responsabilidades que inaugura uma nova fase da vida só é propiciada pela chegada do filho. Esse foi um aspecto ressaltado pela maioria das meninas/mães entrevistadas.

“É que antes eu só ficava na mulecagem, só ficava brincando, agora não, eu tenho que ter responsabilidade por ela, a mamãe cuida dela mas se ela chora, se eu demoro a mamãe me esculhamba”. (Baby, 14 anos).

Mais do que a gravidez, é a maternidade que elas dizem atualizar as mudanças no comportamento traduzindo fases distintas em sua vida – o “antes” e o “agora” – sinalizando para uma mudança de status ligada às responsabilidades que ela tem de assumir como mãe, como mulher adulta, aqui percebida como aquela que cuida do filho.

Entretanto, pode-se ponderar essa aquisição de responsabilidade que elas dizem ter obtido com a chegada do filho por meio dos diversos discursos que me foi possível ouvir ao redor, em que a mãe assume uma postura interveniente nesse processo, não raro, “empurrando” ou chamando as meninas às suas responsabilidades como mãe e mulher adulta, como mais adiante mostrarei. Ademais, é estruturalmente impossível que o nascimento de um filho não provoque mudanças na vida de uma menina-mãe, já que é ela

¹³³ Na mesma página nesse site, a menina revela também sua gratidão para com sua mãe dizendo que “existem pessoas que vão estar ali pra qlqr momento de sua vida...dando um ombro amigo pq já passaram por isso e essas pessoas só querem o teu bem, por mais que a gente naum enxergue isso no momento mas com o tempo a gente acaba vendo”; o que pressupõe que o tão propalado “problema” da gravidez nessa fase da vida também não é (e nem nunca foi) algo completamente estranho ao universo de outras camadas sociais.

que vai ter que, por exemplo, amamentá-lo, dar banho, trocar a fralda, lavar a roupinha e passar noites mal dormidas cuidando dele. Nesse sentido, pude constatar o quanto essas dificuldades impõem às meninas um novo ritmo de vida, queiram elas ou não. Lembro neste particular as inúmeras vezes em que tive de esperar as meninas terminarem os cuidados da criança para então podermos conversar, ou mesmo outras vezes que tivemos de interromper a entrevista e adiar seu término por causa do choro suplicante do bebê e a necessidade de a menina cuidar de seus afazeres domésticos.

Mesmo as meninas de camadas médias e altas (que podem dispor da ajuda de uma babá), não chegam a se desobrigar de tal compromisso. Eu mesma, quando por diversas vezes fui visitar a menina de camada média pertencente ao meu círculo de amizade, a encontrei com profundas olheiras, “caindo” de sono, dizendo-se cansada porque o bebê quase não dormia durante a noite, requisitando dela atenção em tempo integral.

Aliás, a esse respeito, é ilustrativo o depoimento que referi antes da mãe de uma menina de classe média que, durante uma festa de aniversário de 15 anos em que eu acompanhava meus filhos, ao mesmo tempo em que me dizia que a menina teria que dar conta dos cuidados do filho quando ele nascesse, lembrava a própria filha (ali presente) que o máximo que ela (a mãe da menina) iria fazer era ajudá-la com algumas coisas, mas, a responsabilidade maior com a criança teria que ser da própria menina.

Figura 12: Menina de camada popular, grávida de seis meses, na casa de sua mãe, onde mora.



Foto: Pantoja, A. L. N. (maio de 2006).

A gravidez, portanto, parece estar associada a um momento de transição, até mesmo pelo seu caráter de provisoriedade, pressupondo um momento de “passagem” de uma fase a outra da vida tal como descrita por Van Gennep (1978), como sendo um período de afastamento do sujeito de sua vida social regular e sua (re) incorporação com um novo estatuto, portanto correspondendo esta fase a um “período liminar de suspensão de sua identidade social”.

Figura 13: Menina de camada média alta, grávida de seis meses, na piscina de um famoso clube freqüentado aos domingos por famílias da referida camada em Belém.



Foto extraída de um site de relacionamentos com autorização da própria menina e de seus pais, em 15/02/2007.

A fase que compreende o período da gravidez é também associada, para a maioria delas, como uma fase de preparação para o momento seguinte, em que vai aos poucos se familiarizando com a nova situação. Umas associam este preparo diretamente aos cuidados da criança que vai nascer:

“De vez em quando eu vou aqui com a minha tia, vejo ela dá banho, tento trocá a fralda da menina dela, é um pouco difícil mas acostuma”. (Baby, 14 anos).

Aquelas que têm maior familiaridade com os cuidados práticos em relação a uma criança, não falam de uma preocupação com esse aspecto, mas de um aumento do desejo de cuidar de seu próprio filho:

“Quando soube que tava grávida, fiquei muito animada...já cuidava de criança desde que tinha oito anos e sempre fui doida por criança, já queria tê filho mesmo”. (Amanda, 17 anos).

Já a maternidade instaura o momento posterior a fase liminar representada na gravidez, o que indica a mudança de fase ou ciclo de vida; a efetivação, portanto, da “passagem” da adolescência à vida adulta, traduzida pela maioria como sendo um marco importante na vida:

“Um momento muito importante pra mim...porque eu tava doida pra dá uma neta pra minha mãe e também porque eu desejava realizá esse sonho de ser mãe. A gente ter um filho é a maior felicidade do mundo”. (Adriana, 17 anos).

A chegada de um filho representa para a maioria das meninas entrevistadas o desejo de realização de um sonho alimentado desde a infância, muito provavelmente ligado à experiência comum a quase todas elas, relacionada ao cuidar de crianças – seja trabalhando como babás ou mesmo “reparando” os irmãos menores, sobrinhos ou filhos de amigas e vizinhas.

Esse aspecto remete à questão da importância que uma criança tem neste universo, sendo inclusive em alguns casos motivo de disputas no interior das famílias. Para o contexto da cidade de Porto Alegre, Fonseca (1995), mostra essa importância dos pequenos através da histórica prática de “circulação das crianças” entre diferentes mães de criação nas camadas populares, constituindo parte da dinâmica familiar desses grupos. Motta-Maués em recente estudo também identificou essa importância da “circulação”, assumindo, porém, variados formatos também entre as famílias de camadas médias de Belém.

Neste universo, pude perceber essa importância das crianças para as famílias, primeiramente pelo fato de a maioria das meninas referir sempre a um irmão ou irmã de “criação”. Também observei essa importância através da frequência com que aparece em suas falas a referência a terem sido elas mesmas criadas algum tempo por suas avós (como é o caso de Carolina e Andréia) ou por suas madrinhas. Confirmando essa importância, Bárbara me contou que sua mãe desde que sua filha nasceu teria inventado,

“...um bucado de história só pra mim não ficá mais com ele...quando foi o meu resguardo todinho a minha mãe não deixou o pai da minha filha vim vê ela. Ai pra todo mundo ela conta uma história, que ele não queria ir vê, que ele não quis registrá, mas é tudo o contrário, ele foi, ela é que não deixava ele vê...aí ela não queria que eu ficasse com ele e eu acho que é porque ela tinha medo dele tomá a neta dela, porque é a primeira neta, aí ela fala pra todo mundo que se um dia eu tentá tomá a neta dela que ela se mata, ela diz que prefere que tire a vida dela mas que não tire a neta...”. (Bárbara, 17 anos).

Essa narrativa deixa explícita a importância das crianças neste contexto de que falo. Tanto para as meninas/mães quanto para suas próprias mães, neste caso, avós dos seus filhos, as crianças parecem dar alegria e um sentido à vida nessas famílias, como já assinalei aqui antes, e, talvez por isso mesmo, raramente as mães (das meninas) rejeitam a gravidez de suas filhas; pelo contrário, a chegada de uma criança é vista pela maioria delas, como me disse a mãe de um dos rapazes que entrevistei, como “a minha benção”. Na maioria desses lares, os netos foram incorporados como filhos pelos avós, sendo este inclusive, o caso de algumas das meninas entrevistadas, as quais ao serem criadas em geral pela avó materna, consideram e são consideradas por esta, não como netas, mas, como filhas.

Para os casais, um filho pode representar um laço que os liga para o resto de suas vidas. Como me falou Benício, “filho é pro resto da vida”. Para este rapaz que inclusive planejou a gravidez de sua namorada, a gravidez e a criança foi uma estratégia que ele encontrou “pra segurá ela”. Essa importância da criança como elo de ligação entre um casal também percebi no recado virtual deixado pelo namorado da menina de camada média anteriormente citado, no qual ele diz que, “independente de qualquer coisa, temos o nosso filho para nos unir”, querendo com isso dizer que, mesmo que o relacionamento entre o casal termine (como na maioria das vezes acontece, as vezes até antes de seu nascimento), o filho vai continuar simbolizando vivamente o laço entre eles.

Apesar disso, a maternidade aparece na fala da maioria das meninas que entrevistei, revestida de um caráter ambíguo. Embora elas falem de um momento de alegria e felicidade instaurada com a chegada da criança, reconhecem que a sua condição de mãe e as mudanças que a situação provoca em suas vidas, implicam em perdas também:

“mudou tudo...não posso mais saí, se sai tem que levá ela (a criança), só saio só pra mim ir pra escola, dô graças a Deus a noite quando eu estudo. Pra festa eu não saio porque eu não saia antes, também não saia porque a mamãe não deixava, era difícil a gente saí, mas agora que prendeu mais, sabe? Aí não dá mesmo pra saí, não tem com quem deixar ela (a criança) porque a mamãe não fica”. (Brigite, 17 anos).

Esse caráter ambíguo da maternidade pode ser do mesmo modo percebido através da narrativa de Débora quando ela me falou das mudanças que ocorreram na sua vida após o nascimento da sua filha:

“Acho que muda tudo né? A vida não é mais (de) solteira como a gente era, né? A gente era livre, a gente ia pra onde a gente queria, pra uma praia a gente vai, se quer saí, sai, saí com o marido a gente sai...agora não, a gente não sai mais como era antes, não sei...até a cabeça muda, evolui”. (Débora, 17 anos).

Entretanto essa mudança a qual elas se referem assume nuances diferenciadas e penso que isso decorre da diferença de trajetórias que pode ser traduzida para o restante do grupo: para um grupo de meninas a mudança referente a perda da liberdade, de não mais poder sair como antes, é algo que independe da sua vontade, e neste caso, cuidar da criança é visto como uma obrigação imposta pela sua nova condição de mãe. Para outro grupo de meninas – a maioria delas, inclusive – a questão não é exatamente não poder mais sair como antes e sim, não querer ou não sentir mais vontade de fazer as mesmas coisas que antes. Fica implícita aqui, uma mudança, como Débora diz, “de cabeça”, o que significa “criar juízo” e amadurecer frente à vida.

Sendo pai, sendo homem...deixando de ser “muleque”

Associados quase sempre ao universo feminino, a gravidez e a maternidade são eventos sociais que têm sido tratados por boa parte da literatura pertinente aos temas, como “coisas de mulher”, sendo de certo modo menosprezada a importante participação que os homens têm nesse quadro de acontecimentos. No entanto, como sabemos, muito embora na sociedade brasileira conceber e criar os filhos sejam papéis culturalmente atribuídos às mulheres, os homens, na condição de parceiros das adolescentes assumem papel de relevo nesse contexto (Leal e Fachel, 1999).

É oportuno esclarecer que a opção metodológica aqui privilegiada no recorte do universo masculino da pesquisa – rapazes que assumiram a gravidez e a maternidade de suas namoradas/parceiras – foi decisiva para a maior visibilidade de casos em que houve reconhecimento social da paternidade pelo rapaz. No entanto, é preciso considerar também, mais uma vez, que podem ser muitas as possibilidades de este mesmo universo conter uma heterogeneidade de situações em que o processo que envolve a gravidez se deu de maneira conflituosa, resultando em prática de aborto, sobretudo quando a gravidez não é assumida pelo rapaz.

Ainda em relação ao aspecto teórico-metodológico, importa realçar que, embora este universo pesquisado possa ser inexpressivo em termos quantitativos, considero-o, contudo, significativo do ponto de vista qualitativo, no sentido da valorização da complexidade relativa à teia de significados que o envolve. A representatividade aqui, portanto, não é numérica, mas, sim, considerada do ponto de vista da profundidade do tratamento que procurei dar aos dados. Ainda sobre esse ponto, é importante dizer também que, embora, eu tenha coletado informações relacionadas a um grupo de 12 rapazes, isso não significa que me ative a apenas este grupo em específico, mas, que indiretamente, obtive referências próximas e recorrentes – inclusive com conhecimento deles – de um universo social mais amplo, o que pressupõe que, cada rapaz entrevistado, em média, se multiplica por mais ou menos cinco ou seis outros, amigos ou parentes destes, cujas trajetórias frequentemente referidas, também possuem a marca desses mesmos eventos.

Quando iniciei a pesquisa neste universo, de certa forma esperava encontrar (como de fato encontrei) muitas histórias de gravidez que teriam sido planejadas pelas meninas pelo fato de já ter identificado essa relação intensa construída desde cedo envolvendo os cuidados da casa e das crianças, como eu disse antes, como se fosse mesmo uma espécie de “treino” para mais adiante assumirem as responsabilidades com os seus próprios filhos. Mas ao contrário – e aqui penso que isto tenha tido influência do meu olhar também de alguma forma influenciado pela minha condição de gênero – eu não cheguei a imaginar que pudesse encontrar com certa recorrência, esses eventos ligados a um desejo e como uma escolha, mesmo, dos próprios rapazes.

“Ah, ser pai é uma coisa muito boa que eu já queria há muito tempo já, só que ainda não tinha conseguido, aí foi que aconteceu agora com ela...eu já queria engravidá ela **porque eu ia segurá ela com a gravidez**, eu fiz de propósito, não fui buscá a camisinha, eu falei que não ia gozá nela que eu ia tirá na hora só que eu não tirei e deixei até o final, aí ela me empurrou, brigou comigo, porque se ela tivesse grávida o pai dela ia por ela pra rua. Eu já tava de olho nela há muito tempo, já gostava muito dela...” (Benício, 20 anos, grifo meu).

O depoimento de Benício é emblemático de que a gravidez ou um filho nem sempre resultam de uma estratégia de aliança feminina (Leal, 1998). Ao contrário, no intuito muitas vezes de “segurar” a namorada, eles podem tomar a iniciativa de não usar o preservativo. No caso deste rapaz, ele me contou “que tinha vontade de ter um filho”, mas ainda “não tinha encontrado a pessoa certa”, sugerindo com isso que, se é importante para eles ser pai, isso não significa como eles mesmos dizem, “saí por ai fazendo filho com qualquer uma”.

É importante sublinhar que na sua fala, Benício faz uso da expressão “ter filho” e não “fazer filho”, o que denota a idéia de participação e não de preeminência dele. O rapaz se inclui na mesma situação que a menina, construindo simbolicamente do mesmo modo que ela. Esse aspecto remete à idéia de “casal igualitário” referido por Salem (1987), como algo que, embora não esteja formulado nos mesmos termos que nas camadas médias, encontra seu correspondente neste grupo.

Ainda considerando a trajetória de Benício, é preciso lembrar que essa vontade de ser pai, que ele disse sempre ter tido, decorre também do fato de o mesmo rapaz ter “reparado” seus sobrinhos:

“...porque eu tinha meus dois sobrinhos que eu mesmo cuidava das criança, aí já sei mais ou menos como é cuidá de criança...era um casal e eu tinha mais chamego com a menina, arrumava a menina, tudinho, pentiava o cabelo dela, meu chamego era mais com ela, até hoje, aí quando ela soube que essa aqui era uma menina, aí ela tá com ciúme, ela tem cinco anos, o outro tem seis, é mais velho ele”. (Benício, 22 anos).

Apesar de o costume de reparar crianças ser mais freqüente entre as meninas, como vemos, esta não é uma prática completamente exclusiva delas. Vale ressaltar ainda o fato de a maioria desses rapazes terem manifestado o desejo de formar sua própria família. Assim,

para a maioria deles, a gravidez de sua namorada/parceira emerge como um desejo ligado a vontade de ser pai e/ou de constituir sua própria família.

Aí foi, aí aconteceu de novo outra vez de gozar dentro, aí ficamos naquela ‘ah já que gozei dentro então bora vê’, aí continuei fazendo e não demorou muito **veio novamente a menstruação dela**. Aí eu fiquei assim, meio querendo ver o que acontecia, aí eu fiquei, digo, ‘égua ou é eu ou é ela que não pode, né?’ Aí fiquei nesse negócio, ‘como é que pode cara, ela não pode ter filho? Ou eu não posso?’ Aí ficava naquilo. A gente até discutiu por causa disso, ‘poxa...quem é que não pode ter filho? Eu quero ter um filho..não sei o que...eu não queria ainda ter filho, só que eu pensei que um de nós não podia...aí eu tava desempregado, aí fica difícil arcar com remédio, negócio de camisinha, essas coisas. Aí pegou, fiquei, fiquei, aí teve uma vez que deu certo, aí quando vi, ela ficou grávida mesmo”. (Daniel, 22 anos).

Neste relato fica do mesmo modo explícito o desejo de realização da paternidade que o rapaz também alimenta. Pode se observar que, do mesmo modo que Benício, Daniel também manifesta o mesmo desejo que a menina, sua namorada, se colocando na situação junto com ela, quando afirma que “queria ter um filho”. As dificuldades que poderão advir de uma gravidez que não estava programada, sobretudo quando ele se encontra desempregado, parece ter um peso e uma preocupação bem menor diante do que pode representar a possibilidade de incapacidade biológica de fertilidade, o que pressupõe, uma dificuldade de ele “virar homem” também. Apesar de nesse depoimento o rapaz referir as dificuldades financeiras em relação à aquisição de contraceptivos e de certa forma tentar justificar a não utilização da camisinha por esse motivo, o medo de não ser capaz de “ter filho” prevalece em seu discurso.

Esse temor diante da possibilidade de não poder “ser pai” ou “ter filho” sinaliza para a importância que a gravidez tem no sentido da afirmação da virilidade para a maioria dos rapazes entrevistados. No estudo já referido de Monteiro (2002) com adolescentes da favela de Vigário Geral, este valor simbólico da gravidez e da maternidade também se apresenta, estando o não uso da camisinha pelos rapazes, ligado à uma percepção de risco de a parceira engravidar, mas, que no entanto, tal concepção “contém uma dimensão positiva relativa à afirmação da virilidade” (Monteiro, 2002: 100), sendo o evento um dos componentes da construção da masculinidade em tal universo.

A importância que os rapazes aqui entrevistados – sejam adolescentes ou não – assumem no processo que envolve os desdobramentos de uma gravidez, revela que efetivamente, para que a gravidez seja levada a termo pela menina, necessita que o rapaz se posicione em relação a sua responsabilidade como pai, assumindo primeiramente a gravidez e depois, a paternidade do filho.

Nos relatos das meninas e dos rapazes neste estudo, essa importância social do pai aparece relacionada à condição de “provedor”, daquele que assume, potencial ou parcialmente a criança, atitude através da qual sua identidade masculina passa a ser reafirmada. O relato de Daniel deixa explícita essa importância:

“A pessoa cresce principalmente na responsabilidade, pelo menos eu me senti mais responsável e não sei, porque pra mim eu tenho que trabalhá pra sustentá (a filha), tenho que dá o meu jeito, porque tenho que fazê meu papel de pai”. (Daniel, 22 anos, marido de Débora).

Essa idéia é igualmente defendida pela família, pois, durante a entrevista com um dos rapazes, este, ao se referir ao não uso da camisinha, sua mãe ressaltou: *...mas tu não pode ficá fazendo filho porque tu não tem emprego*, confirmando a relação existente entre ser pai e ser provedor o que pressupõe ser isso um princípio fundamental que atua inclusive como uma regra neste universo.

Notei nesse sentido, haver uma preocupação muito grande das mães em relação a esse ponto. Os rapazes desde cedo tendem a ser “empurrados” pela família para o “mundo do trabalho”, e neste caso, “qualquer coisa serve”, pois há um entendimento de que o importante é trabalhar para não “cair no vício”, enveredando pelo mundo das drogas e do crime¹³⁴. Na verdade o que mais eles e suas mães almejam é “arranjar um emprego”, que possibilite uma maior segurança, por exemplo, no sentido de ter um rendimento fixo mensal, o que é sempre mais difícil. Pois, a maioria dos rapazes neste universo, como eu já disse em capítulo anterior, trabalha “fazendo bico”, ou seja, de acordo com as diferenças que eles mesmos estabelecem, não têm emprego.

¹³⁴ Ouvei referências várias quanto a este tipo de preocupação das famílias e dos próprios rapazes. Entre estes, por exemplo, há sempre uma história ligada a uma fase da vida deles em que “fumava maconha” ou “andava roubando”, situação que eles dizem ser muito diferente em relação a vida atual por se encontrarem trabalhando e terem adquirido maior responsabilidade como pai.

Essas práticas atualizam um modelo de comportamento em que a lógica tradicional de gênero fica evidente e que aqui organiza as relações no grupo doméstico. Se aos rapazes compete a obrigação com o provimento da família – mulher e filho – as meninas são encarregadas do cuidado da casa e do filho. Isso, no entanto, não quer dizer que não se encontre meninas e rapazes atuando em domínios distintos dos que lhes são comumente atribuídos.

A obrigação atinente à condição de pai propicia o início de uma fase que o grupo masculino define como sendo de uma maior responsabilidade, à medida que o rapaz tem que assumir seu compromisso de prover o sustento do filho e em alguns casos, da menina também.

“Eu acho que assumi a paternidade é arcá com todas as despesas, compromisso com ela, com a família dela. O meu papel de homem com ela foi como eu falei pra ela, a família dela queria tirá porque ela tava muito nova, falei pro pai dela: ‘se depende de mim, a responsabilidade é minha’, então é aquela coisa, assumir que eu digo a paternidade é pro resto da vida, é uma responsabilidade a mais, é uma preocupação que vai ficar assim até o fim da vida...foi o que eu falei pra ela, até onde der certo da gente ficá junto eu vou assumi ela, o neném, o que falta pra eles dois vou tá a disposição.”
(Bruno, 19 anos).

Não obstante a expectativa social do papel masculino de provedor impor aos rapazes a responsabilidade material mesmo que parcial em relação à criança, tal atitude nem sempre se estende à menina/parceira. Arcar com as responsabilidades de pai e não necessariamente de “pai de família” – por outro lado, já que em apenas cinco casos a gravidez ocasionou a coabitação, originando uma nova família – não minimiza o compromisso que ele tem que ter em relação ao sustento da criança. Esse dado sugere ainda que, neste contexto, a gravidez nem sempre faz parte de uma “tática” da menina no sentido de acelerar um processo de união (Bozon, 2001), sem a qual o mesmo se desenrolaria mais lentamente, ou não ocorreria.

Nos relatos de algumas meninas que entrevistei, não “casar”/”se amigar” ou continuar residindo com a família de origem após a gravidez e o nascimento do filho pode e é muitas vezes, uma opção delas mesmas e quase sempre justificam essa atitude pela necessidade de ter com quem deixar a criança para que possam ir à escola – e neste caso, há uma preferência da menina de que esta pessoa seja alguém da sua própria família.

Uma outra forma encontrada por elas para justificar a mesma atitude é dizendo que “se fosse pra ir morá com ele e o nosso filho em uma casa só nossa, tudo bem, mas morá junto com a família dele não”, o que pressupõe que o modelo de família que está na cabeça delas é o modelo nuclear, embora este raramente se concretize diante das circunstâncias materiais nem sempre favoráveis em que se encontram. E aí, privilegiando a família da mulher.

De acordo com os relatos das meninas e dos rapazes entrevistados, com exceção de três casos, todos os demais parceiros/namorados assumiram a paternidade, independentemente da idade e do tipo de vínculo afetivo mantido com a menina, após o nascimento da criança. Tal aspecto em muito pode iluminar a compreensão de uma tendência por parte dos rapazes em abandonar os estudos ao se tornarem pais, à medida que há uma exigência maior do trabalho para que a condição de pai/provedor seja assegurada.

Embora esse aspecto necessite ser analisado com mais cautela, aponta para o questionamento da idéia tão presente no senso comum (e que sempre é reiterada pela mídia) de que o componente etário é um fator que determina/leva em última instância, o rapaz a assumir ou não a gravidez. A atitude destes rapazes – considerando aqueles que se encontram na faixa etária correspondente ao que oficialmente a OMS reconhece como adolescência – portanto, contraria o argumento de que “todo adolescente não tem responsabilidade”, sobretudo no que se refere à não assunção da paternidade, sendo culpabilizado por fazer com que a menina assuma sozinha a responsabilidade em relação à criança.

Nas conversas com Daniel, ele me disse dessa preocupação com o trabalho quando teve a confirmação da gravidez de Débora:

“Quando ela ficou grávida eu fiquei feliz. É agora eu vou trabalhar pra sustentá minha família...dai foi atrás de emprego, ai uma cunhada minha falou, olha Daniel, vai ali no supermercado, ali no Brasília (nome do supermercado), que saiu um rapaz de lá e talvez estejam precisando de embalador. Peguei, fui lá, conversei, ai fiquei trabalhando”. (Daniel, 22 anos).

Do mesmo modo, essa preocupação do rapaz se mostra no relato de Bárbara,

“A mãe dele comenta que quando ele não tinha mulher e filho, caso ele saísse de um emprego, que ele não se esforçava pra arrumá outro, ficava em casa esperando o emprego batê na porta dele...agora não, depois que eu me juntei com ele, agora ele não consegue ficá sem emprego, já fica doidinho andando atrás de emprego.

[Pesquisadora: Porque?] Por causa dos dois filhos, é como ele diz, pode faltá tudo pra ele, mas pros filhos dele ele não qué que falte nada...”. (Bárbara, 17 anos)

Como podemos perceber nos relatos, estes não coincidem com a imagem negativa do adolescente irresponsável que comumente é veiculada pela mídia. Como disse, os rapazes neste grupo tendem a assumir a responsabilidade como provedores. Neste universo, assumir a paternidade do ponto de vista social e material denota maturidade e responsabilidade, “atitude de macho”, e é dessa perspectiva que ele se reconhece e é reconhecido (e valorizado também), tanto pela família (dele e da namorada/parceira) quanto pelos seus pares, homens e mulheres.

“Eu acho que se eu não assumisse que o filho era meu eu **não estaria sendo homem**, se eu fugisse desse compromisso, se eu tivesse feito isso na idade que ela tá, eu acho que eu estaria fugindo do compromisso com ela e comigo mesmo porque a consciência ia pesá um bucado depois em saber que tú (ele) colocasse a criança no mundo e depois deixá pra lá, não assumi, ficá de lado”. (Bruno, 19 anos, grifo meu).

Assumir a gravidez da menina possui um significado moral ligado ao papel e à construção e/ou afirmação da masculinidade neste universo. Ser pai aqui é assumir uma responsabilidade com o sustento do filho, atitude considerada como “de macho”, portanto, de homem. Tal qual me disse um deles: “homem que é homem tem que assumir aquilo que faz, não pode fugir da sua responsabilidade”. Se, ao contrário, o rapaz fugir ao seu papel de homem deixando de honrar com o seu compromisso de pai, ele passa a ser visto de outra forma, primeiro pela família da menina e, segundo, pelas outras pessoas que os cercam, como fica explícito na fala de Bruno:

“Se eu não tivesse assumido aí eu taria sendo na cabeça deles (da família dela e das outras pessoas) com certeza sendo um muleque, como hoje em dia eu tenho moral pra sentá com o pai dela prá conversá sobre o nosso relacionamento, agora eu acho que se eu não assumisse, no dia que eu chegasse aqui na casa dela, eu acho que ele ia me tratá totalmente diferente, hoje em dia ele me trata com respeito pela atitude que eu tomei”. (Bruno, 19 anos).

O que se depreende de tal depoimento é que assumir a responsabilidade em relação ao filho que vai nascer significa tomar uma atitude de homem denotando assim, obter respeito perante os familiares da menina, sobretudo do pai dela, o que implica em ter “moral pra sentá e conversá” com ele de igual para igual, ou seja, ser respeitado por ele como homem pela atitude que tomou. Quando isso não ocorre, o rapaz “fica sem moral” e é tratado de forma diferenciada, visto e considerado “um muleque”.

Importa ressaltar que esse modelo tradicional de comportamento masculino é buscado e atualizado pelos rapazes, independentemente de serem estes adolescentes ou não. O realce desse ponto é importante, sobretudo se lembrarmos que os parceiros das meninas deste estudo são, em sua maioria, homens com idade acima de 19 anos, portanto do ponto de vista etário, não adolescentes. Se por um lado tal aspecto conduz ao questionamento sobre em que medida o fato de ser o pai adolescente ou não implica em diferenças significativas nos desdobramentos da gravidez – considerando a expectativa em torno do desempenho por ele do papel de provedor – por outro, instiga ao questionamento sobre o que a escolha de um rapaz em idade “mais adulta” pode significar, do ponto de vista social, e moral para a menina.

Ocorre que, assim como eles estabelecem um perfil de menina “pra casar e ter filho”, ou seja, para ser a sua “mulher”, as meninas também manifestaram opinião sobre o perfil de rapaz que desejam e esperam encontrar para estabelecer relacionamento de compromisso. Para a maioria das meninas entrevistadas e suas famílias, há um desprezo por rapazes que apenas estudam e não trabalham. A esse valor social do rapaz que trabalha, porém, elas acrescentam outras atitudes tomadas por ele em oposição a certos julgamentos comuns que denotam uma medida de avaliação do comportamento dos rapazes também pela família dela:

“...meu irmão dizia antes que ele (o marido) era ‘cheira cola’, pichador, isso, aquilo outro...eu tenho assim pra mim que uma pessoa assim, porque esses homens e que dizem que é cheira cola e pichador, eles não esperam uma mulher todo esse tempo pra manter relação (sexual), se ela não quiser, eles dão logo ‘uma geral’, pelo menos, pelo menos é assim entre esses muleques aí da ponte, agora o meu marido não...” (Bárbara, 17 anos).

O comportamento que Bárbara indica ter sido mais importante na sua relação com o marido é o fato de ele ter esperado “dois anos pra acontecer a primeira transa”, o que, segundo ela mesma, o difere e coloca-o em vantagem em relação a outros, indicando com isso, a existência entre elas de uma dada percepção construída em torno do homem cortês como um tipo ideal. Fica subentendida por meio da expressão “dar uma geral”, por ela invocada para se referir aos meninos “da ponte”, não só a diferença entre os rapazes e as meninas, mas também a diferença de tratamento que os diferentes rapazes dispensam às diferentes meninas. Se atentarmos para o sentido que esta expressão adquire no grupo – significando “pegar”/“amassar”, ou seja, explorar com as mãos ou com a boca o corpo da menina – chegaremos à percepção de que, no limite das carícias está a relação sexual com penetração vaginal; isso quer dizer que, se meninas como Bárbara podem não ter tido a relação sexual durante um período mais longo de namoro (o que é raro acontecer neste grupo); isso significa que há aquelas para quem o limite não existe, ou pode não existir.

É interessante notar também que, quando Bárbara se refere aos “muleques aí da ponte”, ela deixa entrever a existência de fronteiras sociais que separam os grupos dentro do bairro. A ponte a qual ela se refere, parece marcar não só os limites geográficos, mas, também sociais, entre a área onde está localizado o Riacho Doce (área que tem sua origem na ocupação/ “invasão”) e o restante do bairro, o que confirma os diferentes níveis de “pobreza” existentes entre os grupos populares.

Voltando ao significado atribuído pelo grupo à paternidade, como eu disse, ser pai aqui é sinônimo de ser homem. Mas para ser homem, no entanto, não basta apenas ser pai, ter a capacidade biológica de “fazer filho”. Então a pergunta permanece: o que é ser pai neste universo? Para a maioria dos rapazes entrevistados foi o nascimento do filho que ocasionou uma mudança de comportamento no sentido de ter propiciado a aquisição de certas atitudes e/ou virtudes associadas ao papel de pai. Além da responsabilidade relacionada à necessidade de trabalhar para prover o sustento do filho, eles se referem a uma

mudança na maneira como encaram as circunstâncias da vida; a uma fase de amadurecimento que faz com que abandonem certas atitudes consideradas de “muleque” passando a assumir outras, vistas por eles e por seus pares como de homens adultos.

“Houve uma mudança...mudou um pouquinho da minha liberdade porque antes eu saía, agora eu tenho que ter uma responsabilidade a mais, por causa da minha filha, por causa da minha esposa, pra manter o meu caráter de homem né”. (Benício, 18 anos).

“Depois que a minha filha nasceu me senti mais responsável. Muda muita coisa cara! Eu saía pra beber com os colegas, saía pra carnaval, essas coisas assim e eu evitei, parei, fiquei mais em casa, mais dedicado no meu trabalho, mais dedicado aqui em casa. Parei com essas bagunças. Me senti mais maduro, com certeza. As pessoas crescem principalmente na responsabilidade, pelo menos eu me senti mais responsável e não sei, porque pra mim eu tenho que trabalhar pra sustentar, tenho que dá o meu jeito, porque tenho que fazer o meu papel de pai”. (Daniel, 22 anos, grifo meu).

Uma característica do discurso dos rapazes no que diz respeito a essa mudança provocada pela paternidade, tanto quanto no caso das meninas, é a ambigüidade. Isso pressupõe que assumir a paternidade significa ao mesmo tempo, ganhos e perdas também. Ganha-se responsabilidade, maturidade, respeito, mas, perde-se em parte a liberdade.

No grupo de adolescentes pesquisado por Lago (2002) no Riacho Doce essa referência à possibilidade de mudança de status do rapaz mediante a paternidade também foi identificada, e pode ser percebida através da fala de um dos rapazes que ela entrevistou:

“Eu posso dizer que não sou um simples adolescente, porque eu já dou conta de uma casa; tá certo que é pequena, mas eu banco quase tudo que tu tá vendo aqui, mas eu não sei dizer se já sou completamente adulto...é, pode eu dizer que então sou um jovem, porque eu **só vou ser completamente adulto o dia que eu tiver, talvez, um filho**, ou quando eu ficar mais velho, mais gordo, assim como os homens casados” (Bruno, 21 anos, citado por Lago, (2002), p. 51. Grifo meu).

A responsabilidade com o provimento (mesmo parcial) de uma casa – “banco quase tudo” – pressupõe uma diferença em termos de aquisição de uma responsabilidade que está relacionada ao processo de passagem à vida adulta. Esse processo só se consolida com a paternidade. Cruzando a fala de Bruno, entrevistado por Lago, com a de um outro Bruno,

por mim entrevistado é possível perceber melhor como essa transição de um lugar a outro ocorre na vida dos rapazes:

“Eu acho que (a paternidade) não mudou muito, porque compromisso eu já tinha lá em casa, pois lá quem assume tudo sou eu, o meu pai se separou da minha mãe e tal...e quando ele se separou eu falei que eu não ia pedir mais nada pra ele, nem lá pra casa, eu tô batalhando desde quando ele saiu, faz dois anos, e compromisso eu sempre tive”. (Bruno, 19 anos).

O processo que envolve a mudança no sentido da incorporação e/ou aumento de compromissos ligados ao papel de pai/provedor aponta para a importância que este evento assume na construção que estes rapazes fazem de si mesmos. Isso ocorre na medida em que o acontecimento traduz uma forma de confirmação do estado de adultez já em curso a partir de situações anteriores por eles enfrentadas, como por exemplo, a assunção de responsabilidades como provedor diante da separação dos pais e o conseqüente abandono da família pelo pai. Ou ainda, para outros, diante da gravidez da namorada, tal como me disse Bento:

“Assumi a paternidade significa muito...porque naquele tempo eu era um muleque, eu era disguiado pra caramba, eu robava as coisas dos outros, ela (a namorada) me ajudou a sair disso, até hoje...responsabilidade eu ainda não tenho, vou ter quando a minha filha nascer, aí sim, a responsabilidade vai aumentar”. (Bento, 18 anos).

Reiterando novamente a importância da paternidade neste grupo, o relato de Bento aponta que há, também aqui, uma diferença em termos de grau que essa responsabilidade (como provedor) assume, mediante o reconhecimento da paternidade pelo rapaz. Com a assunção do filho, ocorre a re-incorporação ou re-significação dos papéis caracterizados por atributos de “seriedade” e de “maturidade” ligados à identidade masculina. Com o nascimento do filho a responsabilidade aumenta atualizando a sua condição de homem adulto. Esses eventos atuam como marcadores de mudanças de etapas da vida neste grupo. Ao “assumir o que fez”, ou seja, “reparar” (moralmente) a gravidez da namorada significa neste universo, que o rapaz assumiu uma atitude de homem, embora nem sempre esta atitude resulte em coabitação, o que não significa que a relação afetiva com a menina não seja mantida. Nem também que mais adiante, essa “responsabilidade” não possa ser esquecida e fique mais como um marco do cumprimento daquele papel.

Para outro contexto, o estudo de Cabral (2004) em um universo de camadas populares no Rio de Janeiro, é iluminador desse mesmo aspecto:

“Os jovens parecem dizer que ‘se tornam homens’ ao assumir a paternidade, ou antes, que é preciso ‘ser homem’ para ‘tomar responsabilidade’ e ‘assumir o que fez’. Mesmo que o ‘assumir’ não implique em uma relação de casal, há uma tendência, na maioria dos casos, para a coabitação, aqui interpretada como uma forma de resposta à ordem social sobre o compromisso que está sendo estabelecido”. (Cabral, 2004: 106).

Ser homem no universo dos meus entrevistados, embora esteja com frequência relacionado à assunção da responsabilidade material em prover o sustento do filho, possui uma conotação também moral no sentido de ser capaz de “assumir aquilo que fez”, ou seja, reconhecer a paternidade. Isso pressupõe que, quem não “assume aquilo que fez” é considerado como “muleque” e, portanto, não é homem. Cabe ainda acrescentar que, diferentemente do universo referido por Cabral (2004), aqui nem sempre assumir a paternidade implica em assumir a menina também, o que significa dizer que “ser pai” é diferente de “ser pai de família” ou marido, o que também não quer dizer que a relação afetiva entre ambos não possa ter uma continuidade, como, aliás, sempre ocorre entre eles.

Quando ao invés de “assumir” eles “somem”...

Muito embora a maioria dos rapazes que compõem o grupo aqui analisado tenha assumido a gravidez de suas namoradas e a paternidade de seus filhos, é possível se relativizar a importância do evento neste universo. Isso significa que nem sempre o acontecimento é visto/representado pelas meninas, seus namorados/maridos, suas famílias e por outras pessoas com quem se relacionam, de maneira inteiramente positiva. Tendencialmente, essa percepção positiva tem a ver com o fato de que, como eu já referi anteriormente, para que uma gravidez e/ou maternidade seja legitimada pelo grupo, em geral precisa ter ocorrido no contexto de uma relação afetivo-sexual do tipo “estável”, mais comumente depois de um tempo de namoro estabelecido o qual varia em média de um a quatro meses após o início desta fase do namoro. Como neste grupo, nem todas as meninas engravidaram de rapazes com quem mantinham relação de namoro – já que encontrei três

casos de gravidez que ocorreram durante o “fica” – a percepção que estas, os seus parceiros e suas famílias tendem a construir em torno do mesmo evento revela também, uma face negativa.

Assim, o contraponto a essa importância social da paternidade neste grupo vem de três casos em que a gravidez e a paternidade não foram reconhecidas pelo rapaz. Cabe aqui lembrar que o meu acesso aos dados referentes a estes casos se deu através dos relatos das meninas, não tendo sido estes rapazes por mim entrevistados. É importante assinalar primeiro que o perfil das três meninas cujas histórias aqui se referem guarda diferenças marcantes em relação às demais do grupo. Sobretudo o contexto de ocorrência destes eventos nos três casos difere dos demais, tendo ocorrido no âmbito de relacionamentos afetivos que não chegaram ao “estágio” de namoro, tendo ocorrido durante “ficas”.

Vamos aos três casos: primeiramente temos o caso de Adria (já citado anteriormente), uma menina negra de 16 anos que engravidou de um rapaz com quem apenas estava “ficando”. De acordo com o que ela me disse, quando ele foi por ela informado a respeito da gravidez, deixou claro que “não tinha certeza que o filho era dele” e por isso não manifestou qualquer interesse em assumir a gravidez dela e o filho. Contando com o apoio da sua família, ela resolveu que não “ia tirá” e que não procuraria mais por ele. O rapaz, no entanto, procurou se manter informado (através de amigos e pessoas conhecidas) a respeito da gravidez e quando a criança nasceu a irmã dele foi fazer uma visita a ela e naquela ocasião pôde constatar que o menino “é a cara dele”. À época da pesquisa ela me disse que estava negociando com a sua família a possibilidade de estreitar a relação com ele (o que teria sido inclusive motivo de conflito entre ela e sua mãe) diante da insistência dele em querer assumir o filho, ou seja, reconhecer que ele era o pai e passar a prover o sustento da criança.

O segundo caso é o de Andréia, de 15 anos, que também engravidou de um rapaz com quem “estava ficando”. Na época em que isso aconteceu, ele estava “namorando firme” com outra menina, fato que era de seu pleno conhecimento. Mesmo assim, ela resolveu ter o filho, pois, sua mãe não permitiu que ela “tirasse” e também porque durante o tempo de sua gestação o rapaz alimentou esperanças de que um dia pudesse vir a assumir o filho, com a condição de que ela não revelasse pra ninguém que ele era o pai da criança. Na verdade, pelos detalhes dessa “negociação”, ficou claro que se tratava mais de uma imposição do

rapaz, pois segundo o relato de Andréia, ele teria lhe dito que “se eu contasse pra minha família que o filho era dele”, isso provocaria um escândalo que abalaria seu namoro com a outra menina e que diante disso não assumiria a paternidade do filho. O fato é que a menina, até o sexto mês de gravidez, ainda não havia revelado a ninguém da família dela a identidade do rapaz por temer que sua mãe o procurasse para pressioná-lo a assumir o filho e com isso vir a tornar público a paternidade, ou seja, ela manteve o ‘acordo’ feito com o rapaz, com medo de perdê-lo. Este caso parece reiterar aquilo que dizia antes aqui, sobre a diferenciação que os rapazes estabelecem entre as meninas que eles namoram e as outras com quem apenas “ficam”.

A história de Amanda, de 17 anos é o nosso terceiro caso de gravidez e paternidade não assumida pelo rapaz. Novamente neste caso, a relação entre o casal – apesar de ambos se conhecerem há mais de dois anos – nunca passou de um “fica”. Ressalta-se aqui o fato de esta menina já ser mãe de uma criança de um pouco mais de dois anos de idade, cujo pai é este mesmo rapaz de quem ela engravidou agora pela segunda vez, o que reflete, de qualquer modo, a continuidade dessas relações afetivas. Na sua primeira gravidez ele terminou o “fica” assim que recebeu a notícia, e segundo ela, “ele queria que eu abortasse e eu falei que não, nem que ele e a minha mãe não ajudasse, eu ia ter” (Amanda, 17 anos). Destaca-se ainda, o fato de este rapaz de 25 anos, residir em outro bairro (também de camadas populares) distante do Guamá e também o fato de que o mesmo, como ela me disse,

“teve uma primeira mulher antes e tinha dois filhos...quando eu tive neném, essa mulhé foi lá em casa vê a neném, foi a mamãe que me falou...ela veio vê se a neném era dele mesmo”. (Amanda, 17 anos).

Na história contada por essa menina e por Débora, sua melhor amiga na escola, transparece a questão dos sentimentos dela para com o rapaz, pois, mesmo não tendo ele assumido seu primeiro filho, “de vez em quando aparecia na casa dela pra vê o filho que ele não ajuda ela sustentá” (Débora, 17 anos, amiga de Amanda). Ocorre que em uma dessas “visitas” eles acabaram “ficando” novamente, fato que resultou na segunda gravidez de Amanda. Este caso, inclusive, muito se assemelha aos que foram encontrados por Pinto (2005) em outro universo de camadas populares em Belém.

Merece destaque também, a repercussão de todos esses casos de não assunção da paternidade na escola e a mudança das relações das meninas com as colegas no mesmo

ambiente. No caso de Adria, foi nítida a manifestação de surpresa ao saberem que ela havia “tido filho” durante o período de férias, pois esse foi um caso raro de não ter havido qualquer suspeita da gravidez. Na entrevista, Adria afirmou que manteve silêncio sobre sua gravidez por imaginar que “as meninas lá na escola fosse me tratar mal por causa que eu não tinha namorado; aí eu não contei pra ninguém lá que eu tava grávida”.

No segundo caso a quebra da regra teve uma repercussão ainda mais marcante tendo sido a atitude das outras meninas na escola, de fato bastante incisiva e hostil à jovem mãe, inclusive isso fez com que ela perdesse a vontade de ir às aulas, questão que sua mãe resolveu solicitando transferência para uma outra escola no mesmo bairro.

Das três meninas nessa mesma situação de paternidade não assumida pelo rapaz, Amanda foi a que menos sofreu as sanções do grupo na escola pela quebra da regra, ou seja, pelo fato de ter engravidado durante um “fica”. Isso em muito foi facilitado pelo fato de a mesma fazer parte do círculo de meninas que estão na escola há mais tempo que as primeiras e que já são mães, concorrendo para que ela fosse mais bem aceita pelo grupo mais amplo de meninas do que as demais aqui referidas.

Como contraponto aos demais casos, portanto, estes confirmam que nesse universo a valorização da gravidez/maternidade mantém uma estreita ligação com o contexto afetivo em que ela ocorre e, principalmente, com o fato de o parceiro assumir ou não a paternidade. Apontam, portanto que, as práticas afetivo-sexuais neste contexto tendem a obedecer certas regras que o próprio grupo mais ou menos delineia no âmbito das relações na escola, o que implica em atitudes incisivas diante de casos como estes três aqui citados que fogem ao que é mais comumente aceito e legitimado por todos.

Gravidez, maternidade e conjugalidade

A despeito da existência de uma certa familiaridade na maneira como as pessoas de um modo geral tendem a encarar a gravidez neste universo, é quase um consenso a idéia de que este evento deve acontecer, pelo menos, no âmbito de uma relação afetivo-sexual pautada no compromisso firmado pelo “namoro sério” (o que não quer dizer que sempre ocorra desta forma). Se o casal estiver “casado”, ou seja, co-habitando, relação conjugal

expressa no termo “amigados”, a gravidez não só é esperada como pode ser cobrada, inclusive por pessoas da própria família.

Lembro neste particular, a história de Berna e de Brigitte, duas irmãs que engravidaram quase que ao mesmo tempo. No momento em que isso aconteceu, ambas mantinham um relacionamento afetivo-sexual com os respectivos parceiros e já haviam tido experiências sexuais anteriores não sendo esse um fato desconhecido da mãe. No entanto, diante da notícia e confirmação da gravidez de uma e de outra filha, a mãe (que é separada do pai das meninas, mas, “vive junto” com outro homem e com os outros quatro filhos dela, vendendo lanches na porta de sua casa para ajudar no sustento da família), teve reações diferenciadas. A mais nova engravidou por primeiro e a mãe contou-me que chorou muito quando soube da notícia “fiquei muito triste, eu não queria, não aceitava a gravidez dela”.

No caso da gravidez da outra filha, mais velha, mas, também adolescente, ela me disse ter aceitado, apesar de também ter ficado muito triste. A justificativa que ela mesma deu para atitudes tão diferentes diante de duas situações, para mim, tão semelhantes, foi o fato de que a segunda filha a engravidar, “já tinha um marido e já morava com ele”, o que dava a ela o estatuto de “mulher casada”, ou seja, havia formado seu próprio núcleo familiar (embora tenha saído da casa de sua mãe para morar na casa de sua sogra), o que faz com que ela obtenha uma certa independência em relação a sua família de origem.

Assim, me pareceu que, a gravidez pode ser vista como “problema” neste grupo, quando a menina está sozinha, sem namorado/companheiro, ao contrário da outra situação em que ela já está “casada” e a gravidez, portanto, ocorreu no contexto de um novo núcleo familiar (de alguma forma já constituído), não sendo vista e tratada pela mãe como tal. A importância da constituição desse núcleo a partir da gravidez e/ou nascimento do filho, também fica explícita nos casos em que as meninas referiram à mudança ocorrida na relação com a família de origem a partir do momento que passaram a co-habitar com o parceiro.

“A gente tava lá (morando na casa da mãe dela), com um mês (após o nascimento da criança) que nós viemos pra cá (pra sua própria casa). A relação (com a família), até com ela mesmo (a irmã mais velha) que vivia jogando na minha cara, ela fica com a neném, ela fica, ela agrada, vai, beija a neném, ela vem aqui”. (Baby, 14 anos).

A história da gravidez de Baby, uma menina de 14 anos que engravidou no contexto de uma relação de namoro firme, como a maioria que ouvi neste grupo, também gerou

conflitos na família. A reação que seu pai teve diante da notícia de sua gravidez foi de muita indignação, segundo ela, “ele queria me matar”. Novamente aqui é a mãe quem faz o papel de mediadora da situação de conflito que o episódio desencadeia na família. Apesar disso, segundo Baby, não conseguiu impedir que ele usasse de violência física “me dando um tapa na cara” e dizendo em seguida: *vê o exemplo da tua irmã, ta ai trabalhando, mais velha do que tu e tá trabalhando, em vez de tu estudá tu tá fazendo isso*. No entanto, a partir do momento que a menina saiu de casa e amigou-se com o namorado, passando a morar com ele em um quarto que este construiu no quintal da casa da mãe dele, a relação com a família mudou, passando a menina a receber a visita de todos e sendo “respeitada por eles”.

Esse episódio aponta que, a despeito do número reduzido de meninas e rapazes que efetivamente chegam a legitimar uma união através do casamento (aqui simbolizado mais comumente por meio do “se amigar”), este possui um valor social de peso no universo pesquisado. Do mesmo modo, aponta que, muito embora com a gravidez e o nascimento do filho, seja também freqüente o fato do casal permanecer “cada um na sua casa”, mesmo com a manutenção do relacionamento afetivo-sexual, o ideal de família que prevalece neste grupo é o da família nuclear.

No caso das meninas importa ainda nesse sentido, assinalar a mudança de *status* que essa situação implica em termos da relativa autonomia adquirida perante a própria família. A saída de casa nesse caso, significa não só a aquisição de um espaço que tanto ela quanto ele consideram ser sua própria casa – e com isso terem a liberdade de fazer o que quiserem sem ter que “dá satisfação pra ninguém” – também significa terem de assumir as responsabilidades que esse tipo de situação lhes impõe: ela, com o cuidado dessa casa e de sua nova família, ele, com o provimento da casa e da família.

Entretanto, para a maioria dos rapazes e meninas o mais importante não é “morar junto”. Em geral eles e elas se referem a existência e manutenção dos sentimentos como algo de fundamental importância para a continuidade da relação. Embora haja muitas vezes um esforço das famílias no sentido de “juntar” o casal após o nascimento da criança – neste caso ergue-se “um puxado” ou “puxada”, ou seja, um pequeno quarto no quintal ou na parte superior da casa onde mora a família da menina ou do rapaz – acontece de haver uma preferência deles mesmos de que cada um continue morando na sua casa com sua família de origem. Encontrei casais nessa situação que justificaram tal preferência no fato de

considerar a situação mais cômoda no sentido da não obrigação total de assunção dos papéis ligados às responsabilidades (de “provedor” e “dona de casa”) que caberia a ambos se estivessem “morando na nossa casa”. Para a menina, no entanto, embora reconheça que seja importante porque tem sempre “com quem contar a qualquer hora”, não considera a situação de todo agradável, pois, sempre têm que “dar satisfação” daquilo que fazem a pessoas da família, o que significa perda ou inexistência de autonomia, ou, como elas dizem, “ninguém respeita” ou “ficam jogando na cara o tempo todo”.

Esses pontos são indicativos de que a gravidez, embora nem sempre planejada, e a despeito dos conflitos que sempre pode gerar na família, aparece neste grupo como uma escolha que pode ser apenas da menina ou do casal, à medida que, como em geral a relação de namoro (firme) pressupõe o exercício da sexualidade (sem proteção), de certa forma se espera que a gravidez ocorra. Além disso, existe a possibilidade de a mesma – caso não seja assumida pelo rapaz – ser revertida através do aborto. No entanto, a regra neste grupo, como já vimos, é a manutenção da gravidez e a rejeição ao aborto, pois, para os rapazes, a assunção da paternidade tem a ver com a construção da sua identidade masculina.

Num cenário em que esses eventos assumem importância fundamental na construção das identidades e busca de autonomia, o processo no qual os mesmos têm lugar não é somente de adultez, mas, de individuação. Apoiada em pesquisa realizada com jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brandão (2004), ressalta que a aquisição da autonomia pessoal tende a se dar no contexto do exercício da experimentação sexual, portanto, fora dos limites da família e da escola, gerando, por esse motivo, conflitos entre pais e filhos, pois, “encontra-se em jogo a escolha de uma carreira profissional futura e o empenho do filho em retribuir a contrapartida do sustento parental, ou seja, dedicar-se responsabilmente a algo que lhe possa proporcionar, no futuro, a independência” (p.70). Na consideração dos pais, o projeto de uma carreira profissional dos filhos fica comprometido a partir do início da experiência sexual, sobretudo quando ocorre a gravidez.

No universo dos meus entrevistados a experiência sexual e uma conseqüente gravidez não chegam a comprometer o projeto de carreira profissional das meninas, pois, esta apesar de considerada importante, é secundária. Além disso, como disse anteriormente, o projeto já se encontra limitado em função das dificuldades já postas em suas trajetórias, independente da ocorrência destes eventos.

Sendo mãe na escola...

A não excepcionalidade da gravidez/maternidade no contexto da escola, e a familiaridade com a qual se lida com estes eventos propiciam o amplo “debate” do tema entre os estudantes. Existe um circuito intenso de informações entre eles de forma geral – dedutivas ou não – a respeito de quem está ou não grávida¹³⁵. O “não estar grávida” ou “não estar *mais* grávida”, porém, assume significados distintos dependendo a quem tal afirmação se refere, podendo ser um termo utilizado para designar a situação de uma menina que não estava de fato grávida – tratando-se neste caso apenas de uma suspeita do grupo – ou pode designar a situação daquela que “esteve, mas não está mais”. Neste caso, tal afirmação sugere que a menina praticou aborto, ou – para usar o termo da linguagem êmica – “tirou”.

A desconfiança em torno da possibilidade de a menina ter “tirado” leva a uma especulação por parte do círculo feminino na escola no sentido da confirmação ou não do fato. Como em geral uma gravidez ocorrida no contexto de uma relação afetivo-sexual pautada no compromisso entre os pares é de pleno conhecimento de quase toda a população de alunos da escola (pelo menos do grupo que lhe é mais próximo – sua turma, seu turno), em uma situação de (possível) aborto passa-se a especular sobre a identidade do provável pai. Em meio aos comentários que se seguem a respeito dos casos em que a gravidez teria resultado em aborto, as meninas são incisivas diante do comportamento do rapaz pelo fato de o mesmo não ter assumido a gravidez e a paternidade da criança, rotulando-o de “muleque”.

Ainda, as expectativas em torno da gravidez são traduzidas no cotidiano da escola, por meio de alguns comportamentos manifestados pelas meninas, sendo estes, em geral, tomados por outras como indicativos de uma suposta gravidez. Em geral, essa notícia se

¹³⁵ Por vezes esse debate assume contornos de comentários sendo nesse caso, entendidos pelas meninas que se tornam alvos dos mesmos como “fofoca”. É certo, porém, que as notícias a respeito da gravidez se espalham muito rápido por entre as meninas e meninos independente da idade. Lembro de um dia ter entrado em uma sala de aula de uma turma de terceira série do ensino fundamental para pedir informações à professora ali presente, sobre os recentes casos de gravidez que teriam surgido naquele início de ano letivo. Tomando cuidado para não chamar muito a atenção dos alunos que ali se encontravam, me limitei a dizer qual o assunto a ser tratado e informei que estaria a sua espera no intervalo da aula para conversarmos a respeito. Para minha surpresa, no entanto, a professora naquele mesmo momento voltou-se aos alunos e dirigiu-lhes a pergunta que eu havia lhe feito em particular. De imediato um menino de não mais de 10 anos de idade nos assegurou que conhecia uma menina que estava grávida de duas semanas. Imaginei que se tratasse de uma brincadeira do garoto, no entanto, a própria professora insistiu em saber quem era a menina e ele de imediato forneceu as referências, informando o nome, a série e a sala onde a menina estudava, o que posteriormente pude confirmar, a informação por ele prestada através de conversas com a própria menina.

espalha rápido pelo fato de a própria menina – cuja gravidez ocorreu no contexto de relacionamento afetivo-sexual considerado legítimo pelo grupo – não ter motivos para esconder o fato de ninguém, muito pelo contrário, sente-se feliz e deseja mesmo que seu estado seja do conhecimento de todos.

Entretanto, isso não ocorre sempre com todas elas, pois, como já foi dito, quando a gravidez não é assumida pelo rapaz, mas, mesmo assim, a menina decide mantê-la com o apoio da família, parece haver um reconhecimento implícito por parte dela mesma e do grupo, de ter havido uma quebra das regras de aceitação do evento nesse contexto. Neste caso a menina tende a esconder a “barriga”, como foi o caso de Adria, cuja história anteriormente citada, que se refere a uma gravidez que ocorreu no contexto de um relacionamento passageiro, razão pela qual não foi assumida pelo rapaz, o que a teria levado a escondê-la de todos na escola.

Há, no entanto, por vezes, mesmo entre aquelas que engravidaram no âmbito de uma relação afetiva marcada por compromisso, a manifestação de um comportamento um pouco diferente, retraindo-se e mantendo-se silenciosas ou mesmo afastadas, pelo menos nesse primeiro momento, dos grupos de convívio e sociabilidades formados na escola. No caso destas há também uma tentativa de “encobrir” mais o próprio corpo, quase sempre usando uma “blusa maior”, ou segurando o caderno ou a bolsa sobre o ventre. Notei que esse tipo de comportamento é mais comum entre as meninas que tiveram maiores dificuldades de aceitação de sua gravidez pela família ou pelo namorado.

Essa mudança de atitude da menina em relação ao seu próprio corpo é algo que não passa despercebido pelas demais, pois, como já dito em capítulo anterior (Cap. II, p.100-101)), em geral elas procuram realçar as suas formas corporais através do uso constante de micro-saias ou calças *jeans* de cós muito abaixo do nível da cintura, as quais se fazem acompanhar de mini-blusas ou “top”, peças que compõem um visual feminino em que, sobretudo a região do ventre fica exposta sobretudo a visitação dos olhares masculinos.

Ainda como parte dessa rede de relações que são construídas no cotidiano da escola em torno de tais eventos, nota-se a influência e admiração que as adolescentes grávidas ou que já passaram pela experiência da maternidade, exercem sobre as demais, além de uma afinidade, para não falar em cumplicidade, muito grande entre aquelas que se encontram grávidas e as que já são mães. Em geral, quando essas experiências já foram vividas por

outras são repassadas para aquelas que se encontram em semelhante situação dando-se “dicas” sobre como conciliar tais estados com os estudos e também com o trabalho.

Mas é, contudo, o “chá de bebê” que expressa com maior nitidez, o caráter positivo da experiência da gravidez/maternidade. Nas falas das professoras o mesmo foi referido como sendo de extrema importância do ponto de vista financeiro, pois, quase tudo o que é necessário ao bebê, é presenteado pelos colegas e professores da escola nessa ocasião. No entanto, o caráter social do qual se reveste o evento, fica explícito tanto na forma coletiva de sua organização, quanto na maneira como todos (meninas e meninos), indistintamente, quase sempre compartilham do mesmo.

O “baby chá”

O ritual do “baby chá” insere-se no conjunto de pequenos eventos comemorativos que sempre são organizados por alunos (mulheres e homens) e algumas professoras da escola, como por exemplo, aniversários, festas juninas, dia do estudante, dia do professor, confraternizações natalinas e de final de ano. Como os demais, realiza-se nas dependências da escola, em geral na própria sala de aula em que estuda a menina a quem o “chá” está sendo oferecido e encontra-se assim, incorporado ao cotidiano das relações sociais construídas no ambiente escolar.

Apesar disso, nem sempre é fácil prever quando o mesmo irá acontecer, pois, em geral, assume caráter de uma “surpresa” que é feita à menina. Assim, apesar de ter sido informada desde o início da pesquisa sobre a frequência de sua ocorrência, fui alertada para que ficasse atenta, pois segundo os informantes, esse é o tipo de evento que é organizado em sigilo, para que tome forma mesmo de surpresa para a menina grávida homenageada pelo grupo. A participação da turma e das professoras envolvidas na sua organização ocorre de forma intensa e faz parte do acordo entre todos, a colaboração de cada um na sua realização, pois, tudo, com exceção das mesas e cadeiras, é trazido de suas próprias casas.

A sala de aula passa por uma transformação. No centro, juntam-se algumas mesinhas de escrever para formar uma mesa maior ao redor da qual, contornando as paredes da sala, ficam dispostas as cadeiras. Por fim, sempre é feita uma decoração especial, bem alegre e colorida, expressa nas toalhas floridas que cobrem o conjunto das mesas e que se completa

com alguns balões também coloridos e um pequeno aparelho de som portátil que dá um toque verdadeiramente festivo ao evento.

O ritual que observei e do qual participei, teve início com a chegada da homenageada, uma estudante de 14 anos, grávida de seis meses que exibia, sorridamente a barriga, usando uma mini-saia e uma pequena blusa do tipo “top”. As demais meninas mostravam-se fascinadas ao tocar sua barriga ao mesmo tempo em que teciam comentários elogiosos a ela, do tipo: “como tá linda a tua barriga” ou, “meu deus! como tá grande!” ou ainda, “ele meche muito?”. Ao mesmo tempo em que faziam os comentários, tentavam adivinhar, através do formato da barriga (como disse antes), o sexo do bebê.

O burburinho tomava conta do espaço e o tom das conversas entre todos não poderia deixar de ser outro. Comentava-se sobre as outras meninas grávidas da turma –, que no total eram três – e sobre as demais da escola (somente no turno da tarde) que somavam 12. Na conversa elas não deixavam de referir outras meninas conhecidas, vizinhas e/ou parentes, que também estavam grávidas ou já teriam “tido filho”. O assunto, obviamente, despertou o interesse de todos ali presentes (inclusive e, sobretudo, o meu próprio). Rapidamente, um círculo de meninas se formou em torno da grávida, ao mesmo tempo em que lhes dirigiam muitas perguntas, principalmente em relação aos sintomas e sensações da gravidez e ao pai da criança (que neste caso, se tratava do namorado da menina) particularmente, se ele estava feliz.

Manifestavam também curiosidade em saber qual teria sido a reação da mãe da menina diante da gravidez, ao que ela respondeu que, “ela tá muito feliz” e “dando muito apoio”. Perguntavam também se o futuro pai havia assumido a paternidade da criança; à resposta positiva por parte da menina, seguiu-se outra pergunta: “vocês estão amigados?” Diante da resposta negativa, uma outra menina, com ênfase, complementou: “o importante é assumir!”. Tal dado coincide com o que ouvi de outras que entrevistei no sentido de que nem sempre a gravidez durante a adolescência instaura uma união, mesmo do tipo consensual – o “se amigar” ou “se ajuntar” – embora seja esse tipo de união, bastante comum não só entre grupos populares, mas, entre a maioria dos casais “modernos” de camadas médias e altas como Vaitsman (1994) mostra, em que se observa que as práticas e as considerações são as mesmas ainda que não se empregue entre elas as expressões citadas acima. Esses relacionamentos temporários assim chamados de “se amigar”, correspondem

ou podem corresponder às chamadas uniões “flexíveis e plurais” que a autora identificou entre grupos de camadas médias. Assim predominante neste grupo, no caso da gravidez, o mais importante é que o namorado/parceiro assuma o compromisso – mesmo que seja parcial – em relação ao bebê. Vale lembrar novamente que, não “se amigar” nesse contexto, nem sempre significa que o relacionamento (namoro) não seja mantido, tal como também ocorre entre universos de camadas médias aqui e alhures (Brandão, 2004).

Observei ainda que em meio às brincadeiras, meninas maiores pegavam no colo as menores, imitando gestos maternos, demonstrando com isso o quanto essa situação lhes é extremamente familiar. Isso confirma o quanto a situação que impõe desde cedo a responsabilidade de cuidar de uma criança está presente no dia a dia destas meninas, já que a maioria delas possui uma história ligada a experiência de “reparar criança” na família¹³⁶. Assim, essas atitudes sinalizam tanto o valor e importância que a gravidez/maternidade tem nesse universo, quanto as noções de feminilidade que este grupo constrói em torno desses eventos.

Embora, como eu disse, nem todas as meninas que engravidam têm o “baby chá” na escola – pelas razões morais ligadas ao estatuto da relação considerada legítima pelo grupo para que a gravidez ocorra – a realização desse tipo de evento aponta que esse cenário tende, em parte, a acolher as meninas nessa situação pelo fato de a maioria delas e mesmo as professoras terem vivenciado ou conhecido sempre uma história de gravidez nessa fase da vida em suas próprias famílias ou ao redor delas. Isso contribui para que a gravidez seja, na maioria das vezes, bem aceita nesse ambiente fazendo com que as meninas não se sintam rejeitadas pelo grupo maior do qual fazem parte no mesmo ambiente (o que não quer dizer que não existam opiniões contrárias a desta maioria).

Reiterando tal dado, lembro de uma vez ter ouvido uma referência interessante de uma das meninas a esse respeito. Ao comentar sobre aquela frequência e familiaridade com que a gravidez e a maternidade são vistas e vivenciadas na escola, Adriana, de 17 anos, chega a brincar com a mesma situação dizendo: “Lá (na escola), a gente entra pra estudá e já sai com o nosso ‘diploma’”, atualizando com essa frase uma antiga, mas, recorrente piada entre nós no Pará, que alude acerca da mesma situação, porém, relacionada às meninas que

¹³⁶ Há, inclusive, um ditado muito comum entre os grupos populares que diz que, “menino endurece no colo de outro menino” o que na verdade, queria dizer, menina, sendo o “menino” um referente de criança.

supostamente vinham do interior para a capital para estudarem e que, ao contrário do esperado pela família, retornavam sempre com um filho, o qual na piada, tanto quanto na situação concreta atual das meninas na escola é associado ao “diploma”. Entretanto, um contraponto a essa consideração do ponto de vista de meninas como Adriana, em relação ao evento no âmbito da trajetória escolar delas vem da opinião de uma senhora com quem conversei no dia em que visitava Adria em sua casa. Quando perguntei se a sua sobrinha (grávida) pretendia continuar os estudos após o nascimento da criança, a resposta veio em tom de ironia: “pra que? Ela já tirou o diploma!”

Esses aspectos apontam que embora neste cenário não predomine a idéia presente em grande parte da literatura sobre este tema, que relaciona a gravidez ao abandono da escola, isso não significa que o evento e as meninas nessa situação sejam acolhidos sempre por todos. Contudo, assinalo que, apesar de ter encontrado freqüentes casos de repetência de séries aqui, estes não decorrem sempre com e a partir da gravidez. Ou seja, a gravidez nem sempre implica em uma trajetória que leva necessariamente ao abandono da escola.

Pelo contrário, há uma tendência de as meninas permanecerem na escola durante toda a fase que compreende a gravidez, não raro saindo da sala de aula com as “dores do parto”, direto para o hospital. Preocupando-se para que isso não acarrete a perda ou interrupção do ano letivo, ao se aproximar o período previsto para o nascimento da criança, elas cuidam, juntamente com a mãe, de negociar as avaliações com os professores solicitando a sua antecipação, o que em geral não lhes é negado.

Após o nascimento da criança, o tempo de afastamento da menina das aulas não chega a durar mais que 15 dias, não sendo raro levarem o filho consigo para a sala de aula nesse período para não prejudicar ou interromper a amamentação. Esse esforço é associado a um aumento das dificuldades de concentração e dedicação aos estudos, pois, a criança passa a ser prioridade, como elas dizem, “já não sobra muito tempo pra estudá”.

Sendo mãe...sendo “alguém na vida”

As redes de relações construídas no ambiente da escola em torno dos eventos ligados a sexualidade e a reprodução faz com que predomine neste ambiente um clima familiar e acolhedor. Entretanto, a permanência na escola ou a continuidade dos estudos para as

meninas entrevistadas, mantém uma correlação com outros aspectos sociais. Os projetos profissionais, pensados em termos de mobilidade social futura, foram ressaltados pela maioria delas e também referidos pela família. Do total de meninas neste grupo, apenas uma afirmou não ter planos profissionais para o futuro. A continuidade dos estudos quase sempre é justificada por elas pelo desejo de “entrar na universidade” para obter uma profissão e uma inserção no mercado de trabalho em condições mais favoráveis. A ênfase nos estudos mostrou-se recorrente nas falas das meninas e expressou-se em afirmações do tipo, *o estudo é tudo, pois disso depende o meu futuro e o futuro do meu filho* (Aline, 14 anos).

Se o nascimento de um filho inaugura uma fase de mudanças na vida delas, essas mudanças tem a ver também tanto com a questão da alteração do seu *status*, quanto com a reafirmação de projetos de mobilidade social. Nas narrativas das meninas esse episódio foi, por diversas vezes, também referido como parte de um projeto de vida, uma espécie de “passaporte” para entrar na fase “adulta” e ser reconhecida pela família e por colegas da escola como tal. Além, como também frisado por elas, do desejo mesmo de “ter um filho”.

A chegada de um filho parece propiciar à maioria delas a necessidade de reafirmação dos projetos de ascensão social, atualizando-se no esforço despendido conjuntamente com suas famílias no sentido da continuidade dos estudos a despeito do aumento das dificuldades que a situação muitas vezes pode implicar.

“Tenho muita dificuldade de estudá, não tenho muito tempo, olha, eu tenho um trabalho de História desde o começo do mês, ainda não terminei ele porque quando ele (o marido) chega ele fala ‘ah, agora que tu qué estudá? Toda vez que eu chego tu pega caderno pra estudá!’ Só tem essa hora porque de manhã não dá, faço comida, vou lavá roupa, cuido da neném, preparo todas as coisas dela pra leva lá pra casa da mamãe, aí chega a hora de eu estuda eu já nem estudo, na escola eu já chego cansada, só pra mim estuda; quando chego, pego a neném, trago, faço mingau pra ela, dô remédio dela, faço ela dormi, aí só essa hora, só de noite que eu tenho pra estuda, hoje tem pré-teste pra mim e eu não estudei”. (Débora, 17 anos).

Se por um lado, o acolhimento e as relações com colegas e professores são fundamentais para a permanência da adolescente mãe na escola, por outro, a opção pela continuidade dos estudos significa, acima de tudo, manter firme o projeto de “**ser alguém na vida**”, no qual a família também assume enorme importância. Há uma nítida tendência entre as meninas, de não desejar seguir os mesmos ofícios de suas mães – lavadeiras,

empregadas domésticas, feirantes etc. – almejando outras possibilidades para o futuro. Tal perspectiva é compartilhada pelas mães que acreditam ser, “o estudo”, o caminho para se alcançar um futuro melhor.

A ambigüidade presente nas falas das meninas a respeito da importância de ser mãe para que o projeto de “**ser alguém na vida**” seja mantido, é reveladora nesse sentido.

“...depois que tive neném, deixei de ser adolescente e agora sou uma mulher adulta, não posso mais sair como antes. Agora que sou mãe tenho mais responsabilidade. Mudou muita coisa na minha vida, mudou pra melhor, sou mais respeitada pela minha família. Agora que tenho ela [a filha], a responsabilidade é muito grande, tudo o que faço é pensando nela. Agora mesmo é que preciso estudá pra podê dá um futuro melhor pra ela...porque sem o estudo a gente não é ninguém”. (Adriana, 16 anos).

Uma dificuldade que se impõe à maioria delas é a falta de apoio do marido para que continuem os estudos. Nessa situação, como é o caso de Débora, elas contam com a ajuda de pessoas de sua própria família, contexto em que as mulheres são sempre acionadas (mãe, tias e irmãs) para ficarem com a criança durante o tempo em que elas vão à escola. Todavia, a descrição da rotina da vida que elas levam deixa claro que as dificuldades aumentam, sobretudo neste caso particular em que a menina mora na casa da mãe do marido e tem que deixar a criança sob os cuidados de alguém de sua família, tendo, para isso, de se deslocar com a criança antes de ir para a escola e depois apanhá-la de volta.

Em outros (raros) casos a menina pode contar com o apoio do marido para continuar os estudos após o nascimento do filho. Benício, marido de Baby, me contou como eles dois combinam os horários de trabalho (como de fato pude constatar) para poder conciliar com a hora dela ir à escola, “vou continuar o estudo...vou, eu não quero pará, nem quando ela nascer, ele cuida dela” (Baby, 14 anos). Ao que ele acrescentou concordando:

“não quero que ela pare, quero que ela continue os estudo dela, ela qué se formá, quero que ela continue os estudo, não só eu, o pai dela também já falou que não qué que ela pare”. (Benício, 22 anos).

É importante destacar que, apesar do imenso esforço empreendido pela menina e sua família para manter o projeto de uma carreira profissional através dos estudos, isso não quer dizer que elas de fato consigam realizar esse projeto. Não podemos esquecer que, ao mesmo tempo em que dizem que querem estudar e até se esforçam mesmo para permanecer na escola após o nascimento do bebê, saibam também que esta não oferece possibilidades

muito grandes de crescimento profissional. Do mesmo modo, que tenham consciência que as dificuldades enfrentadas impõem-lhes um limite ao aprendizado que faz com que, mesmo que consigam “se formá”, irão lutar por uma vaga no mercado profissional em condições bem menos favoráveis do que aqueles jovens de camadas médias, por exemplo, que podem contar com maiores chances e condições materiais mais efetivas para fazer isso¹³⁷.

Penso que esses aspectos estejam também diretamente ligados ao significado do “se formá” construído não só neste universo, mas, em vários outros de camadas populares de que tenho conhecimento. Esta expressão, para uma grande maioria, encontra-se associada à conclusão do ensino médio – e não propriamente de um curso universitário – cujo valor tende a ser maior quando se trata de um curso técnico, pelas razões óbvias e práticas de aquisição de uma profissão que possibilite a entrada no mercado de trabalho em curto prazo.

Assim, embora este projeto seja um ponto bastante forte no discurso dos entrevistados, na prática encontra-se enfraquecido pelas dificuldades que sua posição (desprivilegiada) de classe lhes impõe. Posso arriscar dizer, desse modo que, não sendo o mesmo projeto (na prática) o principal neste universo, a gravidez ou o nascimento de um filho não chega a impedir a sua continuidade, como tende a ocorrer nas camadas médias e altas em que o mesmo projeto adquire maior importância do que a carreira reprodutiva.

Estes eventos, portanto, não barram a trajetória profissional das meninas neste grupo, pois estão/são incluídos nela, embora também possam acarretar maiores dificuldades na sua realização, o que significa dizer que o fato de elas se esforçarem para “se formá” não quer dizer que consigam de fato. O mais importante aqui é, antes de tudo, enfatizar que o **projeto existe**, ao contrário do que postula o discurso proveniente da esfera da saúde pública e da mídia em que sempre é assinalada a sua inexistência ou mesmo o seu abandono, o qual na maioria das vezes é associado à idéia de um “prejuízo” causado pela gravidez nessa fase da vida.

¹³⁷ Observo cotidianamente essa diferença em termos de uma dada percepção que se tem de projeto profissional existente entre os adolescentes de camadas médias ao meu redor e os meus entrevistados no Guamá.

SENDO JOVEM, PAI E MÃE: TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Tomar a gravidez, a maternidade e a paternidade como eventos situados no contexto das trajetórias afetivo-sexuais do grupo entrevistado, conduziu-me a um universo de infinitas possibilidades de significações pela complexidade que essas relações adquirem, remetendo a vários outros questionamentos, inclusive acerca de um variado conjunto de configurações de família atualizado pelos adolescentes após o nascimento de um filho.

As trajetórias aqui focalizadas apontam que, apesar de recorrentes, esses eventos não são aleatórios na vida das meninas e dos rapazes. Situadas no contexto dos relacionamentos pautados no ideal de amor romântico, tais experiências só podem ser compreendidas se forem consideradas as escolhas amorosas dos casais envolvidos.

Apesar da localização dos acontecimentos e seus desdobramentos no contexto da família – e com isso a manutenção de um certo padrão tradicional na organização dos papéis de gênero – a escolha amorosa é uma escolha fundamentalmente individual – ou ao menos assim pensadas. Isso implica um conflito envolvendo as duas gerações (pais e filhos ou avós – mulheres – netos, se estiverem fazendo tal papel) em torno desses eventos. A escolha como vimos, se dá tanto para as meninas quanto para os rapazes, durante a fase de namoro e acompanha as suas trajetórias até o momento da iniciação sexual.

As assimetrias de gênero se encontram presentes nas relações entre os jovens casais e obedecem um certo caráter holista, elemento influenciador/definidor de papéis diferenciados assumidos por meninas e rapazes. Isso fica mais visível na lógica do não uso do preservativo neste grupo, fundamentalmente porque compete aos rapazes a decisão e/ou a proposição de usá-lo ou não. Apesar disso, esta decisão do rapaz (e de certa forma, da menina também), encontra-se ligada ao valor do afeto na relação, contexto em que o amor tende a sublimar a razão. Por outro lado, a lógica do não uso do preservativo neste universo, é reveladora também da importância dos valores que a maternidade e a paternidade assumem nesse contexto.

Essa importância encontra-se vinculada à aquisição de *status* que a nova condição (de mãe e de pai) possibilita-lhes no sentido de uma identidade de mulher e de homem

adultos, esta ligada à responsabilidade que dizem ter adquirido em relação ao cuidar e prover (respectivamente) o filho que nasceu.

Entretanto essa responsabilidade, como eu disse, deve ser ponderada, pois, embora as meninas afirmem que o nascimento do filho provocou mudanças nessa direção, ou seja, elas de fato se deparam com uma realidade que exige delas próprias atitudes que denotam amadurecimento – que, digamos, muitas vezes são esperadas (dentro de uma certa leitura das idades), para pessoas adultas e não para adolescentes – isso não significa que de fato essa mudança tenha ocorrido, pelo menos não no grau a que elas se referem. Elas até podem se ver como adultas, mas nem sempre são desta forma vistas e consideradas pelas pessoas da família, sobretudo pelas mães, algo que, inclusive, ficou implícito na fala destas últimas em vários momentos das entrevistas ou das conversas mais informais, quando ao mesmo tempo em que, reconheciam a mudança de estatuto imposta pela maternidade da filha, manifestaram preocupação quanto à responsabilidade e maturidade das meninas como mães.

Pude constatar que esse aspecto chega a ser mais marcante entre as camadas médias e altas e posso considerar como emblemático aqui, o caso da menina pertencente ao meu círculo de relações, sobretudo na ocasião em que a mãe desta se viu diante do dilema de ter de viajar com a família, mas, não se sentia tranqüila em ter de deixar a filha e o neto recém-nascido afirmando que a menina não sabia ainda cuidar direito da criança¹³⁸. Ou mesmo entre as mães das meninas no Guamá quando me diziam que precisavam estar “sempre de olho” na menina, pois, “às vezes ela se esquece que tem filho e quer fazer as mesmas coisas que fazia antes dele nascer”.

Ao mesmo tempo, o aspecto relacionado à “passagem do bastão” referido por Lins de Barros (1978) para os filhos homens de camadas médias, é iluminador aqui, pois me parece ocorrer também na relação destas mães com suas filhas. Na ambigüidade da relação mãe-filha após o nascimento da criança, é como se as mães transferissem em parte, a responsabilidade de comando da família para a filha (à medida que ela a vê como sua igual, pois, agora a menina é mãe também) chamando-a a assumir responsabilidades não só com a criança, mas, também, em relação à casa. Isso confirma o que disse anteriormente, ou seja, que na representação do processo que conduz à adulez, é a idéia de incorporação de

¹³⁸ É pertinente lembrar as diferenças de experiências vivenciadas por essas diferentes meninas, já que as meninas de camadas médias e altas não passaram pela experiência de cuidar/ “reparar” crianças como as de camadas populares.

responsabilidades que possibilita a passagem porque quando nasce o filho, pretensamente, a menina deixa de ser criança, porque estruturalmente é impossível se pensar em uma mãe criança.

Isso permite inferir que, se a gravidez e a maternidade para as meninas, impõem um tratamento diferente pela família, daquele antes dispensado a elas, de quando ainda não haviam se tornado mães, isso ocorre pois que, do ponto de vista estrutural, é impossível que, por exemplo, a mãe da menina não a veja de alguma forma, como adulta diante de um evento que implica em adulez, mas, ao mesmo tempo, ela não desconsidera que a filha ainda é uma criança também. A ambigüidade da situação se encontra no fato de que, se a menina se tornou mãe, ela passa a ser não só filha, mas a mãe de um filho também, portanto, para a mãe ela é mãe, mas, ao mesmo tempo não deixou de ser filha; simbolicamente, o estatuto de mãe se sobrepõe ao estatuto de filha na relação.

Os dados referentes à paternidade indicam que uma maioria dos rapazes neste grupo tende a assumir a gravidez da menina e o filho (seu) que ela vai ter. Embora ser pai aqui adquira um imenso valor moral por estar ligado à aquisição do estatuto de homem, há um consenso entre eles e elas de que a assunção da paternidade deve estar ligada à existência de um vínculo amoroso baseado no compromisso de namoro. Isso ajuda a entender porque eles tendem a não assumir uma gravidez com uma menina com quem apenas “ficaram”, pois, na ausência do compromisso na relação o rapaz sente-se desobrigado a assumir qualquer responsabilidade em relação à gravidez da menina. Confirmando essa tendência, foi constatado, inclusive, um desejo por parte de alguns rapazes, de “ter filho” com a namorada. Isso em muito se distancia do discurso comum que atribui sempre aos adolescentes, atitudes irresponsáveis por não assumirem a paternidade dos filhos.

Ao mesmo tempo, esse tipo de comportamento assumido pelos rapazes parece ser indicativo da existência de diferenciações por eles estabelecidas para as meninas, revelando uma preferência, uma escolha mesmo por aquelas que eles consideram as “mais certinhas” as quais elegem como sua namorada e a mãe de seu filho, em oposição àquelas meninas consideradas “assanhadas” ou “galinhas” com quem eles apenas podem eventualmente “ficar”; neste caso, significando “transar” sem compromisso. Com base nos três casos de

gravidez e maternidade não assumidas pelo rapaz encontrados neste grupo¹³⁹, pode-se indagar a respeito do peso que o atributo de cor assume no contexto dessa consideração feita por eles sobre as meninas, já que, nos três casos de não assunção da paternidade, trata-se de meninas socialmente identificadas como negras ou “morenas” com aquele sentido. Será que isso não seria uma evidência de uma espécie de continuidade da imagem secular da “negra boa para a cama e não para o altar” que associava, na virada do século XIX para o XX (Cancela 1997; Pantoja, 2001; Caulfield, 2000), a pele escura das mulheres à lassidão moral?

Outro ponto importante que os resultados deste estudo sugere, diz respeito à importância que “os estudos” adquirem para as meninas e suas famílias. A escolarização aparece como parte de um projeto de realização profissional, o qual, ao lado do projeto de realização pessoal, a maternidade, assume lugar de destaque nas suas vidas. Se, para elas, é importante constituir família, o empenho em continuar os estudos durante o período de gestação e após o nascimento da criança, é revelador de uma preocupação de que esta família por elas pensada, não se reproduza sob as mesmas condições de vida de suas famílias de origem. Isso, no entanto, não significa que de fato elas consigam realizar tal projeto, sendo mais comum que, diante das dificuldades e das poucas alternativas de vida já instaladas antes da gravidez ocorrer, o projeto de realização profissional fique limitado à conclusão do ensino médio ou de um curso técnico. Isso, aliás, tem a ver em parte, com a consideração existente entre os grupos pertencentes às camadas populares de que “se formá” é apenas concluir um desses cursos e não propriamente um curso universitário, como em geral é pensado pelas camadas médias e altas.

Mas o fato de o ambiente escolar favorecer a aceitação da gravidez/maternidade adquire peso central na opção das meninas, pela não interrupção dos estudos, constituindo, mais um elemento decisivo para que a busca por **ser alguém na vida** seja mantida ou reforçada em face desse episódio. Ir à escola sem ter vergonha da barriga, trocar experiências com colegas e professores, ser admirada, receber elogios e, sobretudo, ser homenageada com o chá de bebê, são aspectos que compõem o cotidiano dessas meninas na escola, indicativos, portanto, do valor social que o evento assume nesse universo. Mas, os

¹³⁹ Embora eu tenha encontrado apenas estes três casos neste universo, tal número pode se ampliar significativamente se forem considerados os casos semelhantes narrados pelos adolescentes que entrevistei, inclusive no contexto das camadas médias e altas.

casos das três meninas que não tiveram a gravidez e a paternidade do filho assumidas fornecem um importante contraponto a esse dado e permitem inferências sobre as regras de aceitação da gravidez entre os estudantes no contexto da escola, o que remete ao questionamento dos valores que podem estar implícitos em atitudes desse tipo; mais que isso, sugerem a importância de se considerar a diversidade de situações em que a gravidez pode ocorrer, implicando em desdobramentos vários, inclusive a sua interrupção através do aborto.

Ainda, os dados apresentados neste estudo sugerem uma reflexão em torno da idéia de “precocidade” da gravidez entre meninas adolescentes (tal como comumente é considerada do ponto de vista da medicina e da esfera da saúde pública). Penso que, uma gravidez e a conseqüente maternidade nessa faixa etária, pode ser também considerada neste grupo, como “precoce” – haja vista que os setores populares, como sabemos, partilham em algum grau das considerações ideológicas das camadas médias e altas, daí porque as mães das meninas que entrevistei expressaram a relação ambígua de ver as filhas ao mesmo tempo como meninas e como mulheres adultas também – mas isso não chega a ser uma regra neste contexto social.

Isso me parece de algum modo estar relacionado com o fato da diferença existente entre a consideração do evento dentro de uma camada social e outra (camadas populares e camadas médias e altas). Embora as camadas populares partilhem de certa forma dos valores individualistas e modernos das camadas médias no contexto urbano – em que uma gravidez nessa idade tende a ser mais “estranhada” posto que não é pensada como projeto principal pelas famílias –, também partilham de uma tradição em que esse mesmo evento não é estranho no sentido de sua recorrência, e muitas vezes nem é estranhado.

Podemos fazer um esforço de reflexão nesse sentido, inclusive com base nos dados pretéritos e atuais que dispomos sobre essa questão. Desde os registros feitos por Elizabeth Agassiz (uma mulher e que foi quem por primeiro lançou um olhar sobre esses aspectos aqui na Amazônia), passando pelo olhar de José Veríssimo, o qual – malgrado o preconceito que atualiza uma dada visão predominante em sua época – fez uma descrição detalhada da trajetória de meninas oriundas de cidade do interior do Pará que engravidavam e se tornavam mães “cedo” repetindo a mesma história de suas mães. Sem esquecer aqui também, de acrescentar os dados impressionísticos dos quais temos registros ao nosso redor

e alhures em que não podemos ignorar a existência dentro das famílias (tanto de camadas populares como de camadas médias) de netos que são criados pelos avós, filhos de filhas que não se casaram e/ou se separaram de seus cônjuges o que, por outro lado traduz o valor que tem uma criança no contexto de uma família, de diferentes maneiras nas diferentes camadas sociais.

Desses idos tempos até aqui, me parece haver uma continuidade desses acontecimentos, tão ricamente mostrados em pesquisas antropológicas recentes realizadas em Belém, inclusive algumas no bairro, como já disse (Pinto, 2005; Lago, 2002; Quintella, 2002; Saraiva, 2002), que mostram essa conexão perene e continua com o passado e que, portanto, não é algo novo, mas tem uma história que vai sempre numa mesma direção. É preciso não esquecermos que essas pessoas não “falam sozinhas”, elas partilham essas idéias e práticas com outras, para além das fronteiras espaciais, temporais e sócio-culturais.

Resta ainda dizer que, se, estatisticamente, os números apontam que é entre os populares que há uma maior incidência de mulheres que engravidam e se tornam mães na adolescência, há que ser considerado que os “pobres” continuam, como no passado, sendo a maioria na sociedade brasileira. Somado a isso, existe o fato de não se olhar muito para as outras camadas. E, se, como disse antes, esses acontecimentos são mais estranhados nelas (o que não quer dizer que não aconteçam), os mesmos tendem a acontecer menos mesmo, ao contrário do que ocorre nos grupos populares cujo estranhamento muitas vezes é inexistente.

Em suma, os eventos analisados ao longo deste trabalho possuem significados sócio-culturais múltiplos e distintos ligados às particularidades das diferentes trajetórias afetivo-sexuais e das dinâmicas de cada família. Como procurei mostrar ao longo do texto, há um imenso e variado repertório de elementos que compõem essas diferentes trajetórias, o qual, somado às dinâmicas familiares, faz com que uma gravidez possa assumir desdobramentos vários. Assim, o evento pode ser esperado, desejado, planejado ou rejeitado pela menina, seu parceiro ou pela família, podendo ser inclusive, interrompida através do aborto. É motivo de alegria e felicidade mas de tristeza e conflitos na família também. Pode ser motivo de admiração e encantamento na escola, mas também de condenação quando a menina engravida durante um “fica” e não no namoro (firme) como é a regra no grupo. Resulta muitas vezes em arranjos conjugais de variados formatos, às vezes mais perenes, outras vezes passageiros. Mostrar esses aspectos significa dizer que nem tudo é um “mar de rosas”,

mas por outro lado, afirmar isso não significa concordar com a idéia de “problema” comumente associada a esses eventos, mas sim que isso tudo relaciona-se às complexas dinâmicas afetivo-sexuais e familiares do grupo, em seu contexto próprio e particular. Portanto, mais importante do que procurar saber se os eventos constituem um “problema” ou não, é tentar apreender como essas experiências **são vividas e pensadas por eles** mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, M. R.; VALLADARES, L. do P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. In: *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. N. 26, Rio de Janeiro, 1988, pp.3-37.
- AYRES, J.R.C.M.; FRANÇA JÚNIOR, I. Saúde do Adolescente. In: SCHRAIBER, L.B.; NEMES, M.I.B.; MENDES-GONÇALVES, R.B. (Orgs.). *Saúde do Adulto: programas e ações na unidade básica*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ANUÁRIO Estatístico do Município de Belém. Belém; Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 1997.
- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- ARILHA, M.; CALAZANS, G. Sexualidade na Adolescência: o que há de novo? In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD – Comissão Nacional da População e do Desenvolvimento, 1998, vol.1, p. 687-712.
- AZEVEDO, T. *As Regras do Namoro à Antiga*. São Paulo, Ática, 1996.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/Ed. da Universidade de Brasília, 1993.
- BRANDÃO, E. R. Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2003.
- _____. Iniciação sexual e afetiva: exercício de autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (ORG.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Pp. 63-85.
- BRASIL, *PROSAD – Programa saúde do Adolescente. Bases Programáticas*. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, 24p.
- BOURDIEU, P. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, Harvard UP 1984.
- _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOZON, M. e Equipe Gravad. Por uma abordagem sócio-antropológica dos comportamentos sexuais e reprodutivos da juventude no Brasil: a construção da pesquisa *Gravad*. 2001, (texto provisório).
- _____. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (Tradução de Denise Botmann).
- CABRAL, C. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Saúde Pública*, V. 19, Suplemento 2. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2003. Pp. 283-292.
- CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In; *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, Comissão Nacional da População e do Desenvolvimento, 1998, vol.1, p. 109-133.
- CANCELA, C. D. Adoráveis e Dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas: UNICAMP, 1997. (mimeo).
- CARNEIRO, A. B. A. & MATOS, C. M. A. Gravidez aos 11 anos de idade. *Revista Médica de Minas Gerais*, 9; 1999. p. 119-121.
- CASTELLAR, C. *Psicanálise e adolescência: considerações teórico-técnicas*. In: Crise da Adolescência: Visão psicanalítica. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro(1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História e Cultura, 2000.
- CERTEAU, M. *et. al. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CONNELL, R. W., DOWSETT, G.W. (Orgs.). *Rethinking Sex: Social Theory and Sexuality Research*. Carlton: Melbourne University Press, 1992.
- CORRÊA, M. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ARANTES, A.A. et. al., *Colcha de retalhos*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1993.
- COSTA, J. F. *Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- COSTA, T. Histórias que merecem ser ouvidas e contadas: uma abordagem antropológica da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro; Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Instituto de Medicina Social, UERJ, 2002.
- DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’. In: *A Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DAUSTER, T. “Uma infância de curta duração: trabalho e escola”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº82, 1992.

- DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DARNTON, R. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente – 1300/1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- D'INCAO, M. A. Sobre o amor na fronteira amazônica. In: ÁLVAREZ, M. L.; D'INCAO, M. A. (Orgs.). *A Mulher existe? Uma contribuição ao estudo de gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM. P. 175-198.
- DUARTE, L.F.D. Muita vergonha, pouca vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, J. S. (Org.) *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 203-226.
- _____ O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1999, p. 21-30.
- ESTEVES, M. *Meninas perdidas: o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- ESTUMANO, E. M. *Uma vida, duas vidas, muitas vidas.: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas*. Belém: (Dissertação de Mestrado em Antropologia), UFPA, 2004.
- FACHEL, O. Cultura Reprodutiva e Sexualidade. *Estudos Feministas*; IFCS/UFRJ, 1998, vol.6, n. 2, p.376-392.
- FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.
- _____ *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GAGNON, J., SIMON, W. *Sexual Conduct: The social Sources of Human Sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.
- GALVÃO, E. *Santos e Visagens*. São Paulo: Brasiliense. Editora Nacional, 1995.
- GAY, P. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média(1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zaar Ed. 1989.

- GIDDENS, A. *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. (tradução de Magda Lopes). São Paulo: Ed. Da UNESP, 1993.
- GOLDENBERG, M. *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- GOLDENBERG, M. & RAMOS, M. A civilização das formas: o corpo como valor. In: GOLDENBERG, M. *Nu & Vestido. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Pp. 19-40.
- HEILBORN, M. L. O traçado da Vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia (org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- _____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1999, p.40-58.
- _____. (Org.) *O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Garamond e FIOCRUZ, 2006.
- HEILBORN, M. L.; BRANDÃO, E. R. Ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1999, p. 7-17.
- JEOLÁS, L. O jovem e o imaginário da Aids: o bricoleur de suas práticas e representações. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.
- JULIÃO, M. R. S. *Donas da história: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém*. Belém, (dissertação de mestrado em Antropologia), UFPA, 1999, 175 pp.
- LAGO, S. Namoro pra casar; namoro pra escolher com quem casar. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém: Departamento de Antropologia - DEAN/UFPA, 2002. (mimeo.).
- LANGNESS, L. L. A coleta de dados em campo. In: *A História de vida na ciência antropológica*. São Paulo: EPU, 1973. p.57-78.
- LEACH, E. *Antropologia*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1983.
- LEAL, O.; LEWGOY, B. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, O. (Org.). *Corpo e Significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, 2^a. Ed., p. 55-87.
- LINS DE BARROS, M. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

- LHOMOND, B. Sexualidade e juventude na França. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1999, p. 77-95.
- LOBATO, J. P. *Amor, Desejo e Escolha*. Coleção Gênero. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- LOYOLA, M. A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1999, p. 31-39.
- MACFARLANE, A. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- MADEIRA, F. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, F. (org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- MAGNANI, J. G. *Festa no Pedacço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MALCHER, L. F. Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. In: *Gênero: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero/NUTEG*. Niterói, Eduff, v.3, n.1, 2002, p.63-81.
- MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e objetivo desta investigação; crenças e costumes nativos sobre a procriação a gravidez. In: *Antropologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1996, p.24-48. 117-142.
- _____. *A Vida Sexual dos Selvagens: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da família entre os nativos das Ilhas Trobriand*. Coleção Ciências Sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- MATOS, M. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- MAUSS, M. “As Técnicas Corporais” e “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: *Sociologia e Antropologia*. V. II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MEAD, M. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MONTEIRO, S. Aids, Sexualidade e Gênero: a lógica da proteção entre jovens de um bairro popular carioca. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

- _____. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1999, p. 117-145.
- MOTTA-MAUÉS. M. A. “Trabalhadeiras” & “Camarados”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. (Coleção Igarapé). Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993.
- _____. Na “casa da mãe”/na “casa do pai”: anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da “circulação de crianças”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2004, v. 47 N° 2. Pp. 427-452.
- MS (Ministério da Saúde). *PROSAD – Programa Saúde do Adolescente. Bases Programáticas*. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. 1996.
- MS (Ministério da Saúde). *Saúde e Desenvolvimento da Juventude Brasileira: construindo uma Agenda Nacional*. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas de Saúde. 1997.
- MURATÓRIO, B. Indigenous women’s identities and the politics of cultural reproduction in the Ecuadorian Amazon. *American Anthropologist*. 100 (2), p. 409-420.
- NOVINSKY, S. “Perfil do adolescente: imagens construídas para consumo”. In: *Sexualidade na adolescência: Educação Mídia*. ECOS. 1991.(Mimeo).
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1996, pp. 15-37.
- _____. “O eu, suas identidades e o mundo moral”. In: *Anuário Antropológico/99*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. Pp. 11-25.
- OLIVEN, R. G. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 4ª Ed., 1996.
- PAIM, H. S., 1998. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (orgs.). *Doenças, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 31-47.
- PANTOJA, A. L.N. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. (Orgs.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2001, p.120-141.
- _____. “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. In: *Cadernos de Saúde Pública*. V. 19, Suplemento 2. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2003. p.109-118.
- _____. “Laudo Pericial Antropológico em uma comunidade negra rural no Pará”. Belém: INCRA, 2006.

- PARKER, R. *Na contramão da AIDS: Sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro, ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
- PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- PEREIRA, L. M. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: DA SILVA, A.; NUNES, A.; MACEDO, A. V. (Orgs.). *Crianças Indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002. (Coleção Antropologia e Educação). P. 168-209.
- PINTO, D.S. Unidade familiar mãe-filhos, dinâmica e variabilidade: estudos de casos em grupo popular no bairro da Cabanagem em Belém. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, 2005.
- QUINTELLA, R. Desabrochando no jardim secreto: um estudo sobre o imaginário do corpo, gênero e sexualidade entre adolescentes em Belém. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém: Departamento de Antropologia - DEAN/UFPA, 2002. (mimeo.).
- RIDLEY-LEIGH, D. “Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº26, 1980.
- RIETH, F., 1998. Ficar e Namorar. In: BRUSCHINI, C.; HOLANDA, H. B.(orgs.) *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, p.111-134.
- ROHDEN, F. *A arte de enganar a natureza. Contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003.
- RODRIGUES, C. I. Vem do bairro do Jurunas...: ritmos e pulsares da vida cotidiana em Belém. Trabalho apresentado no *Seminário Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA-UFPA; 2003 (mimeo).
- ROUGEMONT, D de. *L'amour et l'Occident*. Paris: Plon, 1939.
- SALEM, T. Sobre o “casal grávido”: incursão em um universo ético. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1987.
- _____. O casal igualitário. Princípios e impasses. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 9 V. 3, 1989. Pp. 34-37.
- SARAIVA, L. J.C. Lúcia, Maria, Carmem: mulheres em trânsito. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém: Departamento de Antropologia - DEAN/UFPA, 2002. (mimeo.).

- SARTI, C. *A família como espelho; um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SIMMEL, G. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O. *O fenômeno urbano*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- STEIN, E. (Org.). *Forms of Desire: Sexual Orientation and the Social Constructionist Controversy*. Nova York: Routledge, 1990.
- STERN, C.; GARCÍA, E. Hacia un nuevo enfoque en el campo del embarazo adolescente. *Reflexiones. Sexualidad, salud y reproducción*, México, D.F., n. 13, p. 1-21. 1999.
- STRATHERN, M. *The Gender of the Gift*. University of California Press. 1988.
- TORRES, M. “Sexo, prazer e dor: vivências sexuais na fala de adolescentes pobres de Salvador”. In: *Interfaces – gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. BARBOSA, R.M. et al. (Orgs.). Campinas, Ed. UNICAMP, 2000. Pp. 49-82.
- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.* Petrópolis: Vozes, 1978.
- VAZ SILVA, T. L. C. *Lembranças da cor: memória e identidade de velhos em Belém (final do século XIX/início do século XX)*, relatório PIBIC/CNPq, Belém, UFPA, 2003.
- VELHO, G. “Aliança e casamento na sociedade moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas”. In: *Boletim do museu Nacional*, nº 39, agosto, Rio de Janeiro, 1983. Pp. 1-11.
- _____. “Trajetória individual e campo de possibilidades”. In: *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1977. Brasileira, v.290.
- WEEKS, J. *Sexuality and Discontents: Meanings, Myths and Modern Sexualities*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1995.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.
- WOORTMANN, K; WOORTMANN, E. “Fuga a três vozes”. In: *Anuário Antropológico/91*, Rio de Janeiro, 1993. Pp.189-137.

